

**Alba Regina Azevedo Arana
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos
(Orgs.)**

EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO

PRÁTICAS, DESAFIOS E REFLEXÕES NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS



científica digital



EDITORA CIENTÍFICA DIGITAL LTDA

Guarujá - São Paulo - Brasil
www.cientificadigital.org - contato@cientificadigital.org

Diagramação e Arte	Edição © 2025 Editora Científica Digital
Diogo Lima	Texto © 2025 Os Autores
Diego Santos	1ª Edição - 2025
Imagens da Capa	Acesso Livre - Open Access
Adobe Stock - 2025	

© COPYRIGHT - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. A editora detém os direitos autorais sobre a edição e o projeto gráfico, enquanto os autores mantêm os direitos autorais de seus respectivos textos. Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, permitindo o download e compartilhamento integral ou parcial, desde que a fonte seja devidamente citada e os créditos atribuídos aos autores. É obrigatório que a obra permaneça em formato de Acesso Livre (Open Access), sem qualquer alteração. A catalogação em plataformas de acesso restrito ou com fins comerciais é estritamente proibida.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação em movimento: práticas, desafios e reflexões na formação de crianças / Organização de Alba Regina Azevedo Arana, Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos. – Guarujá-SP: Científica Digital, 2025.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui Bibliografia
ISBN 978-65-5360-970-9
DOI 10.37885/978-65-5360-970-9

1. Educação. I. Arana, Alba Regina Azevedo (Organizadora). II. Santos, Danielle Aparecida do Nascimento dos (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Janaína Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático:
I. Educação

E-BOOK

ACESSO LIVRE ON LINE - IMPRESSÃO PROIBIDA

2025

Alba Regina Azevedo Arana
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos
(Orgs.)

Educação em Movimento: Práticas, Desafios e Reflexões na Formação de Crianças

1ª EDIÇÃO



científica digital

2025 - GUARUJÁ - SP

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho
Prof. Dr. Antônio Marcos Mota Miranda
Prof^a. Ma. Auristela Correa Castro
Prof. Dr. Carlos Alberto Martins Cordeiro
Prof. Dr. Carlos Alexandre Oelke
Prof^a. Dra. Caroline Nóbrega de Almeida
Prof^a. Dra. Clara Mockdece Neves
Prof^a. Dra. Claudia Maria Rinhel-Silva
Prof^a. Dra. Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Prof. Dr. Cristiano Marins
Prof^a. Dra. Cristina Berger Fadel
Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr
Prof. Dr. Diogo da Silva Cardoso
Prof. Dr. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes
Prof. Dr. Fabricio Gomes Gonçalves
Prof^a. Dra. Fernanda Rezende
Prof. Dr. Flávio Aparecido de Almeida
Prof^a. Dra. Francine Náthalie Ferraresi Queluz
Prof^a. Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes
Prof. Dr. Humberto Costa

Prof. Dr. Joachin Melo Azevedo Neto
Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura
Prof. Dr. José Aderval Aragão
Prof. Me. Julianno Pizzano Ayoub
Prof. Dr. Leonardo Augusto Couto Finelli
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Lapa Junior
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva
Prof^a. Dra. Maria Cristina Zago
Prof^a. Dra. Maria Otília Zangão
Prof. Dr. Mário Henrique Gomes
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Prof. Dr. Nelson J. Almeida
Prof. Dr. Pedro Afonso Cortez
Prof. Dr. Reinaldo Pacheco dos Santos
Prof. Dr. Rogério de Melo Grillo
Prof^a. Dra. Rosenery Pimentel Nascimento
Prof. Dr. Rossano Sartori Dal Molin
Prof. Me. Silvio Almeida Junior
Prof^a. Dra. Thays Zigante Furlan Ribeiro
Prof. Dr. Wescley Viana Evangelista
Prof. Dr. Willian Carboni Viana
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Acesse a lista completa dos Membros do Conselho Editorial em www.editoracientifica.com.br/conselho

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra passaram por avaliação do Conselho Editorial e revisão por pares externos (*Peer Review*), recebendo a devida recomendação para publicação.

Nota: Esta obra é fruto de um processo colaborativo, configurando-se como uma coletânea na qual os direitos autorais permanecem resguardados para os respectivos autores. Alguns capítulos podem ter origem em trabalhos anteriormente apresentados em eventos acadêmicos; no entanto, os autores foram orientados a adotar o devido rigor na prevenção do autoplágio. A responsabilidade pelo conteúdo de cada capítulo, assim como pela originalidade e integridade das informações publicadas, é inteiramente dos respectivos autores e autoras. O conteúdo da obra não reflete, necessariamente, a opinião da editora, dos organizadores ou dos membros do conselho editorial.

PREFÁCIO

Educação em Movimento: Práticas, Desafios e Reflexões na Formação de Crianças

É com imensa satisfação que apresento esta obra, *Educação em Movimento: Práticas, Desafios e Reflexões na Formação de Crianças*, uma coletânea que reúne pesquisas e experiências fundamentais para repensar a educação na contemporaneidade. Organizado com o compromisso de fomentar discussões relevantes no campo pedagógico, este livro reflete a missão acadêmica e social da **Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação (FACLEPP)** da **Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)**, *Campus* de Presidente Prudente-SP, instituição que tem se destacado pela excelência na formação de educadores e pela produção de conhecimento transformador.

A educação é um processo dinâmico, em constante evolução, e os desafios enfrentados no cotidiano escolar exigem reflexões profundas e ações embasadas em evidências científicas. Nesse sentido, os capítulos que compõem este livro abordam temas urgentes, como a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), bem como os impactos das tecnologias digitais no desenvolvimento infantil. Cada texto foi cuidadosamente elaborado por pesquisadores comprometidos com a melhoria da prática educativa, oferecendo subsídios teóricos e práticos para professores, gestores e famílias.

Para a **FACLEPP/UNOESTE**, esta publicação representa mais do que um conjunto de artigos; é a materialização de seu compromisso com uma educação inclusiva, humanizada e inovadora. Acreditamos que a universidade deve ser um espaço de diálogo entre teoria e prática, onde as pesquisas transcendem os muros acadêmicos e se transformam em ferramentas para a transformação social. Este livro, portanto, é um convite para que educadores e estudantes reflitam sobre seu papel na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todas as crianças tenham oportunidades reais de aprender e se desenvolver plenamente.

Aos leitores, desejo que esta obra inspire novas práticas, fortaleça convicções e abra caminhos para futuras investigações. Que os desafios aqui apresentados não sejam encarados como obstáculos intransponíveis, mas como oportunidades para repensar a educação com criatividade, empatia e compromisso científico.

Agradeço a todos os autores que contribuíram com seus conhecimentos, à **FACLEPP/UNOESTE** pelo apoio institucional e, especialmente, aos educadores que, no dia a dia, colocam em movimento os princípios defendidos nestas páginas.

Com esperança e determinação,

Alba Regina Azevedo Arana

Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos

APRESENTAÇÃO

Este livro, intitulado ***Educação em Movimento: Práticas, Desafios e Reflexões na Formação de Crianças***, reúne uma coletânea de estudos desenvolvidos por acadêmicos e acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação -FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista - Unoeste *Campus* de Presidente Prudente-SP. Os alunos comprometidos com a construção de uma educação sensível às necessidades da infância construíram uma discussão atual e profícua sobre os temas atuais da educação no Brasil. A obra está estruturada em treze capítulos que abordam temas centrais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir de metodologias científicas e práticas pedagógicas contextualizadas. O método utilizado foi a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) que foi conduzida seguindo etapas metodológicas baseadas em protocolos reconhecidos, assegurando a transparência, replicabilidade e rigor científico da pesquisa.

O primeiro capítulo, "O papel da afetividade no processo de ensino-aprendizagem: uma revisão sistemática", de Kerollyn Leandra da Silva, Sarah Medina Taroco com a orientação das Profas. Me. Bárbara Cristina Soares Sena e Dra. Alba Regina Azevedo Arana, evidencia a importância da afetividade na mediação pedagógica e no fortalecimento do vínculo entre professor e aluno. As autoras demonstram, com base em literatura especializada, que o envolvimento afetivo favorece o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes e deve ser integrado à formação docente e às práticas escolares.

O segundo capítulo, "Desafios do desenvolvimento e aprendizagem da criança com Espectro Autista na sala de aula", de Ágata Melissa Macedo Santana, Ana Julia Silva de Paula com a orientação da Profa. Dra. Janiele de Souza Santos Uchelli, analisa as barreiras enfrentadas por alunos com TEA e destaca a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e adaptadas. A obra propõe estratégias como o Plano Educacional Individualizado (PEI), o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) e a parceria entre escola e família como caminhos viáveis para uma inclusão mais efetiva.

O terceiro capítulo, "A Educação Bilíngue e o Processo de Ensino e Aprendizagem na Educação Infantil", de Beatriz Blaia Bovolon e Carolina Fernanda Delben de Oliveira com a orientação da Profa. Me. Denise Alessi Delfim de Carvalho, trata do bilinguismo precoce e seus impactos positivos no desenvolvimento infantil. A pesquisa revela que o contato com uma segunda língua desde os

primeiros anos amplia habilidades cognitivas, promove a consciência linguística e fortalece o repertório cultural da criança.

No quarto capítulo, “Consequências do uso excessivo de telas no desenvolvimento cognitivo e motor das crianças”, Isabela Lorena Lage de Souza, com orientação do Prof. Dr. Ademir Henrique Manfré, apresenta uma revisão sistemática sobre os riscos do uso indiscriminado da tecnologia na infância. A autora evidencia os prejuízos relacionados à linguagem, atenção, coordenação motora e saúde emocional, e sugere estratégias para o uso equilibrado das telas no cotidiano infantil.

O quinto capítulo “Os Benefícios da Equoterapia para o Desenvolvimento de Crianças Autistas” de Julia Fajolle Felitti com orientação da Profa. Dra. Alba Regina Azevedo Arana e Prof. Dr. Ademir Henrique Manfré, analisa os benefícios da equoterapia no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Os autores defendem que a equoterapia proporciona efeitos positivos que incluem avanços na coordenação motora, equilíbrio postural, controle dos tônus musculares e no desenvolvimento da lateralidade e orientação espacial, aspectos fundamentais da psicomotricidade.

O sexto capítulo intitulado, “As causas e consequências do trabalho infantil na educação de crianças no Brasil”, de Isabele Gonzaga dos Santos, com orientação da Profa. Dra. Alba Regina Azevedo Arana, discute a persistência do trabalho infantil no país e seus impactos negativos sobre a escolarização e o desenvolvimento das crianças. A autora defende a articulação entre políticas públicas, ações educativas e transformações culturais para combater essa prática histórica e estrutural.

O sétimo capítulo apresenta, “Alfabetização, letramento e as dificuldades de aprendizagem na Educação Infantil: uma revisão sistemática”, das alunas Laís Souza Oliveira da Silva e Thaisa de Carvalho orientada pela Profa. Me. Denise Alessi Delfim de Carvalho que apresenta uma análise aprofundada sobre alfabetização, do letramento e das dificuldades de aprendizagem na Educação Infantil. A pesquisa destaca interdependência entre alfabetização e letramento, os impactos das práticas pedagógicas e das condições socioculturais no desempenho escolar, além da importância da formação docente e da articulação entre teoria e prática para promover uma educação de qualidade.

No oitavo capítulo trata do “Bullying na escola: propostas de prevenção e intervenção para professores nos anos iniciais do ensino fundamental”, de Julia Beatriz Martins Ferrer, com orientação do Prof. Dr. Ademir Henrique Manfré,

aborda um dos desafios mais recorrentes nas instituições de ensino: o bullying. Por meio de uma revisão sistemática, a autora identifica estratégias de prevenção e intervenção eficazes, ressaltando a importância do papel do professor na mediação de conflitos e na construção de uma cultura escolar pautada na empatia, no respeito e na inclusão.

O nono capítulo apresenta, "A importância do ensino de arte no desenvolvimento infantil", de Lara Thainá Dias Moura com a orientação da Profa. Me. Josué Pantaleão da Silva, defende o ensino de arte como componente essencial da formação integral da criança. A partir da análise de diversos estudos, as autoras evidenciam que a arte promove a expressão criativa, o pensamento crítico, o autoconhecimento e o vínculo com a cultura e a história, sendo indispensável para a formação da identidade e da sensibilidade estética desde a Educação Infantil.

O decimo capítulo intitulado, "O uso da gamificação como ferramenta pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental", de Maria Antônia de Oliveira Ferreira com a Orientação da Profa. Dra. Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos, explora como os jogos e elementos lúdicos podem transformar o processo de ensino-aprendizagem. Através da gamificação, as autoras identificam avanços no engajamento, na autonomia, na criatividade e no raciocínio lógico dos alunos, reforçando a necessidade de que a escola acompanhe as inovações tecnológicas de forma crítica e pedagógica.

No capítulo decimo primeiro intitulado "Os Desafios da Aprendizagem do Aluno com TOD no Ensino Fundamental I" de Susy Darlyn de Lima Santos Silva, com a orientação da Profa. Dra Alba Regina Azevedo Arana e Profa. Dra. Janiele de Souza Santos Uchelli investiga as estratégias pedagógicas eficazes para auxiliar alunos com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) no Ensino Fundamental I. Por meio de uma revisão sistemática da literatura, os autores destacam a importância de práticas inclusivas, como metodologias lúdicas, reforço positivo e colaboração entre escola, família e equipe multidisciplinar. O texto também enfatiza a necessidade de formação docente contínua e adaptações curriculares para promover um ambiente acolhedor e respeitoso à neurodiversidade.

No capítulo decimo segundo "A Dificuldade da Criança com Transtorno do Espectro Autista: Desafios da Inclusão na Educação Infantil" é tratada pelos autores José Pedro Henrique dos Santos Ferreira, Maria Cecília Martins Cunha com a orientação do Prof. Dr. Ademir Henrique Manfré. Este capítulo analisa os desafios e as estratégias para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Os autores discutem a importância de adaptações pedagógicas, formação docente e apoio especializado, além de

destacar o papel do brincar e das interações sociais no desenvolvimento integral. A revisão sistemática apresentada revela avanços significativos quando há um ambiente escolar acolhedor e práticas pedagógicas sensíveis às necessidades individuais.

No último capítulo “Telas na Infância: Implicações para o Desenvolvimento Global e o Processo de Aprendizagem” é tratada por Juliana Elias Sabag com a orientação de Alba Regina Azevedo Arana. Este capítulo examina os impactos do uso excessivo de dispositivos eletrônicos no desenvolvimento infantil, abordando aspectos cognitivos, sócio emocionais e físicos. A autora apresenta uma revisão sistemática que evidencia consequências como atrasos na linguagem, dificuldades de atenção e problemas de saúde, mas também destaca o potencial positivo quando há mediação adequada e conteúdo educativo. O texto conclui com reflexões sobre a necessidade de equilíbrio e orientação para o uso saudável da tecnologia.

Esta coletânea reafirma o compromisso com uma educação humanizada, inclusiva e transformadora. Cada capítulo contribui para refletirmos sobre os desafios da prática docente e, ao mesmo tempo, para inspirar caminhos possíveis de ação pedagógica comprometida com o desenvolvimento integral da criança.

Os capítulos deste livro oferecem um panorama abrangente dos desafios e possibilidades na educação contemporânea, destacando a importância de práticas inclusivas, formação docente e equilíbrio no uso de tecnologias. Esperamos que esta obra inspire reflexões e ações transformadoras, contribuindo para uma educação mais justa, acolhedora e adaptada às necessidades de todas as crianças.

Agradeço aos autores pela dedicação e às instituições que apoiaram esta publicação. Que este livro seja um farol para educadores e famílias em busca de caminhos inovadores e humanizados na formação das novas gerações.

Alba Regina Azevedo Arana
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos

SUMÁRIO

Capítulo 01

O PAPEL DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Kerollyn Leandra da Silva; Sarah Medina Taroco; Bárbara Cristina Soares Sena; Alba Regina Azevedo Arana

 10.37885/250619501 14

Capítulo 02

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM ESPECTRO AUTISTA NA SALA DE AULA

Ágata Melissa Macedo Santana; Ana Julia Silva de Paula; Janiele de Souza Santos Uchelli

 10.37885/250619497 32

Capítulo 03

A EDUCAÇÃO BILÍNGUE E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Beatriz Blaia Bovolon; Carolina Fernanda Delben de Oliveira; Denise Alessi Delfim de Carvalho

 10.37885/250619498 51

Capítulo 04

CONSEQUÊNCIAS DO USO EXCESSIVO DE TELAS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E MOTOR DAS CRIANÇAS

Isabela Lorena Lage de Souza; Ademir Henrique Manfré

 10.37885/250619493 70

Capítulo 05

OS BENEFÍCIOS DA EQUOTERAPIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS

Julia Fajolle Felitti; Alba Regina Azevedo Arana; Ademir Henrique Manfré

 10.37885/250619492 88

Capítulo 06

AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO INFANTIL NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL

Isabele Gonzaga dos Santos; Alba Regina Azevedo Arana

 10.37885/250619503 103

Capítulo 07

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Lais Souza Oliveira da Silva; Thaisa de Carvalho; Denise Alessi Delfim de Carvalho

doi 10.37885/250619500 118

Capítulo 08

BULLYING NA ESCOLA: PROPOSTAS DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO PARA PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Julia Beatriz Martins Ferrer; Ademir Henrique Manfre

doi 10.37885/250619502 132

Capítulo 09

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ARTE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Lara Thainá Dias Moura; Josué Pantaleão da Silva

doi 10.37885/250619495 152

Capítulo 10

O USO DA GAMIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Antonia de Oliveira Ferreira; Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos

doi 10.37885/250619499 167

Capítulo 11

OS DESAFIOS DA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TOD NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Susy Darlyn de Lima Santos Silva; Alba Regina Azevedo Arana; Janiele de Souza Santos Uchelli

doi 10.37885/250619491 185

Capítulo 12

A DIFICULDADE DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

José Pedro Henrique dos Santos Ferreira; Maria Cecília Martins Cunha; Ademir Henrique Manfré

doi 10.37885/250619496 203

Capítulo 13**TELAS NA INFÂNCIA: IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL
E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

Juliana Elias Sabag; Alba Regina Azevedo Arana

 10.37885/250619494 217**SOBRE AS ORGANIZADORAS** 238**AUTORES DO LIVRO** 240**ÍNDICE REMISSIVO** 241

O PAPEL DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Kerollyn Leandra da Silva

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Sarah Medina Taroco

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Bárbara Cristina Soares Sena

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Alba Regina Azevedo Arana

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

RESUMO

Objetivo: analisar o papel da afetividade no processo de ensino-aprendizagem, destacando sua relevância na mediação pedagógica, no desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos, e na promoção de uma educação mais humanizada.

Metodologia: foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com recorte temporal entre 2010 e 2025, abrangendo estudos nacionais disponíveis nas bases Google Acadêmico, Scilit e Periódicos CAPES. A busca utilizou descritores relacionados à afetividade, aprendizagem, relação professor-aluno e educação infantil. **Resultados:** Após triagem e análise de mais de 18 artigos, os resultados evidenciaram que a afetividade é um fator determinante para o engajamento, a autoestima e o desempenho acadêmico dos alunos. Relações empáticas entre professores e estudantes fortalecem o vínculo pedagógico, contribuindo para uma aprendizagem significativa. A análise também destacou iniciativas pedagógicas exitosas que incorporam intencionalmente a afetividade como eixo estruturante da prática educativa. **Conclusão:** integrar a dimensão afetiva ao processo formativo dos professores e às práticas escolares é essencial para construir ambientes educacionais mais acolhedores e eficazes, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: afetividade; ensino-aprendizagem; educação infantil; relação professor-aluno; formação docente.

INTRODUÇÃO

A afetividade desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, influenciando diretamente a motivação, a autonomia e o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos. Este artigo tem como objetivo discutir como a afetividade pode contribuir para uma prática docente mais eficaz e para a promoção de uma aprendizagem significativa, analisando sua relevância na formação do professor e na construção de uma educação mais humanizada.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de repensar as práticas pedagógicas, visando atender às demandas individuais dos estudantes e superar abordagens tradicionais centradas apenas na transmissão de conhecimentos (BORDENAVE, 1984). Como destaca Nóvoa (1995), a formação docente não se limita à acumulação de técnicas, mas se constrói por meio da reflexão crítica sobre a prática, valorizando o saber experiencial.

A afetividade tem sido cada vez mais reconhecida como um elemento essencial no processo de ensino-aprendizagem, por influenciar diretamente aspectos como a motivação, a autonomia, o engajamento e o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes (PIAGET, 1962/1994; VYGOTSKY, 2003; WALLON, 1985). Apesar disso, ainda se observa uma lacuna significativa entre o reconhecimento teórico da importância da afetividade e sua efetiva integração nas práticas pedagógicas e na formação docente. Muitas abordagens educacionais permanecem centradas na transmissão de conteúdo, desconsiderando as dimensões emocionais envolvidas no ato de aprender (BORDENAVE, 1984; NÓVOA, 1995).

Este artigo propõe reflexões sobre estratégias pedagógicas que incorporam a dimensão afetiva no ensino, visando uma educação mais inclusiva e significativa. Ao priorizar o vínculo emocional na escola, é possível transformar tanto a prática docente quanto a concepção de aprendizagem, tornando-a mais engajadora e transformadora.

A afetividade é um elemento fundamental no desenvolvimento humano, influenciando diretamente a construção da personalidade, da cognição e das relações sociais. De acordo com Ferreira (1999), a afetividade pode ser definida como o “conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de

emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre de impressão de dor ou prazer, satisfação ou insatisfação, de alegria ou tristeza”. Essa dimensão afetiva está intrinsecamente ligada às interações sociais e ao desenvolvimento psicológico, sendo essencial para a formação integral do indivíduo.

Carvalho (2006, p. 117) destaca que, “ao lado da inteligência e da motricidade, a afetividade vai tornando possível à evolução psíquica da criança, que ocorre por meio de uma interação contínua”. Isso significa que a afetividade não é um aspecto isolado, mas sim um componente dinâmico que se modifica conforme a criança avança em seu desenvolvimento. O autor ainda ressalta que “a afetividade constitui, em cada estágio de desenvolvimento, um tipo de manifestação diferente, sobretudo em função das necessidades e possibilidades maturacionais da criança” (CARVALHO, 2006, p. 117). Dessa forma, a afetividade se constrói gradativamente, acompanhando as transformações cognitivas e emocionais da criança.

Bock (2008) complementa essa perspectiva ao afirmar que existem dois tipos de afetos que constituem a vida afetiva: o amor e o ódio, eles estão sempre presentes na vida psíquica de modo mais ou menos integrado, associados aos pensamentos, às fantasias, aos sonhos e se expressam de diferentes modos na conduta de cada um. Esses sentimentos opostos são fundamentais para a construção da identidade, pois permitem que a criança aprenda a lidar com conflitos e emoções, desenvolvendo maturidade emocional.

Henri Wallon contribui significativamente para a compreensão da afetividade ao relacioná-la diretamente com o desenvolvimento cognitivo. Segundo Mahoney (2012, p. 12), “a criança procura um porto seguro, ou seja, estar perto de pessoas ao qual elas se sintam seguras”. Wallon compreende que o desenvolvimento humano é marcado por rupturas e conflitos, sendo um processo instável (BASTOS, 2003). Além disso, ele afirma que “a afetividade e a inteligência têm influências recíprocas, sendo que a evolução de uma provoca alterações significativas em outra” (BASTOS, 2003, p. 20).

Wallon (2008) propõe cinco estágios do desenvolvimento humano, cada um com características específicas: Estágio Impulsivo-Emocional (0-1 ano) – A criança constrói sua identidade e inicia a socialização; Estágio Sensorio-Motor e Projetivo (1-3 anos) – Exploração do mundo físico e preparação afetivo-cognitiva; Estágio do Personalismo (3-6 anos) – Construção da subjetividade por meio da

oposição; Estágio Categorial (6-11 anos) – Percepção da diferença entre o eu e o outro e Estágio da Adolescência – Autonomia, confronto e autoconfiança.

Piaget (1962/1994, p. 129) corrobora essa visão ao afirmar que “o afeto é uma condição necessária para a constituição da inteligência. Sem o afeto não haveria nem interesses, nem necessidades, nem motivação”. Portanto, a afetividade não apenas influencia a cognição, mas é essencial para o funcionamento intelectual.

No contexto educacional, a afetividade assume um papel crucial na mediação do conhecimento. Vygotsky (1998) ressalta que a aprendizagem não é um processo inato, mas sim construído por meio de interações sociais e culturais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997, p. 46) destacam que a educação deve desenvolver capacidades cognitivas, éticas e afetivas, reforçando a importância da relação professor-aluno no processo de ensino.

Libâneo (1994) define o ensino como uma atividade conjunta de professores e alunos, organizado sob a direção do professor, com a finalidade de prover as condições e meios pelos quais os alunos assimilam ativamente conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções. Essa relação deve ser pautada no diálogo e no respeito, promovendo um ambiente acolhedor.

Freire (1996, p. 38) reforça que “quem ensina aprende a ensinar e quem aprende ensina ao aprender”, destacando a importância da afetividade na mediação pedagógica. Nóvoa (1995) complementa ao afirmar que a formação docente não se dá apenas pela acumulação de conhecimentos, mas pela reflexão crítica sobre a prática, consolidando uma identidade profissional autônoma. Na prática educativa, o professor deve ser um mediador afetivo, promovendo um ambiente de confiança e diálogo que possibilite o desenvolvimento integral do aluno. Como afirma Freire (1991, p. 58), “ninguém nasce educador, a gente se forma como educador permanentemente, na prática e na reflexão da prática”.

Apesar do respaldo teórico, ainda são escassos os estudos que sistematizam, de forma abrangente, as contribuições da afetividade na prática pedagógica, especialmente nos contextos da educação básica brasileira. Essa lacuna justifica a realização da presente revisão sistemática da literatura, que busca reunir evidências empíricas e teóricas sobre a influência da afetividade no processo de ensino-aprendizagem, refletindo sobre suas implicações para a formação docente e para a construção de uma educação mais humanizada.

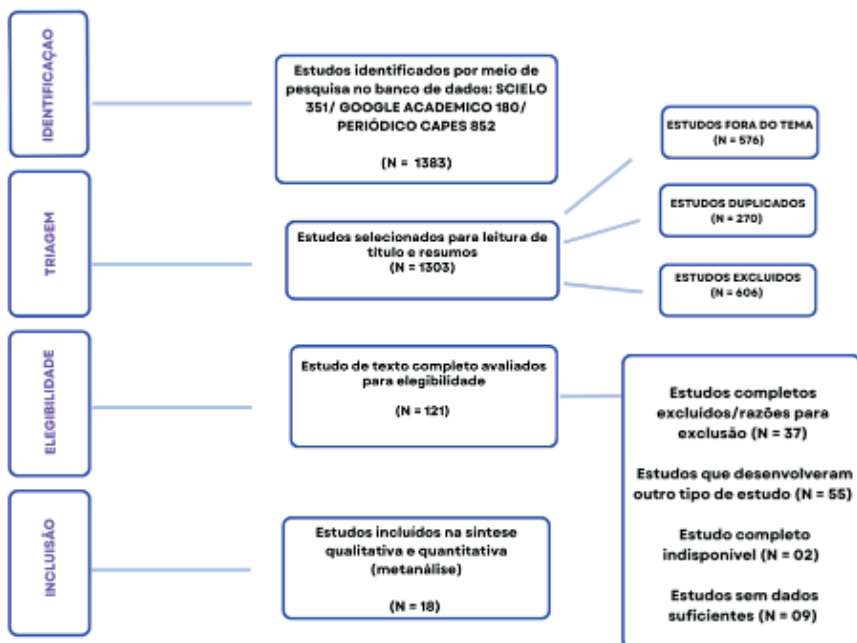
MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com o objetivo de identificar, selecionar, analisar e sintetizar publicações científicas que abordam o papel da afetividade no processo de ensino-aprendizagem. A RSL foi conduzida seguindo etapas metodológicas baseadas em protocolos reconhecidos, assegurando a transparência, replicabilidade e rigor científico.

Etapas da Revisão Sistemática

A metodologia seguiu um protocolo em três etapas principais, conforme o fluxograma apresentado na Figura 1:

Figura 1 - Fluxograma da RSL.



A Figura 1 (Fluxograma) ilustra de forma resumida o processo de seleção, triagem e análise dos estudos que compuseram o corpo da revisão.

Planejamento da Revisão

Foram definidos os critérios de inclusão e exclusão, as palavras-chave e as bases de dados que seriam utilizadas. O recorte temporal considerou publicações dos últimos quinze anos (2010 a 2025), com foco em estudos realizados no Brasil ou que abordassem diretamente a realidade brasileira.

Identificação e Seleção dos Estudos

A busca foi realizada nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Scilit e Periódicos CAPES. A busca resultou nos seguintes números preliminares: Google Acadêmico: 16.500 artigos com os descritores, sendo 60 selecionados após triagem; Scilit: 8.727 resultados com “afetividade na educação”; 15 estudos selecionados e no Periódicos CAPES: 10.711 resultados, com 5 estudos selecionados após aplicação dos filtros.

Extração, Análise e Síntese dos Dados

A triagem foi realizada em duas etapas: 1ª etapa: leitura de títulos e resumos, para eliminar duplicatas e trabalhos fora do tema; 2ª etapa: leitura na íntegra dos artigos selecionados para verificar: Aderência ao tema da afetividade na aprendizagem; Qualidade metodológica; Clareza dos objetivos e apresentação dos resultados.

Os estudos selecionados foram organizados em um quadro-síntese com os seguintes critérios: autor, ano, objetivos, metodologia e principais resultados. Essa sistematização permitiu comparar abordagens, identificar padrões, contradições e lacunas no campo.

A análise foi conduzida de forma qualitativa, destacando as principais tendências nos achados e a diversidade metodológica utilizada pelos autores.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Inclusão: Publicações entre 2010 e 2025; Estudos com foco na relação entre afetividade e ensino-aprendizagem; Trabalhos com relevância teórica ou empírica na área educacional; Publicações em português e com acesso integral.

Exclusão: artigos duplicados Artigos fora do recorte temporal; Trabalhos sem metodologia clara; Estudos que não tratavam diretamente da temática da afetividade no contexto escolar. A análise foi conduzida de forma qualitativa, com enfoque interpretativo. Os dados foram organizados tematicamente, permitindo: Identificar padrões recorrentes nos achados; Apontar convergências teóricas (especialmente a partir de autores como Vygotsky, Wallon, Piaget e Freire); Evidenciar lacunas e recomendações para a formação docente e práticas pedagógicas.

RESULTADOS

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais estudos analisados na Revisão Sistemática da Literatura, organizando-os conforme seus autores, objetivos, metodologias empregadas e principais resultados. Essa sistematização permitiu visualizar os enfoques diversos adotados nas pesquisas, revelando tanto a complexidade do fenômeno quanto os avanços e limitações das políticas públicas existentes.

Quadro 1 - Resultados da pesquisa dos autores

Autor/ país/ ano	Objetivos	Metodologia	Resultados
Crístia Gonçalves Lopes Corrêa, Brasil, 2024.	Apresentar a relação entre afetividade e cognição a partir das perspectivas teóricas de Piaget, da neurociência e de Vygotsky.	Apresenta uma revisão teórica da literatura, analisando as contribuições de Piaget, Vygotsky e da neurociência sobre a relação entre afeto e cognição.	Autores como Piaget, Vygotsky e estudos da neurociência reconhecem o afeto como elemento central na aprendizagem. Piaget destaca sua influência no desenvolvimento cognitivo; a neurociência evidencia a interrelação entre emoção e cognição; e Vygotsky o entende como uma construção sociocultural ligada ao significado e à experiência.

Autor/ país/ ano	Objetivos	Metodologia	Resultados
Marinalva Lopes Ribeiro, Brasil, 2010.	O objetivo do artigo é analisar a importância da afetividade na relação educativa, destacando como essa dimensão influencia a aprendizagem dos alunos.	Pesquisa bibliográfica e exploratória baseada em ampla revisão de literatura, documentos acadêmicos e governamentais sobre afetividade na educação. Inclui análise documental da LDB, dos PCNs e de teorias de Piaget, Ausubel, Freire, entre outros, além da avaliação de reformas educacionais e currículos brasileiros quanto à dimensão afetiva na formação de professores.	A afetividade é fundamental para o engajamento e o desempenho dos alunos, mas ainda é pouco valorizada na prática docente. Relações positivas favorecem a motivação e a aprendizagem, enquanto posturas autoritárias têm efeito contrário. Defende-se a integração entre afeto e cognição na formação de professores para uma educação mais humanizada e eficaz.
Valéria Teixeira da Cunha Reis, Mary Anne Rodrigues Prata, Adriana Benedites Soares, Brasil, 2012.	O objetivo do artigo é identificar as habilidades sociais dos professores e suas concepções sobre a importância da afetividade no processo de aprendizagem.	Participaram 70 professores de escolas particulares de Nilópolis, Brasil, com idades entre 18 e 47 anos, que atuam do 6º ano do fundamental ao 3º ano do médio. O estudo utilizou métodos quantitativos (pontuações IHS) e qualitativos (análise temática) para investigar habilidades sociais e percepções de afetividade na educação.	Professores valorizam a afetividade e demonstram boas habilidades sociais, embora essas variáveis não se relacionem diretamente. A falta de aproximação compromete a aprendizagem, enquanto vínculos afetivos fortalecem o desempenho dos alunos.
Abigail Alvarenga Maboney, Laurinda Ramalho de Almeida, Brasil, 2005.	O objetivo deste artigo é expor conceitos fundamentais da teoria walloniana para a compreensão da dimensão afetiva e de sua relevância no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.	Adota uma metodologia teórico-analítica, sintetizando e expondo a teoria psicogenética de Henri Wallon e suas implicações para a compreensão da afetividade no ensino-aprendizagem.	Com base em Wallon, destaca-se a integração entre cognição e emoção. A falta de afetividade no ensino desmotiva e dificulta a aprendizagem. Propõe-se incluir o desenvolvimento emocional na formação docente para aprimorar a prática pedagógica.
Elvira Cristina Martins Tassoni, Sérgio Antônio da Silva Leite, Brasil, 2013.	O objetivo deste artigo é discutir a afetividade nos processos de ensino-aprendizagem, baseando-se na perspectiva walloniana.	Emprega uma abordagem qualitativa orientada pela teoria, utilizando a estrutura de Wallon para analisar a manifestação da afetividade em ambientes educacionais e a relação entre desenvolvimento psicológico e práticas pedagógicas.	Com base em Wallon, o artigo evidencia que as ações dos professores afetam emoções, interesse e desempenho dos alunos. Professores motivados favorecem a aprendizagem. O estudo destaca oito fatores-chave na relação entre afetividade e ensino, como comunicação, suporte e avaliação.

Autor/ país/ ano	Objetivos	Metodologia	Resultados
Maria Dos Santos Guimarães, Cilene Maria Lima Antunes Maciel, Brasil, 2021.	O objetivo do presente artigo é compreender a relevância da afetividade como impulsionadora da relação professor aluno para a Aprendizagem Significativa no âmbito da Educação Básica. Constitui-se de um estudo de caso, onde utilizou-se uma entrevista com roteiro semiestruturado como instrumento de coleta de dados, sendo os dados interpretados por análise da narrativa.	Utiliza uma abordagem qualitativa baseada em estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas realizadas com 8 professores e 24 alunos de duas escolas públicas de Várzea Grande (MT). A análise dos dados seguiu técnicas de análise narrativa e de conteúdo, fundamentada em referências como Yin (2015) e Gil (2010).	A relação afetiva entre professor e aluno é essencial para a motivação e a aprendizagem significativa. Emoções influenciaram a assimilação do conhecimento. O estudo destaca o impacto da afetividade no ensino e sugere novas pesquisas sobre o papel emocional do professor.
Janir Coutinho Batista, Paulo César Nunes Júnior, Elaine Prodócimo, Brasil, 2018.	O presente estudo tem por objetivo analisar a proposta do Educador, projeto criado para atuar no desenvolvimento afetivo da criança que se utiliza de diversas ferramentas.	Adotou uma abordagem qualitativa exploratória, baseada em pesquisa participante e análise de conteúdo (Bardin, 2004), categorizada em empatia, autoestima e aprendizagem. O estudo foi realizado em uma escola pública de Cerquilha (SP) com 23 crianças do 1º ano do fundamental, ao longo de 8 encontros semanais de 1h30 cada.	O projeto Educador melhorou as relações interpessoais, favorecendo o clima escolar e a colaboração. Alunos retraídos ganharam confiança e engajamento, e professores incorporaram as estratégias do projeto. O estudo reforça a importância da afetividade no ensino e sugere práticas pedagógicas baseadas em emoções e interação social para melhorar a aprendizagem.
Ana Luísa Antunes Rezende Tolfo e Silvana Maria Gritti, Brasil, 2019.	O objetivo é promover relações afetivas na escola para fortalecer vínculos, facilitar a adaptação dos alunos e mostrar que a aprendizagem significativa depende da conexão emocional, conforme Vygotsky (2003).	Adotou uma abordagem qualitativa, com intervenções práticas em uma turma do 2º ano do ensino fundamental, fundamentada em Vygotsky (importância da emoção na aprendizagem) e Piaget (construção do conhecimento social).	A atividade sobre afetividade promoveu um ambiente acolhedor, fortalecendo vínculos e aumentando a confiança, o interesse e a colaboração entre professor e alunos, destacando a importância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem.
Cristina Satie de Oliveira Pátaro, Ricardo Fernandes Pátaro, Brasil, 2017.	O artigo discute as contribuições de um trabalho pedagógico que visa à conscientização dos sentimentos e emoções	O estudo, de abordagem qualitativa, usou projetos como metodologia ativa com alunos do 4º ano, fundamentado em Damásio, Vygotsky, Piaget e Araújo (2014).	Com as atividades, as crianças melhoraram na identificação e expressão de emoções, favorecendo um ambiente respeitoso. A afetividade revelou-se essencial para o aprendizado, relações interpessoais e formação ética.

Autor/ país/ ano	Objetivos	Metodologia	Resultados
Jovana Machado Lourenção, Marion Machado Cunha, Brasil, 2013.	O objetivo analisar a afetividade como elemento construtivo de aprendizagem na escola e refletir as vivências que são construídas no processo de mediação entre o professor e aluno.	O estudo, de abordagem qualitativa e perspectiva crítica baseada em Freire e Marx, utilizou estudo de caso com 1 professora e 6 alunos do 4º ano da Escola Rodrigo Damasceno, em Sinop-MT.	O estudo confirma a importância da afetividade na aprendizagem, mas aponta limitações institucionais em sua prática. Defende a integração entre teoria e prática, como propõe Paulo Freire, para uma educação mais humanizadora e com relações pedagógicas horizontais e transformadoras.
Silva <i>et al.</i> , 2021	O objetivo do artigo é investigar a importância da afetividade no ensino da educação infantil para o desenvolvimento e aprendizado das crianças.	A metodologia do artigo é uma revisão narrativa, de caráter descritivo e interpretativo, que analisa amplamente o tema sem seguir protocolos rígidos.	A afetividade no ensino infantil favorece a aprendizagem, a adaptação e vínculos saudáveis. O professor deve promover um ambiente acolhedor, com apoio da família, para estimular o desenvolvimento socioemocional e pedagógico.
Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes Marçal Ribeiro, Brasi, 2019.	O objetivo deste artigo é demonstrar como e porque a afetividade está vinculada ao processo de ensino-aprendizagem, ressaltando que, sem o estabelecimento de vínculos afetivos.	O estudo utiliza revisão bibliográfica e abordagem qualitativa, priorizando autores clássicos, contemporâneos e documentos legais.	Cognição e afetividade são interdependentes no ensino. Vínculos afetivos aumentam motivação e interesse, e teóricos e documentos oficiais reforçam sua importância. Conclui-se que a escola deve ser acolhedora e os docentes devem promover a afetividade para favorecer aprendizado, socialização e bem-estar.
Eliamara Aparecida Sarnoski, Brasi, 2014.	O objetivo do artigo é demonstrar a importância da afetividade no ambiente escolar e seu impacto no processo de ensino-aprendizagem.	O trabalho, de abordagem qualitativa, realiza uma revisão bibliográfica com base em autores como Wallon, Freire, Vygotsky, Bock, Galvão e Pino.	A afetividade é fundamental para o sucesso educacional, fortalecendo vínculos e motivando os alunos. O professor deve ir além do conteúdo, promovendo relações afetivas, com apoio da família e atividades lúdicas, para tornar a aprendizagem mais significativa.

Autor/ país/ ano	Objetivos	Metodologia	Resultados
Thais Evangelista Santos, Fernanda Alves de Oliveira, Brasil, 2018.	O objetivo do artigo é analisar a importância da afetividade na educação infantil, especialmente na relação entre professor e criança, e como essa relação influencia o processo de ensino-aprendizagem.	O artigo, baseado em Wallon e Vygotsky, utiliza pesquisa bibliográfica para analisar a influência do vínculo afetivo no desenvolvimento infantil e na educação.	O vínculo afetivo entre professor e criança é essencial para o desenvolvimento integral. Com base em Wallon e Vygotsky, destaca a relação entre cognição e afetividade, e a importância de um ambiente acolhedor para estimular autonomia e aprendizado significativo.
Ester Oliveira Costa, Roberto Remígio Florêncio, Marcleide Sá Miranda Oliveira, Brasil, 2019.	O objetivo do artigo é analisar a influência da afetividade no processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo das crianças na faixa etária proposta.	A revisão bibliográfica analisa teorias de Wallon e Morin, além de artigos científicos recentes sobre afetividade e cognição, utilizando a plataforma SciELO. A pesquisa de campo empírica, realizada em 2013, envolveu 51 crianças de 5 a 17 anos em uma escola de São Paulo.	O afeto é crucial para a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual. A relação professor-aluno afeta o sucesso educativo, e professores empáticos favorecem o aprendizado. O desenvolvimento afetivo e cognitivo deve ser integrado ao ensino, e a capacitação docente é essencial para equilibrar a afetividade na prática pedagógica.
Tereza Cristina Bastos Silva Lima, Brasil, 2019.	Tem como objetivo refletir a respeito do papel que a afetividade possui nas práticas pedagógicas desenvolvidas por educadores em sala de aula, tendo como sustentáculo as ideias de Vygotsky e Wallon.	A abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, analisa teorias de Vygotsky, Wallon, Piaget e outros referenciais, como Antunes (2006) e Saviani (1991).	A afetividade no ensino fortalece a relação professor-aluno, facilita a aprendizagem e melhora a autoestima. O professor deve usá-la para engajar os alunos e superar bloqueios emocionais.
Ariane Palma Pires Amorim, Lara Fernandes Lessa, Amanda Juliana do Carmo, Brasil, 2021.	O artigo investiga o papel da afetividade no ensino integral em uma escola infantil de Ubá-MG, com entrevistas com professoras e uma mãe. A análise de conteúdo revelou que a afetividade é positiva, mas destaca a falta de diálogo entre família e escola.	Abordagem qualitativa baseada em um estudo de caso, com coleta de dados empíricos por meio de entrevistas. Os resultados foram obtidos pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).	A afetividade no vínculo professor-aluno promove segurança, autonomia e desenvolvimento cognitivo. Defende a parceria entre família e escola, e vê nas rotinas escolares momentos pedagógicos. Ressalta ainda que, em tempo integral, é essencial equilibrar acolhimento e limites para evitar carência afetiva.

Autor/ país/ ano	Objetivos	Metodologia	Resultados
Giovana Martins de Godoy, Rute Martins Ribeiro e José Antônio Zago, Brasil.	O artigo destaca a importância da afetividade na educação, analisando sua contribuição para o ensino-aprendizagem, formação integral e interação social, e reflete sobre a carência de afetividade na educação formal e seu impacto na formação social dos alunos.	A pesquisa qualitativa, com abordagem bibliográfica, analisa teorias e autores sobre a importância da afetividade na educação e no ensino-aprendizagem.	A afetividade é essencial na educação, pois relações empáticas e respeitadas melhoram o desempenho e motivam os alunos para o aprendizado.

A partir das informações extraídas dos 18 artigos, os resultados dos estudos sobre o papel da afetividade no processo de ensino e aprendizagem destacam uma relação significativa entre a importância do afeto na aprendizagem. A análise dos estudos selecionados por meio da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), apresentados no Quadro 1, permitiu identificar padrões recorrentes e também importantes contrapontos sobre o papel da afetividade no processo de ensino-aprendizagem. Foram analisados 18 artigos publicados entre 2015 e 2024, com abordagens metodológicas diversas, incluindo estudos de caso, pesquisas bibliográficas, revisões teóricas e análises qualitativas e quantitativas.

De forma geral, os estudos convergem na ideia de que a afetividade é um fator determinante para a aprendizagem significativa. Pesquisas como as de Corrêa (2024), Guimarães e Maciel (2021), e Pátaro e Pátaro (2017) destacam que o vínculo afetivo entre professor e aluno contribui diretamente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes. Essas relações promovem maior motivação, autoestima, engajamento e sentimento de pertencimento, criando um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e eficiente.

Por outro lado, estudos como os de Ribeiro (2010) e Lourenção e Cunha (2013) ressaltam que, apesar do reconhecimento da importância da afetividade, ela ainda é pouco valorizada na prática pedagógica. Os autores apontam a existência de uma lacuna entre o discurso acadêmico e a realidade escolar, evidenciada pela escassa formação docente voltada à dimensão afetiva e por ambientes escolares marcados por relações formais, autoritárias e distantes emocionalmente.

Outro ponto de destaque nos resultados refere-se à diversidade teórica que sustenta os estudos. As teorias de Wallon, Vygotsky, Piaget e Freire são

amplamente utilizadas como base para compreender a interação entre afetividade e aprendizagem. Por exemplo, Wallon (2008) sustenta que as emoções são constitutivas do processo de construção do conhecimento; já Freire (1996) reforça a importância do diálogo e da humanização na prática pedagógica, entendendo o afeto como elemento central na relação educativa.

Além disso, alguns estudos mais recentes, como o de Corrêa (2024), indicam uma tendência de articulação entre afetividade e neurociência, sugerindo que fatores biológicos, como os níveis de estresse e os estados emocionais, impactam diretamente na aprendizagem. Essa intersecção abre novas perspectivas para compreender como o afeto atua de forma integrada com os processos cognitivos.

Contudo, contrapontos importantes emergem da RSL. Embora o reconhecimento teórico da afetividade seja quase unânime, poucos estudos propõem metodologias concretas para sua aplicação prática em sala de aula. Intervenções bem-sucedidas, como o projeto Educação (BATISTA, NUNES JÚNIOR & PRO-DÓCIMO, 2018), mostram o potencial transformador de práticas pedagógicas intencionais voltadas à conscientização emocional, mas ainda são experiências isoladas e pouco difundidas nas redes de ensino.

Também chama atenção a fragilidade da articulação entre escola e família no trabalho com afetividade, conforme evidenciado por Amorim *et al.* (2021). A falta de diálogo e de ações integradas compromete o desenvolvimento de vínculos consistentes, sobretudo na educação infantil e no ensino fundamental.

Entre 2020 e 2025, observa-se uma tendência emergente que une neurociência e afetividade na educação, com foco em como processos biológicos (como estresse e motivação) influenciam a aprendizagem. Estudos recentes incorporam terminologia neurocientífica, biomarcadores (como cortisol e eletrodermografia) e modelos teóricos híbridos que conectam neurociência, pedagogia e prática docente — como o “Triângulo Neuro-Afetivo” proposto por Corrêa (2024). Essa evolução foi impulsionada por avanços tecnológicos, efeitos da pandemia e exigências da BNCC.

Crie um grafico resumo para complementar visualmente os resultados

Os estudos apontam que relações afetivas positivas entre professores e alunos criam um ambiente acolhedor, essencial para o desenvolvimento cognitivo e emocional. Por exemplo, pesquisas como as de Cristia Gonçalves Lopes (2024)

e Abigail Alvarenga (2005) destacam que a afetividade está intrinsecamente ligada à cognição, corroborando as teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon, que defendem a interdependência entre emoção e aprendizagem.

No entanto, apesar da comprovação teórica, a prática ainda apresenta desafios. Estudos como o de Marinalva Lopes (2010) e Jovana Lourenção (2013) revelam que a afetividade é frequentemente negligenciada na formação docente e nas políticas educacionais, resultando em ambientes escolares pouco sensíveis às necessidades emocionais dos alunos. Essa lacuna pode levar a situações de desinteresse e dificuldades de adaptação, especialmente quando as relações são marcadas por autoritarismo.

Intervenções práticas, como o projeto Educaração (JUNIOR COUTINHO, 2018), mostram que estratégias intencionais como atividades lúdicas, projetos de conscientização emocional e metodologias ativas podem transformar o clima escolar, fortalecendo vínculos e melhorando a colaboração entre alunos e professores. Além disso, a participação da família nesse processo é crucial, como destacam Ariane Palma (2021) e Giovana Martins (2021), mas ainda enfrenta barreiras devido à falta de diálogo entre escolas e comunidades.

Em síntese, os resultados apontam que, embora a afetividade seja amplamente reconhecida como elemento estruturante do processo educativo, ainda há desafios a serem superados para que ela seja plenamente incorporada às práticas escolares. Entre esses desafios, destacam-se: a formação de professores sensíveis às dimensões emocionais da aprendizagem; a construção de ambientes pedagógicos empáticos e acolhedores; e a valorização de políticas públicas que reconheçam o afeto como eixo central da educação humanizadora.

CONCLUSÃO

A pesquisa buscou responder sobre a influência e a importância da afetividade no processo de aprendizagem, abordando a forma como ela ocorre e as vertentes que comprovam sua eficácia. Apesar de algumas lacunas não terem sido preenchidas, acredita-se que o estudo atendeu às principais indagações.

Os estudos apresentados evidenciam que a afetividade desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, sendo amplamente

reconhecida como um fator que influencia positivamente o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos.

A partir dos artigos revisados, foi possível identificar que a qualidade do vínculo afetivo entre professores e alunos é crucial. Relações positivas e empáticas aumentam a motivação, a autoestima e o engajamento dos alunos, impactando, dessa forma, o desempenho acadêmico.

No que se refere às práticas pedagógicas que valorizam a afetividade, muitos estudos apontam que ela ainda é pouco enfatizada na formação docente.

Além do contexto educacional, a relevância social também se mantém interligada. Espaços como a escola funcionam como promotores de saúde mental, destacando a necessidade de ações integradas.

A revisão também aponta para a necessidade de mais pesquisas e estudos referentes à afetividade, especialmente em relação às lacunas e aos desafios identificados.

Nesse sentido, diversos autores contribuem para a compreensão da afetividade como um eixo estruturante da prática pedagógica. Freire (1996), Antunes (2003) e Ferreira *et al.* (2020) destacam a importância do vínculo afetivo entre professor e aluno para a promoção de uma aprendizagem significativa. A afetividade é vista como uma ponte para o engajamento, a confiança e o respeito mútuo no processo de ensino-aprendizagem.

No que diz respeito à formação docente, estudiosos como Tardif (2002), Garcia (2012) e Nóvoa (1992) enfatizam que ela deve contemplar não apenas os saberes científicos, mas também os afetivos e relacionais. O professor é compreendido como um sujeito em constante construção, que aprende a ensinar também a partir das experiências afetivas com seus alunos.

Além disso, autores como Zabala (2007) e Sousa *et al.* (2021) defendem uma prática pedagógica centrada no aluno como sujeito ativo. Nesse modelo, o processo de ensino considera as emoções, os contextos sociais e culturais dos educandos. A afetividade, nesse caso, é mobilizada como mediadora do conhecimento, promovendo empatia e favorecendo a autonomia do aluno.

Agradecimentos

A FACLEPP- Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação de Presidente Prudente-SP, Unoeste *Campus* de Presidente Prudente -SP pelo apoio financeiro e incentivo.

REFERÊNCIAS

- ABIGAIL, L. A.; LAURINDA, L. de O. Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 13, p. e251101321134, 2021.
- BASTOS, A. V. B. "Psicologia organizacional e do trabalho; que respostas estamos dando aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira". In O. H. Yamamoto, & V. V. Gouveia (Orgs), 2003.
- BATISTA, J. C.; NUNES JUNIOR, P. C.; PRODÓCIMO, E. Educacão: histórias, experiências e partilhas de aprendizagem e afetividade na escola. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 32, n. 2, p. 233-242, 2018.
- BOCK, A. M. B. Psicologia. **Uma Tradução ao Estudo Psicologia**. Ana Mercês B. Bock, e Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira – 4ª ed. – São Paulo: Saraiva 2008.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. "Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares/ Secretaria da Educação Fundamental". Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CARVALHO, M. V. C. Temas em Psicologia e educação; MACEDO, Rosa M. Almeida. In: o processo de desenvolvimento humano explicando por que somos tão iguais e tão diferentes. Maria Vilani Cosme de Carvalho (org.). Belo Horizonte: autêntica, 2006.
- CORRÊA, C. G. L. A relação entre afeto e cognição: perspectivas teóricas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 28, 2024.
- COSTA, E. O.; FLORÊNCIO, R. R.; OLIVEIRA, M. S. M. Afetividade em sala de aula e sua relevância no desenvolvimento cognitivo de alunos entre 5 e 7 anos de idade. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 107-117, 2014.
- ERREIRA, G. R.; RIBEIRO, P. R. M. A importância da afetividade na educação. Doxa: **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 88-103, 2019.
- FERREIRA, A. B. H. "Novo Aurélio XXI: o dicionário de língua portuguesa" 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lílían Lopes Martin. Paz e Terra, 1983.
- GODOY, G. M. de; RIBEIRO, R. M.; ZAGO, J. A. A importância da afetividade na educação e nos processos de aprendizagem. **Revista do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UNIESI**, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2021.
- GUIMARÃES, M. dos S.; MACIEL, C. M. L. A. A afetividade na relação professor-aluno: alicerces para a aprendizagem significativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e21101018362, 2021.

LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, T. C. B. S. A afetividade como ferramenta propulsora do ensino e da aprendizagem. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU**, 6., 2019, Campina Grande. Anais. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

LOURENÇÃO, J. M.; CUNHA, M. M. A afetividade como práxis essencial nos processos educativos. **Eventos Pedagógicos**, v. 4, n. 2, p. 107–117, 2013.

MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. (Orgs). HENRI WALLON: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO. In: WALLON E A EDUCAÇÃO – 11. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012.

PATARO, C. S. de O.; PÁTARO, R. F. Por que temos sentimentos? possibilidades de uma prática pedagógica voltada para a conscientização dos sentimentos e emoções. *Educere et Educare*, [S. l.], v. 12, n. 25, 2017.

PIAGET, J. **La relación del afecto com la inteligencia en el desarrollo mental del niño**. In G. Delahanty, & J. Perrés (Eds.), *Piaget y el psicoanálisis* (pp. 181-289). Universidad Autónoma Metropolitana: Xochimilco. (Trabalho original publicado em 1962).1994

REIS, V. T. da C.; PRATA, M. A. R.; SOARES, A. B. Habilidades sociais e afetividade no contexto escolar: perspectivas envolvendo professores e ensino-aprendizagem. **Psicologia Argumento**, v. 30, n. 69, 2017.

RIBEIRO, M. L. A afetividade na relação educativa. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 27, n. 3, p. 403–412, 2010.

SANTOS, A. P. C. dos; SANTOS, R. A. dos. O papel da afetividade na educação infantil integral: um estudo sobre a relação professor-aluno. **Revista Multidisciplinar do UNIFAGOC**, v. 4, n. 2, p. 1–10, 2021.

SANTOS, T. E.; DE OLIVEIRA, F. A. A importância da afetividade na educação infantil: discussões no campo da psicopedagogia. **Revista UniAraguaia de Pós Graduação**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 21–31, 2018.

SARNOSKI, E. A. Afetividade no processo ensino-aprendizagem. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – **IDEAU**, v. 9, n. 20, jul./dez. 2014.

SILVA, K. G. S. da *et al.* Afetividade como prática metodológica na educação infantil: uma revisão narrativa. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e36410414053, 2021.

TASSONI, E. C. M.; SILVA LEITE, S. A. da. Afetividade no processo de ensino-aprendizagem: as contribuições da teoria walloniana. **Educação**, v. 36, n. 2, p. 262–271, 2013.

TOLFO, A. L. A. R.; GRITTI, S. M. **Significando ações através da afetividade**. *RELACult*, v. 5, n. 4, 2019.

VIGOTSKI, L. S. *A Formação Social da Mente*. SP: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WALLON, H. **Do ato ao pensamento: ensaio de psicologia comparada**. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

WALLON, H. **Do ato ao Pensamento**. 1. ed. França: Vozes, 1985.

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM ESPECTRO AUTISTA NA SALA DE AULA

Ágata Melissa Macedo Santana

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Ana Julia Silva de Paula

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Janiele de Souza Santos Uchelli

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

RESUMO

Objetivo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar os desafios enfrentados por alunos com TEA no ambiente escolar e refletir sobre o papel do professor e das práticas pedagógicas inclusivas na superação dessas barreiras.

Métodos: Trata-se de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), seguindo as diretrizes PRISMA, baseada em 30 artigos selecionados a partir das bases de dados Periódicos CAPES, SciELO e ERIC, publicados entre 2019 e 2024, em português.

Resultados: Os resultados demonstram que os estudos feitos pela RSL mostraram que existem alternativas viáveis e eficazes, como o uso do Plano Educacional Individualizado (PEI), o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) as práticas lúdicas, a formação continuada e o fortalecimento da parceria entre escola e família que podem colaborar para o desenvolvimento e aprendizagem da criança com TEA. **Conclusão:** Conclui-se que a inclusão efetiva de alunos com TEA requer não apenas a presença física desses estudantes em sala, mas também uma transformação nas práticas pedagógicas e na cultura escolar

Palavras-chave: ambiente escolar; desenvolvimento infantil; TEA; inclusão; DUA.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neuro desenvolvimento que se manifesta por dificuldades na comunicação, na interação social e por padrões de comportamento repetitivos e restritos (APA, 2014). No contexto escolar, essas características podem representar desafios significativos para o processo de ensino e aprendizagem, exigindo a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas. A escola, como espaço de socialização e construção de saberes, precisa se reorganizar para garantir o desenvolvimento pleno de todos os estudantes, inclusive daqueles com TEA (MANTOAN, 2006).

De acordo com a Salz (2022), é muito importante fazer com que a criança com TEA sinta que pertence ao ambiente escolar. A inclusão de alunos autistas nas salas de aula pode trazer um grande desafio não somente para o professor, mas também para os colegas que irão compartilhar da mesma convivência. É importante ressaltar que essas dificuldades enfrentadas pelos alunos com TEA, principalmente o fato de que eles não possuem a mesma capacidade de interagir e se relacionar, e raciocinar o mundo ao seu redor com a mesma percepção dos outros colegas, acabam afetando o seu desenvolvimento em vários outros sentidos. Episódios de auto isolamento, fobias, perturbações de sono, problemas na alimentação, crises de birra, agressividade ou auto agressividade, são apenas um dos problemas que podem se manifestar caso não seja feito um bom acompanhamento por parte dos docentes e outros profissionais da saúde. Essa inclusão, muitas vezes, gera estranhamento por parte dos colegas, o que acaba construindo uma imagem distorcida da criança autista. Isso mostra também a dificuldade que o professor tem em dar a sua aula sem comprometer o aprendizado do restante da turma e por isso, cabe ao mesmo buscar e adequar sua metodologia para atender as necessidades de um todo.

O ingresso de um aluno com autismo na escola regular traz consigo uma série de desafios, que se tornam parte do dia a dia tanto dos professores quanto da instituição. Uma abordagem para melhorar a adaptação e reduzir esses desafios é a adaptação do currículo, o que pode promover uma melhor aprendizagem para a criança.

A justificativa deste trabalho está na necessidade urgente de compreender os desafios enfrentados por alunos com autismo dentro da sala de aula e como

esses desafios impactam o seu desenvolvimento escolar. A inclusão desses estudantes é um direito assegurado por leis nacionais e internacionais, como a LDB (Lei nº 9.394/96) e a Lei nº 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. No entanto, a efetivação desse direito ainda encontra muitas barreiras, como a formação insuficiente dos professores e a falta de recursos pedagógicos adequados (SASSAKI, 2005).

A relevância desta pesquisa reside no fato de que compreender as dificuldades no desenvolvimento e aprendizagem de alunos com TEA permite avançar na construção de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo. De acordo com Bosa (2002), os estudantes autistas demandam intervenções educacionais específicas, baseadas em suas necessidades individuais. Por isso, é fundamental que o corpo docente esteja preparado para reconhecer essas necessidades e implementar estratégias pedagógicas eficazes que promovam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social desses alunos.

Diante desse cenário, a pergunta norteadora que guia esta investigação é: Quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes com Transtorno do Espectro Autista e seus professores no processo de desenvolvimento e aprendizagem dentro da sala de aula?

O objetivo deste artigo é analisar os desafios enfrentados por alunos com TEA no ambiente escolar e refletir sobre o papel do professor e das práticas pedagógicas inclusivas na superação dessas barreiras.

INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO

A inclusão escolar é um princípio fundamental para garantir o direito de todos os alunos, independentemente de suas características ou necessidades, à educação de qualidade em ambientes comuns de ensino. No contexto da educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa inclusão requer adaptações curriculares específicas que atendam às necessidades individuais, favorecendo seu pleno desenvolvimento e participação na escola.

Mantoan (2003), defende a educação inclusiva, ressaltando que as adaptações curriculares precisam ser centradas nas necessidades individuais dos alunos com TEA. Para ela, a inclusão deve ser um processo contínuo de

reavaliação e ajuste das práticas pedagógicas, garantindo a participação plena e o benefício de todos os estudantes no ambiente escolar.

A Constituição Federal de 1988 assegura avanços significativos para a educação de pessoas com deficiência, ao eleger como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III), além da promoção do bem de todos, sem discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5º) e estabelece, nos artigos 205 e seguintes, o direito de todos à educação, voltada para o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

O princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola é destacado no artigo 206, inciso I, enquanto o artigo 208, inciso V, determina que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Tal atendimento envolve instrumentos necessários para eliminar barreiras que dificultam a interação desses alunos com o ambiente escolar, como o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do código Braille e o uso de tecnologias assistidas.

A escola comum, segundo essa perspectiva, é o ambiente mais adequado para promover a interação entre alunos com e sem deficiência, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo de todos (MANTOAN, 1999, 2001). Assim, práticas escolares inclusivas, que considerem as diversas necessidades dos estudantes, devem ser regra no ensino regular e nas demais modalidades, não justificando a manutenção de um ensino especial segregado.

Além da Constituição, outras legislações reforçam esse compromisso, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, assinada na Guatemala em 1999 (BRASIL, 1996).

Machado e Oliveira (2007) definem adaptações curriculares como “ajustes realizados no currículo para que ele se torne apropriado ao acolhimento das diversidades do aluno”, garantindo assim um currículo verdadeiramente inclusivo. Essas adaptações envolvem modificações organizativas, nos objetivos, conteúdos, metodologias, organização didática, tempo e avaliação, permitindo atender às necessidades educativas de todos os estudantes.

A implementação das adaptações curriculares é um processo progressivo, que pode enfrentar resistência no ambiente escolar, mas que se fortalece com o tempo e a cooperação entre os educadores (MACHADO; OLIVEIRA, 2007). Contudo, o currículo tradicional de formação docente frequentemente não prepara os professores para realizar tais adaptações, o que pode dificultar sua aplicação (MACHADO, 2007).

Há divergências sobre a possibilidade prática de adaptações curriculares: alguns defendem a existência de um currículo único e avaliam todos os alunos da mesma forma, argumentando que diferenças cognitivas não justificariam múltiplos currículos. No entanto, defensores das adaptações alertam que um currículo único sem modificações pode acentuar práticas excludentes, relegando alunos com necessidades especiais ao “fundo da sala de aula” e a rótulos como “dificuldades de aprendizagem”. Para eles, a escola inclusiva deve ser suficientemente flexível para acolher todos, oferecendo adaptações curriculares que garantam a participação efetiva desses alunos, mantendo a unidade curricular, mas com flexibilidade na aplicação (MACHADO, 2007).

Correia (2003) ressalta que as adaptações curriculares englobam tanto as transformações necessárias para garantir a acessibilidade quanto as modificações pedagógicas que favorecem o aprendizado dos alunos com necessidades específicas. Essas mudanças são fundamentais para tornar o currículo mais flexível e dinâmico, permitindo que todos os aprendentes possam se desenvolver.

Segundo as diretrizes nacionais de Educação Especial, estabelecidas pela LDB e outros documentos do MEC, a inclusão deve estar presente no projeto político-pedagógico das escolas, por meio de adaptações curriculares que promovam o desenvolvimento e a aprendizagem de alunos com necessidades especiais (BRASIL, 1998).

Essas adaptações podem incluir mudanças no número de alunos por sala, trabalho cooperativo entre professores do ensino regular e especial, ajustes no tempo de permanência em séries e estratégias para promoção e avaliação (MACHADO, 2007).

Attwood (2007), especialista no estudo da Síndrome de Asperger e TEA, enfatiza que as adaptações curriculares para alunos com autismo devem incluir estratégias específicas, como o ensino explícito de habilidades sociais, o uso dos interesses especiais dos alunos como motivadores para a aprendizagem,

ambientes estruturados e o uso de tecnologias assistivas. Em síntese, para a efetiva inclusão escolar de alunos com TEA, é indispensável que as escolas adotem práticas pedagógicas flexíveis, adaptando currículos e ambientes, para garantir o direito à educação e o pleno desenvolvimento desses estudantes.

MÉTODOS

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) com abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar os desafios do desenvolvimento e aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) dentro da sala de aula e o papel do professor na melhoria desse processo. A RSL possibilita a identificação e a síntese de estudos científicos relevantes sobre o tema, permitindo uma visão ampla e crítica das publicações existentes.

Conforme Kitchenham (2004), a RSL é uma metodologia estruturada que permite coletar, avaliar e interpretar pesquisas relevantes sobre uma questão específica, sendo amplamente utilizada para a síntese de estudos científicos de qualidade (KITCHENHAM *et al.*, 2009). Além disso, o autor propõe que a RSL seja composta por três fases: planejamento, execução e análise dos resultados (KITCHENHAM, 2004).

A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores e operadores booleanos: ("Autismo" OR "Transtorno do Espectro Autista" OR "Autistic Disorder" OR "ASD") AND ("Sala de aula" OR "Classroom" OR "Ensino Regular" OR "Regular School") AND ("Aprendizagem" OR "Learning" OR "Educational Challenges" OR "Developmental Challenge"). No Google Acadêmico, essa estratégia de busca retornou 16.400 resultados, enquanto na base SciELO a pesquisa resultou em 198 artigos.

Para garantir a relevância e qualidade dos estudos analisados, foram estabelecidos critérios específicos de inclusão e exclusão. Foram incluídos apenas estudos que abordassem diretamente o TEA no contexto escolar, enfatizando os desafios de aprendizagem e as estratégias pedagógicas aplicadas. Além disso, foram considerados artigos que analisassem a atuação docente e sua influência na inclusão e desenvolvimento de estudantes com TEA, bem como estudos de caso e pesquisas empíricas voltadas para práticas pedagógicas

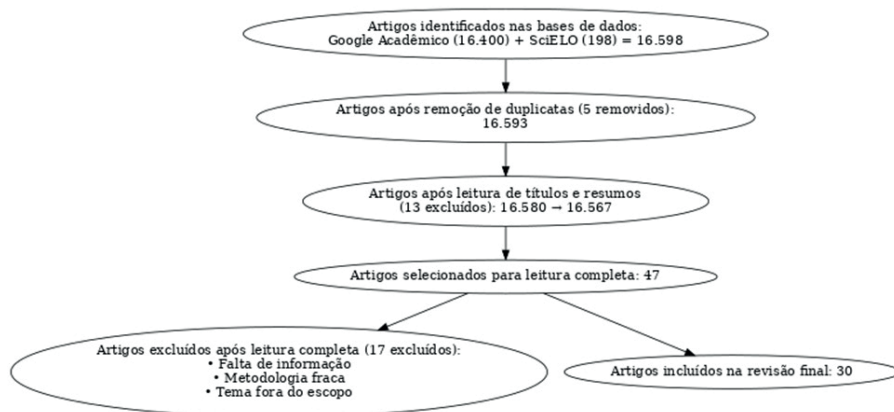
específicas. As publicações selecionadas estavam disponíveis em português, inglês ou espanhol, possuíam acesso integral ao texto e foram publicadas nos últimos seis anos.

Por outro lado, foram excluídos da análise os estudos que não abordavam especificamente o TEA dentro do ambiente escolar, aqueles que apresentavam dados insuficientes ou sem fundamentação teórica consistente, artigos repetitivos já contemplados em outras revisões sistemáticas e materiais sem revisão por pares ou validação acadêmica.

A partir desses critérios, foram inicialmente selecionados 65 artigos. Após uma revisão criteriosa, foram eliminados 35 estudos que não atendiam plenamente aos objetivos da pesquisa, restando, ao final, 30 artigos para análise detalhada.

A análise dos dados foi realizada por meio da leitura crítica e extração de informações relevantes, organizadas em um quadro de revisão sistemática contendo os seguintes elementos: autor, país, ano, objetivos, metodologia e resultados. Essa abordagem possibilitou uma síntese das principais evidências e tendências relacionadas aos desafios e às melhores práticas para a inclusão e aprendizagem de estudantes autistas no ensino regular.

Figura 1 - Fluxograma do processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos na revisão sistemática.



Fonte: Autor (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 30 artigos selecionados para esta revisão sistemática foram analisados e os dados principais extraídos e organizados no Quadro 1, que sintetiza as principais informações de cada artigo, incluindo autores, objetivos, metodologias adotadas e os principais resultados encontrados. Com base na análise do quadro, foram identificados pontos de convergência, divergência e lacunas relevantes na literatura.

Quadro 1 - Artigos utilizados na revisão sistemática.

Autor / ano/ pais	Objetivos	Metodologias	Resultados
Amorim, Silva e Araújo, (2021). Brasil	Analisar os desafios e potencialidades da inclusão escolar de autistas, considerando o papel da escola, família, sociedade e poder público para garantir equidade e desenvolvimento.	Pesquisa bibliográfica, estudo de caso e experiência de estágio para compreender o autismo e sua relação com família, escola e sociedade.	A inclusão do aluno autista exige suporte interdisciplinar e apoio familiar, favorecendo seu desenvolvimento e aprendizagem dentro e fora da escola.
Veiga, (2024). Brasil	Analisar as dificuldades dos professores no ensino de alunos autistas e promover estratégias eficazes para melhorar as práticas pedagógicas.	Estudo de caso qualitativo para analisar dificuldades na inclusão de alunos autistas, explorando significados e experiências.	A inclusão de alunos com TEA exige adaptações, interação social e comunicação. Professores enfrentam desafios, mas buscam estratégias. Capacitação e suporte familiar são essenciais.
França et. al., (2025). Brasil	Analisar o impacto das ferramentas tecnológicas no acompanhamento das habilidades e comportamentos de alunos com TEA.	Revisão bibliográfica, entrevistas com educadores e análise de estudos de caso em escolas inclusivas.	Tecnologias de monitoramento personalizam o ensino, facilitam a comunicação e permitem intervenções eficazes, mas exigem capacitação docente e segurança dos dados.
Rodrigues (2019). Brasil	Analisar as características, diagnósticos e desafios dos alunos autistas para adaptar a prática docente e promover sua inclusão escolar.	Estudo sobre inclusão na educação infantil, com adaptação metodológica e avaliação contínua por meio de observação e registros.	A formação docente e o planejamento são essenciais para incluir alunos autistas. Estratégias pedagógicas eficazes incentivam sua participação e favorecem um ambiente inclusivo.

Autor / ano/ pais	Objetivos	Metodologias	Resultados
Ziviani, (2021). Brasil	Investigar os desafios dos professores na alfabetização de crianças autistas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.	Pesquisa qualitativa com entrevistas a professoras alfabetizadoras de escolas privadas, registrando desafios e estratégias para alfabetização de alunos autistas.	A alfabetização de crianças com TEA exige mais apoio e recursos. A inclusão carece de maior colaboração do Estado e das famílias. O PEI é uma ferramenta essencial nesse processo.
Fonseca, (2024). Brasil	Analisar os desafios da inclusão escolar de alunos com TEA e as estratégias para superá-los, considerando estudantes, famílias, professores e a sociedade.	Pesquisa bibliográfica descritiva baseada em publicações científicas, diretrizes e legislações sobre inclusão escolar.	A inclusão de crianças com TEA enfrenta desafios devido à falta de preparo docente e estrutura inadequada. Apesar dos direitos garantidos, sua aplicação ainda é limitada. O apoio escolar e familiar é essencial.
Sales e Nery, (2024). Brasil			
	Analisar a inclusão de crianças com TEA na educação infantil, focando em práticas pedagógicas, desafios e estratégias inclusivas.	Pesquisa bibliográfica, entrevistas com professores e coordenadores, e análise de políticas educacionais sobre a inclusão de crianças com TEA.	A pesquisa destacou a importância da formação docente, adaptações curriculares e parceria entre escola, família e profissionais da saúde para inclusão de crianças com TEA.
Rezende, (2021). Brasil	Analisar a inclusão de alunos com TEA em escolas regulares, destacando a formação docente, adaptações e estratégias pedagógicas.	Pesquisa bibliográfica e análise documental de legislações, diretrizes e estudos sobre inclusão escolar, com foco nos desafios e práticas pedagógicas.	A pesquisa destacou a importância da formação docente, adaptação curricular e parceria entre escola, família e profissionais da saúde para a inclusão de alunos com TEA.
Balio e Leão, (2024). Brasil	Analisar as demandas do autismo, as estratégias legais de inclusão e as lacunas na formação docente para promover práticas eficazes no ensino regular.	Investigação sobre adaptação curricular, formação docente e recursos escolares para inclusão de estudantes autistas, destacando o papel do acompanhamento multidisciplinar e da família.	A pesquisa identificou a importância da formação docente e das adaptações curriculares, evidenciando desafios e ações necessárias para uma inclusão efetiva.
Cardoso, Ferreira e Carvalho, (2022). Brasil	Investigar o processo de alfabetização de crianças com autismo, explorando a inclusão na educação infantil por meio de estratégias lúdicas e a parceria entre família e escola.	Pesquisa qualitativo-descritiva com revisão bibliográfica e análise de literatura sobre estratégias lúdicas e o papel da escola e da família na inclusão.	A socialização é essencial no ensino-aprendizagem, seguida da aplicação de técnicas adaptadas às necessidades específicas de crianças com autismo.

Autor / ano/ pais	Objetivos	Metodologias	Resultados
Câmara,(2024). Brasil	Analisar práticas pedagógicas, inclusão e adaptações curriculares que favorecem a aprendizagem de alunos com autismo.	Pesquisa bibliográfica qualitativa com base em autores da área, analisando desafios e avanços na inclusão.	A inclusão ainda enfrenta desafios, exigindo mais suporte para profissionais e famílias. O estudo amplia a compreensão do tema e pode embasar pesquisas futuras.
Borges e Schmidt, (2021). Brasil	Analisar como o DUA pode apoiar alunos com autismo, com base nas teorias da coerência central, funções executivas e teoria da mente, a partir da narrativa de uma mãe.	Observação da adaptação pedagógica de um aluno com TEA, aplicando os princípios do DUA e um Plano de Desenvolvimento Individual, com foco na diversificação sensorial e nos recursos de ensino.	O DUA facilita a inclusão ao adaptar o ensino às diferentes formas de aprendizagem, tornando as práticas pedagógicas mais eficazes e equitativas.
Lima e Ângelo, (2024). Brasil	Analisar as práticas pedagógicas adotadas por professores para a inclusão de alunos com TEA no ensino regular.	Estudo qualitativo baseado em entrevistas semiestruturadas com professores do ensino regular, explorando suas percepções e estratégias de ensino para alunos autistas.	Identificou-se a necessidade de formação docente contínua, adaptações pedagógicas e suporte especializado para garantir a inclusão efetiva de alunos com TEA.
Pezzi e Frison, (2024). Brasil	Analisar como professores da Educação Infantil compreendem o brincar e seus impactos no ensino de crianças com TEA na pré-escola.	Pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-ação, com observações e grupos focais para investigar a relação entre o brincar e o desenvolvimento de crianças com TEA.	As professoras reconhecem a importância do brincar, mas enfrentam dificuldades em sua aplicação. A interação social e o ensino estruturado favorecem o desenvolvimento de habilidades, evidenciando a necessidade de formação docente e apoio institucional.
Grando, (2022). Brasil	Identificar metodologias e estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão de alunos com TEA em turmas regulares, analisando desafios e propondo alternativas para seu aprendizado.	Pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, baseada na análise de referências sobre TEA, educação e inclusão. Utilizou diário de anotações, levantamento bibliográfico e estado da arte como instrumentos de pesquisa.	Evidenciam-se práticas inclusivas eficazes, como o uso da tecnologia e da brincadeira, além da necessidade de formação contínua dos professores para garantir a inclusão.
Lima e Carvalho, (2022). Brasil	Analisar as estratégias de ensino utilizadas por professores no ensino de alunos autistas na sala regular e no AEE.	Pesquisa qualitativa e descritiva, com questionário virtual aplicado a duas professoras do AEE em escolas públicas de Barreira/CE.	Constatou-se a necessidade de formação continuada e materiais adequados, indicando que a inclusão ainda não é efetiva nas escolas analisadas.

Autor / ano/ pais	Objetivos	Metodologias	Resultados
Martins, Lisboa e Battistello, (2024). Brasil	Analisar a inclusão de estudantes com TEA no ensino regular, destacando o uso do Plano Educacional Individualizado (PEI) para melhorar a qualidade do ensino.	Pesquisa bibliográfica qualitativa baseada em estudos sobre TEA, inclusão escolar e PEI.	O PEI é crucial para a inclusão, mas sua implementação é inconsistente e frequentemente burocrática. A colaboração entre professores, equipe pedagógica e familiares é vital para o sucesso do plano. Formação docente adequada é necessária para a eficácia.
Cruz e Oliveira, (2023). Brasil	Analisar como a escola deve atender alunos com TEA com base na legislação vigente e investigar o papel da família no processo de inclusão.	Pesquisa bibliográfica sobre inclusão escolar, legislação e o papel da família na aprendizagem de alunos com TEA.	A inclusão escolar ainda enfrenta desafios, como a falta de formação docente e de profissionais de apoio. A parceria com a família e o uso de novas práticas pedagógicas são fundamentais para garantir uma inclusão efetiva e igualitária.
Ferreira et. al., (2025). Brasil	Investigar as práticas pedagógicas utilizadas por professoras no ensino de alunos com TEA na escola regular, identificando desafios e propondo recursos pedagógicos para seu desenvolvimento	Pesquisa exploratória e qualitativa, caracterizada como estudo de caso, realizada com duas professoras da rede municipal. Utilizou observações e questionários para coleta de dados.	Apesar das limitações, as professoras adaptam suas práticas pedagógicas e desenvolvem estratégias inclusivas. Tem a necessidade de maior investimento em formação continuada, materiais adequados e tecnologias assistivas para garantir a inclusão efetiva.
Nunes e Alves (2022). Brasil	Analisar a inclusão escolar de alunos com TEA e a importância do PEI nesse processo.	Pesquisa bibliográfica baseada em artigos acadêmicos sobre inclusão escolar de alunos com TEA.	A inclusão exige colaboração entre escola, família e sociedade, com o PEI como ferramenta essencial para adaptação pedagógica.
Paiva et. al., (2024). Brasil	Apresentar conquistas e desafios da inclusão escolar de alunos com TEA, destacando a importância da formação docente.	Pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e exploratório.	A inclusão ainda enfrenta barreiras, mas a formação de professores é essencial para garantir um ensino de qualidade e adaptado às necessidades dos alunos com TEA.
Portella et al., (2023). Brasil	Explorar métodos inovadores de ensino para estudantes com autismo, enfatizando adaptações pedagógicas e o uso de tecnologias assistivas.	Revisão bibliográfica sobre estratégias inclusivas e tecnológicas.	As tecnologias educacionais e abordagens adaptativas melhoram a aprendizagem e a inclusão de alunos com TEA, destacando a necessidade de formação docente e suporte multidisciplinar.

Autor / ano/ país	Objetivos	Metodologias	Resultados
Santos, (2022). Brasil	Analisar a contribuição do psicopedagogo na inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar, desmistificando preconceitos e promovendo um ensino mais acessível.	Revisão bibliográfica sobre o papel do psicopedagogo na mediação do aprendizado e inclusão de alunos autistas.	O psicopedagogo desempenha um papel essencial na adaptação do ensino, auxiliando educadores e famílias a compreender e atenderem às necessidades das crianças com TEA, favorecendo sua inclusão e desenvolvimento.
Silva, (2022). Brasil	Refletir sobre a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil, destacando a importância da afetividade e ludicidade no processo de ensino.	Observação participante em um Espaço de Desenvolvimento Infantil no Rio de Janeiro, analisando práticas pedagógicas aplicadas a duas crianças autistas.	A afetividade e a ludicidade mostraram-se essenciais para a inclusão, promovendo maior engajamento dos alunos. A formação continuada dos professores e o suporte adequado são fundamentais para isso.
Silva <i>et al.</i> , (2022). Brasil	Investigar a evolução da Educação Especial no Brasil, com ênfase no autismo e na aplicação da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no processo de alfabetização.	Pesquisa bibliográfica e levantamento de dados por meio de formulários.	A inclusão escolar de crianças com TEA exige adaptações pedagógicas, acompanhamento especializado e respeito ao tempo de aprendizagem individual. Escolas que valorizam a diversidade favorecem a socialização e o aprendizado desses alunos.
Silveira, Santos e Stas-cxak, (2021). Brasil	Refletir sobre os desafios da educação inclusiva para crianças com TEA, buscando compreender dificuldades e sugerir caminhos para um ensino mais acessível.	Pesquisa qualitativa e bibliográfica, baseada em revisão de literatura.	A aprendizagem de alunos com autismo é favorecida por estímulos lúdicos e práticas inclusivas. A escola e a sociedade devem garantir um ambiente adequado para a socialização e o desenvolvimento dessas crianças.
Tsuchiya, (2022). Brasil	Analisar o impacto do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio de uma revisão sistemática da literatura.	Revisão de artigos, dissertações e teses publicadas entre 2020 e 2021 sobre o tema do DUA e suas contribuições para alunos com TEA.	Embora as pesquisas sobre o DUA ainda sejam recentes no Brasil, estudos apontam seu potencial para eliminar barreiras pedagógicas e favorecer a inclusão, destacando práticas pedagógicas eficazes baseadas nessa abordagem.

Autor / ano/ pais	Objetivos	Metodologias	Resultados
Alves, (2021). Brasil	Analisar a inclusão de alunos com TEA na Educação Infantil, identificando dificuldades enfrentadas pelos docentes e estratégias utilizadas.	Pesquisa qualitativa e de campo, com caráter exploratório, baseada em entrevistas semiestruturadas com professores.	A falta de profissionais especializados e de capacitação docente dificulta a inclusão. O estudo destaca a importância das interações sociais e da adaptação do ambiente escolar, evidenciando que muitos professores ainda veem a inclusão apenas como a presença do aluno em sala, sem ajustes necessários.
Sousa, Leal e Batista, (2023). Brasil	Analisar a aplicação do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) como ferramenta essencial para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala de aula comum.	Pesquisa baseada na análise de autores como Santos (2008), Cast (2013), Heredero (2010) e Nelson (2014), que discutem o DUA como recurso para práticas pedagógicas inclusivas.	O DUA facilita a acessibilidade e promove estratégias pedagógicas mais inclusivas, reforçando a necessidade de aperfeiçoamento da prática docente para garantir o desenvolvimento educacional de alunos com TEA.
Santos e Oliveira, (2021). Brasil	Analisar as ações escolares para a inclusão de alunos com TEA, avaliando sua eficácia na educação básica.	Pesquisa bibliográfica qualitativa, baseada na análise de legislações e estudos sobre inclusão e AEE.	Há avanços no acesso, mas persistem desafios como falta de formação docente, escassez de salas de recursos e suporte insuficiente.

Organização: Autor (2025).

A análise dos 30 artigos selecionados revelou uma forte convergência com os objetivos desta pesquisa, especialmente no que diz respeito à identificação dos desafios enfrentados por estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de desenvolvimento e aprendizagem em sala de aula. Trabalhos como os de Fonseca (2024), Rezende (2021), Sales e Nery (2024) e Veiga (2024) abordam a inclusão de alunos com TEA e o papel essencial do professor nesse processo, alinhando-se diretamente à proposta deste estudo. Além disso, autores como Lima e Ângelo (2024) e Ferreira *et al.* (2025) destacam a importância de estratégias pedagógicas adaptadas para promover uma aprendizagem significativa e inclusiva, reforçando a relevância do tema.

Grande parte dos estudos analisados (80%) utilizou metodologias qualitativas, como entrevistas, estudos de caso e revisão bibliográfica. Essa escolha reforça a tendência de valorizar a experiência dos professores e demais atores escolares na inclusão de alunos com TEA. Trabalhos como os de Lima e Carvalho

(2022), Silva (2022) e França *et al.* (2025) utilizaram entrevistas e observações em campo para explorar práticas pedagógicas aplicadas ao ensino de crianças com autismo. Já pesquisas como as de Câmara (2024) e Cruz e Oliveira (2023) empregaram análises bibliográficas com foco nas diretrizes legais e desafios práticos, metodologia semelhante à adotada nesta revisão sistemática.

Os resultados dos estudos convergem em destacar a necessidade de formação continuada dos professores, a adaptação do currículo e o suporte familiar como pilares essenciais para o sucesso da inclusão escolar. Autores como Veiga (2024), Rezende (2021) e Balio e Leão (2024) identificam que a falta de capacitação docente ainda é um dos principais obstáculos para o atendimento adequado às necessidades dos alunos com TEA. Estudos como o de Ziviani (2021) evidenciam a importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) na alfabetização, enquanto Pezzzi e Frison (2024) ressaltam o valor do brincar e da ludicidade no processo de desenvolvimento, especialmente na educação infantil. Esses achados reforçam os dados levantados nesta revisão e apontam para caminhos pedagógicos promissores.

Alguns estudos analisados contribuíram diretamente para preencher as lacunas apontadas nesta pesquisa, oferecendo soluções práticas e inovadoras. Os trabalhos de Sousa, Leal e Batista (2023) e Tsuchiya (2022), por exemplo, abordam o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) como uma abordagem que permite maior acessibilidade e equidade no processo de ensino, contribuindo para eliminar barreiras pedagógicas. Já França *et al.* (2025) analisam o uso de tecnologias assistidas e de monitoramento personalizado, propondo novas possibilidades para o acompanhamento do progresso dos alunos com TEA. Por sua vez, Ferreira *et al.* (2025) mostram como estratégias simples, mas bem planejadas, podem ser eficazes mesmo em contextos com poucos recursos.

A revisão sistemática realizada demonstra que, embora existam políticas públicas e diretrizes legais que sustentam a inclusão, sua efetivação ainda encontra diversas dificuldades na prática escolar. Os professores, em muitos casos, não estão preparados para atender às especificidades dos alunos com TEA, o que impacta diretamente seu desenvolvimento e aprendizagem. No entanto, a análise dos estudos também mostra que existem alternativas viáveis e eficazes, como o uso do PEI, o DUA, as práticas lúdicas, a formação continuada e o fortalecimento da parceria entre escola e família. Portanto, os resultados

desta revisão reforçam a urgência de se investir em formação docente, suporte institucional e estratégias pedagógicas inclusivas, de modo a garantir não apenas a presença dos alunos com TEA na escola, mas sua real participação, aprendizagem e desenvolvimento integral.

CONCLUSÃO

A presente revisão sistemática permitiu identificar, analisar e discutir os principais desafios enfrentados por estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de desenvolvimento e aprendizagem em sala de aula. A partir da análise de 30 estudos publicados nos últimos seis anos, foi possível constatar que, apesar dos avanços nas políticas públicas de inclusão, a prática escolar ainda apresenta barreiras significativas.

Entre os principais obstáculos identificados, destacam-se a formação insuficiente dos professores, a escassez de recursos pedagógicos adequados, a falta de apoio especializado e a dificuldade em adaptar o currículo às necessidades individuais dos estudantes com TEA. Por outro lado, os estudos analisados também trouxeram contribuições valiosas, como o uso de estratégias pedagógicas diferenciadas, o emprego do Plano Educacional Individualizado (PEI), a aplicação do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), o uso de tecnologias assistidas e a valorização do brincar e da afetividade.

Conclui-se que a inclusão efetiva de alunos com TEA requer não apenas a presença física desses estudantes em sala, mas também uma transformação nas práticas pedagógicas e na cultura escolar. É fundamental que a formação docente inclua conhecimentos específicos sobre o espectro autista, que o planejamento seja flexível e centrado nas singularidades de cada aluno e que haja uma atuação conjunta entre escola, família e equipe multidisciplinar. Apenas com esse compromisso coletivo será possível garantir o direito à educação plena, equitativa e significativa para todos

Agradecimentos

A FACLEPP- Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação de Presidente Prudente-SP, Unoeste *Campus* de Presidente Prudente -SP pelo apoio financeiro e incentivo.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Jamisson Da Silva. O papel do professor na inclusão do aluno autista. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 07, Vol. 03, pp. 137-150. Julho de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/aluno-autista>

ATTWOOD, Tony. The Complete Guide to Asperger's Syndrome. London: Jessica Kingsley Publishers, 2007.

BALIO, Carla Lucchesi Alves; LEÃO, Karina Melo. Um Estudo Teórico Sobre O Desafio Da Educação Para O Estudante Com Autismo. **Caderno de Diálogos**, v. 7, n. 1, 2024.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; SCHMIDT, Carlo. Desenho universal para aprendizagem: uma abordagem para alunos com autismo em sala de aula. **Revista teias**, v. 22, n. 66, p. 27-39, 2021.

BORTOLOZZO, Ana Rita Serenato. Banco de dados para o uso das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores de alunos com necessidades especiais. Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/anarita.pdf.

BOSA, Cleonice. **Autismo**: atuais interpretações para antigas observações. In: BOSA, Cleonice. Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 21-39.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Centro Gráfico, 1996.

CÂMARA, Maria Geoneide Carlos. Transtorno Do Espectro Do Autismo-Tea: Inclusão E Desenvolvimento. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 4, p. 722-736, 2024.

CARDOSO, Juliana Ferreira; FERREIRA, Natália Aparecida Martins; CARVALHO, João Francisco Sarno. Inclusão Na Educação Infantil: o processo de alfabetização de uma criança com autismo. 16ª JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E 13º SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IFSULDEMINAS, v. 14, n. 2, 2022.

CRUZ, Helen Maria Silva da; OLIVEIRA, Scheilla G. Desafios e Dificuldades da Família e Escola com a Criança com Transtorno do Espectro Autista, Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas. **FEPESMIG** 2023. <http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/2632>

DA FONSECA, Jaime Barbosa. Autismo E Seus Desafios Frente À Inclusão Em Sala De Aula. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 6, p. 4052-4060, 2024.

DA SILVA FERREIRA, Andreia *et al.* **Educação Inclusiva**: um estudo sobre as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores no processo de ensino e aprendizagem de alunos com Transtornos do Espectro Autista (TEA) no município de Buriticupu-MA. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 8, n. 18, p. e081920-e081920, 2025.

DE MATTOS BATTISTELLO, Viviane Cristina; LISBOA, Elise Ribas; MARTINS, Rosemari Lorenz. Inclusão De Alunos Com Autismo Em Sala De Aula E O Plano Educacional Individualizado (PEI). **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 28, n. 57, p. 1-23, 2024.

DE OLIVEIRA PORTELLA, Alline Soares *et al.* Abordagens inovadoras de ensino para estudantes com autismo: adaptação e aplicação no ambiente educacional. **Revista Foco**, v. 17, n. 1, p. e4262-e4262, 2024.

DE OLIVEIRA, Fabio Machado *et al.* Educação Especial Inclusiva, processo de alfabetização e Transtorno do Espectro Autista no Brasil: entre o incluir e o educar. **Revista de Educación Inclusiva**, v. 15, n. 2, p. 83-100, 2022.

DE OLIVEIRA, Mariza da Gama Leite; DOS SANTOS, Raila Lara. Os desafios da inclusão para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 4, p. 647-661, 2021.

DE SOUSA, Amanda Maria; LEAL, Larissa Maria Ribeiro; DA SILVA BATISTA, Érica. Práticas de inclusão escolar diante da perspectiva do DUA em crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista). **Cadernos Macambira**, v. 7, n. 3, p. 49-54, 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

DOS ANJOS SILVA, Cristiane Alves. Transtorno Do Espectro Autista-Tea E A Inclusão Na Educação Infantil: um estudo observacional sobre desafios do professor em sala de aula. **Scientia Generalis**, v. 3, n. 1, p. 271-280, 2022.

DOS SANTOS AMORIM, Ana Cláudia; SILVA, Thiessa Santos; DE SOUSA ARAÚJO, Rosenéri Lago. Autismo Na Esola. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 2, n. 1, 2021.

DOS SANTOS NUNES, Joice Carla; ALVES, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias. Inclusão de criança com Autismo em Sala de Aula/Inclusion of a Child with Autism in the Classroom. ID online. **Revista de psicologia**, v. 16, n. 63, p. 584-595, 2022.

FRANÇA, Leticia Fernandes *et al.* Uso de tecnologias para monitoramento do desenvolvimento de alunos com autismo. **Lumen et virtus**, v. 16, n. 45, p. 1409-1423, 2025.

GRANDO, Jamyla da Silva Somacal. Metodologias para inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista na sala de aula regular. 2022.

KITCHENHAM, B. Procedures for performing systematic reviews. Keele University, 2004.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering. **EBSE Technical Report**, v. 2, n. 3, 2009.

LIMA, Isabela Barreiros Pinheiro; ANGELO, Rita Di Cássia De Oliveira. Transtorno do espectro autista e aprendizagem: crenças e Rodrigues, Sonia Cristina Andrade. Autismo na educação infantil. **Recima - Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 4, n. 1, p. e483985, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i1.3985. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3985>. Acesso em: 31 mar. 2025.

LIMA, Vanessa Santos. **Autismo no Brasil e inclusão no espaço escolar**: estratégias de ensino na educação do aluno com TEA. 2022.

LUCKESI, C. C. Ludicidades e atividades lúdicas: uma abordagem a partir das experiências Internas. **Nativa - Revista de Ciências Sociais**, nº 2, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 4. ed. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

NERY, Lígia Santos Pereira; SALES, Sheila Cristina Furtado. Criança Com Autismo Na Educação Infantil. Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, v. 1, p. 5851-5868, 2024.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020.

PAIVA, Laressa Oliveira *et al.* Transtorno do Espectro Autista: a trajetória, desafios, necessidades e conquistas de direitos de crianças autistas na educação básica. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, n. 14, p. e14892-e14892, 2024.

PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski; FRISON, Marli Dallagnol. As atividades do brincar e do ensinar em crianças com TEA na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, 2024.

REZENDE, Laila Francielli *et al.* O trabalho pedagógico e a inclusão escolar para crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA). 2021.

SALZ – CLÍNICA DE PSICOLOGIA E ESPECIALIDADES. Autismo; os desafios que esses alunos enfrentam, 2003. Disponível em: <https://salzclinica.com.br/blog/>

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo**: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo: CRDA, 2008.

SANTOS, Elisângela Maria Pereira. Crianças com TEA-Transtorno do Espectro Autista: a importância do psicopedagogo no processo ensino aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação Física, Saúde e Desempenho-REBESDE**, v. 3, n. 1, 2022.

SILVEIRA, Núbia Maria Gomes; SANTOS, Laissa Karen Faustino; STASCXAK, Francinalda Machado. Os desafios das crianças com autismo à Educação Inclusiva. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 4, p. 1-12, 2021.

TSUCHIYA, Amanda Matheus. Um estudo sobre o desenho universal da aprendizagem e o estudante com Transtorno de Espectro Autista. 2022.

VEIGA, Laura Inês Doce *et al.* **Inclusão e autismo**: desafios enfrentados pelos professores de uma escola de educação infantil. 2024.

ZIVIANI, Brenda Novais. **O Processo De Alfabetização De Crianças Com Autismo**: O Que Nos Dizem As Professoras? 2021.

A EDUCAÇÃO BILÍNGUE E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Beatriz Blaia Bovolon

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação- FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Carolina Fernanda Delben de Oliveira

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação- FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Denise Alessi Delfim de Carvalho

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação- FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

RESUMO

Objetivo: A presente pesquisa tem como objetivo investigar de que forma o bilinguismo precoce impacta o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento infantil. **Métodos:** Trata-se de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), seguindo as diretrizes PRISMA, baseada em 31 artigos selecionados a partir das bases de dados Periódicos CAPES, SciELO e ERIC, publicados entre 2017 e 2024, em português e inglês. **Resultados:** Os resultados demonstram que a segunda língua contribui positivamente para o desenvolvimento cognitivo e linguístico das crianças, promovendo habilidades como memória, atenção, controle inibitório e flexibilidade cognitiva, além de favorecer a formação de uma visão de mundo mais ampla e multicultural. **Conclusão:** Conclui-se que o bilinguismo não é mais visto apenas como uma habilidade comunicativa, mas como um componente integral do desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: bilinguismo, desenvolvimento infantil, segunda língua, biculturalismo.

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, prevaleceu a ideia de que o bilinguismo poderia comprometer o desenvolvimento linguístico das crianças, gerando confusão entre os idiomas e dificuldades no processo de alfabetização. Estudos mais antigos sustentavam que crianças bilíngues poderiam enfrentar barreiras no uso da língua predominante e apresentar atrasos na escrita e na comunicação oral, principalmente em contextos escolares onde o monolinguismo era a norma (RUBIO-FERNANDEZ, 2012). No entanto, com o avanço das pesquisas científicas nas áreas da educação, psicologia, linguística e neurociência, essa perspectiva foi gradualmente superada.

Hoje, entende-se que o contato com uma segunda língua, especialmente durante a primeira infância, pode favorecer de forma significativa o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança (DIAS, 2019; DAVID, 2016). Essa fase da vida, que vai do nascimento aos seis anos, é marcada por uma intensa formação de conexões neurais, possibilitando a aquisição de habilidades fundamentais com mais facilidade (LOUZADA *et al.*, 2016). Nesse período de maior plasticidade cerebral, o cérebro infantil responde de forma altamente receptiva a estímulos linguísticos diversos.

Com o aumento do interesse de pais e educadores por programas bilíngues na educação infantil, a aprendizagem de uma segunda língua passou a ser percebida como uma forma de ampliar o repertório cultural e linguístico das crianças. Além disso, pesquisas demonstram que crianças bilíngues tendem a desenvolver capacidades como pensamento crítico, atenção seletiva, controle inibitório e criatividade com mais intensidade do que seus pares monolíngues (FLORY; SOUZA, 2009; CIRÍACO, 2020). Tais habilidades estão diretamente relacionadas às chamadas funções executivas, fundamentais para o sucesso escolar e social.

Segundo Ellis (2008), a aquisição da linguagem ocorre de forma subconsciente, por meio da exposição natural e significativa à língua, diferentemente do aprendizado formal e consciente. Esse contato precoce com diferentes sons, estruturas e contextos comunicativos permite à criança internalizar a nova língua de maneira espontânea, como ocorre com a língua materna. Dessa forma,

quanto mais cedo se inicia esse processo, maiores são as chances de fluência e domínio das línguas envolvidas.

Pesquisadores como Corrêa (2022) reforçam que o ensino bilíngue na infância não apenas não interfere negativamente na aquisição da língua materna, como pode fortalecer seu domínio. A convivência simultânea com dois sistemas linguísticos favorece o desenvolvimento da consciência metalinguística, ampliando a capacidade da criança de refletir sobre a linguagem, suas regras e variações. Essa consciência, por sua vez, impacta positivamente o processo de alfabetização e o desempenho acadêmico em geral.

Além das vantagens cognitivas e linguísticas, o bilinguismo também promove o biculturalismo, permitindo à criança desenvolver maior empatia, respeito às diferenças e abertura ao novo. Como afirmam King e Mackey (2007), ser bilíngue representa acesso a dois códigos linguísticos e culturais distintos, ampliando significativamente as possibilidades de comunicação e interação em um mundo cada vez mais globalizado.

Diante de todos esses aspectos, o objetivo do artigo é investigar de que forma o bilinguismo precoce impacta o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, este estudo propõe como pergunta norteadora: de que forma a exposição precoce ao bilinguismo influencia o desenvolvimento cognitivo e o processo de ensino-aprendizagem de crianças na educação infantil? A compreensão dessa relação pode contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o fortalecimento de uma educação mais inclusiva, equitativa e preparada para os desafios contemporâneos.

IMPACTOS POSITIVOS DO BILINGUISMO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Por meio da análise de autores nacionais e internacionais, pretende-se compreender como a exposição precoce a uma segunda língua pode influenciar positivamente o processo de ensino-aprendizagem e contribuir para a formação integral do indivíduo. Essa base teórica sustenta as reflexões propostas neste trabalho e fundamenta a importância de se investir em práticas bilíngues desde os primeiros anos escolares.

Segundo Hornby (1977), o bilinguismo é uma condição em que duas línguas coexistem na vida de um indivíduo, seja em uma comunidade ou em seu uso pessoal. Essa condição não implica fluência absoluta em ambas as línguas, mas abrange um espectro de competência que varia desde o uso funcional básico até a proficiência nativa.

Ellis (2008) propõe duas hipóteses fundamentais para entender o processo de aprendizagem de línguas: a hipótese da aquisição (*acquisition*) e a do aprendizado (*learning*). A aquisição é um processo subconsciente, semelhante à maneira como aprendemos a língua materna, enquanto o aprendizado ocorre de maneira consciente, com foco nas regras gramaticais e estrutura formal da língua. Na infância, especialmente nos primeiros anos, a aquisição é o caminho mais natural, pois a criança está inserida em um ambiente rico em estímulos auditivos e visuais, essenciais para internalizar o novo idioma de forma espontânea.

Pesquisas realizadas por Flory e Souza (2009) destacam que o bilinguismo não se limita à habilidade de se comunicar em dois idiomas, mas estende-se ao desenvolvimento de competências cognitivas não-verbais, como raciocínio lógico, resolução de problemas, memória e controle inibitório. Essas habilidades são parte das chamadas funções executivas, que se desenvolvem de forma mais intensa em crianças bilíngues, conforme comprovado também por David (2016), que observou melhora nos tempos de resposta, precisão e eficiência do processamento cognitivo entre crianças bilíngues quando comparadas a monolíngues.

O Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância (MELO *et al.*, 2016) afirma que a primeira infância é um período crucial para o desenvolvimento de habilidades cognitivas. A exposição a mais de uma língua durante essa fase potencializa as conexões neurais e fortalece a capacidade de aprender novas informações. Esse potencial é confirmado por Oppitz *et al.* (2017), que demonstraram, por meio de testes comportamentais e eletrofisiológicos, que o bilinguismo melhora a velocidade das conexões neurais, resultando em maior agilidade cognitiva.

Autores como Corrêa (2022) e Mazon *et al.* (2018) também reforçam que o ensino bilíngue não interfere na aprendizagem da língua materna. Pelo contrário, o contato simultâneo com dois idiomas estimula a consciência fonológica, a atenção a pistas acústicas e o domínio da estrutura linguística, facilitando o processo de alfabetização em ambas as línguas. Essa capacidade de alternar

entre os sistemas linguísticos conhecida como code-switching não é um indicativo de confusão, mas sim de flexibilidade mental e adaptação comunicativa.

Do ponto de vista social, o bilinguismo amplia a inserção cultural e fortalece a identidade. Segundo King e Mackey (2007), ser bilíngue é uma vantagem para a comunicação, para a compreensão intercultural e para a formação de uma visão de mundo mais plural. Essa perspectiva é reforçada por Koyama e Müller-Palomar (2019), que apontam que o bilinguismo na infância promove adaptações cerebrais e amplia as possibilidades de convivência em contextos multiculturais, aspectos fundamentais em uma sociedade globalizada.

Portanto, o bilinguismo infantil, longe de ser um obstáculo, é um catalisador de desenvolvimento cognitivo, emocional, linguístico e social. Seu estímulo na educação infantil, por meio de práticas pedagógicas adequadas e inclusivas, representa não apenas um avanço no campo da educação, mas também um compromisso com o desenvolvimento integral da criança.

MÉTODOS

O presente estudo foi realizado por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), cujo objetivo foi identificar e analisar publicações que abordassem a importância do ensino bilíngue na educação infantil. A pesquisa buscou compreender como as crianças expostas a uma segunda língua desde a primeira infância apresentam maior facilidade no processo de alfabetização e assimilação de conteúdos em comparação com aquelas que não passam por esse processo, além de verificar se a imersão em uma língua estrangeira deve ocorrer especificamente nesta fase do desenvolvimento.

O planejamento da revisão consistiu na definição de critérios claros para a busca e seleção dos estudos, com o intuito de garantir a relevância e a qualidade das fontes analisadas.

A busca pelos estudos foi realizada em três bases de dados amplamente reconhecidas, sendo elas: Google Acadêmico, Scielo (Scientific Electronic Library Online) e ERIC (Education Resources Information Center). Para a execução das buscas, foram utilizadas palavras-chave que refletissem com precisão os principais eixos temáticos da pesquisa, sendo elas: bilinguismo, imersão, educação infantil, contínuo linguístico, biculturalismo e fonoaudiologia. As palavras-chave

foram aplicadas tanto isoladamente quanto em combinações, de acordo com a configuração de busca de cada base de dados.

Os critérios de inclusão definidos abarcaram artigos publicados nos últimos dez anos, estudos relacionados ao ensino bilíngue na educação infantil e pesquisas que discutissem a relação entre o bilinguismo e o desenvolvimento infantil, desde que metodologicamente distintos e que não apresentassem redundância. Por outro lado, foram excluídos da amostra artigos que extrapolassem o recorte temporal estabelecido, que não tratassem diretamente da temática em questão, bem como estudos duplicados ou que abordassem públicos fora da faixa etária da infância.

O processo de seleção dos artigos ocorreu em duas etapas. Inicialmente, foi realizada uma análise dos títulos e resumos das publicações identificadas nas bases de dados, com o objetivo de verificar a aderência ao tema proposto. Na sequência, procedeu-se à extração de dados essenciais de cada artigo selecionado, identificando-se autor, país de origem, ano de publicação, objetivos do estudo, metodologia empregada e principais resultados alcançados. A partir dessas informações, os estudos mais relevantes foram organizados para uma análise aprofundada.

Na base de dados SciELO, foi realizada uma pesquisa utilizando a palavra-chave “bilinguismo”, resultando em 51 artigos. Contudo, apenas 7 artigos estavam de acordo com o tema proposto para esta pesquisa.

No Google Acadêmico, ao buscar por “Bilinguismo na Educação Infantil”, foram encontrados 6.650 artigos, dos quais foram selecionados 9 artigos que atendiam aos critérios estabelecidos. A pesquisa adicional no Google Acadêmico com o termo “Imersão na segunda língua” resultou em 45 artigos publicados nos últimos 10 anos, dos quais 4 artigos de revisão foram escolhidos para análise.

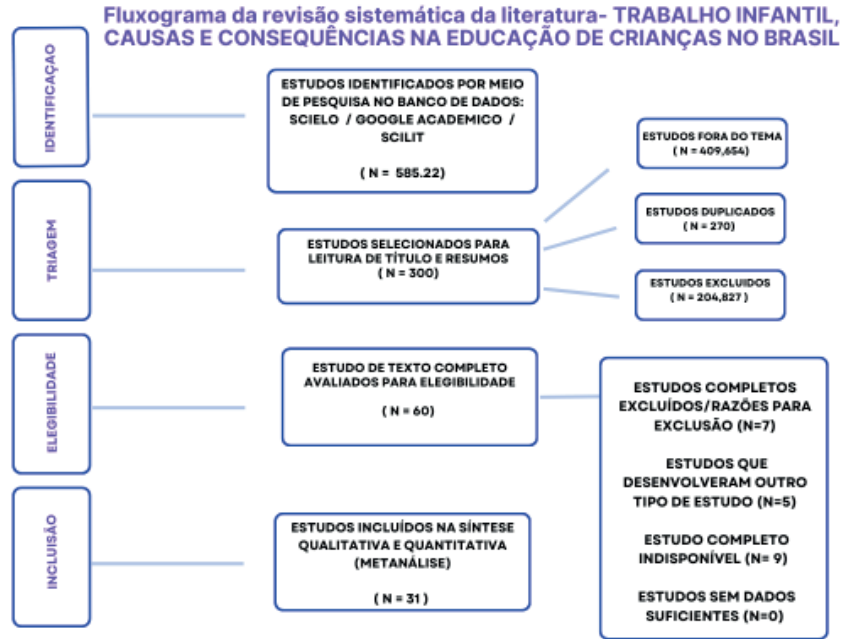
Já na base de dados ERIC, uma busca com a palavra-chave “Bilinguismo” gerou aproximadamente 19.000 artigos. A partir disso, foram aplicados os filtros com as palavras-chave definidas e a seleção foi reduzida a 64 artigos, dos quais 4 artigos foram selecionados.

Adicionalmente, no SciELO, a pesquisa com os termos “Imersão” e “inglês” gerou 7 artigos, dos quais 2 artigos foram selecionados, embora os resultados não tenham atendido completamente aos critérios de recorte temporal e relevância para o tema.

Em outra busca no Google Acadêmico sobre “Contínuo Linguístico em inglês”, foram encontrados 375 artigos publicados nos últimos 10 anos. Foram selecionados 6 artigos, considerando a relevância para a pesquisa. No SciELO, a pesquisa com o termo “contínuo linguístico” AND “inglês” não gerou resultados relevantes.

A análise dos artigos selecionados foi conduzida de maneira qualitativa, permitindo a identificação de padrões e tendências acerca da influência do ensino bilíngue na educação infantil. Buscou-se, com isso, compreender os benefícios da imersão precoce em uma segunda língua, as implicações do bilinguismo no desempenho acadêmico e no desenvolvimento de habilidades cognitivas, bem como a relação entre bilinguismo, biculturalismo e o desenvolvimento integral da criança. Também foi analisado o papel da fonoaudiologia no apoio ao processo de alfabetização de crianças bilíngues. A comparação entre os estudos permitiu destacar convergências e divergências nas abordagens e resultados apresentados pelos autores.

Figura 1 - Fluxograma dos autores encontrados na RSL.



Fonte: Autor (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 31 artigos selecionados para esta revisão sistemática foram analisados e os dados principais extraídos e organizados no Quadro 1, que sintetiza as principais informações de cada artigo, incluindo autores, objetivos, metodologias adotadas e os principais resultados encontrados. Com base na análise do quadro, foram identificados pontos de convergência, divergência e lacunas relevantes na literatura.

Quadro 1 - Artigos utilizados na revisão sistemática.

Autor/ País/ Ano	Objetivo	Método	Resultado
Dias e Muner (2019), Brasil.	Analisar o impacto que o ensino bilíngue e de línguas, durante a Educação Infantil, tem no desenvolvimento cognitivo de crianças de dois a seis anos.	Pesquisa do tipo bibliográfica básica, por meio de um levantamento direto no acervo das bibliotecas, artigos científicos e sites de pesquisa.	Constatou-se, o bilinguismo infantil é benéfico, tendo em vista que a segunda língua contribui para a manutenção de funções cerebrais importantes para o desenvolvimento cognitivo das crianças, de sua aprendizagem e para suas vidas sociais.
Moura (2020), Brasil	Analisar os possíveis impactos cognitivos ocasionados em indivíduos que convivem em ambientes bilíngues desde crianças.	Revisão bibliográfica.	O trabalho apresenta uma breve revisão de literatura a fim de entender o conceito do termo bilinguismo e as principais teorias da aquisição da linguagem.
Spencer <i>et al</i> (2020), Estados Unidos.	Investigar o efeito da instrução multinível e bilíngue nas habilidades de linguagem oral das crianças, incluindo vocabulário, recontagem narrativa, linguagem receptiva e expressiva e compreensão auditiva.	Pesquisa de campo. Ao longo do ano letivo, os professores da sala de aula no grupo de tratamento ministraram aulas de inglês para grandes grupos para toda a classe duas vezes por semana. Para uma intervenção de Nível 2, os professores ministraram aulas para pequenos grupos quatro dias por semana, alternando o idioma da intervenção diariamente.	O grupo de tratamento teve resultados estatisticamente superiores no pós-teste em todas as medidas proximais de inglês e em três das quatro de espanhol. Também se destacou em medidas padronizadas de linguagem em ambas as línguas (exceto vocabulário) e em uma medida distal de compreensão

Autor/ País/ Ano	Objetivo	Método	Resultado
Segura <i>et al</i> (2021), Canadá.	Examinar a aprendizagem do vocabulário de uma língua estrangeira em alunos pré-primários seguindo um programa soft-CLIL, em comparação com seus pares da mesma idade seguindo Instrução Formal de Inglês.	Pesquisa de campo longitudinal com alunos pré-primários (4 e 5 anos) ao longo de seis meses. Duas unidades curriculares pré-escolares, geralmente ensinadas na L1, foram ministradas em inglês. Aplicaram-se pré-teste de vocabulário geral e pós-teste de vocabulário receptivo após as unidades.	Os resultados indicaram avanço no vocabulário receptivo via soft-CLIL, embora sem significância estatística. Palavras de alta frequência foram mais lembradas, mas não houve diferença entre as séries.
Otoni (2024), Brasil.	Fomentar e discutir as principais questões envolvidas no campo da Consciência Fonológica de indivíduos em contexto escolar bilíngue, bem como adaptar uma proposta de protótipo de atividade a partir de uma perspectiva gamificada.	Adaptação de atividade de consciência fonológica a partir de uma visão gamificada, no que tange às habilidades metafonológicas.	Os resultados foram positivos, com performance dinâmica e alto engajamento dos participantes. Um ponto negativo foi a extensão dos textos explicativos, que pareceram longos para algumas crianças ansiosas pelo jogo.
Barros (2021), Brasil.	Fazer uma resenha crítica de trabalhos teóricos e experimentais da área da aquisição de sons da L2, de modo que embase uma proposta de intervenção mediadora de ensino que vise estimular a atenção a pistas acústicas usadas para distinguir sons na L2.	Pesquisa bibliográfica.	Apesar da longa presença nos estudos de linguística, ainda há poucos trabalhos sobre pronúncia em L2 — especialmente os que integram fonética e pedagogia. Essa lacuna é ainda maior em pesquisas com crianças da primeira infância em contexto bilíngue (PB–inglês).
Silva (2020), Brasil.	Ampliar o alcance de informações sobre o bilinguismo e destacar as lacunas que ainda precisam ser preenchidas sobre o fenômeno do bilinguismo.	Revisão bibliográfica.	É possível dizer que o fenômeno do bilinguismo é mais benéfico do que prejudicial. É também, chave para o desencadeamento de não apenas melhorias interpessoais, mas pessoais também, como na preservação contra o declínio cognitivo e no atraso de sintomas de doenças como demência e Alzheimer.

Autor/ País/ Ano	Objetivo	Método	Resultado
Kozikoski (2020), Brasil.	Investigar o processo da aquisição da língua inglesa como segunda língua para as crianças que estão na primeira infância. Destacando a relação entre o desenvolvimento cerebral, o desenvolvimento da língua materna e fatores como a idade com a aquisição de uma segunda língua, e sua contribuição para o também desenvolvimento da língua materna pelas crianças.	O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica de estudos sobre desenvolvimento infantil, desenvolvimento linguístico, aquisição de primeira e segunda língua, bem como bilinguismo.	As leituras indicam que a idade facilita a aquisição de L2 na infância, mas o contato social e cultural com a língua é essencial. No bilinguismo, o code-switching é comum e não indica déficit cognitivo. A interação em contextos bilíngues é crucial para essa aquisição.
Lorandi <i>et al</i> (2017), Brasil.	Investigar se as pesquisas desenvolvidas em contexto nacional acerca do tema consciência linguística demonstram evidências que colaborem para o processo de ensino aprendizagem de língua inglesa como LE.	Foi desenvolvido uma revisão integrativa da literatura científica que se caracteriza como uma revisão bibliográfica "que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular".	Foi possível observar um efeito positivo em relação à evidência de que a consciência linguística colabora com o ensino aprendizagem de LE, sob diversos ângulos e perspectivas, tal como demonstrado pelos diversos estudos.
Koyama e Müller-Palomar (2019), Brasil.	Investigar qual a importância do ensino bilíngue na primeira infância.	Revisão bibliográfica.	O bilinguismo impacta profundamente o indivíduo, promovendo adaptações cerebrais por meio da plasticidade neural. Na infância, tem efeitos positivos no desenvolvimento cognitivo, influenciando a visão de mundo, o posicionamento social e as relações culturais.
Hoexter (2017), Brasil.	Abordar a educação bilíngue na Educação Infantil, com ênfase nas diferenças entre as escolas bilíngues.	Revisão de literatura	Concluiu-se que a implementação de uma legislação nacional que regulamente as escolas bilíngues de Educação Infantil e seu currículo é urgente no Brasil, e possibilitaria a eliminação de escolas que apenas intensificam um segundo idioma.

Autor/ País/ Ano	Objetivo	Método	Resultado
Corrêa (2022), Brasil.	Analisar as atribuições que o professor de Inglês desempenha no processo de aquisição da linguagem de alunos da Educação Infantil e os impactos do Ensino Bilingue no processo de aquisição da língua materna (L1) considerando aqui a língua inglesa (L2), simultaneamente.	Abordagem qualitativa, focada na análise de processos de aquisição linguística e na observação de como as crianças aprendem simultaneamente a língua materna (L1) e a segunda língua (L2) em um contexto de ensino bilingue.	Conclui que a exposição precoce ao ensino de uma segunda língua (como o inglês) durante o processo de aquisição da língua materna (português) pode ser natural e eficiente. O fato de as crianças estarem em fase de desenvolvimento linguístico intensivo facilita a aprendizagem da L2, sem prejudicar o aprendizado da L1.
Padinha e Goia (2020), Brasil.	o artigo discute a oferta de bilinguismo na educação infantil, analisando a qualificação exigida dos professores à luz das discussões sobre a estratificação horizontal do sistema de ensino superior brasileiro e seus efeitos para os cursos de Pedagogia.	Pesquisa de campo com entrevistas com representantes de cinco estabelecimentos em bairros nobres da cidade do Rio de Janeiro.	Evidencia-se que a tendência ao bilinguismo nas escolas privadas agrava as desigualdades de oportunidades entre os docentes.
Preuss (2019), Brasil.	Discutir as inter-relações entre variáveis contextuais e individuais na aquisição e no uso de uma segunda língua (L2).	Experimentos, criados à luz da psicolinguística do bilinguismo e realizados em contextos formais de aquisição, avaliaram associações entre sistemas de atenção e de memória de trabalho (MT) e o desempenho de bilíngues na L2.	Indicam que efeitos de abordagens pedagógicas podem ser afetados por diferenças individuais. Ademais, revelam a necessidade de mais experimentos que enfoquem essas variáveis nos processos de ensino-aprendizagem de L2.
Souza (2022), Brasil.	Analisar a importância da introdução da Língua Inglesa na Educação Infantil, com o intuito de promover o desenvolvimento do bilinguismo e o desenvolvimento psicopedagógico das crianças.	Pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico.	Conclui que a introdução precoce da Língua Inglesa na Educação Infantil favorece o desenvolvimento do bilinguismo e contribui para o crescimento psicopedagógico dos alunos.
Koch e Fontes (2018), Brasil.	Investigar quais fatores de experiência linguística bilingue podem estar correlacionados com a vantagem bilingue no controle inibitório.	A pesquisa é de natureza exploratória e provavelmente envolve a coleta de dados empíricos sobre as habilidades de controle inibitório de indivíduos bilíngues.	O controle inibitório se correlacionou positivamente com a quantidade de mixing (mistura de línguas durante a comunicação). Houve uma correlação negativa entre o controle inibitório e a idade de aquisição média da L3.

Autor/ País/ Ano	Objetivo	Método	Resultado
Mazon <i>et al</i> (2018), Brasil.	Investigar, em escolares das séries iniciais do ensino fundamental (EF), efeitos do bilinguismo na velocidade e precisão do acesso ao léxico mental, conforme o tempo de exposição ao segundo idioma.	Pesquisa de campo, participaram 83 crianças entre 6 e 8 anos de idade, matriculadas nos dois primeiros anos do EF de escolas particulares, uma bilíngue (português/Inglês), outra monolíngue (português), com currículos pareados.	A exposição ao inglês não interferiu na velocidade ou precisão de nomeação em português, no GB. A progressão escolar influenciou positivamente os grupos.
Medeiros <i>et al</i> (2020), Brasil.	Verificar a influência do bilinguismo no desenvolvimento da Consciência Fonológica.	Revisão de literatura integrativa, construída a partir da hipótese de questionamento sobre a relação entre o bilinguismo e sua influência no desenvolvimento das habilidades fonológicas em crianças.	O presente estudo demonstrou que ainda há controvérsias quanto aos impactos do bilinguismo na consciência fonológica, inclusive sobre os benefícios na consciência fonológica.
Padinha (2019), Brasil.	Investigar, no contexto brasileiro, a evolução, tendências e impactos do bilinguismo no ensino infantil privado, decorrentes da expansão do mercado de Educação Bilíngue nacional.	Realizou-se uma pesquisa do tipo exploratória, de natureza qualitativa. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas presenciais.	Os resultados do estudo apontam para a expansão das políticas de internacionalização da escolarização para os níveis mais iniciais da educação, que tem transformado e movimentado o mercado educacional de modo a atender as novas demandas das classes médias e altas.
Simonato <i>et al</i> (2020), Brasil.	Verificar se o bilinguismo, na condição de alternância de línguas, associa-se à maior ou menor velocidade e precisão na nomeação rápida de objetos e se essa condição se relaciona com a velocidade de leitura de texto.	Analisou-se o desempenho de 50 crianças bilíngues sequenciais brasileiras, cuja língua materna era o Português Brasileiro, expostas ao Inglês diariamente no ambiente escolar.	Os resultados revelaram que a alternância de línguas se associou ao desempenho dos escolares bilíngues na prova de Nomeação Rápida no que diz respeito à velocidade e à precisão.
Junqueira (2016), Brasil.	Discutir o papel do bilinguismo na educação infantil e como o desenvolvimento da linguagem desempenha papel fundamental na aquisição do domínio da segunda língua.	Pesquisa qualitativa para discutir a questão do bilinguismo na educação infantil, baseada em sua experiência pessoal em um ambiente escolar internacional.	O trecho não apresenta resultados específicos, mas, com base no objetivo do trabalho, podemos supor que os resultados provavelmente se concentram na discussão sobre como o bilinguismo pode facilitar a aquisição da segunda língua e influenciar positivamente a construção de uma identidade cultural multifacetada nas crianças.

Autor/ País/ Ano	Objetivo	Método	Resultado
Teodoro e Araújo (2019), Brasil.	Analisar o processo de aquisição da linguagem e o impacto da educação bilíngue no desenvolvimento cognitivo de crianças pequenas	A pesquisa é de cunho qualitativo e bibliográfico, com base na análise de monografias e artigos acadêmicos relacionados ao bilinguismo e desenvolvimento infantil.	A educação bilíngue nos primeiros anos tem impactos positivos no desenvolvimento cognitivo, como o aumento da flexibilidade cognitiva, melhoria no controle executivo, e maior capacidade de resolução de problemas.
Gail (2024), Estados Unidos.	Entender a trajetória geral da função executiva das crianças, bem como se havia heterogeneidade entre as crianças monolíngues de língua inglesa e de aprendizagem de duas línguas em seu crescimento da função executiva.	Pesquisa de campo com crianças da educação infantil monolíngues e crianças que estão aprendendo agora.	Os resultados de 122 crianças mostraram crescimento linear na função executiva. Tanto monolíngues quanto bilíngues variaram em seu nível inicial e na taxa de crescimento ao longo do tempo. Monolíngues apresentaram níveis iniciais mais altos, enquanto bilíngues tiveram um crescimento mais rápido.
Vail (2024), Colômbia.	Investigar o papel do uso da linguagem dos DLLs (alunos bilíngues) durante a pré-escola.	Pesquisa de campo. Foram realizadas três etapas da pesquisa com crianças da pré escola.	Os resultados desses estudos reforçam a aplicabilidade de teorias baseadas no uso para crianças DLL. Além disso, os resultados significam a importância de fornecer DLLs inúmeras oportunidades de usar ambas as línguas para promover o desenvolvimento da linguagem bilíngue.
Oppitz <i>et al</i> (2017). Brasil.	Investigar e comparar as habilidades auditivas entre normo-ouvintes bilíngues estudantes de diferentes níveis de proficiência do inglês por meio de teste comportamental e eletrofisiológico.	Caráter descritivo, quantitativo e transversal. Foram submetidos aos testes comportamentais: teste de detecção de gap (RGDT); e ao teste eletrofisiológico potencial evocado auditivo de longa latência (PEALL), com estímulos verbais	Pode-se concluir que o nível de proficiência avançado da língua inglesa estimula a velocidade de conexões neurais desencadeando a ocorrência mais rápida do potencial N1, assim a habilidade de resolução temporal é significativamente melhor à medida que o tempo de estudo aumenta.

Organização: Autor (2025).

Os artigos sobre bilinguismo na infância revelam uma produção crescente, especialmente a partir de 2017, com notável concentração de autores brasileiros. Observa-se que, entre 2017 e 2024, o número de pesquisas sobre o tema se intensificou, refletindo um interesse acadêmico crescente e uma

resposta à demanda social por educação bilíngue. A maioria dos trabalhos tem como autores pesquisadores vinculados a instituições brasileiras, embora haja colaborações e produções internacionais relevantes, como nos Estados Unidos (SPENCER *et al.*, 2020; GAIL, 2024) e Canadá (SEGURA *et al.*, 2021), o que permite uma visão mais ampla e comparativa do fenômeno.

Em termos de objetivos, muitos estudos têm como foco central investigar os impactos do bilinguismo no desenvolvimento cognitivo (DIAS; MUNER, 2019; TEODORO; ARAÚJO, 2019; GAIL, 2024), linguístico (KOZIKOSKI, 2020; KORYAMA; MÜLLER-PALOMAR, 2019) e psicossocial (SOUZA, 2022; KORYAMA; MÜLLER-PALOMAR, 2019) das crianças. Alguns avançam ainda mais ao explorar aspectos fonológicos (OTTONI, 2024; MEDEIROS *et al.*, 2020), neurolinguísticos (OPPITZ *et al.*, 2017) e pedagógicos (PADINHA; GOIA, 2020). No campo metodológico, há predominância de pesquisas bibliográficas (por exemplo, MOURA, 2020; HOEXTER, 2017), o que revela uma base teórica sólida, mas também aponta a necessidade de mais estudos empíricos. Contudo, também estão presentes estudos de campo e experimentais, como os de Spencer *et al.* (2020) e Segura *et al.* (2021), que apresentam dados quantitativos sobre o desempenho linguístico de crianças em contextos bilíngues, enriquecendo a literatura com evidências concretas.

Comparativamente, os estudos internacionais tendem a adotar metodologias mais experimentais, com maior controle de variáveis e aplicação de testes padronizados, como no caso de Gail (2024) e Spencer *et al.* (2020), enquanto grande parte dos trabalhos brasileiros se baseia em revisões bibliográficas e pesquisas qualitativas. Essa diferença metodológica influencia diretamente na robustez dos dados e na possibilidade de generalização dos resultados. No entanto, os estudos nacionais contribuem com reflexões aprofundadas sobre o contexto sócio educacional brasileiro e as especificidades da implementação do bilinguismo em diferentes realidades escolares.

A convergência entre os resultados é notável em dois aspectos principais. Primeiro, há consenso de que a introdução precoce de uma segunda língua é benéfica para o desenvolvimento cognitivo das crianças, promovendo habilidades como controle inibitório, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva (DIAS; MUNER, 2019; TEODORO; ARAÚJO, 2019; GAIL, 2024). Segundo a maioria dos autores reconhece que o bilinguismo favorece o desenvolvimento linguístico,

sem prejudicar a aquisição da língua materna (CORRÊA, 2022; MAZON *et al.*, 2018), promovendo ainda ganhos sociais e culturais.

Contudo, há divergências críticas. A principal refere-se à influência do bilinguismo na consciência fonológica. Enquanto autores como Otonni (2024) relatam avanços significativos por meio de práticas gamificadas, outros como Medeiros *et al.* (2020) apontam resultados ambíguos, com pouca evidência sobre os reais benefícios fonológicos. Essa contradição pode decorrer das diferenças metodológicas, do perfil das amostras e da diversidade de contextos escolares investigados, o que exige cautela na interpretação dos dados.

Uma lacuna evidente nos estudos analisados é a ausência de pesquisas que investiguem o bilinguismo em crianças com necessidades educacionais especiais ou em contextos de maior vulnerabilidade social. A maioria dos estudos concentra-se em escolas particulares e contextos privilegiados, o que limita a compreensão do bilinguismo como ferramenta de inclusão e equidade educacional.

Por fim, observa-se uma tendência emergente, especialmente entre 2022 e 2024, que aponta para a adoção de abordagens inovadoras no ensino bilíngue. O uso de jogos e ferramentas gamificadas (OTTONI, 2024) e o foco em aspectos neuro cognitivos (GAIL, 2024; OPPITZ *et al.*, 2017) revelam um movimento de aproximação entre pedagogia, neurociência e tecnologia. Isso demonstra um avanço no campo, no qual o bilinguismo não é mais visto apenas como uma habilidade comunicativa, mas como um componente integral do desenvolvimento infantil.

CONCLUSÃO

A presente análise evidencia o crescente interesse acadêmico pelo bilinguismo na infância, especialmente a partir de 2017, com significativa predominância de estudos desenvolvidos no Brasil. Os trabalhos revisados apontam, de forma convergente, que a introdução precoce de uma segunda língua contribui positivamente para o desenvolvimento cognitivo e linguístico das crianças, promovendo habilidades como memória, atenção, controle inibitório e flexibilidade cognitiva, além de favorecer a formação de uma visão de mundo mais ampla e multicultural.

Contudo, também foram identificadas divergências importantes, como a controvérsia acerca dos efeitos do bilinguismo sobre a consciência fonológica. Enquanto alguns estudos indicam avanços significativos, especialmente quando aliadas a estratégias lúdicas e gamificadas, outros apontam para a necessidade de aprofundamento metodológico e maior controle experimental, sugerindo que os resultados ainda são inconclusivos.

Além disso, observou-se uma lacuna relevante na literatura, relacionada à ausência de estudos que investiguem o impacto do bilinguismo em crianças com necessidades educacionais específicas ou em contextos de maior vulnerabilidade social. Isso limita a abrangência e a aplicabilidade dos achados atuais, e aponta para a urgência de pesquisas mais inclusivas e representativas da diversidade escolar brasileira.

Por fim, destaca-se uma tendência emergente na produção recente: a incorporação de abordagens interdisciplinares, que integram neurociência, pedagogia e tecnologia, refletindo um avanço conceitual e metodológico no campo da educação bilíngue. Essa evolução sinaliza novos caminhos para a pesquisa e a prática pedagógica, contribuindo para uma compreensão mais profunda e efetiva do papel do bilinguismo no desenvolvimento infantil.

Agradecimentos

A FACLEPP- Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação de Presidente Prudente-SP, Unoeste *Campus* de Presidente Prudente -SP pelo apoio financeiro e incentivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A.I.; SÁ, M.H. **Didáctica da língua estrangeira**. Porto Alegre: Asa, 1992.

BAKER, C. **Foundations of Bilingual Education and Bilingualism**. 2nd edition. Clevedon: Multilingual Matters Ltda, 1996.

BRETANO, L.S.; FINGER, I. Habilidades Linguística e Metalingüística diferenciadas no aprendizado em currículo bilíngue. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 35, n. especial, p. 120-144, jul.-dez., 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/1815>.

CHIN, Ng B.; WIGGLESWORTH, G. **Bilingualism: an advanced resource**. Nova Iorque: Routledge, 2007.

CIRÍACO, F.L. A leitura e a escrita no processo de alfabetização. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 4, 28 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/4/a-leitura-e-a-escrita-no-processo-de-alfabetizacao>.

CORRÊA, Karyne Lima. Aquisição do bilinguismo na primeira infância: o papel do professor de Inglês e os impactos do ensino bilíngue na aquisição da linguagem de crianças na educação infantil. In: SEMANA DE HUMANIDADES, 15., 2022, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: Centro de Humanidades da UFC, 2022. p. 125-126. Tema: Sonhar é Humanas: (re)existências no mundo contemporâneo.

DAVID, R.S. Professor quanto mais cedo é melhor? O papel diferencial da educação bilíngue. **Revista Tabuleiro de Letras**, Salvador, v. 10, n. 02, p. 6-77, dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/3183/2055>.

DIAS, I.A.; MUNER, L.C. Os benefícios do bilinguismo para o desenvolvimento cognitivo infantil em crianças de dois a seis anos. **Revista AMAzônica**, v. XXXIII, n. 1, p. 230-246, dez. 28DC.

DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.; MARCELLESI, J.; MEVEL, J.. **Dicionário de Linguística**. 1. ed. Cultrix, 1997.

ELLIS, R. **The Study of Second Language Acquisition**, 7.^a edição, Oxford: Oxford University Press, 2000. .

ELLIS, R. **The Study of Second Language Acquisition**. Oxford, United Kingdom, Oxford University Press, Second Edition, 2008.

ELY, R. & Gleason, B. Socialization across contexts. Em P. Fletcher & B. Macwhinney (Orgs.), *The handbook of child language*. Oxford, U.K.: Blackwell, 1996.

GARTON, A. F. **Social interaction and the development of language and cognition**. Hillsdale, USA: Lawrence Erlbaum, 1992.

GENESEE, F. Bilingual first language acquisition: Exploring the limits of the language faculty. In M. McGroarty (Ed). *Annual Review of Applied Linguistics: Language and Psychology*, V. 21. Cambridge University Press, 2001a.

GENESEE, F. **Learning through two languages**: Studies of immersion and bilingual education. Boston: Heinle & Heinle Publishers, 1987.

GROSJEAN, F. **Life with two languages: An introduction to bilingualism**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1982. Acesso em: 03 abr. 2024.

HOEXTER, F. Q. Educação bilíngue na educação infantil/Bilingual education in child education. **Revista Intercâmbio**, v. XXXV: 18-37, 2017. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X.

HORNBY, P.A. **Bilingualism**: psychological, social, and educational implications. Michigan: Academic Press, 1977.

KING, K.; MACKEY, A. **The bilingual edge**: why, when, and how to teach your child a second language. Nova Iorque: Harper Collins, 2007.

KOCH, R.A.; FONTES, A.B.A.L. Correlação entre fatores de experiência linguística bilíngue e controle inibitório. **Let. Hoje**, v. 53, n. 1, p. 70-79, jan.-mar. 2018.

KOYAMA, C.A.; MULLER-PALOMAR, M.T. Bilinguismo na educação infantil. **Revista Eletrônica FACP**, Ano VII – no 16 - Novembro de 2019.

LOUZADA, F.M.; MACEDO, L.; SANTOS, D.D. Comitê Científico Do Núcleo Ciência Pela Infância. **Funções executivas e desenvolvimento infantil**. 1. ed. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2016.

MADRUGA, B. Aspectos da flexibilidade cognitiva e do controle inibitório em crianças de escolas bilíngues em Natal – RN. 163f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MELO, Joana Simões de Melo; LOUZADA, Fernando Mazzilli, MACEDO, Lino de Macedo; SANTOS, Daniel Domingues dos *et al* **Funções executivas e desenvolvimento infantil: habilidades necessárias para a autonomia: estudo III / Organização Comitê Científico do Núcleo Ciência pela al.].** -- 1. ed. -- São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, 2016. -- (Série Estudos do Comitê Científico-NCPI.

MOURA, L.D.B.S. **Bilinguismo e seu impacto no desenvolvimento infantil até a fase adulta**. Maceió, 2020.

PADINHA, T.A.; GOIA, M.R. As escolas privadas bilíngues e a classificação docente. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v.51, e07113, 2021.

PREUSS, E.O. Psicolinguística do bilinguismo: implicações em processos formais de aquisição de línguas. *Ilha do Desterro* v. 72, nº 3, p. 291-309, Florianópolis, set/dez 2019.

RUBIO-FERNANDEZ, P.; GLUCKSBERG, S. Reasoning About Other People's Beliefs: Bilinguals Have an Advantage. **Jornal of Experimental Psychology: Learning, Memory, Cognition**. v. 38, n. 1, p. 211-217, jan. 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21875251/>

SOUZA, A.A. Bilinguismo na educação infantil: a BNCC e a prática na aquisição da linguagem. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Licenciatura em pedagogia. Arroio dos Ratos – RS-2022 <http://hdl.handle.net/10183/253200>

SPENCER, T.D.; MORAN, M.; THOMPSON, M.S.; PETERSEN, D.B.; RESTREPO, M.A. **Early Efficacy of Multitiered Dual Language Instruction**. Janeiro - Março 2020, Vol. 6, No. 1, pp.1-16.

TEODORO, I.A.V.; ARAÚJO, V.S. O bilinguismo no processo de aquisição da linguagem nos anos iniciais e seus benefícios. **Revista Anhanguera Goiânia** v.20, n. 1, jan/dez. p. 13-27, 2019.

ZORZI, J.L. **A intervenção fonoaudiológica nas alterações de linguagem infantil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

CONSEQUÊNCIAS DO USO EXCESSIVO DE TELAS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E MOTOR DAS CRIANÇAS

Isabela Lorena Lage de Souza

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- UNOESTE

Ademir Henrique Manfré

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- UNOESTE

RESUMO

Objetivo analisar, com base em literatura científica recente, os impactos do uso excessivo de telas no desenvolvimento cognitivo e motor infantil. Métodos, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, selecionando 16 artigos publicados nos últimos 5 anos (2020-2025). Resultados demonstram que o uso excessivo e desregulado de telas compromete múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil, sendo necessário que pais, educadores e profissionais da saúde atuem de forma conjunta na promoção do uso consciente da tecnologia. O estabelecimento de rotinas que incluam brincadeiras físicas, leitura, convívio social e tempo limitado de exposição digital é apontado como caminho eficaz para preservar o desenvolvimento saudável das crianças. Conclusão, a tecnologia, quando bem direcionada, pode ser uma aliada no processo educativo, mas não deve substituir experiências reais, interações humanas e atividades motoras essenciais ao crescimento saudável.

Palavras-chave: exposição digital; tecnologia; desenvolvimento infantil; interações humanas.

INTRODUÇÃO

O período da infância representa uma fase crítica para a aquisição de habilidades cognitivas e motoras essenciais, e a exposição excessiva e não supervisionada a telas pode interferir de maneira significativa nesse processo.

A infância exige experiências interativas, sensoriais e motoras diversificadas, que envolvam exploração do ambiente, socialização com outras crianças e atividades físicas.

No entanto, o predomínio de atividades passivas diante de telas compromete essas vivências, limitando os estímulos necessários ao desenvolvimento integral. Estudos apontam que o tempo de exposição à tela é um fator de risco não apenas para o comportamento sedentário, mas também para o surgimento de doenças cardiovasculares e metabólicas em adultos. No caso das crianças, há evidências de que esse tempo prolongado está associado à obesidade, aumento da pressão arterial e ao surgimento de transtornos relacionados à saúde mental (BENTO *et al.*, 2016). De maneira semelhante, Colman e Proença, (2020) destacam que crianças com alto tempo de tela apresentam maior suscetibilidade a problemas físicos e psicológicos, evidenciando a urgência de medidas preventivas.

Além dos efeitos sobre a saúde física, o uso excessivo de telas tem sido associado a prejuízos no desenvolvimento cognitivo e na aquisição de habilidades fundamentais. Pesquisas indicam que a exposição prolongada à televisão ou a dispositivos digitais pode resultar em atrasos nos domínios da linguagem (Lin *et al.*, 2015) e interferir negativamente no desenvolvimento da coordenação motora fina, habilidade essencial para o desempenho escolar e a autonomia nas tarefas cotidianas (Lin, Cherng & Chen, 2017).

A relevância deste estudo justifica-se diante do contexto contemporâneo em que o uso da tecnologia se tornou parte estrutural da rotina familiar, escolar e social. Ainda que existam benefícios associados ao uso consciente de conteúdos digitais educativos, a ausência de critérios e limites claros pode trazer consequências duradouras para o desenvolvimento infantil. Assim, torna-se urgente promover discussões embasadas em evidências científicas que orientem pais, educadores e profissionais da saúde quanto ao uso adequado

das tecnologias na infância, especialmente durante os primeiros anos de vida, quando o cérebro está em intenso processo de maturação.

A presente pesquisa parte do seguinte questionamento: De que maneira o uso excessivo de telas pode afetar o desenvolvimento cognitivo e motor de crianças? Com base nessa indagação, propõe-se refletir criticamente sobre os riscos associados a essa prática, reunindo dados que sustentem ações preventivas e educativas. Sendo assim, o artigo tem como objetivo analisar, com base em literatura científica recente, os impactos do uso excessivo de telas no desenvolvimento cognitivo e motor infantil.

IMPACTOS COGNITIVOS DO USO EXCESSIVO DE TELAS NA INFÂNCIA

O uso excessivo de dispositivos eletrônicos com telas tem se mostrado um fator de risco para o comprometimento de funções cognitivas essenciais, sobretudo quando não há mediação adulta qualificada (COSTA *et al.*, 2021). Estudos de Sigman (2012) apontam que a exposição precoce e prolongada a conteúdos audiovisuais pode afetar negativamente o desenvolvimento da linguagem, uma das principais ferramentas cognitivas na infância.

De acordo com Lin *et al.* (2015), crianças submetidas a altas cargas de tempo de tela apresentam atrasos significativos na aquisição de vocabulário e nas habilidades de comunicação verbal. Essa relação pode ser explicada pela redução das interações verbais presenciais, que são fundamentais para o desenvolvimento da fala, da escuta ativa e da construção do pensamento simbólico.

Outro aspecto crítico diz respeito à atenção e à concentração. O uso constante de dispositivos digitais, com seus estímulos rápidos, sons repetitivos e mudanças visuais constantes, pode condicionar o cérebro da criança a ambientes altamente estimulantes, dificultando sua capacidade de manter o foco em atividades mais lentas e exigentes, como a leitura e a resolução de problemas (Lima *et al.*, 2024). Como consequência, observa-se uma maior incidência de dificuldades de aprendizagem e transtornos de déficit de atenção.

Além disso, a memória de trabalho habilidade necessária para armazenar e manipular informações temporárias também pode ser prejudicada pela utilização indiscriminada de telas. Estudos indicam que o uso excessivo de tecnologia compromete a retenção de informações relevantes, uma vez que

os conteúdos digitais geralmente não exigem esforço cognitivo ou reflexão aprofundada (SILVA & BEZERRA, 2023).

Portanto, a construção de competências cognitivas na infância, especialmente nos primeiros anos de escolarização, demanda vivências reais e diversificadas, sendo indispensável limitar o tempo de tela e promover interações ricas com adultos, pares e ambientes significativos.

Comprometimentos no desenvolvimento motor e físico infantil

Santos e Oliveira (2023) destacam que o desenvolvimento motor infantil ocorre por meio de atividades que envolvem o movimento do corpo, a exploração do espaço e o uso de objetos variados. Nesse processo, a criança aprimora suas habilidades motoras finas (como desenhar, segurar objetos pequenos) e grossas (como correr, pular e se equilibrar), essenciais para a autonomia, o brincar e a participação nas tarefas escolares. Contudo, o uso excessivo de telas tende a reduzir o tempo destinado a essas experiências, favorecendo o sedentarismo e o empobrecimento da motricidade.

Segundo Lin, Chergng e Chen (2017), o uso frequente de tablets e smartphones por crianças pequenas tem impacto negativo direto no desenvolvimento da coordenação motora fina. A falta de atividades que exijam o uso manual variado, como recorte, encaixe, pintura ou manipulação de brinquedos físicos, limita o fortalecimento dos músculos das mãos e o controle motor necessário para a escrita e outras atividades escolares. A tela, por sua natureza interativa limitada, não oferece o mesmo grau de exigência motora das experiências físicas reais.

Além disso, o comportamento sedentário decorrente da permanência prolongada em frente às telas contribui para a diminuição da aptidão física geral. Conforme apontam Bento *et al.* (2016), a ausência de atividade corporal regular em crianças está associada a um aumento nos casos de obesidade, elevação da pressão arterial e alterações metabólicas. Tais condições não apenas afetam o bem-estar físico, como também têm repercussões negativas sobre a autoestima e o engajamento social da criança.

Outro fator preocupante é o impacto sobre o desenvolvimento postural e visual. Crianças que passam muitas horas sentadas e com o olhar fixo em dispositivos de pequeno porte estão mais propensas a apresentar dores

cervicais, fadiga ocular e até problemas de visão, como miopia precoce. Esses comprometimentos afetam diretamente o desempenho escolar e a qualidade de vida da criança.

Dessa forma, é evidente que o uso excessivo de telas compromete não apenas a motricidade fina e grossa, mas também coloca em risco a saúde física e o equilíbrio corporal infantil. A promoção de brincadeiras ativas, a prática de esportes e a valorização de atividades ao ar livre devem ser prioridades nas rotinas familiares e escolares, como forma de assegurar o desenvolvimento motor saudável.

O uso de telas na primeira infância: limites, potenciais e riscos

A presença das telas na vida de crianças pequenas tornou-se uma realidade irreversível na sociedade contemporânea. Desde os primeiros anos de vida, é comum que crianças tenham contato com dispositivos como celulares, tablets e televisores, muitas vezes ainda antes de desenvolverem plenamente suas habilidades motoras e cognitivas. Embora esse cenário desperte preocupações quanto aos riscos do uso precoce e excessivo da tecnologia, também é necessário reconhecer que, sob determinadas condições, as telas podem representar uma ferramenta complementar para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

Um dos aspectos centrais a serem considerados é a diferença entre o uso passivo e o uso ativo das tecnologias digitais. O uso passivo refere-se à exposição da criança a conteúdos repetitivos e de baixa interação, como vídeos longos assistidos sem participação ativa ou supervisão. Esse tipo de consumo está relacionado a impactos negativos, como atrasos na linguagem, dificuldades de atenção, menor engajamento com o ambiente e estímulos cognitivos empobrecidos (Lin *et al.*, 2015). Por outro lado, o uso ativo e mediado, quando há interação com conteúdo educativos e a participação de adultos, pode favorecer o aprendizado, especialmente em aspectos como vocabulário, noções de número, formas e sequências narrativas.

Aplicativos desenvolvidos com base em princípios pedagógicos e programas educativos voltados à primeira infância têm demonstrado potencial em promover habilidades cognitivas, desde que sejam utilizados de forma moderada e com supervisão. Segundo Lima *et al.* (2024), crianças que interagem com jogos

e recursos digitais que estimulam a resolução de problemas, a criatividade e a linguagem, apresentam ganhos quando essas experiências são integradas a um contexto educativo e acompanhadas por pais ou educadores.

Entretanto, é importante destacar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) recomendam que crianças com menos de dois anos de idade não sejam expostas a telas. Nessa fase da vida, o cérebro está em intenso processo de desenvolvimento sináptico, e as interações humanas, o contato físico com o ambiente e o brincar livre são mais eficazes para a construção de habilidades motoras, afetivas e cognitivas. A exposição precoce pode interferir na qualidade do sono, na aquisição da linguagem e no desenvolvimento da atenção sustentada (BENTO *et al.*, 2016).

Outro fator determinante é a qualidade do conteúdo ao qual a criança é exposta. Nem todo material digital é adequado ao estágio de desenvolvimento infantil. Muitos conteúdos voltados ao público infantil apresentam estímulos exagerados, com ritmo acelerado, cores intensas e sons repetitivos, que podem sobrecarregar o sistema nervoso em desenvolvimento e condicionar respostas comportamentais hiperativas ou desatentas. Além disso, o uso de telas como substituto da interação social ou da autorregulação emocional, como ocorre quando dispositivos são utilizados para acalmar a criança em momentos de frustração, pode comprometer a construção da autonomia emocional e da empatia.

Dessa forma, a discussão sobre o uso de telas na primeira infância deve ser conduzida de maneira crítica e equilibrada. Embora existam riscos claros, especialmente quando o uso é precoce, frequente e sem supervisão, também é possível reconhecer potenciais educativos quando há intencionalidade, limites de tempo e qualidade no conteúdo apresentado. A mediação ativa por parte de pais, cuidadores e professores é, portanto, um elemento central para transformar a tecnologia em uma aliada e não uma ameaça ao desenvolvimento saudável da criança.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa básica de abordagem qualitativa realizada através de revisão sistemática da Literatura (RSL) sobre os impactos do uso excessivo de telas no desenvolvimento cognitivo e motor infantil. O planejamento

da revisão consistiu na definição de critérios claros para a busca e seleção dos estudos, com o intuito de garantir a relevância e a qualidade das fontes analisadas. A metodologia seguiu as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), garantindo transparência e reprodutibilidade. A busca pelos estudos foi realizada em três bases de dados amplamente reconhecidas, sendo elas: Scielo (Scientific Electronic Library Online), ERIC (Education Resources Information Center) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Para a execução das buscas, foram utilizadas palavras-chave que refletissem com precisão os principais eixos temáticos da pesquisa, sendo elas: impacto da tecnologia, tempo de tela e educação infantil

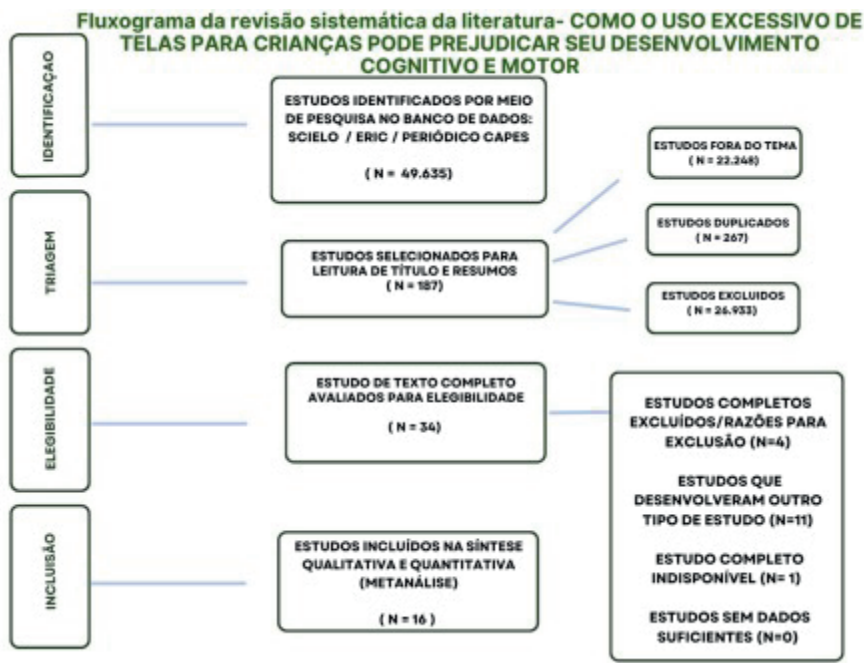
A pergunta norteadora foi: De que maneira o uso excessivo de telas pode afetar o desenvolvimento cognitivo das crianças? Desta forma, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram artigos publicados nos últimos 5 anos (2020-2025); estudos empíricos, revisões de literatura e metanálises; publicações em português; e trabalhos que abordem a relação entre uso de telas e desenvolvimento infantil. Por outro lado, foram excluídos da amostra artigos que extrapolassem o recorte temporal estabelecido, que não tratassem diretamente da temática em questão, bem como estudos duplicados ou que abordassem públicos fora da faixa etária da infância.

A triagem foi realizada em três etapas: 1) leitura de títulos e resumos: exclusão de estudos irrelevantes e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão; 2) leitura integral dos textos selecionados: análise da metodologia utilizada e resultados; e 3) extração dos dados relevantes: organização das informações em uma planilha padronizada.

Durante a busca inicial, como demonstrado pela Figura 1 abaixo, foram encontrados 49.635 estudos, sendo que apenas 34 permaneceram para a análise após a aplicação dos filtros em relação ao ano de publicação 2020 a 2025 e idioma português. Com a realização da primeira etapa da triagem, a leitura de títulos e resumos, foram excluídos os artigos repetidos 267, os que não foram encontrados 1, os que não eram artigos científicos 22.267, os que não eram relacionados ao tema 26.933 e os que abordavam especificamente as seguintes temáticas: Telas, educação infantil, impacto, desenvolvimento, motor e cognitivo.

Portanto, para o segundo passo da triagem foram incluídos 34 artigos científicos sendo que 4 foram excluídos por apresentarem metodologia pouco detalhada. Sendo assim, 16 artigos científicos foram incluídos nesta revisão sistemática e são apresentados na Figura 1. Os dados extraídos foram agrupados e sintetizados em uma análise qualitativa e em uma meta análise quantitativa para avaliar o impacto do uso excessivo de telas na aprendizagem e no desenvolvimento infantil.

Figura 1 - Fluxograma da revisão sistemática de literatura, 2025.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 16 artigos selecionados para esta revisão sistemática foram analisados e os dados principais extraídos e organizados no Quadro 1, que sintetiza as principais informações de cada artigo, incluindo autores, objetivos, metodologias adotadas e os principais resultados encontrados. Com base na análise do quadro, foram identificados pontos de convergência, divergência e lacunas relevantes na literatura.

Quadro 1 - Artigos utilizados na revisão sistemática.

Autor /Ano /País	Objetivo do Estudo	Método de Pesquisa	Resultados/Conclusão
Lima (2024), Brasil.	- Analisar como o uso excessivo de dispositivos eletrônicos afeta a saúde mental de crianças e adolescentes.	- Pesquisa bibliográfica com base em artigos científicos disponíveis no Google Acadêmico, SciELO e sites jornalísticos. - Análise de dados recentes sobre o uso de telas. - Estudo de conteúdos relacionados aos efeitos psicológicos, físicos e sociais.	O uso prolongado de telas está associado a problemas psicológicos (como ansiedade e depressão), físicos (sedentarismo, distúrbios do sono) e dificuldades de socialização. Além disso, as redes sociais exercem influência negativa na autoestima, estimulando comparações sociais prejudiciais. Diante desses achados, evidencia-se a importância do uso equilibrado da tecnologia como fator crucial para preservar a saúde mental e o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.
Oliveira e Braz (2023), Brasil.	- Compreender os impactos da exposição precoce às telas no desenvolvimento global (motor, cognitivo, emocional, linguístico e social) de crianças de 0 a 5 anos.	- Pesquisa de cunho bibliográfico, com base em autores como Braz (2021), Cerri (2021), Fonseca, Oliveira e Cruz (2021), Gil (2002) e Andrade (2004). - Análise de livros, artigos científicos e capítulos relacionados ao impacto do uso de telas na Primeira Infância. - Revisão de literatura como ferramenta para levantar dados sobre saúde física, emocional e cognitiva.	A exposição excessiva a telas compromete o desenvolvimento infantil global, afetando funções cognitivas, sociais, motoras e emocionais – especialmente durante a fase de maior plasticidade cerebral. A pandemia de COVID-19 intensificou esses efeitos, reduzindo interações sociais e aumentando o tempo de tela. A mediação ativa por parte de educadores, pais e cuidadores é crucial para minimizar os impactos. Quando utilizado com supervisão, moderação e conteúdo educativo, o tempo de tela pode trazer benefícios, desde que associado a limites claros.
Gomes e Gama (2023), Brasil.	- Discutir os impactos do uso excessivo da tecnologia no desenvolvimento infantil. -Compreender como o uso abusivo de telas pode afetar a saúde física e mental das crianças. - Identificar o papel e a importância do psicólogo no manejo e na intervenção precoce dos efeitos negativos da tecnologia.	Revisão qualitativa sistemática. - Busca de artigos nas bases de dados BVS, MEDLINE, PUBMED, Periódicos CAPES e Scielo. - Recorte temporal entre 2016 e 2024. - Inicialmente encontrados 87 estudos, dos quais 17 foram selecionados com base em critérios de relevância.	O uso excessivo de dispositivos digitais está associado a ansiedade, depressão, sedentarismo, obesidade, distúrbios do sono e à exposição a conteúdos impróprios e violentos. A infância é destacada como um período de alta vulnerabilidade, sendo fundamental para o desenvolvimento físico e emocional. Diante desses riscos, ressalta-se a importância da atuação do psicólogo na prevenção, mediação e orientação familiar, promovendo o uso consciente e equilibrado da tecnologia.

Autor /Ano /País	Objetivo do Estudo	Método de Pesquisa	Resultados/Conclusão
Tiveron e Kaspar y, Lacerda (2024), Brasil.	Descrever as consequências do uso excessivo de telas em crianças, com base em evidências científicas.	Revisão literária com busca nas bases de dados Scielo, PubMed, Google Scholar, BVS e EBSCO, com artigos publicados nos últimos 5 anos, conforme critérios de inclusão.	O uso abusivo de telas está relacionado a atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento da linguagem, distúrbios do sono, prejuízo cognitivo e alterações visuais. Pode levar a comportamentos antissociais, ansiedade e insônia.
Silva e Bezerra (2024), Brasil.	Ampliar os debates sobre os prejuízos do consumo de telas no desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância.	Pesquisa exploratória de caráter qualitativo, com uso de pesquisa bibliográfica e entrevista estruturada.	Ampliar os debates sobre os prejuízos do consumo de telas no desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância.
Moraes e Borges (2024), Brasil.	Compreender as possíveis consequências do uso excessivo e indiscriminado de telas e tecnologias no desenvolvimento de crianças e adolescentes.	Revisão sistemática de literatura com levantamento de estudos nas bases de dados PubMed, SciELO e PePSIC. Foram selecionados 17 artigos para análise.	O uso excessivo de telas pode comprometer o desenvolvimento cognitivo e o bem-estar psicológico de crianças e adolescentes, gerando prejuízos comportamentais, sociais e nos vínculos familiares. Também está associado ao aumento de ansiedade, depressão e à estimulação de comportamentos de risco, como o uso de substâncias. Em contraste, quando utilizado de forma moderada e supervisionada, o tempo de tela pode contribuir positivamente para a socialização e o desempenho nos estudos.
Cruz <i>et al.</i> (2024), Brasil.	Mapear as evidências científicas sobre o adocimento psicológico em crianças e adolescentes causado pelo uso excessivo de telas.	Revisão integrativa da literatura, conforme método de Torres <i>et al.</i> (2020). Utilização das bases de dados BVS e PubMed até setembro de 2023. Foram identificados 167 estudos, 09 selecionados para leitura na íntegra, e 06 incluídos na análise final.	O uso excessivo de telas está relacionado a distúrbios do sono, ansiedade, depressão, variações de humor, dificuldades nas interações sociais e até experiências relacionadas ao suicídio. Evidencia-se a necessidade da atuação do profissional de enfermagem, que deve estar capacitado para oferecer suporte, estabelecer limites planejados e promover alternativas saudáveis no cuidado de crianças e adolescentes expostos a essas situações.

Autor /Ano /País	Objetivo do Estudo	Método de Pesquisa	Resultados/Conclusão
Lima (2023), Brasil.	Analisar o impacto do tempo de tela no desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças em idade pré-escolar.	Revisão de literatura baseada em estudos sobre o uso de telas (televisão, tablets, smartphones e computadores) por crianças pequenas.	O uso excessivo de telas está associado a atrasos na linguagem, déficits de atenção, impulsividade e dificuldades na regulação emocional, além da substituição de interações reais e atividades fundamentais, como brincadeiras e leitura. No entanto, o uso moderado, supervisionado por pais e com conteúdos educativos pode favorecer o desenvolvimento de habilidades como alfabetização precoce e raciocínio lógico. As evidências recomendam limitar o tempo de tela a no máximo 1 hora por dia, conforme a American Academy of Pediatrics, e incentivar atividades que estimulem o desenvolvimento motor, social e cognitivo.
Santana, Ruas, Queiroz (2021), Brasil.	Refletir sobre o impacto da exposição prolongada ao uso de telas no crescimento e desenvolvimento infantil.	Reflexão teórica com base em literatura nacional e internacional disponível nas bases Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e PubMed (NCBI).	A exposição prolongada às telas pode alterar padrões de pensamento e aprendizagem, além de estar associada a comorbidades como obesidade, sobrepeso, síndrome metabólica, insônia e introspecção, impactando negativamente o desenvolvimento infantil a longo prazo. Destaca-se que a compreensão dos pais sobre o uso abusivo da tecnologia é fundamental, pois nem toda inovação digital representa benefício, sendo necessário avaliá-la de forma crítica e consciente.
Tissi <i>et al.</i> (2024) Brasil.	Analisar evidências sobre a influência do uso de dispositivos eletrônicos no desenvolvimento cognitivo de crianças entre 2 e 5 anos, identificando áreas afetadas.	Revisão bibliográfica com artigos publicados nos últimos 10 anos nas bases PubMed, Scielo, Acervo Mais e Google Scholar. Utilizou-se os descritores: "desenvolvimento cognitivo", "dispositivos eletrônicos" e "crianças", em português e inglês. Foram incluídos apenas estudos empíricos com foco em crianças (excluindo adolescentes e adultos).	O uso excessivo de dispositivos eletrônicos está relacionado a dificuldades de concentração, redução da memória, atrasos no desenvolvimento da linguagem e prejuízos nas interações sociais. Por outro lado, quando realizado de forma moderada e orientada, com supervisão familiar e conteúdos educativos, o uso de telas pode ter efeitos neutros ou até positivos em determinadas áreas cognitivas. Destaca-se a importância do monitoramento contínuo e do equilíbrio no tempo de tela, especialmente nos primeiros anos de vida.

Autor /Ano /País	Objetivo do Estudo	Método de Pesquisa	Resultados/Conclusão
Sousa e Carvalho (2023), Brasil.	Avaliar as consequências do uso abusivo de telas por crianças de até 6 anos.	Revisão Integrativa da Literatura, com uso dos descritores em inglês: screen time, television, child. As bases de dados utilizadas foram: BVS, PubMed e MEDLINE.	O uso abusivo de telas em crianças de até 6 anos está associado a alterações no desenvolvimento cognitivo, da fala e psicossocial, além de distúrbios do sono, déficits na memória de trabalho e sintomas psiquiátricos. Também foram observados acúmulo de gordura abdominal e agravamento de sintomas em crianças com TDAH. Esses achados reforçam a necessidade de controle rigoroso e supervisão ativa desde os primeiros contatos com a tecnologia.
Arruda <i>et al</i> (2024), Brasil.	Analisar a literatura científica sobre os malefícios do uso de telas eletrônicas na infância.	Revisão integrativa da literatura, com uso dos descritores screen time, child, child development, combinados com o operador booleano AND. A pesquisa foi realizada em julho de 2023, nas bases MEDLINE, LILACS e Pub-Med, com publicações entre 2018 e 2023. Foram selecionados 17 artigos.	A exposição excessiva a telas está associada a diversos prejuízos no desenvolvimento infantil, incluindo déficits em linguagem, cognição e atenção, bem como alterações socioemocionais e nos hábitos alimentares. Também estão relacionados a esse uso má qualidade do sono, baixo rendimento escolar, aumento do IMC, sedentarismo, introversão, obesidade, depressão e ansiedade. A prática da coveisualização — uso das telas em conjunto com adultos — surge como uma estratégia mais interativa e menos prejudicial.
Passos (2021), Brasil.	Investigar os problemas ou consequências no desenvolvimento cognitivo e linguístico ligados à exposição abusiva de telas na era digital.	Revisão bibliográfica em literatura nacional e internacional, com buscas nas bases SciELO, MEDLINE e CAPES, incluindo artigos publicados entre 2005 e 2021.	A dependência digital tem provocado mudanças significativas no processo cognitivo de crianças e adolescentes. Estudos indicam riscos neurobiológicos relacionados ao uso excessivo de mídias digitais, que podem interferir no crescimento cognitivo e limitar vivências essenciais da vida real. Há evidências de uma associação entre o uso de dispositivos móveis e o atraso expressivo de fala, especialmente em crianças com 18 meses de idade. Ressalta-se a necessidade de mais p

Autor /Ano /País	Objetivo do Estudo	Método de Pesquisa	Resultados/Conclusão
Oliveira <i>et al</i> (2021), Brasil.	O trabalho busca compreender como o uso das tecnologias, especialmente telas, impacta o desenvolvimento de crianças, considerando que a infância hoje está fortemente vinculada ao ambiente digital.	O estudo é uma revisão integrativa de literatura, realizada por meio da análise de artigos originais já publicados. Essa metodologia permite reunir, sintetizar e analisar os conhecimentos já existentes sobre o tema.	Mais do que a quantidade de tempo, a qualidade do uso das telas é determinante para os impactos no desenvolvimento infantil. Fatores como interatividade, tipo de conteúdo, controle de acesso e adequação à faixa etária são cruciais nessa avaliação. Embora o uso precoce e inadequado da tecnologia possa ser prejudicial, seu uso consciente e orientado pode se tornar uma ferramenta positiva no desenvolvimento cognitivo e social das crianças.
Leão (2022), Brasil.	Avaliar a associação entre a prática de atividade física e o tempo de tela no desenvolvimento de crianças aos 48 meses de idade	É uma revisão sistemática. Utilizou-se o instrumento Battelle Developmental Inventory (BDI), que mede desenvolvimento pessoal-social, adaptativo, motor, comunicativo e cognitivo.	Os estudos analisados demonstram que a atividade física na primeira infância promove benefícios significativos para o desenvolvimento infantil. Contudo, as evidências atuais não apontam impactos negativos estatisticamente relevantes do tempo de tela no desenvolvimento de crianças aos 4 anos de idade. Estes achados reforçam a importância da implementação de políticas públicas voltadas para o estímulo à prática de atividades físicas desde os primeiros anos de vida, como estratégia prioritária para o desenvolvimento saudável na primeira infância.
Moreira <i>et al.</i> (2021), Brasil.	Analisar as possíveis interferências da tecnologia no desenvolvimento infantil em crianças menores de 6 anos e destacar a importância do limite do tempo de tela no contexto atual.	Revisão integrativa com seleção de artigos nas bases MEDLINE (PubMed), LILACS e SciELO, utilizando os descritores “desenvolvimento infantil”, “tempo de tela” e “pandemia COVID-19” (operador AND). Incluiu também diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e do Ministério da Saúde (MS).	A análise demonstra que a primeira infância, período fundamental para o desenvolvimento cerebral e formação de habilidades, sofre impactos negativos significativos com a exposição precoce às telas. Os padrões familiares de uso tecnológico têm levado a uma exposição prolongada, resultando em prejuízos como distúrbios do sono, aumento da ansiedade e alterações visuais e comportamentais. O período da pandemia de COVID-19 exacerbou esta situação, com as telas sendo amplamente utilizadas como recurso para entretenimento infantil durante o isolamento social.

A análise dos 16 estudos selecionados nesta revisão sistemática evidenciou um consenso significativo entre os autores quanto aos impactos negativos do uso excessivo de telas no desenvolvimento cognitivo e motor das crianças. Diversos aspectos foram abordados nas pesquisas, os quais foram agrupados em três grandes categorias: prejuízos cognitivos, comprometimentos motores e riscos à saúde emocional e social.

No âmbito cognitivo, os estudos indicam que a exposição prolongada a telas está diretamente associada a atrasos no desenvolvimento da linguagem, dificuldades de atenção e concentração, prejuízos na memória de trabalho e menor desempenho em atividades escolares (LIN *et al.*, 2015; TISSI *et al.*, 2024; SILVA & BEZERRA, 2023). O uso passivo de dispositivos eletrônicos, sem a mediação de adultos e com conteúdo pouco educativos, reduz significativamente as interações verbais e a estimulação simbólica, essenciais para a aquisição da linguagem e o raciocínio lógico (PASSOS, 2021; LIMA, 2023).

Além disso, o excesso de estímulos visuais e auditivos de ritmo acelerado — característico de muitos conteúdos digitais — pode condicionar o cérebro infantil a um padrão de atenção superficial e fragmentada, interferindo negativamente no desenvolvimento da atenção sustentada e na capacidade de aprendizagem (SANTANA *et al.*, 2021; GOMES & GAMA, 2023).

No que se refere ao desenvolvimento motor, os estudos apontam uma redução significativa das experiências físicas fundamentais para a coordenação motora fina e grossa (GALLAHUE & OZMUN, 2005; LIN, CHERNG & CHEN, 2017). A diminuição das atividades como correr, pular, desenhar ou manipular objetos físicos em função do tempo de tela favorece o sedentarismo e a fragilidade muscular, especialmente em regiões envolvidas na escrita e na motricidade global. Como consequência, são relatados atrasos na habilidade de escrever, maior incidência de problemas posturais, obesidade e miopia precoce (TIVERON *et al.*, 2024; OLIVEIRA & BRAZ, 2023).

Outro ponto recorrente entre os autores diz respeito aos efeitos emocionais e sociais do uso abusivo de telas. Crianças expostas por longos períodos a dispositivos digitais tendem a apresentar sintomas de ansiedade, irritabilidade, isolamento social e dificuldades na regulação emocional (CRUZ *et al.*, 2024; MORAES & BORGES, 2024). Além disso, a exposição a conteúdos violentos ou inadequados, bem como o uso das telas como recurso para acalmar ou distrair,

pode comprometer o desenvolvimento da empatia, da autorregulação e das habilidades socioemocionais (SOUSA & CARVALHO, 2023; MOREIRA *et al.*, 2021).

Por outro lado, parte dos estudos (LIMA, 2023; OLIVEIRA *et al.*, 2021; TISSI *et al.*, 2024) reconhece que o uso moderado, supervisionado e com conteúdo educativo pode trazer benefícios ao desenvolvimento cognitivo e até contribuir para a aprendizagem, desde que sejam respeitados limites claros de tempo, qualidade e intencionalidade. Nesse contexto, práticas como a “covisualização” — uso das telas junto com adultos — e a escolha de aplicativos pedagógicos podem minimizar os riscos e promover interações mais saudáveis.

Em síntese, os achados demonstram que o uso excessivo e desregulado de telas compromete múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil, sendo necessário que pais, educadores e profissionais da saúde atuem de forma conjunta na promoção do uso consciente da tecnologia. O estabelecimento de rotinas que incluam brincadeiras físicas, leitura, convívio social e tempo limitado de exposição digital é apontado como caminho eficaz para preservar o desenvolvimento saudável das crianças.

CONCLUSÃO

A presente revisão sistemática evidenciou que o uso excessivo e não supervisionado de telas pode comprometer significativamente o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social das crianças, especialmente durante a primeira infância. Os estudos analisados demonstram uma relação direta entre o tempo prolongado diante de dispositivos eletrônicos e o aumento de atrasos na linguagem, dificuldades de atenção, prejuízos na coordenação motora, sedentarismo, distúrbios do sono e alterações comportamentais.

Esses achados reforçam a importância de práticas educativas e familiares que limitem o tempo de exposição às telas, incentivem brincadeiras ativas, promovam interações presenciais e valorizem o contato com o ambiente físico e social. Além disso, a mediação ativa por parte de pais, cuidadores e educadores mostrou-se um fator crucial para minimizar os efeitos negativos da tecnologia e potencializar seu uso como ferramenta pedagógica e de estímulo ao desenvolvimento.

Portanto, embora o uso de telas seja uma realidade presente na infância contemporânea, é fundamental que seu uso seja intencional, consciente e adaptado à faixa etária da criança. A tecnologia, quando bem direcionada, pode ser uma aliada no processo educativo, mas não deve substituir experiências reais, interações humanas e atividades motoras essenciais ao crescimento saudável. Dessa forma, o equilíbrio entre o mundo digital e o real deve ser o norte das ações de famílias, escolas e profissionais da saúde e da educação.

Agradecimento

Agradeço a Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação (Unoeste) pelo incentivo e apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, K. B. *et al.* Malefícios do uso de telas eletrônicas na infância: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 6, n. 5, 2024. Disponível em: <https://conhecendoonline.emnuvens.com.br/revista/article/view/170/220>. Acesso em: 25 maio 2025.

BENTO, C. A. *et al.* O uso excessivo de telas e suas implicações no desenvolvimento infantil. **Publicar – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 7, n. 2, 2023. Disponível em: <https://editorapublicar.com.br/ojs/index.php/publicacoes/article/view/620/302>. Acesso em: 26 maio 2025.

COLMAN, D. T., & DE PROENÇA, S. Tempo de tela e a primeira infância. **Anais da Jornada Científica dos Campos Gerais**, 18(1). 2020 <https://iessa.edu.br/revista/index.php/jornada/article/view/1842>

COSTA, I. M., RIBEIRO, E. G. M., DE SOUZA FERNANDES, G., LUIZ, L. W. S., DE MIRANDA, L. C., & DE SOUZA TEIXEIRA, N. Impacto das Telas no Desenvolvimento Neuropsicomotor Infantil: uma revisão narrativa Impact of Screens on Child Neuropsychomotor Development: a narrative review. **Brazilian Journal of Health Review**, 4(5), 21060-21071.2021.

CRUZ, R. A. M. *et al.* Adoecimento psicológico em crianças causado pelo uso excessivo de telas. **Revista Contemporânea**, v. 13, n. 4, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6538/4670>. Acesso em: 26 maio 2025.

GOMES, L.; GAMA, P. Consequências psicológicas e físicas do uso abusivo de telas por crianças. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 4, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/47225/37340>. Acesso em: 27 maio 2025.

LIMA, T. M. O impacto do uso de tecnologias no desenvolvimento infantil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 3, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16122/8816>. Acesso em: 27 maio 2025.

LIN LY, CHERNG RJ, CHEN YJ, CHEN YJ, YANG HM. Effects of television exposure on developmental skills among young children. **Infant Behav Dev** 2015; 38:20-26.

LIN LY, CHERNG RJ, CHEN YJ. Effect of Touch Screen Tablet Use on Fine Motor Development of Young Children. **Phys Occup Ther Pediatr** 2017; 37(5):457-467.

MORAES, L. Consequências do uso excessivo de telas no desenvolvimento infantil. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário La Salle. Disponível em: https://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/4055/1/_Lidiane%20Moraes%20TCC%20_final_%2024_2.docx%20-%20LIDIANE%20MORAES.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

MOREIRA, F. C. *et al.* O uso de telas na infância e seus impactos no desenvolvimento neuropsicomotor. **Revista Científica da Scientific Society**, v. 4, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revista.scientificsociety.net/wp-content/uploads/2024/05/Art.39-2024.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

OLIVEIRA, A. R.; BRAZ, M. C. Tecnologias e desenvolvimento infantil: riscos e possibilidades. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 9, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/194/213>. Acesso em: 28 maio 2025.

SANTOS, A. B. D. DOS, & OLIVEIRA, F. B. M. de. Tempo de tela e os seus impactos na saúde mental de crianças e adolescentes pré-escolares: uma revisão integrativa. **Revista Interdisciplinar**, 16(1), 1-11. 2023. <https://doi.org/10.29327/2393773.16.1-9>

SANTANA, J. M.; RUAS, C. A.; QUEIROZ, S. S. O impacto do tempo de tela no crescimento e desenvolvimento infantil. **Unifia**, 2021. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2021/05/O-IMPACTO-DO-TEMPO-DE-TELA-NO-CRESCIMENTO-E-DESENVOLVIMENTO-INFANTIL.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

SIGMAN, A. Time for a view on screen time. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 33, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/CQxCtrvhkrW6GdqgKPV LZ4v/?format=pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

SILVA, M. V.; BEZERRA, E. R. Efeitos do consumo de telas na aprendizagem de crianças na primeira infância. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 4, 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/76716/53404>. Acesso em: 29 maio 2025.

SOUSA, G. C.; CARVALHO, A. F. Consequências do uso abusivo de telas por crianças até 6 anos. **Revista Acervo Mais Saúde**, v. 4, n. 1, 2023. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/11594/7066>. Acesso em: 29 maio 2025.

SOUZA, I. L. L. As consequências do uso de telas no desenvolvimento cognitivo infantil. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/705/678>. Acesso em: 30 maio 2025.

TAWANNA, L. M. Consequências cognitivas e comportamentais do uso precoce de telas em crianças. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – PUC Goiás. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3100/1/TCC%20Tawanna%20FINAL.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

TISSI, M. V. *et al.* Dispositivos eletrônicos e desenvolvimento cognitivo infantil. **Revista Foco**, v. 17, n. 1, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3308/2457>. Acesso em: 30 maio 2025.

TIVERON, C. M. *et al.* Impactos do uso abusivo de telas no neurodesenvolvimento infantil. **Educação em Saúde**, v. 16, n. 2, 2024. Disponível em: <https://revistas2.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/6088/4195>. Acesso em: 30 maio 2025.

OS BENEFÍCIOS DA EQUOTERAPIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS

Julia Fajolle Felitti

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- UNOESTE

Alba Regina Azevedo Arana

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Ademir Henrique Manfré

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

RESUMO

Objetivo: analisar os benefícios da equoterapia no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Métodos:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com busca em bases de dados como o Google Acadêmico, SCIELO e Periódicos CAPES considerando artigos publicados nos últimos dez anos. Foram selecionados 20 estudos relevantes que abordavam a relação entre equoterapia, o desenvolvimento infantil e Transtorno do Espectro Autista. **Resultados:** Os resultados indicam que a equoterapia proporciona efeitos positivos que incluem avanços na coordenação motora, equilíbrio postural, controle dos tônus musculares e no desenvolvimento da lateralidade e orientação espacial, aspectos fundamentais da psicomotricidade. No campo emocional, foi observada uma melhora na autoestima, autoconfiança e no controle da ansiedade, proporcionando maior estabilidade comportamental. **Conclusão:** a equoterapia deve ser aplicada de forma personalizada, considerando as necessidades específicas de cada praticante.

Palavras-chave: equoterapia; autismo; equinos; transtorno do espectro autista.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. Crianças com TEA podem apresentar atrasos em diversas áreas do desenvolvimento, como a psicomotricidade, cognição e linguagem, o que demanda intervenções terapêuticas multidisciplinares e personalizadas.

Nesse contexto, a equoterapia, também conhecida como hipoterapia ou terapia assistida com cavalos, tem se consolidado como uma abordagem complementar e eficaz. Essa prática terapêutica utiliza o movimento tridimensional do cavalo como recurso para promover ganhos físicos, emocionais, sensoriais e sociais. Diversos estudos têm evidenciado os efeitos positivos da equoterapia no desenvolvimento global de crianças com TEA, destacando melhorias no equilíbrio, coordenação motora, linguagem, autonomia, além do fortalecimento do vínculo afetivo e social com o ambiente e com outras pessoas (QUINTEIRO CRUZ & POTTKER, 2017; DUARTE *et al.*, 2019; MELLO *et al.*, 2022).

Pesquisas recentes apontam que a prática regular da equoterapia pode contribuir significativamente para a regulação sensorial e emocional dessas crianças, ampliando sua capacidade de concentração, interação e participação em contextos educativos e sociais (GODOI *et al.*, 2024; COSTA & INOUE, 2022; TELLES & MOÇO, 2022).

Diante do crescente número de publicações científicas relacionadas ao tema, torna-se relevante a realização de uma revisão sistemática que sintetize os principais achados sobre os benefícios da equoterapia no desenvolvimento de crianças com TEA. Tal investigação poderá fornecer subsídios para profissionais da saúde, educação e familiares na escolha de intervenções terapêuticas baseadas em evidências.

OS BENEFÍCIOS DA EQUOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EMOCIONAL E COGNITIVO

A prática da equitação com fins terapêuticos para pessoas com deficiência teve início na Noruega, em 1954, por meio da fisioterapeuta Eilset Bodtker, que

reconheceu o potencial do cavalo como agente facilitador do desenvolvimento físico e emocional. Já em 1967, foi inaugurado nos Estados Unidos o primeiro centro especializado em equitação para pessoas com deficiência, marcando o início de uma abordagem mais sistematizada da equoterapia em nível internacional (BARBOSA e MUNSTER, 2011).

No Brasil, a equoterapia começou a ganhar visibilidade a partir de 1989, por meio das atividades equestres desenvolvidas na Granja do Torto, em Brasília, que futuramente se tornaria a sede da Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-Brasil). Esta entidade teve papel fundamental na normatização da prática, promovendo capacitações e definindo diretrizes técnicas e éticas para sua aplicação. Em 1997, a equoterapia foi oficialmente reconhecida como método terapêutico pelo Conselho Federal de Medicina, o que impulsionou sua consolidação como prática complementar dentro do campo da saúde (ARAÚJO, 2023).

Atualmente, o Brasil conta com mais de 210 centros de equoterapia distribuídos por todas as regiões do país. Tais centros funcionam com equipes multidisciplinares compostas por profissionais como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos, psicopedagogos, zootecnistas e veterinários. Cada profissional contribui com seu conhecimento específico para elaborar um plano de atendimento personalizado, que respeita as necessidades, limitações e potencialidades de cada praticante (TELLES & MOÇO, 2022).

A prática pode ocorrer de forma individual ou em grupo, sendo recomendadas, em geral, duas sessões semanais com duração de cerca de 30 minutos. As atividades envolvem o montar no cavalo, bem como o cuidado com o animal, como escovação, banho e alimentação, criando oportunidades para estimular a afetividade, a responsabilidade e o senso de cuidado com o outro — aspectos fundamentais para o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais, como aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A equoterapia tem se mostrado eficaz como intervenção psicomotora, promovendo estímulos sensório-motores que contribuem significativamente para o desenvolvimento físico e neuromuscular do praticante. Conforme Duarte *et al.*, (2019), um dos principais ganhos observados está na tonicidade muscular, compreendida como a capacidade de manter uma tensão muscular adequada para cada gesto ou postura.

O movimento tridimensional do cavalo é um dos principais elementos terapêuticos da equoterapia. Durante o passo, por exemplo, o cavalo transmite ao praticante estímulos similares ao padrão de marcha humana. De acordo com Campos (2007), os três andaduras naturais do cavalo passo, trote e galope oferecem diferentes níveis de intensidade e frequência de movimento, o que pode ser explorado conforme os objetivos terapêuticos.

Mendes (2008) destaca que cada passo do cavalo gera entre 1 e 1,25 movimentos por segundo, totalizando de 1800 a 2500 ajustes posturais em uma sessão de 30 minutos. Esses ajustes, transmitidos ao cérebro por meio da medula espinhal, estimulam o sistema nervoso central a uma frequência de cerca de 180 oscilações por minuto, promovendo melhorias no equilíbrio, na coordenação motora, nos tônus musculares e na consciência corporal.

Barbosa e Munster (2011) reforçam que esses estímulos proporcionam a integração dos sistemas proprioceptivo, vestibular e sensorial, fundamentais para o controle postural e a locomoção. Além disso, apontam benefícios na respiração (aumento da capacidade ventilatória), na organização espacial e na atenção — aspectos especialmente relevantes para crianças com TEA, que frequentemente apresentam dificuldades nesses domínios.

Os benefícios da equoterapia vão além do aspecto físico, estendendo-se ao campo social, emocional e cognitivo. A prática promove um ambiente de confiança e estímulo, no qual o praticante se sente acolhido e motivado. Esse cenário favorece o desenvolvimento da autoestima, da autonomia e da capacidade de se relacionar com o outro.

A Terapia Ocupacional, quando aplicada no contexto da equoterapia, utiliza o cavalo como mediador da interação entre o terapeuta e o praticante. Ferrari (2003) observa que a tríade terapeuta-atividade-cavalo estabelece um vínculo afetivo importante, permitindo que o praticante explore suas habilidades e aprenda a lidar com suas limitações. A vivência terapêutica é planejada de modo a incluir situações do cotidiano, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e funcional.

Além disso, o contato direto com o animal durante atividades como escovação, banho e alimentação proporciona ao praticante a possibilidade de desenvolver senso de responsabilidade, empatia e cuidado. Medeiros e Dias *et al.* (2008) destacam que essas ações estimulam aspectos proprioceptivos e

motores, ao mesmo tempo que permitem a nomeação de objetos, o que pode favorecer o desenvolvimento da linguagem e da comunicação.

Em relação ao aspecto cognitivo, a equoterapia tem o potencial de estimular funções executivas como atenção, memória e planejamento. A novidade da atividade, o ambiente lúdico e a necessidade de seguir instruções durante a montaria contribuem para o fortalecimento da concentração e da capacidade de resolução de problemas. Tais ganhos são especialmente significativos no contexto do autismo, em que frequentemente se observa uma dificuldade de foco e rigidez comportamental.

Por meio das interações promovidas durante as sessões seja com os terapeutas, o animal ou os colegas, a criança é desafiada a experimentar novas formas de comunicação e expressão. Isso pode resultar em melhorias na reciprocidade social, no reconhecimento de emoções e na capacidade de iniciar ou manter interações, o que favorece a inclusão social e o desenvolvimento interpessoal.

MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) com abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar os benefícios da equoterapia no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista. A RSL possibilita a identificação e a síntese de estudos científicos relevantes sobre o tema, permitindo uma visão ampla e crítica das publicações existentes. A pergunta norteadora de pesquisa foi: Quais são os benefícios da equoterapia para o desenvolvimento de crianças com TEA?

A busca foi realizada em bases de dados como PubMed, Scopus, Web of Science, SciELO, e ERIC. Foram usadas combinações de palavras-chave como ("equoterapia" OR "hipoterapia") AND ("autismo" OR "TEA").

A triagem dos artigos foi feita em três etapas: leitura de títulos e resumos, leitura integral para aplicação dos critérios de inclusão/exclusão, e extração dos dados em planilha padronizada. A análise foi qualitativa, com a possível realização de metanálise quantitativa para avaliar os efeitos da equoterapia.

Os critérios específicos de inclusão foram: Artigos publicados nos últimos 10 anos; Estudos empíricos, revisões de literatura e meta análise; Publicações

em português, inglês e espanhol. Os critérios de exclusão foram: Estudos em adultos ou outros transtornos; Trabalhos sem revisão por pares; Artigos com metodologia insuficiente. A partir desses critérios, foram inicialmente selecionados 125 artigos. Após uma revisão criteriosa, foram eliminados 105 estudos que não atendiam plenamente aos objetivos da pesquisa, restando, ao final, 20 artigos para análise detalhada.

Os resultados foram apresentados no quadro 1, destacando os principais benefícios observados e as diferenças entre estudos longitudinais e transversais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 20 artigos selecionados para esta revisão sistemática foram analisados e os dados principais extraídos e organizados no Quadro 1, que sintetiza as principais informações de cada artigo, incluindo autores, objetivos, metodologias adotadas e os principais resultados encontrados. Com base na análise do quadro, foram identificados pontos de convergência, divergência e lacunas relevantes na literatura.

Quadro 1 - Artigos utilizados na revisão sistemática.

Referência (autor/ano/pais)	Objetivo do estudo	Método de pesquisa	Resultados/Conclusão
QUINTEIRO CRUZ, B. D., & POTTKER, C. A. (2017)	A utilização do cavalo como ferramenta terapêutica, visando melhorar aspectos motores, cognitivos e afetivos.	Estudo de caso.	Melhora na coordenação motora Aumento na interação social Desenvolvimento da autoestima e confiança Aprimoramento das habilidades cognitivas Redução de comportamentos agressivos.
DUARTE, L. P. et al	Revisar e analisar as evidências sobre os benefícios da equoterapia para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Revisão Bibliográfica.	Benefícios motores e físicos Desenvolvimento cognitivo e comportamental Benefícios emocionais e sociais Efeitos psicológicos e terapêuticos Resultados positivos a longo prazo

Referência (autor / ano/pais)	Objetivo do estudo	Método de pesquisa	Resultados/Conclusão
MELLO , B. L. C. de.; <i>et all</i> (2022).	Tem como objetivo investigar a importância da equoterapia no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), realizadas no Brasil.	Revisão Bibliográfica	Melhora no desenvolvimento motor Aumento da interação social e comunicação Desenvolvimento emocional e comportamental Melhora nas habilidades cognitivas
Godoi, M. M. <i>et all</i> (2024).	O artigo busca fornecer uma visão detalhada sobre os impactos dessa prática terapêutica no comportamento das crianças.	Pesquisa qualitativa, com uma revisão bibliográfica detalhada sobre os benefícios da equoterapia para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Desenvolvimento motor Melhora no comportamento e redução de estereotípias Aumento da interação social e comunicação Desenvolvimento emocional Estímulo ao vínculo afetivo Qualidade de vida
Grubits Freire, H. B., de Andrade <i>et all</i> (2016)	O objetivo do estudo foi investigar o impacto da equoterapia no tratamento de crianças autistas, com foco nos benefícios terapêuticos dessa prática.	Pesquisa qualitativa.	Melhora no controle emocional e redução de comportamentos disruptivos Aumento da autoestima e confiança Reforço na relação afetiva
Costa, C. da ., & Inoue <i>et all</i> (2022).	Entender como a prática da equoterapia pode ajudar no desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social desses indivíduos.	Metodologia qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica de estudos existentes sobre os efeitos da equoterapia no tratamento de crianças e adolescentes com TEA.	Melhora na comunicação e interação social Controle emocional e redução de comportamentos disruptivos Desenvolvimento da autoestima e confiança Qualidade de vida
Oliveira, Érica M. <i>et all</i> (2019)	O objetivo do estudo foi analisar o impacto da psicomotricidade no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por meio de uma revisão integrativa.	A metodologia adotada foi uma revisão integrativa da literatura.	Os resultados da revisão indicaram que a psicomotricidade teve impactos positivos no tratamento de crianças com TEA, especialmente no que diz respeito ao aprimoramento da motricidade, das habilidades de comunicação e da interação social.
de Jesus, L. <i>et all</i> (2018)	O objetivo do estudo foi analisar a utilização da equoterapia como uma ferramenta psicopedagógica no tratamento de crianças com necessidades educativas especiais (NEE).	A metodologia adotada no estudo foi qualitativa e de caráter exploratório.	Os resultados indicaram que a equoterapia contribuiu significativamente para o desenvolvimento global das crianças com necessidades educativas especiais.

Referência (autor/ano/pais)	Objetivo do estudo	Método de pesquisa	Resultados/Conclusão
FERREIRA, J. <i>et al</i>	O objetivo do estudo foi realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a influência da equoterapia (terapia com cavalo) no equilíbrio de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	A metodologia utilizada foi a revisão integrativa da literatura.	Os resultados da revisão indicaram que a equoterapia tem um impacto positivo no equilíbrio de crianças e adolescentes com TEA.
Kolling, A., & Pezzi, F. A. S. (2020).	O objetivo do estudo foi investigar os efeitos da equoterapia no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	A metodologia adotada foi uma revisão de literatura que focou em estudos relacionados à equoterapia como tratamento para crianças com TEA.	Os resultados indicaram que a equoterapia demonstrou benefícios significativos para as crianças com TEA, especialmente em relação ao desenvolvimento motor e à comunicação.
Bender, D. D., & Guarany, N. R. (2016).	O foco foi investigar como a equoterapia pode influenciar em aspectos como a motricidade, a percepção corporal e a funcionalidade nas atividades diárias dessas crianças e adolescentes.	O estudo envolveu a participação de crianças e adolescentes com TEA que passaram por um programa de equoterapia, no qual foram realizadas intervenções terapêuticas com cavalos.	Os resultados indicaram que a equoterapia teve um efeito positivo no desempenho funcional das crianças e adolescentes com TEA. Após a intervenção, foi observada uma melhoria significativa na coordenação motora, no equilíbrio e na percepção corporal.
GONÇALVES DA SILVA FOURAUX, Carolina; <i>et al</i>	O estudo procurou entender como as abordagens dessas duas áreas podem se combinar para promover melhorias nas habilidades motoras, emocionais e sociais das crianças com TEA durante a prática da equoterapia.	A metodologia adotada foi qualitativa e exploratória.	A interação com os cavalos ajudou a melhorar a coordenação motora, o equilíbrio e a percepção corporal. Além disso, houve uma evolução na regulação emocional, com as crianças mostrando mais controle sobre as suas emoções e maior capacidade de socialização durante as atividades.
MELLO, P. C. <i>et al</i> (2021)	O estudo procurou compreender como os pais observam a melhoria nas habilidades motoras, sociais e emocionais de seus filhos após a participação em sessões de equoterapia.	A metodologia utilizada foi qualitativa, com foco na análise das percepções de pais e mães sobre a equoterapia.	Os resultados indicaram que os pais/mães perceberam efeitos positivos significativos na participação de seus filhos nas sessões de equoterapia.

Referência (autor / ano/pais)	Objetivo do estudo	Método de pesquisa	Resultados/Conclusão
Telles, A. E., & Moço, C. M. N.. (2022).	O estudo procurou analisar como a prática da equoterapia pode auxiliar na melhora do equilíbrio emocional, no desenvolvimento de habilidades sociais e na redução de comportamentos típicos do TEA, como a ansiedade e a hiperatividade.	A metodologia do estudo foi qualitativa e exploratória, com a análise de dados provenientes de revisão bibliográfica e estudos de caso.	Os resultados indicaram que a equoterapia pode ter efeitos positivos significativos na reabilitação psicológica de crianças com TEA.
Dums, W., & Rafaela de Oliveira Cruz, A. (2023).	O objetivo deste estudo foi analisar a importância da equoterapia como uma abordagem terapêutica no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	A metodologia utilizada foi uma revisão sistemática da literatura.	Os resultados indicaram que a combinação da equoterapia com o método ABA trouxe benefícios significativos para crianças com TEA. A equoterapia, associada à aplicação das técnicas de ABA, contribuiu para a melhoria nas habilidades motoras, como coordenação e equilíbrio.
Araújo, F. R. D. (2023).	O objetivo deste estudo foi investigar os efeitos da equoterapia como uma abordagem terapêutica multidimensional para o desenvolvimento biopsicossocial de indivíduos com deficiências e necessidades específicas, incluindo crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	A metodologia adotada foi qualitativa e exploratória, com uma revisão e análise de estudos existentes sobre os impactos da equoterapia em pessoas com deficiências e necessidades específicas.	Os resultados indicaram que a equoterapia tem um impacto positivo significativo no desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos com deficiências e necessidades específicas.
QUADRO, T. dá S.; FA-RIAS, R. R. S. de.; BAR-BOSA, E. S.	O estudo procurou avaliar como a interação com os cavalos durante as sessões de hipoterapia pode melhorar as habilidades de comunicação e linguagem em indivíduos com diferentes necessidades.	A metodologia utilizada foi uma revisão sistemática da literatura.	Os resultados da revisão indicaram que a hipoterapia apresenta benefícios significativos como método de fonoaudiologia, principalmente no desenvolvimento da comunicação e da linguagem.
DUARTE, S. B. B.; F. J.; GRANJA, E. R. de S.; AMÂNCIO, N. de F. G. (2023).	O objetivo do estudo foi comparar dois modelos de intervenção terapêutica no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): a musicoterapia e a equoterapia.	A metodologia adotada foi uma revisão comparativa de estudos existentes sobre musicoterapia e equoterapia no tratamento de crianças com TEA.	Os resultados mostraram que tanto a musicoterapia quanto a equoterapia têm benefícios significativos para crianças com TEA, embora com ênfases diferentes.

Referência (autor/ano/país)	Objetivo do estudo	Método de pesquisa	Resultados/Conclusão
Freire, R. de F. (2018).	O objetivo deste estudo foi investigar as respostas terapêuticas observadas pelos acompanhantes de crianças com necessidades especiais que participaram de sessões de equoterapia em uma instituição de Maceió, Alagoas.	A metodologia adotada foi qualitativa e exploratória.	Os resultados mostraram que os acompanhantes perceberam diversas melhorias nas crianças após a participação nas sessões de equoterapia. Entre os benefícios observados, destacaram-se melhorias nas habilidades motoras, como maior equilíbrio, coordenação e controle corporal.

Os resultados evidenciaram que a equoterapia é uma intervenção terapêutica complementar eficaz para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), promovendo avanços significativos em múltiplas áreas do desenvolvimento. Os estudos analisados indicam que essa modalidade terapêutica contribui para a melhora da coordenação motora, do equilíbrio e do controle dos tônus musculares, aspectos essenciais para o desenvolvimento psicomotor dessas crianças (QUINTEIRO CRUZ; POTTKER, 2017; DUARTE *et al.*, 2019).

Além disso, a equoterapia tem impacto positivo no âmbito emocional, auxiliando na redução da ansiedade, aumento da autoestima e autoconfiança, o que favorece a regulação comportamental e o enfrentamento de desafios cotidianos (MELLO *et al.*, 2022; GODÓI *et al.*, 2024). Do ponto de vista cognitivo, observam-se ganhos na atenção, concentração e memória de curto prazo, potencializados pela estrutura das sessões, que trabalham rotinas e comandos repetitivos (OLIVEIRA *et al.*, 2019; FERREIRA *et al.*, 2023). No campo social e comunicacional, destaca-se a melhoria na interação verbal e não verbal, bem como a diminuição de comportamentos repetitivos, facilitando o contato interpessoal e a inclusão social (KOLLING; PEZZI, 2020; BENDER; GUARANY, 2016).

No entanto, é necessário reconhecer as limitações metodológicas presentes na maioria dos estudos, como a heterogeneidade dos protocolos de intervenção, amostras reduzidas e a ausência de grupos controle, o que restringe a generalização dos resultados e a consolidação da equoterapia como tratamento baseado em evidências robustas (GONÇALVES DA SILVA FOURAUX *et al.*, 2022; DUMS; CRUZ, 2023). Portanto, são recomendadas pesquisas futuras

com delineamentos mais rigorosos, amostras maiores e acompanhamento longitudinal para confirmar e aprofundar os achados até então observados.

Por fim, a equoterapia se configura como uma estratégia multidimensional, integrando aspectos motores, sensoriais, emocionais e sociais, que pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento biopsicossocial de crianças com TEA. Sua aplicação em contextos clínicos e educacionais deve ser valorizada, especialmente quando incorporada a equipes multidisciplinares que considerem as necessidades individuais de cada criança, promovendo assim uma abordagem humanizada e efetiva (ARAÚJO, 2023; QUADRO; FARIAS; BARBOSA, 2021).

A análise dos estudos revisados demonstrou que a equoterapia oferece benefícios significativos para o desenvolvimento global de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os efeitos positivos mais recorrentes incluem avanços na coordenação motora, equilíbrio postural, controle dos tônus musculares e no desenvolvimento da lateralidade e orientação espacial, aspectos fundamentais da psicomotricidade. No campo emocional, foi observada uma melhora na autoestima, autoconfiança e no controle da ansiedade, proporcionando maior estabilidade comportamental. As habilidades cognitivas também foram favorecidas, especialmente a atenção, concentração e memória de curto prazo, estimuladas pelas rotinas e comandos envolvidos nas sessões.

Além disso, os estudos destacaram avanços importantes na comunicação verbal e não verbal, bem como na interação social, com redução de comportamentos repetitivos e maior abertura ao contato interpessoal. Esses ganhos são atribuídos, em grande parte, à natureza sensorial e relacional da equoterapia, que integra estímulos motores, afetivos e sociais em um contexto lúdico e terapêutico. No entanto, os resultados variam conforme o grau de comprometimento e o perfil individual da criança, sendo recomendada a aplicação de programas personalizados e multidisciplinares.

CONCLUSÃO

Os resultados encontrados corroboram a eficácia da equoterapia como intervenção terapêutica complementar para crianças com TEA. O movimento do cavalo, com seu ritmo e tridimensionalidade, oferece estímulos sensoriais que favorecem o desenvolvimento motor e a regulação emocional. Além disso,

a relação afetiva estabelecida com o animal pode atuar como mediadora na interação social e na comunicação dessas crianças.

É importante ressaltar que os benefícios observados variam conforme as características individuais de cada criança, como idade, grau de comprometimento e motivação para a atividade. Portanto, a equoterapia deve ser aplicada de forma personalizada, considerando as necessidades específicas de cada praticante.

Apesar dos resultados promissores, é necessária cautela na generalização dos achados, uma vez que muitos estudos apresentam amostras pequenas e metodologias heterogêneas. Assim, futuros estudos com amostras maiores e desenhos metodológicos mais robustos são essenciais para consolidar a equoterapia como prática terapêutica baseada em evidências científicas.

Agradecimentos

A FACLEPP- Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação de Presidente Prudente-SP, Unoeste *Campus* de Presidente Prudente -SP pelo apoio financeiro e incentivo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. R. D. Equoterapia: Uma Abordagem Multidimensional Para O Desenvolvimento Biopsicossocial De Indivíduos Com Deficiências E Necessidades Específicas. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, 9(10), 809–824, 2023. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i10.115>

BENDER, D. D., & GUARANY, N. R.. Efeito da equoterapia no desempenho funcional de crianças e adolescentes com autismo. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, 27(3), 271-277, 2016.

COSTA, C. DA, & INOUE, M. M. E. A. .. A Equoterapia E Seus Benefícios Em Crianças E Adolescentes Com Transtorno Do Espectro Autista (TEA). **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, 8(10), 248–263, 2022. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i10.7017>

DE JESUS, L. P., GRUBITS FREIRE, H. B., RODRIGUES BENTO, J. L., & GOMES, D. M. (2018). Utilizando a equoterapia como ferramenta psicopedagógica para crianças com necessidades educativas especiais. **Multitemas**, 23(55), 155–176. <https://doi.org/10.20435/multi.v23i55.1843>

DUARTE, L. P.; LEAL, J. A.; HELLWIG, J. M.; BLANCO, G. S.; DIAS, S. L. de A. Revisão bibliográfica dos benefícios que Equoterapia proporciona a pacientes com Transtorno do Espectro Autista. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 2466–2477, 2019. DOI: 10.34119/bjhrv2n4-019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/1805>

DUARTE, S. B. B.; PFEILSTICKER, F. J.; GRANJA, E. R. de S.; AMÂNCIO, N. de F. G. . Models of interventions in the treatment of children with Autism Spectrum Disorder: a comparison between music therapy and equine therapy. **Research, Society and Development**, 12(1), e0312139246., 2023. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i1.39246>

DUMS, W., & RAFAELA DE OLIVEIRA CRUZ, A.. Importância da equoterapia em crianças com Transtorno do Espectro Autista associado ao método ABA: uma revisão sistemática. **Revista Saúde dos Vales**, 7(1). 2023. <https://doi.org/10.61164/rsv.v7i1.1872>

FERREIRA, J. D. de S. ; AZEVEDO, B.; OLIVEIRA, S. de M. ; MARTINS, R. C. de O. ; AGRANEMAM, J. P. D. da S. ; SILVA, M. de F. B. da ; MEDEIROS, J. N. S. de ; FIGUEIRÊDO, B. B. . The influence of therapeutic riding on the balance of children and adolescents with autistic spectrum disorder: an integrative literature review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. e19711225511, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.25511. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25511>. Acesso em: 26 may. 2025.

FREIRE, R. de F.. A resposta terapêutica da equoterapia pelo olhar do acompanhante em uma instituição de Maceió (AL). **Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde - UNIT - Alagoas**, 5(1), 89. 2018.Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/cdgsaude/article/view/5759>.

GODOI, M. M., GODOI, A. M. L., LOPES JÚNIOR, H. M. P., & LOPES, J. C. P. . Os Benefícios Da Equoterapia Para Crianças Com Transtorno Espectro Autista. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, 10(5), 3661–3685. 2024. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i5.14057>

GONÇALVES DA SILVA FOURAUX, Carolina; DE SOUZA SANTOS, Márcio; MARQUES DE OLIVEIRA, Valéria. Desenvolvimento Psicomotor Da Criança Com Transtorno Do Espectro Autista Na Equoterapia: Diálogo Da Educação Física Com A Psicologia. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, SP, v. 22, n. 2, p. 333–354, 2022

GRUBITS FREIRE, H. B., DE ANDRADE, P. R., & MOTTI, G. S. Equoterapia como recurso terapêutico no tratamento de crianças autistas. **Multitemas**, (32).2016. Recuperado de <https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/709>

KOLLING, A., & PEZZI, F. A. S. (2020). A Equoterapia no Tratamento de Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Revista Psicologia & Saberes**, 9(14), 88–102. 2020. <https://doi.org/10.3333/rps.v9i14.1122>

MELLO, B. L. C. de ; GUIMARÃES JUNIOR, J. C. ; RIBEIRO, V. F. ; BRAGA, F. C. ; SALES, R. L. ; SILVA, E. F. ; TRICHES, J. C. ; PAULA, W. S. de ; SOARES, A. C. P. . The importance of equotherapy for Autism Spectrum Disorder: benefits detected from the national scientific literature. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. e23911427263, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i4.27263

MELLO, P. C.; SCORTEGAGNA, H. de M.; FIOREZE, C.; PALMEIRAS, G. de B.; BONA, C. C. Riding therapy on the perception of parents/mothers of autistic. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 11, p. e145101119495, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19495.

OLIVEIRA ÉRICA M., GONÇALVES F. T. D., MAGALHÃES M., NASCIMENTO H. M. S. DO, CARVALHO C. V. DE, LEMOSA V. L., SAID ÉRIKA C. B., CUNHAM. DE J. M. DE A. S., ARAUJOZ. A. M., CONCEIÇÃO P. W. R. DA, OLIVEIRA E. M., LIMEIRAL. G. R., SILVEIRA C. A. S., & CARNEIRO M. S.. O impacto da Psicomotricidade no tratamento de crianças com transtorno do Espectro Autista: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, (34), e1369. 2019. <https://doi.org/10.25248/reas.e1369.2019>

QUADRO, T. da S. ; FARIAS, R. R. S. de ; BARBOSA, E. S. . The contributions and benefits of hippotherapy as a speech therapy method: a literature review . **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 15, p. e564101523247, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.23247.

QUINTEIRO CRUZ, B. D., & POTTKE, C. A. The Contributions Of Equine Therapy For The Psychomotor Development Of The Child With Autistic Spectrum Disorder. **Uningá Review**, 32(1), 147–158. 2017. Retrieved from <https://revista.uninga.br/uningareviews/article/view/143>

RAMOS, Aline Silva; REIS, Gleice Dayana Gomes; DOMINGUES, Enelly Silva Lopes; RAMOS, Camila Cibele dos Santos Holanda. Benefícios da equoterapia no tratamento do transtorno do espectro autista. v. 24 n. 4: Fisioterapia Brasil v24n4 2023. <https://doi.org/10.33233/fb.v24i4.4355>

TELLES, A. E. , & MOÇO, C. M. N. . Os Possíveis Efeitos Da Equoterapia Como Auxílio Na Reabilitação Psicológica De Crianças Com Transtorno Do Espectro Autista (TEA). **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, 8(10), 960–973.2022. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i10.7209>

AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO INFANTIL NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL

Isabele Gonzaga dos Santos

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Alba Regina Azevedo Arana

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

RESUMO

Objetivo: Analisar as causas e consequências do trabalho infantil na educação de crianças no Brasil, bem como avaliar as políticas públicas voltadas à sua erradicação. **Metodologia:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com busca em bases de dados como Google Acadêmico, Scilit e Periódicos CAPES, considerando artigos publicados nos últimos dez anos. Foram selecionados 31 estudos relevantes que abordavam a relação entre trabalho infantil, educação e políticas públicas. **Resultados:** Os resultados indicam que a inserção precoce no mercado de trabalho está fortemente associada à pobreza, à desigualdade social, à baixa escolaridade familiar e à naturalização cultural do trabalho infantil, especialmente em áreas rurais e comunidades urbanas vulneráveis. Além disso, constatou-se que o trabalho infantil compromete o rendimento escolar, afeta o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças e perpetua ciclos de pobreza. Embora políticas como o Bolsa Família e o PETI tenham contribuído para aumentar a frequência escolar e reduzir casos de trabalho infantil, os estudos revelam fragilidades estruturais, ausência de acompanhamento pedagógico e carência de ações intersetoriais. **Conclusão:** Conclui-se que a erradicação do trabalho infantil exige políticas públicas articuladas, que integrem educação, assistência social, saúde e justiça, além de uma abordagem cultural que combata a normalização da prática.

Palavras-chave: trabalho infantil; educação; políticas públicas; pobreza; evasão escolar.

INTRODUÇÃO

O trabalho infantil permanece como um dos grandes desafios sociais e educacionais do Brasil. Apesar da legislação vigente e dos esforços institucionais para sua erradicação, essa prática ainda atinge milhões de crianças e adolescentes, comprometendo o desenvolvimento físico, emocional e intelectual, e violando seus direitos fundamentais. Conforme dados do IBGE (2022), cerca de 1,9 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam em situação de trabalho infantil no Brasil em 2022, representando 4,9% da população dessa faixa etária. A situação se agrava em contextos de pobreza e vulnerabilidade, sobretudo nas periferias urbanas e áreas rurais.

Historicamente, o trabalho infantil no Brasil carrega heranças do período escravocrata e apresenta um forte recorte racial e de gênero. Crianças negras ou pardas são as principais vítimas da exploração (65,1%), sendo os meninos comumente direcionados a trabalhos pesados e perigosos, enquanto meninas, frequentemente, são envolvidas em atividades domésticas ou de cuidado (IBGE, 2022). Essas desigualdades se refletem também na renda: crianças negras ganham, em média, 80,9% do que recebem as brancas; e meninas, 84,4% do que ganham os meninos.

Ainda que o Brasil tenha se destacado internacionalmente por iniciativas de combate ao trabalho infantil, aderindo a convenções como as da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como a Convenção nº 138 e nº 182 (OIT, 2017; BRASIL, 2020), as ações focadas diretamente na educação como mecanismo de enfrentamento têm sido limitadas (Alberto & Yamamoto, 2017). Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), contribuíram para o aumento da frequência escolar, mas não foram suficientes para impedir a evasão ou garantir um processo educacional emancipador (KASSOUF, 2004; CACCIAMALI *et al.*, 2010).

As causas do trabalho infantil são multifatoriais. Pobreza, desemprego dos pais, exclusão social, baixa escolarização familiar e carência de políticas públicas eficazes se destacam entre os fatores estruturais. Soma-se a isso uma visão cultural que, em muitas comunidades, ainda naturaliza o trabalho precoce como forma de aprendizado ou prevenção à marginalidade (SANTOS, 2013; CUSTÓDIO & VERONESE, 2009). No entanto, os impactos desse trabalho

precoce são severos: além de comprometer a saúde física e psicológica, o trabalho infantil prejudica a aprendizagem, limita as oportunidades futuras e perpetua ciclos intergeracionais de pobreza (SILVA, 2014; OLIVEIRA *et al.*, 2023).

Durante a pandemia de Covid-19, a situação se agravou. O fechamento de escolas, a perda de renda familiar e a retração dos serviços de assistência social aumentaram significativamente os casos de trabalho infantil. Segundo levantamento do UNICEF (2020), em São Paulo, houve um crescimento de 26% no número de crianças trabalhando entre abril e julho daquele ano.

É importante destacar que o trabalho infantil não é apenas uma violação de direitos individuais, mas também um obstáculo ao desenvolvimento nacional. A infância é uma fase essencial para o pleno desenvolvimento humano, e negar às crianças o direito ao brincar, ao aprender e à convivência social saudável compromete sua formação cidadã (VALÉRIO, 2016; PORTUGAL, 2009). Segundo Oliveira e Maia (2021), a escola representa um espaço de socialização, formação crítica e desenvolvimento integral, sendo fundamental na proteção contra a exploração infantil.

Diante desse cenário, este estudo se propõe a investigar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, as principais causas e consequências do trabalho infantil no Brasil e as estratégias de enfrentamento adotadas nas políticas públicas, com especial atenção aos seus impactos no processo educacional. A pesquisa busca contribuir com reflexões críticas que subsidiem a formulação de políticas mais eficazes e integradas, pautadas na garantia de direitos, equidade e justiça social.

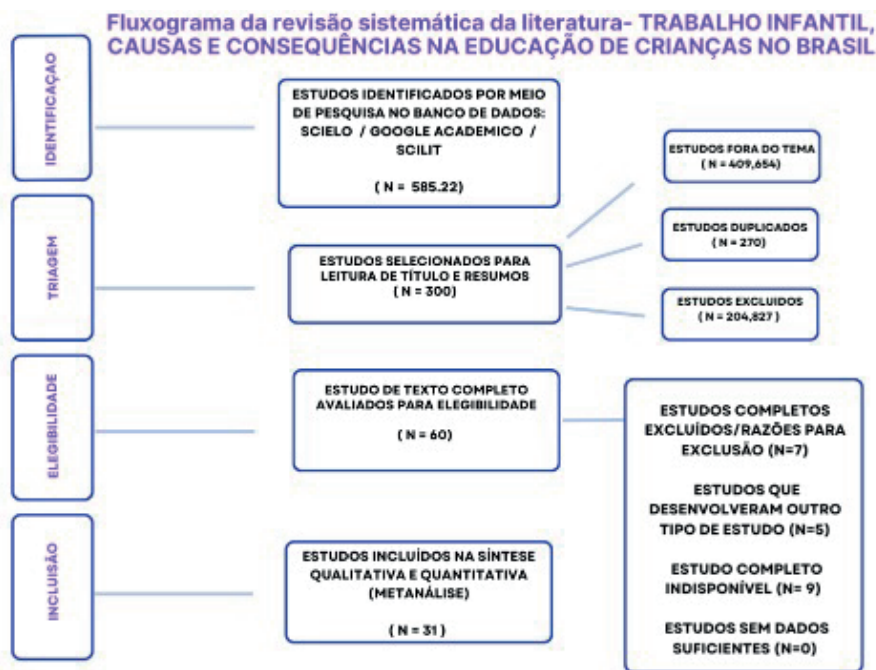
MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com o objetivo de identificar, analisar e sintetizar publicações que abordam o trabalho infantil, suas causas, consequências e os impactos no processo educacional de crianças e adolescentes no Brasil. A escolha por esse método visou garantir a abrangência, a confiabilidade e a replicabilidade da pesquisa.

Etapas da Revisão Sistemática

A metodologia seguiu um protocolo em três etapas principais, conforme o fluxograma apresentado na Figura 1:

Figura 1 - Fluxograma da RSL.



A Figura 1 (Fluxograma) ilustra de forma resumida o processo de seleção, triagem e análise dos estudos que compuseram o corpo da revisão.

Planejamento da Revisão

Foram definidos os critérios de inclusão e exclusão, as palavras-chave e as bases de dados que seriam utilizadas. O recorte temporal considerou publicações dos últimos dez anos (2013–2023), com foco em estudos realizados no Brasil ou que abordassem diretamente a realidade brasileira.

Identificação e Seleção dos Estudos

A busca foi realizada nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Scilit e Periódicos CAPES. Foram utilizadas palavras-chave como: trabalho infantil, educação, evasão escolar, vulnerabilidade social e prejuízos educacionais, tanto isoladamente quanto combinadas.

No Google Acadêmico, a busca resultou em 16.500 artigos sobre “trabalho infantil e educação”, dos quais 60 foram selecionados. Para “evasão escolar”, foram encontrados 17.100 artigos e 12 selecionados.

Na Scilit, a palavra-chave “trabalho infantil” resultou em 8.727 artigos, dos quais 15 foram considerados relevantes.

Nos Periódicos CAPES, a busca por “trabalho infantil” gerou 10.711 resultados, e após aplicação de filtros temáticos e temporais, foram selecionados 5 estudos.

Extração, Análise e Síntese dos Dados

Os artigos foram avaliados em duas etapas: leitura de títulos e resumos para triagem inicial, seguida pela leitura completa dos textos para confirmação da relevância. Os estudos selecionados foram organizados em um quadro-síntese com os seguintes critérios: autor, ano, objetivos, metodologia e principais resultados. Essa sistematização permitiu comparar abordagens, identificar padrões, contradições e lacunas no campo.

A análise foi conduzida de forma qualitativa, destacando as principais tendências nos achados e a diversidade metodológica utilizada pelos autores. Observou-se, ainda, a predominância de estudos com abordagem qualitativa, embora também tenham sido encontrados modelos estatísticos e análises documentais e discursivas.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Inclusão: artigos publicados entre 2013 e 2023; estudos sobre trabalho infantil com foco em educação; artigos com relevância teórica ou empírica para o tema.

Exclusão: artigos duplicados, fora do recorte temporal ou que não tratassem diretamente da temática central; estudos que não apresentavam metodologia definida.

RESULTADOS

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais estudos analisados na Revisão Sistemática da Literatura sobre o trabalho infantil no Brasil, organizando-os conforme seus autores, objetivos, metodologias empregadas e principais resultados. Essa sistematização permitiu visualizar os enfoques diversos adotados nas pesquisas, revelando tanto a complexidade do fenômeno quanto os avanços e limitações das políticas públicas existentes.

Quadro 1 - Resultados da pesquisa dos autores.

Referências	Objetivos	Metodologia	Resultados
ALONSO, Brasil 2010	Avaliar o impacto do Bolsa Família em agricultores do PRONAF B.	Revisão dos questionários de cadastramento, e outras variáveis	Insumo importante no debate da complementaridade de programas sociais, no contexto de políticas promotoras do desenvolvimento econômico.
ALBERTO, Brasil 2015	Analisar as contribuições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na perspectiva dos seus participantes	Entrevistas com 359 educandos e 153 familiares.	PETI retira crianças de riscos, mas é mais assistencial que educativo, faltando projeto pedagógico.
ALBERTO, Brasil 2017	Analisar mudanças nas políticas contra o trabalho infantil.	Análise documental e histórica das políticas públicas	PETI reduziu trabalho infantil e melhorou frequência escolar, mas perdeu foco ao integrar Bolsa Família.
CACCIAMA L Brasil 2010	Analisar impacto do Bolsa Família no trabalho infantil e na frequência escolar.	Modelo probit bivariado com dados de 2004	Aumenta frequência escolar, mas eleva a probabilidade de trabalho infantil.
CUSTÓDIO, Brasil 2019	Compreender o trabalho infantil doméstico como fenômeno social e jurídico	Revisão documental de leis, políticas públicas e dados do IBGE/MT.	O trabalho é invisibilizado e explorado, e políticas públicas ainda enfrentam desafios para erradicá-lo.
NICOLELLA Brasil 2008	Verificar o impacto do trabalho agrícola na saúde.	Análise das PNADs de 1998 e 2003 com pseudo-painel.	O trabalho agrícola não afeta a saúde mais que outros setores; o não-agrícola tem impacto negativo.

Referências	Objetivos	Metodologia	Resultados
SANTOS, Brasil 2017	Analisar o trabalho infantil nas ruas de São Paulo.	Levantamento de dados, entrevistas e diagnóstico de políticas públicas.	Relaciona-se à pobreza e desigualdade; crianças enfrentam riscos físicos e abandono escolar.
SILVA,; Brasil; (2014)	Analisar impactos do trabalho infantil na saúde mental	Revisão bibliográfica	O trabalho infantil viola o direito à saúde e à dignidade de crianças e adolescentes
OLIVEIRA, Brasil ; (2023)	Motivos que levam ao trabalho infantil e suas consequências	Revisão de literatura e análise de dados	Políticas públicas e programas sociais que abordem os motivos ensejadores e proporcionem alternativas para as famílias e crianças afetadas.
Custódio,. Brasil 2007	Analisar trabalho infantil como negação da infância	Revisão bibliográfica e análise crítica de políticas	Reforça o ciclo de pobreza, limita educação e expõe à violência.
Franco, Brasil 2022	Descrever os riscos e danos no meio ambiente do trabalho rural.	Revisão bibliográfica e documental.	Exposição a riscos físicos, agrotóxicos e acidentes; propõe medidas de enfrentamento
Duarte, Brasil 2014	Analisar causas e consequências do trabalho infantil.	Revisão de literatura, dados estatísticos e entrevistas.	Relaciona-se à pobreza, falta de educação e suporte estatal, perpetuando desigualdades.
REIS, Suzéte Brasil 2015	Consolidar ações de combate à exploração infantil na mídia.	Monográfico e revisão teórica	Defende inclusão explícita do trabalho artístico infantil na lei, evitando interpretações amplas.
Silva, Brasil; (2022)	Compreender silenciamento e naturalização do trabalho infantil.	Teoria crítica e revisão de autores marxistas.	O trabalho aliena e nega direitos, exigindo proteção integral de crianças e adolescentes.
Kassouf, 2015	Analisar trajetória de redução do trabalho infantil no Brasil.	Revisão de literatura, dados e entrevistas	Destaca a importância de políticas públicas eficazes para erradicação da prática
Oliveira, Brasil 2020	Relacionar trabalho infantil e ato infracional.	Análise de relatórios, CadÚnico, SisPETI e entrevistas.	Mostra exploração urbana crescente e impactos da reestruturação produtiva sobre crianças.
Neves, Brasil 2000	Analisar inserção precoce no trabalho como estratégia de sobrevivência.	Entrevista com famílias rurais	Trabalho é visto como necessidade para garantir sobrevivência e transmitir valores familiares
Santos, Brasil 2023	Analisar concepções em DCNEI e BNCC sobre educação infantil.	Análise documental e de conteúdo qualitativa.	DCNEI mais alinhada à prática docente; destaca necessidade de avaliação de implementação.

Referências	Objetivos	Metodologia	Resultados
Paz, Brasil (2023)	Entender trabalho infantil sob perspectiva marxiana.	Estudo bibliográfico.	Aponta papel da família e Estado contra exploração capitalista e necessidade de proteção.
Almeida, Brasil 2016	Analisar trabalho infantil como ator social e jurídico.	Revisão bibliográfica e histórica	Defende atuação conjunta de governos, famílias e sociedade civil para garantir direitos
Silva, Brasil 2022	Problematizar trabalho infantil na contemporaneidade e Covid-19	Revisão bibliográfica e teórica	Pandemia agravou riscos; trabalho infantil expressa pauperização da classe trabalhadora
Junior, Brasil 2017	Analisar histórico do discurso jurídico contra trabalho infantil.	Análise de discurso de documentos oficiais	Mostra evolução legal para proteção da saúde e escolarização obrigatória
Pastrello, Brasil 2022	Refletir sobre ideologia e trabalho infantil via Marx e Engels.	Revisão bibliográfica.	Crítica ideologias conservadoras que mantêm trabalho infantil apesar de discurso de proteção.
Santos, Brasil 2016	Relacionar trabalho infantil à pobreza e globalização.	Revisão bibliográfica	Mostra que desigualdades sociais agravadas disseminam o trabalho infantil.
Reis,, Brasil 2016	Analisar tensões entre cultura camponesa e políticas de erradicação.	Análise bibliográfica e documental.	Bolsa Família ajuda a reduzir tensões e apoiar erradicação do trabalho infantil
Marin, Brasil 2010	Identificar razões do agro-negócio para combater trabalho infantil.	Análise teórica dividida em quatro seções.	Aderiu por pressão internacional, cláusulas sociais, fiscalização e responsabilidade social.
Oliveira et.al Brasil 2021	Descrever casos de trabalho infantil e exploração sexual (2017-2021).	Estudo descritivo com dados do SINAN.	312 casos no Amazonas; subnotificações exigem aprimorar sistema de informações.
Tassi, Brasil 2024	Investigar saberes docentes sobre trabalho infantil doméstico	Atividade formativa com análise de transcrições e questionário.	Professores identificam implicações socioeconômicas e sugerem intervenções em sala de aula
Sousa, Brasil 2018	Analisar fatores que sustentam o trabalho infantil	Bibliográfica	Defende novas estratégias estruturais, priorizando o interesse da criança conforme a lei.
Mesquita, Brasil 2016	Investigar influência da estrutura familiar no trabalho infantil urbano.	Análise do Censo 2010 e modelo proibit.	Filhos de mães solteiras e pais sem instrução têm maior chance de trabalhar cedo
Belem et.al Brasil 2010	Analisar concepções de trabalho e brincar entre crianças.	Pesquisa de campo exploratória e descritiva	Persiste ideia de que trabalho precoce forma "pessoas de bem", ignorando direitos violados

As análises dos artigos reunidos sobre o Trabalho infantil revelam uma produção crescente a partir dos anos 2000 com notável concentração de autores brasileiros. Observa-se que entre os anos 2000 a 2024, o número de pesquisas sobre o tema se intensificou, refletindo um interesse acadêmico crescente e uma resposta à demanda social pelo trabalho infantil.

A maioria dos trabalhos tem como autores pesquisadores vinculados a instituições brasileiras, embora haja colaborações e produções internacionais relevantes, como nos Estados Unidos, como ONU e UNICEF o que permite uma visão mais ampla do fenômeno.

Em termos de objetivos, muitos estudos têm como foco central compreender causas e consequências do trabalho infantil pobreza, desigualdade, estrutura familiar; Duarte & Neto (2014), Santos & Durães (2016), Oliveira (2020), Silva & Escobar (2022), Franco *et al.* (2022), Santos, Elisiane (2017), Mesquita & Ramalho (2016). Santos (2017) e Duarte e Neto (2014) relacionam o trabalho infantil à pobreza e à falta de acesso à educação, perpetuando ciclos de vulnerabilidade. Silva (2014) e Franco *et al.* (2022) evidenciam os riscos físicos e psicológicos, como exposição a agrotóxicos e impactos na saúde mental, enquanto Nicolella *et al.* (2008) destacam que o trabalho não agrícola tende a ser mais prejudicial.

Os trabalhos que tem como foco analisar políticas públicas e programas sociais PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Bolsa Família, legislações temos as pesquisas de Alberto & Yamamoto (2017), Kassouf (2015), Oliveira *et al.* (2021), Reis (2015), Paz & Carvalho (2023). Alonso e Sant'Ana (2010) destacam seu papel na complementaridade de renda para agricultores, enquanto Cacciamali *et al.* (2010) apontam que, embora aumente a frequência escolar, pode elevar a probabilidade de trabalho infantil em certos contextos.

Em se tratando de investigar impactos do trabalho infantil na saúde, educação e desenvolvimento temos as pesquisas de Silva (2014) e Franco *et al.* (2022) que evidenciam os riscos físicos e psicológicos, como exposição a agrotóxicos e impactos na saúde mental, enquanto Nicolella *et al.* (2008) destacam que o trabalho não agrícola tende a ser mais prejudicial. Já Custódio e Veronese (2019) discutem a invisibilidade do trabalho infantil rural, muitas vezes naturalizado como parte da cultura familiar; Oliveira (2020) analisa a exploração urbana e sua relação com a reestruturação produtiva, enquanto Reis (2015) enfatiza a necessidade de políticas específicas para o trabalho artístico infantil.

Estudos como os de Kassouf (2015) e Paz (2023) criticam a falta de estratégias eficazes e defendem a necessidade de políticas intersetoriais que priorizem os direitos da criança.

No campo metodológico, há um consenso metodológico parcial: Predomínio de métodos qualitativos, mas não há uma metodologia “padrão-ouro”, cada estudo adapta a abordagem ao objetivo. A convergência entre os resultados é notável em alguns aspectos, como a eficiência do bolsa família (Cacciamali *et al.* (2010) vs Kassouf (2015), Alberto & Yamamoto (2017); Impactos do trabalho agrícola na saúde Nicolella *et al.*, (2008) vs Franco *et al.* (2022), Duarte & Neto (2014); Eficácia do PETI (Alberto *et al.* (2015) e Alberto & Yamamoto (2017).

Essa contradição pode decorrer das diferenças metodológicas, do perfil das amostras e da diversidade de contextos escolares investigados, o que exige cautela na interpretação dos dados. Uma lacuna evidente nos estudos analisados é a falta de estudos longitudinais que acompanhem a criança a longo prazo; a pouca análise intersetorial; subexploração do impacto nas novas tecnologias e trabalho digital e carência dos estudos aprofundados em regiões.

Por fim, observa-se uma tendência emergente, especialmente entre 2019 a 2022, que apontam Análises sobre naturalização cultural e ideologias (PASTRELLO & KNNAK, 2022; SILVA & ALBERTO, 2022), cresce o interesse por aspectos simbólicos e discursivos. Foco no impacto da pandemia de Covid-19 (Silva & Escobar, 2022) aumento da pobreza e risco de crescimento do trabalho infantil; Investigação do trabalho infantil doméstico e urbano com mais profundidade (TASSI & RICHIT, 2024; CUSTÓDIO & VERONESE, 2019); Adoção de métodos mistos e interdisciplinares cresce o uso de dados de sistemas como CadÚnico, SisPETI e SINASE (OLIVEIRA, 2020).

Os resultados revelam contradições, como a eficácia variável do Programa Bolsa Família e do PETI, que dependem de contextos locais e da integração com outras políticas. A naturalização cultural do trabalho infantil, especialmente no meio rural, emerge como um desafio persistente. Além disso, lacunas metodológicas, como a falta de estudos longitudinais, limitam a compreensão dos impactos em longo prazo.

A pesquisa destaca a complexidade do trabalho infantil no Brasil, exigindo políticas públicas robustas, articuladas com educação e saúde, para romper ciclos

de exploração. A síntese reforça a urgência de combater não apenas as causas econômicas, mas também as culturais e ideológicas que perpetuam essa prática.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa, por meio de uma revisão sistemática da literatura, evidenciou que o trabalho infantil no Brasil permanece como uma grave violação dos direitos das crianças e adolescentes, afetando diretamente o acesso, a permanência e o desempenho escolar. Os principais achados apontam que a pobreza, a vulnerabilidade social, a baixa escolaridade dos pais e a naturalização cultural da prática são fatores determinantes para a inserção precoce de crianças no mercado de trabalho. Além disso, foram constatados impactos severos do trabalho infantil na saúde física, emocional e cognitiva, bem como a perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão social.

As políticas públicas analisadas, como o Programa Bolsa Família e o PETI, demonstraram avanços no enfrentamento ao trabalho infantil, sobretudo ao estimular a frequência escolar e oferecer suporte financeiro às famílias. No entanto, os resultados também indicam limitações estruturais e a ausência de um projeto pedagógico sólido nos programas, bem como a falta de articulação intersetorial entre educação, assistência social e saúde. A pesquisa revela ainda uma contradição nas análises de impacto dessas políticas, que por vezes contribuem para a permanência da criança na escola, mas não garantem, por si só, a erradicação do trabalho infantil.

A principal lacuna de conhecimento identificada refere-se à escassez de estudos longitudinais que acompanhem os efeitos do trabalho infantil ao longo da vida, especialmente nas dimensões educacional e psicológica. Além disso, nota-se a subexploração de novas formas de trabalho, como o trabalho digital e o doméstico urbano, bem como a necessidade de aprofundar os estudos em realidades regionais específicas — especialmente nas zonas rurais e nas periferias urbanas, onde a prática se mostra mais resistente e invisibilizada.

Portanto, é urgente o fortalecimento de políticas públicas mais abrangentes, integradas e territorializadas, que envolvam escola, família, Estado e sociedade civil. A educação deve ser pensada como estratégia central de combate ao trabalho infantil, indo além da frequência escolar para garantir um

processo educativo emancipador, que respeite os direitos das crianças e promova sua formação integral. É somente por meio da articulação entre justiça social, garantia de direitos e políticas educativas consistentes que será possível romper com a herança histórica da exploração do trabalho infantil e promover um futuro mais justo para as novas gerações.

Agradecimentos

A FAPESP pela concessão da bolsa de estudo a nível de Iniciação Científica e a Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste *Campus* de Presidente Prudente-SP

REFERÊNCIAS

- ALONSO, J. E. O. S. e SANT'ANA, F. O. P. Um desenho de avaliação de impacto econômico do Bolsa Família sobre agricultores participantes do PRONAF B baseado em resultados potenciais. In: Encontro Nacional De Economia, 38, 2010. Anais.... São Paulo: Anpec, 2010.
- ALBERTO, M. F. P., COSTA, R. R., BELÉM, K. K. G., SOUSA, S. P., & FRANÇA, J. M. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Escola. **Ciência e Profissão**, 28(1), 558-573, 2015.
- ALBERTO, M de F.; YAMAMOTO O. H. Quando a Educação Não é Solução: Política de Enfrentamento ao Trabalho Infantil .Trends in Psychology / **Temas em Psicologia** – Dezembro 2017, Vol. 25, nº 4, 1677-1691 DOI: 10.9788/TP2017.4-10Pt
- ALVIM, B. R. C.; SILVA, E. F.; VIEIRA, A. M. D. P. Trabalho infantil: consequências para a saúde e a educação das crianças. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-16, 2020.
- ALBERTO, M. F. P.. As implicações psicossociais do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua. **Laboreal**, 3(2), 8-2, 2007. <https://doi.org/10.4000/laboreal.12266>
- BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. Brasília. 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/regions-and-countries/americas/brasil>. Acesso em: 01 de julho de 2024
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. De 2019 a 2022, o trabalho infantil aumentou no país. Rio de Janeiro: Estatísticas sociais 2022
- BGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Amostra- Trabalho Infantil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/23226>. Acesso em: 10 abr. de 2023. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 01 de julho de 2024.
- CACCIAMALI, M. C., TATEI, F., & BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**, 14(2), 269-301, 2010.

CABRAL, Maria Eliza Leal; REIS, Suzéte da Silva. Trabalho Infantil: Um Olhar A Partir Das Causas E Consequências Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região: vol. 11, n. 106 (fev.2022) <https://hdl.handle.net/20.500.12178/201534>

CORREA, R. L.: **Espaço**: um conceito chave da Geografia. In CASTRO, Iná *et alli* (orgs.) - Geografia: conceitos e temas, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003. p.15-47.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças esquecidas**: o trabalho infantil doméstico no Brasil. Curitiba: Multidéia, 2019.

CUSTÓDIO, Veronese, PETRY, Josiane Rose. **Trabalho Infantil**: a negação do ser criança e adolescente no Brasil. Florianópolis. Ed. OAB/SC, 2007.

DUARTE, Gisléia Benini; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Trabalho Infantil E A Renda Na Vida Adulta: Uma Análise Para O Meio Rural Brasileiro. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 78-89, jan./mar., 2014

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – FNPETI. O que é o Fórum. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Fórum Nacional De Prevenção E Erradicação Do Trabalho Infantil. Trabalho infantil nos ODS. Brasília, 2017

NICOLELLA, A. C., KASSOUF, A. L. e BARROS, A. M. O Impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 3, p. 673-701, 2008.

SANTOS, Elisiane dos. Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis nos faróis da cidade de São Paulo. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-01032018-123114/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SANTOS, M.: **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 2002. 20ª edição

SILVA, W.C. O Trabalho Infantil e o dano à Saúde Mental: Uma Realidade Além da Existência Digna. 2014. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista038/o_trabalho_infantil_e_o_dano_a_saude_mental.pdf. Acesso em: 01 de junho de 2024

SANTOS, S.A. Política Nacional de Saúde para a Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. **BEPA**;10(114):5-16, 2013.

VALÉRIO, J.S. A importância do brincar no desenvolvimento da criança. 2016. Psicologia PT, Portal dos Psicólogos. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_opiniao.php?aimportancia-do-brincar-no-desenvolvimento-da-crianca&codigo=AOP0394. Acesso em: 01 de junho de 2024.

PEDREIRA, L. A. Peti: de(sen)volvendo a infância perdida? 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2006.

KASSOUF, A. L. **O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21**. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho, 2004.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 323-350, maio/ago., 2007.

KASSOUF, A. L., NUNES A. A., PONTILI, R. M., & RODRIGUES, F. A.. Análise das políticas e programas sociais no Brasil. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho, 2004.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25 edição. São Paulo. Editora Brasiliense 1998.

OIT Child Labour: Global Estimates and Trends, 2012-2016, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/zeara/Downloads/wcms_819744.pdf. Acesso em: 01 de julho de 2024.

OIT: Relatório Mundial sobre Proteção Social 2014– 2015: Construindo a recuperação económica, o desenvolvimento inclusivo e a justiça social, Bureau Internacional do Trabalho, Genebra, 2014. Relatório Mundial sobre Proteção Social 2017-19: Proteção social universal para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Bureau Internacional do Trabalho, Genebra, 2023

OLIVEIRA, E, F R; SILVA, L, H, B; OLIVEIRA, E, C. Trabalho infantil: uma análise dos motivos ensejadores e suas consequências. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.9.n.05. mai. 2023.

OLIVEIRA, Danila Ramos de; MAIA, Luciano Brunelli Lamari. Trabalho infantil: consequências para o processo de escolarização. **Revista Científica Eletrônica De Ciências Aplicadas** Da Fait. n. 2. novembro, 2021.

PORTUGAL, Gabriela. Desenvolvimento e aprendizagem na infância. In: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (org.). **Relatório do estudo – A educação das crianças dos 0 aos 12 anos**. Lisboa: Ministério da Educação, 2009.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância. Child Labour: Global estimates 2020. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/459727> Acesso em: 01 de julho de 2024.

FRANCO, Dulcely Silva; SILVA, Samara Tavares AGAPTO das Neves de Almeida; PADILHA, Norma Sueli. Trabalho Infantil No Meio Ambiente Do Trabalho Rural, Riscos E Danos À Saúde De Crianças E Adolescentes Possíveis Medidas Ao Seu Enfrentamento. *Conpedi Law Review | Xi Encontro Internacional Do Conpedi Chile –Santiago | V. 8 | N. 1 | P. 297–318| JUL –DEZ | 2022*

REIS, Suzéte da Silva. Ações e estratégias de políticas públicas para o enfrentamento da exploração do trabalho infantil nos meios de comunicação no marco da teoria da proteção integral aos direitos da criança e do adolescente. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015.

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Lais Souza Oliveira da Silva

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Thaís de Carvalho

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Denise Alessi Delfim de Carvalho

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

RESUMO

Objetivo: Este artigo realiza uma análise de estudos acadêmicos produzidos no Brasil que abordam os temas da alfabetização, do letramento e das dificuldades de aprendizagem na Educação Infantil. **Métodos:** Trata-se de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), seguindo as diretrizes PRISMA, baseada em 16 artigos selecionados a partir das bases de dados Periódicos CAPES, SciELO e ERIC, publicados entre 2018 e 2025, em português. A análise considerou os objetivos, os métodos utilizados, os principais resultados e as lacunas identificadas nas investigações, evidenciando as tendências atuais do campo e a necessidade de novas abordagens teóricas e metodológicas que atendam às demandas da prática educativa. **Resultados:** Os resultados apontam para a interdependência entre alfabetização e letramento, os impactos das práticas pedagógicas e das condições socioculturais no desempenho escolar, além da importância da formação docente e da articulação entre teoria e prática para promover uma educação de qualidade. **Conclusão:** para aprimorar os resultados educacionais, é essencial integrar abordagens teóricas e práticas que considerem os contextos socioculturais dos alunos, promover a formação docente específica e ampliar pesquisas que aprofundem o entendimento das dificuldades de aprendizagem, visando uma educação infantil e fundamental mais inclusiva e eficaz.

Palavras-chave: alfabetização; letramento; dificuldades de aprendizagem; educação infantil; ensino fundamental.

INTRODUÇÃO

O domínio da leitura e da escrita é essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e educacional das crianças. No contexto da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os processos de alfabetização e letramento constituem a base para uma aprendizagem significativa e para a participação ativa na vida em sociedade. Segundo Marchesoni e Shimazaki (2021), é imprescindível compreender que alfabetizar não se resume ao ensino técnico de decodificação de símbolos, mas envolve práticas sociais significativas vinculadas ao letramento.

No entanto, diversas crianças enfrentam dificuldades nesse processo, que podem estar associadas a fatores pedagógicos, socioculturais, familiares ou mesmo neurológicos. Urbano (2022) argumenta que o fracasso escolar está, muitas vezes, relacionado à falta de articulação entre teoria e prática, bem como ao despreparo para lidar com as especificidades da aprendizagem infantil. Estudos apontam que tais dificuldades se intensificaram com a pandemia da COVID-19, que expôs e ampliou desigualdades preexistentes, afetando diretamente a alfabetização de alunos em contextos de vulnerabilidade (KLEIN; ARAGÃO, 2023; SILVA, 2022).

Além disso, o avanço das tecnologias digitais impôs novos desafios e possibilidades ao processo de ensino-aprendizagem. Pesquisas como as de Scarpin e Lima (2020) destacam o papel do letramento digital na formação de crianças e professores, ressaltando a necessidade de adequar as práticas pedagógicas às novas demandas comunicativas da contemporaneidade. Contudo, como apontam Kapia e Mello (2023), ainda há silenciamento de aspectos essenciais do letramento em políticas públicas recentes, como o programa “Tempo de Aprender”, o que compromete uma formação mais crítica e ampla.

Autores como Toledo *et al.* (2024) e Ferreira e Silva (2020) evidenciam que a superação das dificuldades de aprendizagem exige não apenas estratégias didáticas inclusivas, mas também uma reflexão crítica sobre as condições escolares e sociais que interferem no processo de ensino. Nesse contexto, a formação continuada dos professores, o planejamento pedagógico e a integração entre escola e família tornam-se elementos indispensáveis para garantir uma educação de qualidade. Pesquisadores têm buscado respostas para as

causas das dificuldades de alfabetização e letramento, propondo diferentes abordagens, métodos e práticas que auxiliem professores e escolas no processo educativo. O presente trabalho tem como objetivo de compreender as dificuldades da alfabetização e letramento na educação infantil e como o uso excessivo de tecnologia pode atrapalhar e auxiliar no processo, por meio de uma revisão sistemática da literatura.

MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, buscando compreender de forma aprofundada as dificuldades enfrentadas no processo de alfabetização e letramento na Educação Infantil, especialmente diante do uso excessivo de tecnologias e dos impactos causados pela pandemia da COVID-19. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve experiências humanas, práticas pedagógicas e aspectos subjetivos do processo de ensino-aprendizagem, os quais não podem ser mensurados apenas por dados quantitativos.

A pesquisa se deu por meio da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), que consiste na análise de materiais já publicados, tais como livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais, com o objetivo de construir uma base teórica sólida e atualizada sobre o tema investigado. Foram selecionadas fontes que abordam a alfabetização e o letramento na infância, os efeitos da exposição excessiva às tecnologias digitais, a atuação docente durante e após a pandemia, bem como as políticas públicas educacionais voltadas à superação das dificuldades nesse campo.

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas em bases acadêmicas confiáveis, tais como Scielo, Google Acadêmico, Portal CAPES e sites institucionais, priorizando publicações publicadas entre 2018 a 2025, considerando a pertinência do contexto pandêmico e pós-pandêmico. Os critérios de seleção dos materiais incluíram a relevância temática, a credibilidade dos autores e a contribuição efetiva para o debate sobre alfabetização e letramento no cenário contemporâneo.

A busca dos artigos utilizou os seguintes descritores e operadores booleanos: ("Alfabetização" OR "Letramento" OR "Educação Infantil" OR "COVID-19")

AND ("Dificuldades de Aprendizagem" OR "Ensino Infantil" OR "Formação Continuada" OR "Desenvolvimento Infantil"). No Google Acadêmico, essa estratégia de busca retornou 231 resultados, enquanto na base SciELO a pesquisa resultou em 125 artigos. Depois de analisar título e resumo, ler os textos completos e aplicar critérios de seleção como relevância e qualidade, 17 artigos foram escolhidos e para a análise final.

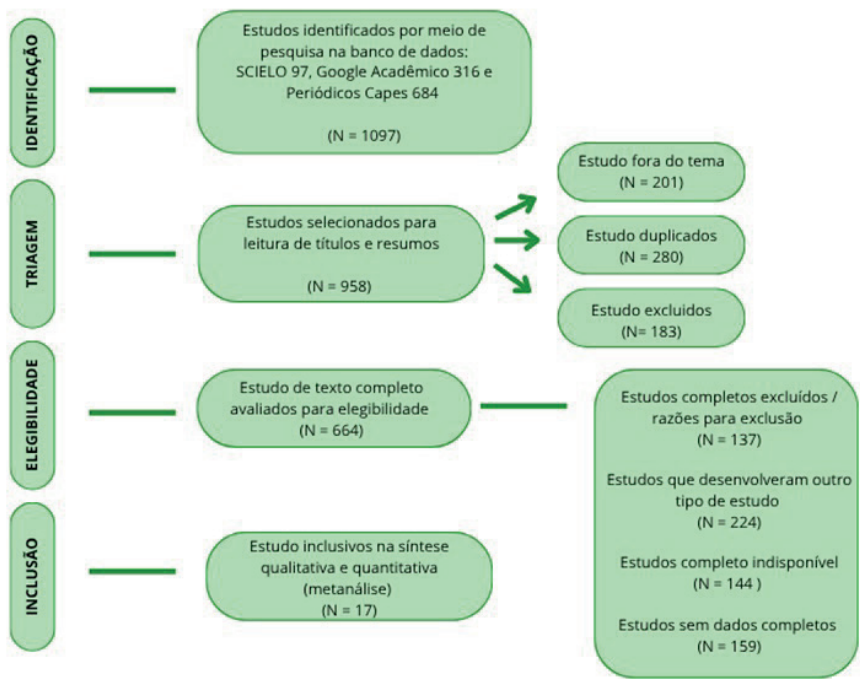
Os dados desses artigos foram organizados em uma tabela e analisados segundo os objetivos, métodos e principais resultados. A análise mostrou a ligação entre alfabetização e letramento, os impactos das condições sociais e do uso de tecnologia no aprendizado, e a importância da formação dos professores para lidar com as dificuldades dos alunos.

Esse processo ajudou a identificar o que já foi estudado e quais pontos ainda precisam ser melhor explorados, contribuindo para melhorar a prática pedagógica e as políticas de educação para a alfabetização na Educação Infantil.

A seleção dos artigos ocorreu em três etapas: inicialmente, foram analisados os títulos e resumo para verificar a aderência ao tema; em seguida, os textos selecionados foram lidos na íntegra; por fim, os dados relevantes foram organizados em uma planilha para facilitar a análise.

Os dados coletados foram organizados e analisados a fim de compreender as dificuldades e os desafios relacionados à alfabetização e ao letramento.

Figura 1 – Fluxograma do processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos na revisão sistemática.



Organização: Autor (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 17 artigos selecionados para esta revisão sistemática foram analisados e os dados principais extraídos e organizados no Quadro 1, que sintetiza as principais informações de cada artigo, incluindo autores, objetivos, metodologias adotadas e os principais resultados encontrados. Com base na análise do quadro, foram identificados pontos de convergência, divergência e lacunas relevantes na literatura.

Quadro 1 - Artigos utilizados na revisão sistemática.

AUTOR / ANO/ PAIS	OBJETIVOS	METODOLOGIAS	RESULTADOS
ARAÚJO, Leila Costa; LO-PES, Mariana Silva (2019, Brasil)	Analisar os fatores socio-culturais que influenciam a aquisição da leitura e escrita	Pesquisa qualitativa com revisão sistemática da literatura, análise crítica dos referenciais teóricos sobre o tema	Fatores familiares, escolares e comunitários impactam diretamente o processo de alfabetização e letramento.
BARBOSA, Sílvia Cristina (2020, Brasil)	Investigar o uso das tecnologias digitais no ensino remoto	Estudo qualitativo baseado em análise documental de relatórios, artigos e documentos oficiais sobre ensino remoto	Tecnologias digitais foram recursos fundamentais para manter o ensino durante o isolamento social.
COSTA, Maria de Lourdes (2018, Brasil)	Discutir as desigualdades educacionais e seu impacto no letramento	Pesquisa bibliográfica qualitativa, com análise crítica de estudos acadêmicos e dados estatísticos relacionados ao tema	Desigualdades sociais agravam dificuldades no processo de letramento, requerendo políticas públicas efetivas.
FERREIRA, Tânia Ribeiro; SILVA, Sueli Maria Costa (2020, Brasil)	Refletir sobre os letramentos sob a perspectiva sociocultural	Revisão sistemática da literatura com análise qualitativa de publicações acadêmicas sobre os usos sociais da escrita	O uso da escrita varia conforme o contexto social, cultural e histórico, ampliando o conceito de letramento.
FERRARI, Sílvia Maria de Souza; SILVA, José Aparecido de Lima (2019, Brasil)	Analisar estratégias para o processo de inclusão escolar	Pesquisa qualitativa com análise documental e entrevistas semiestruturadas com educadores e gestores escolares	Destacam-se desafios na implementação e a importância do planejamento estratégico para inclusão efetiva.
KLEIN, Michele Andreia; ARAGÃO, Manoel Soares (2023, Brasil)	Avaliar os impactos da pandemia na alfabetização e letramento	Pesquisa qualitativa com coleta de dados via entrevistas e relatos de experiências de crianças, pais e professores	A pandemia afetou negativamente o processo, com dificuldades no ensino remoto e desigualdade no acesso.
LIMA, Renata; FERREIRA, Thais (2021, Brasil)	Propor estratégias inclusivas para capacitação de professores e pais	Pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise de programas de capacitação aplicados em escolas	Capacitação e envolvimento familiar são fundamentais para práticas inclusivas na escola.
MARCHESONI, Laís Bastos; SHIMAZAKI, Elsa Midori (2021, Brasil)	Discutir diferenças e contribuições da alfabetização e letramento	Pesquisa bibliográfica e análise qualitativa de documentos teóricos e estudos pedagógicos	Diferenciar conceitos ajuda a melhorar a prática docente e as estratégias pedagógicas.
MELO KAPPIA, Ramona Graciela Alves de; MELLO, Darlize Teixeira de (2023, Brasil)	Investigar o silenciamento do letramento no processo de alfabetização	Estudo qualitativo com análise crítica de políticas educacionais e documentos oficiais relacionados à alfabetização	Destaca a invisibilidade do letramento nas políticas de alfabetização, sugerindo uma reflexão crítica.
MORAES, Luciana (2020, Brasil)	Discutir o letramento digital na formação de professores	Pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica e análise de práticas pedagógicas de formação docente em letramento digital	A formação docente precisa integrar o letramento digital para responder às demandas atuais da educação.

AUTOR / ANO/ PAIS	OBJETIVOS	METODOLOGIAS	RESULTADOS
SCARPIN, Rafaela de Lima; LIMA, Maria Alice Oliveira (2020, Brasil)	Analisar o uso da tecnologia e computação na educação infantil	Pesquisa qualitativa com análise documental e revisão bibliográfica sobre o uso da tecnologia no ensino infantil	Tecnologia e computação são ferramentas que ampliam o letramento digital, estimulando o desenvolvimento infantil.
SILVA, Marcos Antonio Batista da; AZEVEDO, Cleomar (2018, Brasil)	Refletir sobre desigualdades educacionais e letramento	Revisão teórica e análise qualitativa de dados e estudos sobre desigualdades educacionais e seus efeitos no letramento	Reforçam a importância de políticas educacionais para reduzir desigualdades no letramento.
SILVA, Polena Valesca Machado e (2022, Brasil)	Relatar experiências de alfabetização e letramento no ensino remoto	Pesquisa qualitativa com coleta de relatos e depoimentos de professores e famílias durante o ensino remoto	O ensino remoto trouxe desafios, mas também estratégias criativas para manter o processo de alfabetização.
SOARES, Magda Becker (2018, Brasil)	Discutir as múltiplas facetas do letramento e alfabetização	Pesquisa teórica com revisão bibliográfica abrangente sobre conceitos e práticas relacionadas ao letramento	O letramento é um conceito multifacetado que envolve práticas sociais variadas e contextos diferentes.
TOLEDO, Maria José Costa <i>et al.</i> (2024, Brasil)	Investigar dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização e letramento	Estudo qualitativo baseado em análises de casos e entrevistas com educadores e alunos	Aponta para a necessidade de estratégias específicas para superar as dificuldades de aprendizagem.
URBANO, Ana Beatriz Rangel (2022, Brasil)	Refletir sobre alfabetização, letramento e dificuldades de aprendizagem no contexto histórico brasileiro	Pesquisa histórica e análise documental de fontes acadêmicas e governamentais	As dificuldades de aprendizagem são influenciadas por fatores históricos e sociais do país.
RANGEL, Thalita Gomes Tavares <i>et al.</i> (2020, Brasil)	Identificar desafios da alfabetização e letramento na educação infantil durante a pandemia	Pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica e análise de relatos pedagógicos no contexto da pandemia	A pandemia impôs desafios significativos, exigindo adaptação rápida das práticas pedagógicas.

Fonte: Autor (2025).

A presente revisão sistemática analisou dez estudos científicos brasileiros publicados entre 2018 e 2023, cujo foco central foi a alfabetização, o letramento e as dificuldades de aprendizagem na Educação Infantil. A análise crítica dos objetivos, das metodologias e dos resultados permitiu identificar pontos de convergência, divergência, lacunas e tendências emergentes, que serão aprofundadas a seguir.

A influência dos fatores socioculturais no desenvolvimento da alfabetização e do letramento é um tema recorrente em diversos estudos. Costa (2018) destaca que “as desigualdades educacionais, especialmente sociais e econômicas,

dificultam o acesso a práticas e ambientes que favoreçam o desenvolvimento do letramento” (COSTA, 2018, p. 45). Esta perspectiva é reforçada por Araújo e Lopes (2019), que investigaram os fatores socioculturais e enfatizaram que o contexto familiar e comunitário exerce papel decisivo para o processo de aquisição da leitura e escrita. Segundo os autores, crianças inseridas em ambientes vulneráveis socialmente enfrentam maiores desafios para desenvolver habilidades de letramento, o que compromete seu desempenho escolar.

Ferreira e Silva (2020) também analisam o letramento sob a perspectiva sociocultural, ressaltando a pluralidade das formas e usos do letramento, que variam de acordo com o ambiente social e cultural. Eles destacam que “as práticas pedagógicas devem ser sensíveis às diversidades culturais presentes nas escolas para promover uma aprendizagem significativa” (FERREIRA; SILVA, 2020, p. 63). A convergência desses estudos aponta para a necessidade de políticas públicas educacionais que enfrentem as desigualdades estruturais e garantam condições equitativas de aprendizagem para todas as crianças.

Com a incorporação crescente das tecnologias digitais na educação, especialmente a partir da pandemia da COVID-19, Barbosa (2020) analisou o uso desses recursos como ferramentas pedagógicas no ensino remoto. A autora concluiu que “as tecnologias ampliam as possibilidades de ensino, mas exigem preparo docente adequado para serem utilizadas de forma eficaz” (BARBOSA, 2020, p. 72). Essa preocupação é também ressaltada por Moraes (2020), que evidencia a importância da formação contínua para que os professores incorporem as tecnologias digitais de maneira produtiva e crítica no cotidiano escolar.

Complementando essa visão, Scarpin e Lima (2020) destacaram a necessidade de se iniciar o letramento digital ainda na Educação Infantil. Para esses autores, “a familiarização precoce com as tecnologias digitais contribui para o desenvolvimento de competências digitais essenciais para o século XXI” (SCARPIN; LIMA, 2020, p. 80). Assim, os estudos convergem para a importância da formação docente continuada como estratégia essencial para o uso adequado das tecnologias na educação, de modo que os professores não utilizem os recursos digitais apenas de forma instrumental ou superficial.

O estudo de Klein e Aragão (2023) é destaque por abordar os impactos da pandemia no processo de alfabetização e letramento. Os autores relatam que “a adoção emergencial do ensino remoto intensificou as dificuldades de

aprendizagem, sobretudo para crianças em situação de vulnerabilidade social, prejudicando tanto o desempenho acadêmico quanto a interação social” (KLEIN; ARAGÃO, 2023, p. 95). Esta redução das interações presenciais comprometeu aspectos essenciais para o desenvolvimento da linguagem e da escrita.

No que tange à inclusão escolar, Ferrari e Silva (2019) discutem os desafios enfrentados, especialmente a falta de preparo dos professores e de recursos adequados para atender alunos com necessidades especiais. Por outro lado, Lima e Ferreira (2021) apresentam resultados positivos em um estudo de caso qualitativo, apontando avanços na inclusão e maior participação desses alunos, atribuídos a práticas pedagógicas específicas e à capacitação docente. Essa divergência pode ser explicada pelas diferenças contextuais e metodológicas: enquanto Ferrari e Silva (2019) fazem uma análise mais ampla e documental, Lima e Ferreira (2021) apresentam dados concretos e localizados, indicando que o sucesso da inclusão depende do contexto escolar e do suporte institucional.

Marchesoni e Shimazaki (2021) esclarecem, por meio de revisão bibliográfica, a importância de integrar alfabetização e letramento. Os autores explicam que “a alfabetização se refere à decodificação da linguagem escrita, enquanto o letramento envolve o uso social da leitura e da escrita” (MARCHESONI; SHIMAZAKI, 2021, p. 87). Segundo eles, esses processos são complementares e devem ser trabalhados juntos para que o indivíduo possa atuar de forma crítica e funcional na sociedade.

Esse entendimento reforça a necessidade de práticas pedagógicas que ultrapassem o ensino mecânico da leitura e escrita e valorizem sua função social, promovendo uma educação integral e contextualizada.

Do conjunto analisado, destacam-se duas principais convergências. Primeiramente, o reconhecimento da forte influência dos fatores socioculturais no processo de alfabetização e letramento, demonstrando que o sucesso escolar está condicionado às condições sociais e econômicas dos alunos. Em segundo lugar, a necessidade da formação continuada dos professores para o uso eficiente das tecnologias digitais, uma demanda que se intensificou com o ensino remoto durante a pandemia.

Uma divergência crítica encontrada está relacionada às estratégias inclusivas. Enquanto Ferrari e Silva (2019) apontam barreiras significativas para a inclusão efetiva, Lima e Ferreira (2021) identificam avanços e melhorias

concretas, refletindo a complexidade do tema e a variabilidade dos contextos escolares. Essa diferença sugere que a eficácia das políticas e práticas de inclusão depende muito do suporte e da realidade de cada escola.

Entre as lacunas apontadas, destaca-se a ausência de estudos longitudinais que acompanhem o desenvolvimento das crianças ao longo do tempo, principalmente no período pós-pandemia. Estudos com esse foco poderiam avaliar melhor o impacto das intervenções pedagógicas e o progresso das habilidades de leitura e escrita, contribuindo para aprimorar as práticas educacionais.

A partir de 2020, observa-se um crescente interesse pelo letramento digital, evidenciando sua importância no contexto contemporâneo. Também cresce a valorização da formação docente como elemento-chave para superar os desafios trazidos pelas novas tecnologias e pela pandemia de COVID-19. Esse cenário tem impulsionado pesquisas que buscam compreender e mitigar os impactos das transformações recentes no ensino. Os resultados desta revisão mostram que alfabetização e letramento são processos que precisam um do outro para acontecer e são diretamente influenciados por fatores sociais, culturais, tecnológicos e pedagógicos. Para garantir uma educação de qualidade, é necessário integrar e adaptar as práticas educacionais às necessidades específicas dos alunos. As lacunas e divergências encontradas indicam que ainda há muito a ser explorado, especialmente com pesquisas de longo prazo e avaliações aprofundadas das estratégias de inclusão

CONCLUSÃO

A análise dos dezessete estudos acadêmicos permitiu identificar os principais conceitos, abordagens metodológicas e estratégias pedagógicas relacionadas a esses temas, bem como os desafios enfrentados por professores e alunos no cotidiano escolar.

Constatou-se que alfabetização e letramento são conceitos distintos, porém, complementares e indissociáveis. Enquanto a alfabetização se refere ao domínio do código escrito, o letramento diz respeito ao uso social e funcional da linguagem escrita. Diversos autores reforçam que apenas a aprendizagem técnica da leitura e escrita não garante que o aluno se torne um sujeito letrado. Nesse sentido, torna-se imprescindível que o processo de ensino seja

significativo, contextualizado e pautado em práticas pedagógicas que articulem o desenvolvimento linguístico ao social e cultural.

Outro ponto recorrente nos estudos analisados é o papel fundamental da mediação pedagógica no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem. Tais dificuldades, longe de serem atribuídas exclusivamente ao aluno, devem ser compreendidas como fenômenos multifatoriais, que envolvem aspectos individuais, sociais, familiares e escolares. Os resultados evidenciam que a superação dessas barreiras requer a atuação colaborativa entre escola e família, a formação continuada dos professores e a adoção de estratégias diferenciadas de ensino.

Os impactos da pandemia de COVID-19 também foram apontados como fator agravante das desigualdades educacionais, especialmente no que tange ao acesso às tecnologias e à adaptação ao ensino remoto. Crianças em situação de vulnerabilidade social foram as mais afetadas, o que evidencia a urgência de políticas públicas que garantam condições equitativas de aprendizagem e formação docente voltada para os desafios contemporâneos.

A predominância de pesquisas de abordagem qualitativa e bibliográfica sinaliza a necessidade de investigações empíricas mais amplas, que envolvam também metodologias quantitativas e análises longitudinais, a fim de aprofundar a compreensão dos efeitos de determinadas práticas pedagógicas na superação das dificuldades de aprendizagem.

Dessa forma, este trabalho contribui para a sistematização do conhecimento existente sobre alfabetização e letramento, oferecendo subsídios teóricos e práticos para profissionais da educação, pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Ressalta-se que a qualidade do processo de alfabetização e letramento está diretamente ligada ao compromisso com uma educação inclusiva, equitativa e socialmente referenciada.

Agradecimentos

A FACLEPP- Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação de Presidente Prudente-SP, Unoeste *Campus* de Presidente Prudente -SP pelo apoio financeiro e incentivo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Catiene Lemos de; SANTOS, Sabrina Gouveia. Intervenções didáticas frente às dificuldades no processo de alfabetização e letramento. Universidade Do Estado Da Bahia - Uneb Departamento De Ciências Humanas Campus- IX 2021. <https://saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/1766>
- ARAÚJO, Leila Costa; LOPES, Mariana Silva. Fatores socioculturais envolvidos no processo de aquisição da leitura e escrita. **Revista de Educação da FAP**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 133-149, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/GfFpm9PWQkSKfcjm3J6c3vj/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- BARBOSA, Sílvia Cristina. As tecnologias digitais como recursos pedagógicos no ensino remoto. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 69, n. 1, p. 105-119, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/PDVy8ythhFbqLrMj6YBfxsm/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- COSTA, Maria de Lourdes. Desigualdades educacionais e letramento. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 23, n. 71, p. 215-232, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/NGKSqMDjvrk3sdgwzYZgfp/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- FERREIRA, Tânia Ribeiro; SILVA, Sueli Maria Costa. Letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. **Revista Educação & Sociedade**, [S. l.], v. 41, n. 148, p. 741-758, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/QJrmPyMcJLqb5mVM6Hn5H5z/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- FERRARI, Sílvia Maria de Souza; SILVA, José Aparecido de Lima. Planejamento de Estratégias para o Processo de Inclusão: desafios e possibilidades. **Revista Educação Inclusiva**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 117-135, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Z5rLTlNdXkLFtP64PxxG97K/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- KLEIN, Michele Andreia; ARAGÃO, Manoel Soares. Impactos da pandemia de COVID-19 na alfabetização e letramento de crianças, pais e professores. **Revista de Educação Pública (REPS)**, v. 14, n. 3, p. 522-531, ago./dez. 2023.
- LIMA, Renata; FERREIRA, Thais. Proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas: capacitação de professores e pais. **Revista Brasileira de Educação e Tecnologia**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 45-60, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/NyzS3SDxgrwnRcSjLkzbgb6v/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- MARCHESONI, Laís Bastos; SHIMAZAKI, Elsa Midori. Alfabetização e letramento: diferenças, semelhanças e contribuições para a prática docente. **Revista Educação**, v. 25, n. 2, p. 123-135, 2021.
- MELO KAPPIA, Ramona Graciela Alves de; MELLO, Darlize Teixeira de. O Tempo de Aprender e o silenciamento do letramento no processo de alfabetização. **Educação & Realidade**, v. 48, n. 1, p. e20220134, 2023.
- MORAES, Luciana. Letramento digital e formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 25, n. 74, p. 407-424, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/N5RryXJcsTcm8wK56d3tM3t/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- SCARPIN, Rafaela de Lima; LIMA, Maria Alice Oliveira. Tecnologia na educação infantil: letramento digital e computação. **Revista Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 41, n. 148, p. 713-731, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/bqrYC4HdpVdKfpHq7qZyxQc/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- SILVA, Marcos Antonio Batista da; AZEVEDO, Cleomar. Desigualdades educacionais e letramento. **Educação & Pesquisa**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/NGKSqMDjvrk3sdgwzYZgfp/>. Acesso em: 27 maio 2025.

SILVA, Polena Valesca Machado e. Alfabetização e letramento em tempos de pandemia: relatos de experiência durante o ensino remoto. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 6, n. 1, p. 01-20, 2022.

SOARES, Magda Becker. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRrZk>. Acesso em: 27 maio 2025.

TOLEDO, Maria José Costa *et al.* Dificuldade de aprendizagem no processo de alfabetização e letramento. **Revista Científica Sistemática**, v. 14, n. 1, 2024.

URBANO, Ana Beatriz Rangel. Reflexões sobre alfabetização, letramento e dificuldades de aprendizagem à luz do contexto histórico brasileiro. **Revista Didáticas Específicas**, n. 27, p. 95-110, 2022.

RANGEL, Thalita Gomes Tavares; ROCHA, João Bernardes; MANHÃES, Rosângela Maria Albuquerque; SANTOS, Maria José Costa dos. O processo de alfabetização e letramento na educação infantil: desafios para o ensino em tempos de pandemia. **Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/233>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BULLYING NA ESCOLA: PROPOSTAS DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO PARA PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Julia Beatriz Martins Ferrer

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Ademir Henrique Manfre

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

RESUMO

Objetivo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar as principais abordagens teóricas e práticas propostas nos estudos acadêmicos sobre o *bullying* no Ensino Fundamental I. **Métodos:** Trata-se de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), seguindo as diretrizes PRISMA, baseada em 30 artigos selecionados a partir das bases de dados Periódicos CAPES, SciELO e ERIC, publicados entre 2019 e 2024, em português. **Resultados:** Os resultados reafirmam a necessidade de que o combate ao *bullying* seja compreendido como uma responsabilidade coletiva, que exige o compromisso articulado de toda a comunidade escolar, das famílias, das redes públicas e da sociedade em geral. **Conclusão:** Conclui-se que a maioria das iniciativas ainda é pontual e carece de articulação com um projeto pedagógico mais amplo. Desta forma, necessitamos de um enfrentamento ao *bullying* de caráter efetivo com o comprometimento de toda a comunidade escolar e o fortalecimento de uma cultura de paz, respeito e inclusão.

Palavras-chave: RSL; desenvolvimento infantil; comunidade escolar; agressão na escola.

INTRODUÇÃO

O *bullying* escolar é um fenômeno complexo e persistente, caracterizado por ações intencionais e repetidas de agressão física, verbal, psicológica ou simbólica entre pares, geralmente em contextos nos quais há desequilíbrio de poder. No ambiente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa prática pode afetar significativamente o desenvolvimento emocional, social e acadêmico das crianças envolvidas, seja na posição de agressor, vítima ou espectador. Diversos estudos apontam que o *bullying* nessa etapa da escolarização, embora muitas vezes subestimado, é igualmente prejudicial e requer atenção específica de educadores, gestores e famílias (FANTE, 2005; SILVA, 2010; OLIVEIRA, 2013).

Nas últimas décadas, o aumento da visibilidade social e acadêmica sobre o *bullying* levou a um crescimento significativo nas publicações científicas que investigam suas causas, manifestações e consequências. Nesse cenário, destaca-se a relevância de compreender o papel da escola como espaço privilegiado de intervenção e prevenção. Os professores, especialmente nos anos iniciais, desempenham um papel crucial na mediação de conflitos, construção de relações interpessoais positivas e desenvolvimento de uma cultura escolar pautada no respeito mútuo e na valorização da diversidade (GARCÍA, 2011; ABRAMOVAY, 2003).

Diante disso, este artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de analisar as principais abordagens teóricas e práticas propostas nos estudos acadêmicos sobre o *bullying* no Ensino Fundamental I. Busca-se identificar as estratégias de prevenção e intervenção mais recorrentes, bem como destacar as contribuições dos professores na construção de ambientes escolares mais seguros e acolhedores. Ao reunir e sintetizar evidências disponíveis, pretende-se oferecer subsídios teóricos e práticos que orientem a atuação docente e a formulação de políticas educacionais mais eficazes no combate ao *bullying* escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O fenômeno do *bullying* escolar tem se consolidado como uma das formas mais recorrentes de violência entre pares no ambiente educacional. De acordo

com Fante (2005), trata-se de comportamentos agressivos intencionais e repetitivos, que ocorrem em contextos marcados por desequilíbrios de poder entre os envolvidos. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tais comportamentos se manifestam por meio de apelidos pejorativos, exclusões sociais, ameaças, agressões físicas ou simbólicas, comprometendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e relacional das crianças (GOMES, 2022; PEDROLO, 2018).

O crescente número de pesquisas científicas sobre o *bullying* nos últimos anos reflete a ampliação da consciência social e acadêmica sobre o tema. Como apontado por Marques e Alves (2022), a atuação da escola como espaço privilegiado de prevenção tem sido objeto de atenção tanto por parte de pesquisadores quanto de políticas públicas, sobretudo após a promulgação da Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática. Ainda assim, a literatura evidencia lacunas na efetivação dessas políticas, especialmente no que diz respeito à formação docente e à continuidade das ações implementadas (ZAFANI, 2021).

Nesse sentido, os professores ocupam um papel central na mediação dos conflitos escolares. Borges e Dellazzana-Zanon (2019) demonstram que a percepção dos docentes sobre o *bullying* é influenciada por fatores como sua formação inicial, experiência profissional e envolvimento com a inclusão escolar. Professores que atuam diretamente com estudantes com deficiência tendem a demonstrar maior sensibilidade frente às práticas de exclusão, o que ressalta a importância da formação específica para a atuação preventiva e interventiva.

A escola, como espaço de socialização primária, deve promover uma cultura de respeito, diálogo e empatia. Práticas como rodas de conversa, debates temáticos, dramatizações e situações-problema vêm se mostrando eficazes para fomentar o pensamento crítico e a reflexão entre os estudantes (FREITAS; BORGES; CARVALHO, 2019; PIRES; TESSARO; PEDRON, 2022). Esses recursos pedagógicos auxiliam na construção de valores éticos e na prevenção de comportamentos agressivos no ambiente escolar.

Outro eixo de grande destaque na literatura são as estratégias lúdicas e tecnológicas de enfrentamento ao *bullying*. Alves *et al.* (2022) identificaram a eficácia de jogos educativos como ferramentas pedagógicas para o ensino de habilidades sociais e o reconhecimento de situações de *bullying*. Da mesma forma, Silva *et al.* (2024) validaram uma tecnologia educacional baseada em

vídeos e atividades gamificadas, com alto índice de aceitação por parte dos estudantes. A gamificação do conteúdo, portanto, representa uma abordagem promissora, especialmente para os anos iniciais, por ser acessível, interativa e alinhada às práticas pedagógicas contemporâneas.

Estudos como o de Forlim, Stelko-Pereira e Williams (2014) demonstram ainda que o *bullying* tem impactos profundos na saúde mental dos alunos, especialmente naqueles que ocupam simultaneamente os papéis de vítima e agressor. Esse grupo, frequentemente negligenciado, apresenta maior vulnerabilidade emocional e risco de desenvolvimento de sintomas depressivos. Assim, estratégias de prevenção devem considerar a complexidade das posições envolvidas no fenômeno e oferecer suporte emocional às diferentes demandas que emergem dessas interações.

Adicionalmente, é fundamental considerar os aspectos interseccionais que atravessam o *bullying*. Silva, Vilela e Oliveira (2024) apontam que marcadores sociais como gênero, raça e classe social influenciam diretamente a dinâmica do *bullying*. Estudantes negros, meninas e alunos de menor poder aquisitivo tendem a ser mais frequentemente vitimizados, o que indica a necessidade de abordagens educativas que promovam a equidade e a justiça social no espaço escolar.

Por fim, iniciativas intersetoriais têm se mostrado eficazes no enfrentamento ao *bullying*. A experiência de Studzinski *et al.* (2023), ao integrar ações entre os setores da saúde e da educação, ilustra como a articulação entre diferentes áreas pode potencializar os resultados de programas de prevenção. A construção de redes de apoio, com a participação de profissionais diversos, fortalece o acolhimento dos alunos em situação de vulnerabilidade e amplia o alcance das ações educativas.

Dessa forma, a fundamentação teórica evidencia que o *bullying* escolar é um problema multifacetado, que exige uma abordagem sistêmica, articulada e contínua. A formação docente, o uso de metodologias ativas, o apoio institucional e o comprometimento coletivo da comunidade escolar são pilares essenciais para a construção de ambientes educacionais seguros, acolhedores e inclusivos.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa básica, com abordagem qualitativa, utilizando a revisão sistemática da literatura (RSL) como procedimento metodológico. A RSL é uma técnica rigorosa empregada para reunir, avaliar criticamente e sintetizar evidências disponíveis sobre um determinado tema. A metodologia adotou as diretrizes do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), assegurando transparência e reprodutibilidade.

A pesquisa teve como questão norteadora: Quais propostas de intervenção e prevenção são eficazes no combate ao *bullying* nos anos iniciais do ensino fundamental? Para garantir a relevância dos estudos selecionados, foram estabelecidos os seguintes critérios:

Critérios de Inclusão: Artigos publicados em periódicos científicos revisados por pares entre 2014 e 2025; estudos realizados no Brasil; trabalhos escritos em língua portuguesa; estudos que abordam propostas de prevenção e/ou intervenção ao *bullying* na escola; estudos que contribuem para identificar causas do *bullying* e *cyberbullying* e pesquisas que enfoquem o papel dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Critérios de Exclusão: artigos de revisão que não tragam propostas originais; estudos que não tratem diretamente da temática do bullying e trabalhos duplicados em diferentes bases de dados.

As bases de dados utilizadas para a busca dos artigos serão: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*); CAPES Periódicos e Google Acadêmico. Os descritores utilizados para a busca serão combinados da seguinte forma: "*Bullying* escolar" AND "prevenção" AND "professores"; "*Bullying* na escola" AND "intervenção" AND "anos iniciais"; "Violência escolar" AND "estratégias de prevenção".

A seleção dos artigos será realizada em três etapas:

Leitura dos títulos e resumos para excluir estudos que não atendem aos critérios de inclusão; Leitura integral dos artigos selecionados para confirmar sua pertinência; Extração de informações relevantes (autores, ano de publicação, objetivos, metodologia, principais achados e propostas de prevenção/intervenção).

Os dados extraídos foram organizados em tabelas para facilitar a análise comparativa das propostas identificadas. A análise foi conduzida por meio de uma

abordagem qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo, identificando categorias comuns e divergentes entre os estudos selecionados. Os resultados foram apresentados em seções descritivas, destacando as principais propostas de prevenção e intervenção ao *bullying* escolar identificadas nos estudos analisados. Serão discutidos também os desafios e limitações das iniciativas apontadas pelos pesquisadores. A revisão sistemática seguiu diretrizes éticas de pesquisa acadêmica, garantindo a devida citação dos estudos analisados e a transparência dos métodos adotados (Figura 1).

Figura 1- da Revisão Sistemática da Literatura.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 19 artigos selecionados para esta revisão sistemática foram analisados e os dados principais extraídos e organizados no Quadro 1, que sintetiza as principais informações de cada artigo, incluindo autores, objetivos, metodologias adotadas e os principais resultados encontrados. Com base na análise do quadro, foram identificados pontos de convergência, divergência e lacunas relevantes na literatura.

Quadro 1 - Artigos utilizados na revisão sistemática.

AUTOR / ANO/ PAIS	OBJETIVOS	METODOLOGIAS	RESULTADOS
Francisco Vinicius Ferreira Gomes / 2022 / Brasil	Compartilhar a experiência e o aprendizado adquiridos no projeto de extensão universitária em Psicologia Escolar/ Educacional. Promover reflexões, ressignificações e construção de saberes sobre o <i>bullying</i> no contexto escolar.	Utilização de diferentes intervenções e metodologias para abordar o <i>bullying</i> . Aplicação de duas intervenções específicas ao longo do projeto.	Reflexões sobre o <i>bullying</i> e seus múltiplos aspectos no ensino fundamental, considerando as experiências obtidas com as intervenções.
Anna Karolina Santoro Borges e Letícia Lovato Dellazzana-Zanon / 2019 / Brasil	Investigar as ações de professores do Ensino Fundamental I em relação ao <i>bullying</i> e aos alunos com deficiência incluídos no sistema regular de ensino.	Participação de seis professores da rede municipal de Educação de uma cidade do interior de São Paulo. Utilização de um questionário sócio demográfico e entrevista semiestruturada sobre <i>bullying</i> e inclusão escolar. Análise de conteúdo baseada em Lavine e Dionne (1999).	Os professores tendem a ser ativos no combate ao <i>bullying</i> , embora a literatura indique que nem sempre percebem essa agressão, pois ela pode ser velada. Suas intervenções, mesmo que nem sempre assertivas, demonstram reconhecimento da importância do seu papel. Além disso, constatou-se que ser professor especialista ou generalista influencia as concepções sobre <i>bullying</i> e inclusão, assim como o tipo de deficiência do aluno impacta as práticas pedagógicas e a interação da classe com o estudante incluído.
Jéssica Pires, Mônica Tessaro, Marluce Pedron. / 2022 / Brasil	Apresentar estratégias pedagógicas que podem auxiliar na diminuição do <i>bullying</i> entre estudantes do ensino fundamental I.	Relato de experiência realizado em uma escola de educação básica no oeste catarinense. Incorporação do tema <i>bullying</i> ao conteúdo programado da disciplina de Língua Portuguesa.	A utilização de situações-problema do contexto educacional e da convivência entre estudantes é uma estratégia pedagógica inovadora com potencial de transformação do ambiente escolar. Essa abordagem estimula a reflexão sobre a prática pedagógica, promove a coletividade e a cooperação entre os alunos.

AUTOR / ANO/ PAIS	OBJETIVOS	METODOLOGIAS	RESULTADOS
Dayse Lorrane Gonçalves Alves, Steffany Rocha da Silva, Antonio Torres Martins Júnior, Bruna Rodrigues Nunes, Ana Carina Stelko-Pereira / 2022 / Brasil	Este estudo tem como objetivo avaliar a atratividade e o conteúdo de três jogos de prevenção ao bullying, a partir da percepção de 30 crianças de 10 a 12 anos. Os jogos foram desenvolvidos para ensinar habilidades sociais e ajudar na identificação de situações de bullying, promovendo um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.	Trata-se de um estudo de avaliação realizado em Fortaleza, Ceará, com uma turma de 5º ano da Rede Pública de Ensino. A coleta de dados foi feita por meio de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas sobre o conteúdo e a atratividade dos jogos.	Os resultados indicaram que aproximadamente 75% das respostas refletiram avaliações positivas quanto à aprendizagem, ao conteúdo e à atratividade dos jogos. A análise qualitativa demonstrou que os jogos proporcionaram uma experiência enriquecedora aos estudantes, incentivando a aprendizagem em grupo. Conclui-se que os jogos aplicados são ferramentas lúdicas eficazes para a prevenção ao bullying, pois se mostraram atrativos e interessantes para o público-alvo.
Gabrieli Talita Pedrolo / 2018 / Brasil	O objetivo deste estudo foi averiguar a existência do bullying no ambiente escolar e analisar como esse fenômeno pode ser prejudicial para a formação social e psicológica das crianças do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano.	A pesquisa foi realizada em duas escolas municipais da cidade de Sinop, Mato Grosso. Como método de investigação, foram conduzidas entrevistas com participantes do ambiente escolar.	Os resultados apontaram que o bullying pode causar impactos negativos significativos na vida escolar e pessoal das crianças, levando a atrasos no desenvolvimento acadêmico, dificuldades emocionais e problemas na socialização.
Maíra de Oliveira Freitas, Luís Paulo Cruz Borges, Julia Tavares de Carvalho / 2019 / Brasil	Este trabalho tem como objetivo apresentar análises e reflexões sobre os sentidos do bullying a partir das vozes das crianças. Além disso, busca fomentar discussões sobre temas como tolerância, respeito e justiça, promovendo um ambiente escolar mais reflexivo e inclusivo.	O estudo foi desenvolvido no projeto de Iniciação à Docência do CAP-UERJ, intitulado "Aprendendo e crescendo com os conflitos na escola: o respeito ao outro a serviço do desenvolvimento no ensino". A abordagem metodológica utilizada foi a pesquisa-ação. As atividades envolveram rodas de discussão com crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além da observação e do uso de diários de campo para registros escritos e imagéticos.	Os resultados iniciais indicaram que o diálogo deve ser compreendido como uma prática pedagógica essencial para o desenvolvimento dos alunos. Além disso, a construção de debates sobre autonomia moral e ética requer o reconhecimento da criança como sujeito ativo no processo de reflexão e aprendizado.

AUTOR / ANO/ PAIS	OBJETIVOS	METODOLOGIAS	RESULTADOS
Andra Aparecida Dionízio Barbosa, Marianne Silva Soares,, Janeide Mendes Pereira / 2017 / Brasil	O estudo tem como objetivo identificar, com base na literatura, as características associadas às vítimas de <i>bullying</i> nas escolas brasileiras.	Trata-se de uma revisão integrativa realizada na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde. Foram utilizados os descritores "Adolescência" e " <i>Bullying</i> ", com os seguintes filtros: textos completos em língua portuguesa, publicados nos últimos seis anos (2010-2015).	Os resultados revelaram diversas características comuns entre as vítimas de <i>bullying</i> , organizadas em categorias temáticas, tais como: baixa autoestima, fragilidade em relação ao agressor, maior vulnerabilidade do sexo feminino, alunos de séries iniciais, membros de famílias monoparentais, falta de apoio e reações violentas, associação com consumo de drogas e sintomas emocionais.
Cíntia Santana e Silva, Elaine Meire Vilela, Valéria Cristina de Oliveira. / 2024 / Brasil	O estudo tem como objetivo investigar os efeitos dos marcadores sociais de gênero, raça e nível socioeconômico sobre o <i>bullying</i> entre alunos do 9º ano do ensino fundamental no Brasil. Busca-se analisar se o fenômeno está relacionado às hierarquias de poder da sociedade, onde grupos privilegiados (homens, brancos e de nível socioeconômico elevado) tendem a ser agressores, enquanto grupos desfavorecidos (mulheres, negros e de nível socioeconômico mais baixo) são mais propensos a serem vítimas.	A pesquisa utiliza dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2015, analisados por meio de Modelos Lineares Generalizados Hierárquicos (MLGH). As análises foram feitas separadamente para escolas públicas e privadas, considerando diferentes formas de envolvimento com o <i>bullying</i> : vítima, agressor e vítima-agressor.	Os resultados indicaram que o nível socioeconômico tem um impacto significativo: alunos de nível mais alto tendem a ser agressores, enquanto os de nível mais baixo são mais propensos a serem vítimas, tanto em escolas públicas quanto privadas. Quanto ao gênero, meninos apresentam maior envolvimento no <i>bullying</i> em todas as categorias (vítima, agressor e vítima-agressor). Já no quesito raça, os dados mostraram que o envolvimento com o <i>bullying</i> ocorre de forma diversificada entre os grupos raciais, sem um padrão fixo, sendo os diferenciais mais expressivos nas escolas privadas.
Emanuella de Castro Marcolino, Alessandro Leite Cavalcanti, Wilton Wilney Nascimento Padilha, Francisco Arnoldo Nunes de Miranda e Francisco de Sales Clementino / 2018 / Brasil	Analisar a prevalência de vitimização e agressão por <i>bullying</i> e tipologias associadas aos fatores sociodemográficos e comportamentos de risco em estudantes.	Estudo transversal, desenvolvido em escolas municipais de ensino fundamental em Campina Grande, Paraíba, Brasil, sendo a amostra representada por 678 adolescentes matriculados do 6º ao 9º ano escolar.	A prevalência de vitimização de <i>bullying</i> alcançou 29,5%, com predomínio do <i>bullying</i> psicológico, 23,3% e envolvimento majoritário do sexo masculino. Quanto à prática de <i>bullying</i> , 8,4% dos estudantes afirmaram praticarem <i>bullying</i> contra os pares. pode-se observar associação entre agressores de <i>bullying</i> com comportamento de risco na escola.

AUTOR / ANO/ PAIS	OBJETIVOS	METODOLOGIAS	RESULTADOS
Bruna Garcia Forlim, Ana Carina Stelko-Pereira e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams / 2014 / Brasil	O estudo tem como objetivo examinar a relação entre os diferentes tipos de envolvimento no <i>bullying</i> (alvo, autor e alvo/autor) e a presença de sintomas depressivos nos estudantes. Além disso, busca contribuir para a compreensão dos impactos emocionais do bullying e reforçar a necessidade de pesquisas que considerem a especificidade dos alunos que são simultaneamente vítimas e agressores.	A pesquisa foi realizada com 348 estudantes, do 6º ao 9º ano, com média de idade de 13,3 anos (DP = 1,3). Os participantes responderam à Escala de Violência Escolar Versão Estudantes, um questionário brasileiro sobre violência escolar. Para a análise dos dados, foi utilizada regressão logística não linear, considerando variáveis como sexo, idade e histórico de reprovação escolar.	Os resultados indicaram que estudantes que são alvos e autores simultaneamente têm 5 vezes mais chances de apresentar sintomas depressivos do que os outros estudantes. Já variáveis como sexo, idade, reprovação escolar e ser exclusivamente vítima não foram estatisticamente significativas para prever depressão quando analisadas em conjunto. Os achados são consistentes com pesquisas internacionais, reforçando que estudantes com dupla participação no <i>bullying</i> (alvo/autor) sofrem impactos emocionais mais severos e devem ser foco de estudos e intervenções futuras.
Samara Pereira Oliboni, Valéria Lerch Lunardi, Guilherme Lerch Lunardi, Beatriz Oliveira Pereira, Wanderlei Abadio de Oliveira / 2019 / Brasil	O estudo teve como objetivo conhecer a prevalência e os tipos de <i>bullying</i> entre estudantes do Ensino Fundamental.	A pesquisa envolveu 406 alunos do 5º ao 9º ano de sete escolas públicas da região sul do Brasil. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário autoaplicável, e a análise foi realizada utilizando o software <i>Statistical Package for Social Sciences</i> (SPSS).	Os resultados revelaram que 66% dos alunos estavam envolvidos com <i>bullying</i> , sendo 48% vítimas e 18% agressores. Os locais de maior ocorrência foram as salas de aula (57,9%) e os recreios (39,4%). Os tipos mais praticados incluíram apelidar e xingar (58,9%), além de incomodar (39,7%), com maior envolvimento das meninas. Os achados apontam para a propagação da violência escolar e destacam a necessidade de intervenções intersetoriais voltadas para o empoderamento das vítimas, conforme os princípios da promoção da saúde.

AUTOR / ANO/ PAIS	OBJETIVOS	METODOLOGIAS	RESULTADOS
Railene dos Santos Monteiro, Wollacy Esquerdo Lima, Adria Pereira Lopes e Beatriz Barbosa Oliveira / 2024 / Brasil	Compreender como o <i>bullying</i> afeta o ambiente escolar e o desempenho acadêmico dos alunos do Ensino Fundamental I. Além disso, busca identificar a percepção dos professores sobre esse impacto e destacar a necessidade de um suporte institucional mais eficaz para lidar com essas situações. A pesquisa também enfatiza a importância de políticas escolares de prevenção e intervenção para garantir um ambiente seguro e adequado ao aprendizado.	A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo com abordagem quantitativa. Foram aplicados questionários a professores da rede pública e privada de Santana-AP, com o intuito de coletar dados estatísticos sobre suas percepções e experiências relacionadas ao <i>bullying</i> .	Os resultados indicam que o <i>bullying</i> tem impactos negativos significativos no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, comprometendo diretamente o processo de aprendizagem. Os dados também evidenciam a necessidade de um suporte institucional mais efetivo para auxiliar os professores a enfrentar essas situações dentro das salas de aula. Por fim, a pesquisa resalta a relevância de políticas de prevenção e intervenção como forma de criar um ambiente escolar mais seguro e propício ao desenvolvimento acadêmico dos alunos.
Suane Pastoriza Faraj, Luciana Santa Catharina Costabber, Kelen Braga do Nascimento, Luiza Chanças Cardoso de Aguiar / 2021 / Brasil	O trabalho apresenta um relato de experiência sobre ações realizadas no enfrentamento do <i>bullying</i> em uma escola privada do interior do Rio Grande do Sul. O objetivo das intervenções foi oferecer espaços de informação, diálogo e reflexão sobre o <i>bullying</i> , visando prevenir situações de violência entre os alunos.	A metodologia adotada envolveu a implementação de três projetos: <i>Bullying: Somos bonitos pelas nossas diferenças</i> , <i>Bullying não é brincadeira</i> e <i>Superando o bullying e outras formas de violência</i> . Essas ações foram desenvolvidas ao longo dos anos de 2016, 2017 e 2018, contando com a participação de alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio..	Os resultados indicam que, por meio das atividades realizadas, os alunos puderam compreender o conceito de <i>bullying</i> , analisar suas causas e consequências, diferenciar violência de brincadeiras entre os pares e refletir sobre estratégias para superar essa problemática. As ações demonstraram a importância de um trabalho preventivo e educativo dentro da escola para reduzir casos de violência e promover um ambiente escolar mais respeitoso e acolhedor.
Walter Rodrigues Marques e Luziane Bezerra Moreira Alves / 2022 / Brasil	Identificar se a prevenção/intervenção do <i>bullying</i> escolar recebeu atenção da comunidade científica e do Estado, a partir de uma revisão bibliográfica.	Etnografia virtual, incluindo a criação de um alerta no Google Acadêmico com termos específicos sobre <i>bullying</i> e busca no Portal de Periódicos da Capes entre 2010 e 2021.	Dos 41 artigos analisados, 22 abordaram prevenção/intervenção no ambiente escolar por meio de práticas extensionistas, entrevistas, questionários, ações em saúde e etnografia, enquanto 19 se concentraram na teoria sobre o <i>bullying</i> .

AUTOR / ANO/ PAIS	OBJETIVOS	METODOLOGIAS	RESULTADOS
Mariana Gomide Pannosso, Nádia Kienen, Rachel de Faria Brino / 2023 / Brasil	Realizar uma revisão sistemática de estudos empíricos sobre treinamento de professores em <i>bullying</i> escolar, analisando diversos aspectos como objetivos, delineamento da pesquisa, participantes, variáveis, conteúdos ensinados, resultados do treinamento e limitações.	Revisão sistemática baseada na consulta a 10 bases de dados, com a seleção de 12 artigos.	Apesar de envolverem professores, poucos estudos avaliaram diretamente o impacto do treinamento docente sobre <i>bullying</i> (apenas 4 artigos). Foram identificadas limitações como a falta de descrição detalhada dos conteúdos das capacitações, dos procedimentos dos estudos, além da ausência de linha de base e <i>follow-up</i> .
Diane Serpa/ 2023 / Brasil	Analisar o fenômeno do <i>bullying</i> , com foco especial no <i>cyberbullying</i> , dentro das escolas e na atualidade, explorando suas características, impactos negativos e estratégias de prevenção e intervenção.	Revisão bibliográfica abrangente baseada em fontes acadêmicas, artigos científicos, livros e relatórios relevantes, permitindo uma análise crítica das informações disponíveis e a identificação de lacunas no conhecimento.	O estudo destaca a necessidade de atenção e ação para combater o <i>bullying</i> e o <i>cyberbullying</i> , compreendendo seus impactos e desenvolvendo estratégias eficazes para a promoção de um ambiente escolar seguro e inclusivo.
Gelci Saffiotte Zafani/ 2021 / Brasil	O objetivo desta pesquisa foi realizar um levantamento bibliográfico e uma análise documental das políticas públicas federais e estaduais implantadas no Brasil para a prevenção e contenção do <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i> , a partir da promulgação da Lei Federal 13.185/2015. Buscou-se compreender quais ações, projetos e programas estão sendo desenvolvidos pelo Estado e pelos estados para garantir e colocar em prática os direitos das crianças e adolescentes.	Para alcançar esses objetivos, a metodologia empregada envolveu um levantamento bibliográfico, além da análise documental de ações, projetos e programas enviados por e-mail pelas Secretarias Estaduais de Educação. Das 27 Secretarias de Estado de Educação do Brasil, apenas 8 responderam ao pedido de informações. fundamentação científica, especialmente no que diz respeito às etapas de Diagnose, Prevenção e Conscientização, Combate e Avaliação.	Os resultados obtidos indicam a necessidade urgente de avaliar as interfaces do problema dentro do contexto de cada instituição de ensino, compreendendo os valores expressos e ocultos que permeiam a comunidade escolar. Torna-se essencial propor ações sistemáticas e contínuas, pautadas em referenciais científicos, que promovam uma educação integral voltada ao desenvolvimento de valores morais, à construção de uma convivência ética e democrática e ao estímulo do protagonismo estudantil. Também se destaca a importância da capacitação de docentes e demais membros da comunidade escolar, bem como da incorporação de mecanismos acessíveis de denúncia e do fortalecimento de uma rede de apoio que possa acolher tanto as vítimas quanto aqueles que praticam o <i>bullying</i> .

AUTOR / ANO/ PAIS	OBJETIVOS	METODOLOGIAS	RESULTADOS
Dayanne Caroline de Assis Silva, Amadeu Sá Campos Filho, Estela Maria Leite Meirelles Monteiro, Alcides da Silva Diniz, Mariana Boulitreau Siqueira Campos Barros/2024 / Brasil	Validar semanticamente uma tecnologia educacional para prevenção do <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i> com adolescentes escolares.	Estudo metodológico realizado no interior do Estado de Pernambuco, Brasil, através da aplicação de uma Escala contendo itens referentes aos objetivos, organização, linguagem, aparência e motivação da tecnologia educacional. O valor do ponto de corte do Índice de Validação de Conteúdo (IVC) destes itens foi igual ou superior a 0,8.	Foram avaliados 7 vídeos e 8 atividades gamificadas que alcançaram um IVC global de 0,91. Os itens 7 e 15 referentes a alguma parte da visualização difícil e se a tecnologia educativa era simples e atrativa obteve IVC de 0,77 e 0,74, respectivamente, com necessidade de ajustes. Conclusões: A tecnologia educacional validada pode ser considerada uma importante ferramenta pedagógica na construção do conhecimento para a prevenção, identificação e controle do <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i> com adolescentes escolares.
Lara Gouveia Studzinski, Luan Gomes de Camargo, Vitória Beserra Marcones, Donátila Cristina Lima Lopes, Gleyceane Pinheiro de Oliveira, Jeanne Gomes da Silva Nogueira, Christiani Cassoli Bortoloto Lopes, Gilson Fernandes da Silva/2023 / Brasil	O estudo teve como objetivo descrever as estratégias pedagógicas utilizadas para atenção, prevenção e enfrentamento da violência no ambiente escolar, um problema complexo relacionado aos contextos socioeconômicos e culturais. A violência escolar é mais prevalente em áreas urbanas desfavorecidas, onde há uma presença estatal limitada e baixa qualidade de vida. Diante desse cenário, buscou-se compreender e desenvolver práticas educativas que pudessem contribuir para um ambiente escolar mais seguro e consciente sobre as diversas formas de violência, incluindo <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i> .	A metodologia adotada consistiu em um estudo nas vivências dos residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (PRMSF). As ações foram realizadas em três escolas estaduais do município de Cascavel-PR, entre outubro de 2022 e maio de 2023. 1A iniciativa alcançou estudantes de 11 a 19 anos, abrangendo 71 turmas e impactando cerca de 2.130 alunos. Durante as ações, identificou-se que comportamentos relacionados a <i>bullying</i> , <i>cyberbullying</i> e preconceito eram recorrentes, demonstrando a necessidade de discussões mais aprofundadas sobre essas questões.	Os resultados indicam que a integração entre os setores da saúde e da educação, promovida pelo PRMSF, foi eficaz na abordagem da violência escolar. A experiência permitiu sensibilizar os estudantes sobre seus direitos e fomentar debates interativos, ampliando sua compreensão sobre as consequências da violência e os recursos disponíveis na rede intersetorial de apoio. Entretanto, desafios persistem, como a normalização da violência no ambiente escolar e o ceticismo de algumas pessoas em relação à eficácia dessas abordagens. Apesar disso, a iniciativa demonstrou potencial para gerar mudanças significativas, promovendo maior conscientização e fortalecimento de estratégias de prevenção e enfrentamento da violência nas escolas.

Fonte: Autor (2025).

A revisão sistemática realizada neste estudo permitiu identificar e analisar diversas propostas de prevenção e intervenção ao bullying escolar direcionadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A partir da análise dos artigos selecionados, verificou-se que a temática vem ganhando crescente atenção da comunidade científica, especialmente após a promulgação da Lei Federal nº

13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática no Brasil. A maioria dos estudos aponta para a complexidade do fenômeno, suas múltiplas causas e consequências, bem como para a necessidade de atuação integrada dos diferentes atores do ambiente escolar.

De modo geral, os resultados evidenciam que os professores reconhecem a presença de comportamentos de *bullying* nas salas de aula, mas muitas vezes não conseguem identificá-los com clareza, sobretudo quando ocorrem de maneira sutil ou simbólica. Situações como exclusão social, apelidos depreciativos, isolamento de colegas e agressões verbais são frequentemente minimizadas ou interpretadas como brincadeiras comuns da infância. Isso contribui para a subnotificação dos casos e dificulta a intervenção precoce por parte dos educadores. Estudos como o de Borges e Dellazzana-Zanon (2019) revelam que o tipo de formação docente influencia significativamente na percepção do fenômeno: professores com formação mais específica ou atuação junto a alunos com deficiência tendem a ser mais atentos e sensíveis às práticas de exclusão e violência.

Os dados também apontam que há um esforço crescente de professores e instituições escolares para implementar ações preventivas integradas ao currículo. A utilização de metodologias ativas, como rodas de conversa, dramatizações, debates e situações-problema, tem sido uma estratégia eficaz para promover a reflexão crítica entre os estudantes e fortalecer a convivência ética. Experiências como as relatadas por Freitas, Borges e Carvalho (2019), por meio de práticas de pesquisa-ação em contextos escolares, evidenciam que o diálogo sistemático sobre respeito, justiça e empatia pode transformar a cultura escolar e contribuir para a redução de comportamentos agressivos.

Outro aspecto importante identificado foi a valorização do lúdico e da tecnologia como ferramentas pedagógicas na prevenção ao *bullying*. Iniciativas como a de Alves *et al.* (2022), que avaliaram jogos desenvolvidos especificamente para tratar do tema com crianças dos anos iniciais, demonstraram que o uso de recursos interativos estimula a participação ativa dos alunos e favorece a aprendizagem de habilidades sociais. A maioria das crianças envolvidas nas atividades relatou ter compreendido melhor o que é o *bullying*, como identificá-lo e o que fazer diante dessas situações. A gamificação do conteúdo mostrou-se

uma abordagem promissora para escolas que buscam estratégias inovadoras e acessíveis de enfrentamento ao problema.

Da mesma forma, o estudo de Silva *et al.* (2024) destaca a criação e validação de uma tecnologia educacional composta por vídeos e atividades gamificadas para prevenção do *bullying* e *cyberbullying*. Os altos índices de aprovação dos materiais, tanto em termos de conteúdo quanto de atratividade, indicam que a linguagem digital pode e deve ser incorporada aos projetos pedagógicos voltados à promoção da cultura de paz. Isso é particularmente relevante no contexto atual, em que o uso da internet e das redes sociais influencia diretamente as relações interpessoais entre os estudantes.

Em relação aos impactos do *bullying*, os estudos revisados são unânicos em apontar consequências negativas para o desenvolvimento emocional, acadêmico e social das vítimas. Crianças expostas de forma contínua a agressões físicas ou psicológicas tendem a apresentar baixa autoestima, dificuldades de aprendizagem, retraimento social, sintomas depressivos e, em casos mais extremos, abandono escolar. Além disso, estudos como o de Forlim, Stelko-Pereira e Williams (2014) alertam para os riscos associados aos alunos que ocupam simultaneamente os papéis de vítima e agressor, pois este grupo apresenta maior vulnerabilidade emocional e deve ser objeto de atenção especial por parte da escola e da família.

Alguns trabalhos também enfatizam que o *bullying* não é um problema isolado, mas sim atravessado por marcadores sociais como gênero, raça, deficiência e classe social. A pesquisa de Silva, Vilela e Oliveira (2024) revela que estudantes negros, meninas e alunos de baixa renda tendem a ser mais frequentemente vitimizados, enquanto meninos brancos com maior poder aquisitivo aparecem mais frequentemente na posição de agressores. Tais dados reforçam a necessidade de que as ações preventivas contemplem também uma abordagem interseccional, que leve em consideração as desigualdades estruturais que atravessam o ambiente escolar.

Outro ponto recorrente nos estudos analisados é a ausência de políticas públicas estruturadas e a insuficiência de suporte institucional às escolas e aos docentes. A análise documental realizada por Zafani (2021) mostra que, embora muitos estados cite a Lei 13.185/2015 em seus documentos, poucos contam com programas específicos de prevenção ao *bullying* com embasamento teórico

consistente. Isso gera fragilidade nas ações escolares, que acabam dependendo da iniciativa individual de professores ou da disponibilidade de projetos pontuais desenvolvidos por universidades ou organizações não governamentais.

Apesar dessas limitações, algumas experiências demonstram que a articulação entre escola e outros setores, como saúde e assistência social, pode fortalecer significativamente as estratégias de enfrentamento à violência escolar. É o caso da iniciativa descrita por Studzinski *et al.* (2023), que promoveu ações educativas em escolas públicas por meio de uma residência multiprofissional em saúde. Os resultados indicaram que a integração entre profissionais de diferentes áreas ampliou o alcance das atividades e contribuiu para a construção de uma rede de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Em síntese, os resultados desta revisão evidenciam que há um conjunto significativo de propostas e experiências voltadas à prevenção e intervenção ao *bullying* nos anos iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, também se observam lacunas importantes, especialmente no que diz respeito à formação contínua dos professores, à estruturação de políticas públicas permanentes e à promoção de uma cultura escolar baseada em valores éticos e democráticos. Diante disso, reafirma-se a necessidade de que o combate ao *bullying* seja compreendido como uma responsabilidade coletiva, que exige o compromisso articulado de toda a comunidade escolar, das famílias, das redes públicas e da sociedade em geral.

CONCLUSÃO

O trabalho permitiu identificar, analisar e refletir sobre as principais propostas de prevenção e intervenção ao *bullying* escolar voltadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os estudos analisados evidenciam que o *bullying* é um fenômeno multifacetado, que afeta significativamente o desenvolvimento emocional, social e acadêmico das crianças, exigindo ações educativas planejadas, contínuas e embasadas em evidências.

As práticas preventivas mais eficazes identificadas envolvem a promoção de diálogos abertos com os alunos, o uso de metodologias ativas e a integração de temas relacionados à convivência ética no currículo escolar. Estratégias lúdicas e tecnológicas, como jogos educativos e vídeos interativos, também

se mostraram promissoras, especialmente por sua capacidade de engajar os estudantes e facilitar a compreensão das consequências do *bullying*.

Destaca-se, ainda, o papel central dos professores na identificação precoce dos casos e na mediação de conflitos. No entanto, muitos docentes relatam dificuldades relacionadas à falta de formação específica e ao escasso suporte institucional. Essa realidade aponta para a urgência de programas de capacitação continuada, bem como de políticas públicas mais estruturadas e eficazes, que deem suporte às escolas no enfrentamento desse problema.

Embora tenham sido encontradas experiências exitosas em diferentes contextos escolares, a maioria das iniciativas ainda é pontual e carece de articulação com um projeto pedagógico mais amplo. Para que o enfrentamento ao *bullying* seja efetivo, é necessário o comprometimento de toda a comunidade escolar e o fortalecimento de uma cultura de paz, respeito e inclusão.

Portanto, a prevenção e a intervenção ao *bullying* nos anos iniciais do Ensino Fundamental requerem ações integradas, que envolvam formação docente, metodologias inovadoras, suporte institucional e políticas educacionais comprometidas com o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes. Tais medidas são fundamentais para a construção de um ambiente escolar seguro, acolhedor e propício à aprendizagem.

Agradecimentos

A FACLEPP- Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação de Presidente Prudente-SP, Unoeste *Campus* de Presidente Prudente -SP pelo apoio financeiro e incentivo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Dayse Lorrane Gonçalves; DA SILVA, Steffany Rocha; MARTINS JÚNIOR, Antonio Torres; NUNES, Bruna Rodrigues; STELKO-PEREIRA, Ana Carina. Avaliação de Jogos de Prevenção ao Bullying por Estudantes do Ensino Fundamental. **Extensão em Foco**, [S. l.], n. 27, 2022. DOI: 10.5380/ef.v0i27.83039. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/83039>. Acesso em: 22 maio. 2025.

BARBOSA, Andra Aparecida Dionízio; SOARES, Marianne Silva; PEREIRA, Janeide Mendes. Características Associadas A Vítimas De Bullying Nas Escolas Brasileiras. [S. l.], 2017. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/3231>. Acesso em: 4 abr. 2025

BORGES, Anna Karolina Santoro; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato. Bullying e inclusão no ensino fundamental I: ações de professores. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/31773>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FARAJ, Suane Pastoriza *et al.* Enfrentando o bullying na escola: experiências de intervenções no combate à violência - DOI <https://doi.org/10.29327/226091.54.2-16>. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/6867> Acesso em: 3 abr. 2025.

FORLIM, Bruna Garcia; PEREIRA, Ana Carina Stelko; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Relação entre bullying e sintomas depressivos em estudantes do ensino fundamental. **Estudos de Psicologia** (Campinas), [s. l.], v. 31, n. 3, p. 367–375, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v31n3/05.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

FREITAS, Maíra De Oliveira; BORGES, Luís Paulo Cruz; CARVALHO, Julia Tavares de. Os Sentidos De Bullying Nas Vozes Das Crianças Do Ensino Fundamental: Aprendendo e crescendo com os Conflitos Na Escola. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/42284> . Acesso em: 4 abr. 2025.

GOMES, Francisco Vinicius Ferreira . Ações de prevenção ao bullying escolar no ensino fundamental: um relato de experiência em psicologia escolar/educacional. [S. l.], 2022. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-PT&user=vOsCb8sAAAAJ&citation_for_view=vOsCb8sAAAAJ:YsMSGLbcyi4C. Acesso em: 22 abr. 2025.

MARCOLINO, Emanuella de Castro *et al.* BULLYING: PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS À VITIMIZAÇÃO E À AGRESSÃO NO COTIDIANO ESCOLAR. *Texto & Contexto - Enfermagem*, [s. l.], v. 27, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v27n1/0104-0707-tce-27-01-e5500016.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

MARQUES, Walter Rodrigues; ALVES, Luziane Bezerra Moreira. A Psicologia Da Educação E A Prevenção/Intervenção Ao Bullying No Ambiente Escolar: Revisão Da Literatura Por Meio De Etnografia Virtual | RECIMA21 - **Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2314>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MONTEIRO, Railene dos Santos *et al.* Consequences of bullying in elementary education i: teachers' perspectives in the municipality of santana-ap. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1516>. Acesso em: 20 abr. 2025.

OLIBONI, Samara Pereira *et al.* Prevalência do bullying entre alunos do ensino fundamental. *ALETHEIA*, [s. l.], v. 52, n. 1981-1330, 2019. Disponível em: <http://posgrad.ulbra.br/periodicos/index.php/aletheia/article/view/5278>. Acesso em: 22 maio 2025.

PANOSSO, Mariana Gomide; KIENEN, Nádia; BRINO, Rachel de Faria. Treinamento de Professores para Prevenção e Manejo de Situações de Bullying Escolar: Uma Revisão Sistemática de Literatura. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s. l.], v. 39, p. e39310, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/mxxr8skfLTt8fdHfRgd9jQF/?lang=pt> Acesso em: 4 nov. 2023.

PEDROLO, Gabriely Talita. Bullying nos anos escolares iniciais: as consequências no rendimento escolar do educando. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10112>. Acesso em: 16 abr. 2025.

PIRES, J.; TESSARO, M.; PEDRON, M. Estratégias de prevenção do bullying escolar: relato de intervenção com crianças do Ensino Fundamental I. *Educação: Teoria e Prática*, [S. l.], v. 32, n. 65, p. e32[2022], 2022. DOI: 10.18675/1981-8106.v32.n.65.s15690. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/15690>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SERPA, Diane. Pensando um espaço livre de bullying: conscientizando na escola e na internet. **Educar Mais**, [s. l.], v. 7, p. 703-711, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373239589_Pensando_um_espaco_livre_de_bullying_conscientizando_na_escola_e_na_internet. Acesso em: 4 abr. 2025.

SILVA, Dayanne Caroline de Assis; CAMPOS FILHO, Amadeu Sá; MONTEIRO, Estela Maria Leite Meirelles; DINIZ, Alcides da Silva; BARROS, Mariana Boulitreau Siqueira Campos. Tecnologia educacional sobre medidas de prevenção do bullying e cyberbullying. **Journal of Health Informatics**, Brasil, v. 16, n. Especial, 2024. DOI: 10.59681/2175-4411.v16.iEspecial.2024.1308. Disponível em: <https://jhi.sbis.org.br/index.php/jhi-sbis/article/view/1308> Acesso em: 15 maio. 2025.

SILVA, Cíntia Santana e; VILELA, Elaine Meire; OLIVEIRA, Valéria Cristina de. Bullying nas escolas públicas e privadas: os efeitos de gênero, raça e nível socioeconômico. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YpF57nS6p8JDNCVmf5Rwp6y/?lang=pt>. Acesso em: 3 abr. 2025.

STUDZINSKI, Lara Gouveia *et al.* Práticas Educativas Em Saúde Na Prevenção Contra O Bullying e o Cyberbullying No Contexto Escolar. RECIMA21 - **Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, [s. l.], v. 4, n. 9, p. e494084-e494084, 2023. Disponível em: Acesso em: 22 ago. 2024.

ZAFANI, Gelci Saffiotte. Políticas públicas federais e estaduais para prevenção e contenção ao bullying e cyberbullying no Brasil após a promulgação da lei federal 13.185/2015. Unesp.br, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/87412d57-d890-4818-aa9a-a451498500a8>. Acesso em: 16 abr. 2025.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ARTE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Lara Thainá Dias Moura

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Josué Pantaleão da Silva

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

RESUMO

Objetivo: analisar o papel do ensino de artes no processo de desenvolvimento dos alunos da Educação Infantil a partir de uma revisão sistemática da literatura no Brasil. **Métodos:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com busca em bases de dados como o Google Acadêmico, SCIELO e Periódicos CAPES considerando artigos publicados nos últimos dez anos. Foram selecionados 20 estudos relevantes que abordavam a relação entre ensino de artes, o desenvolvimento infantil e expressões artísticas. **Resultados:** Os resultados indicam que a educação artística e o ensino de arte desenvolvem desde a primeira infância a participação, construção e desenvolvimento de noções de espaço, estética, pensamento e capacidade de manifestar-se criativamente e artisticamente, fazendo desta forma a criança atingir suas potencialidades, desenvolver-se cognitivamente e emocionalmente e resgatar o contato do indivíduo com sua história, individualidade e cultura. **Conclusão:** o professor e a instituição escolar devem estar preparados para oferecer um ensino de qualidade e significativo, com recursos materiais e valorização dos conteúdos, da cultura, da expressão e criatividade dos alunos e das práticas artísticas e pedagógicas, contando com a interdisciplinaridade e uso de metodologias e estratégias diversas.

Palavras-chave: desenvolvimento infantil; ensino de arte; criatividade; educação infantil; educação básica.

INTRODUÇÃO

NA arte, como área do saber, vai além do domínio de técnicas ou da simples expressão espontânea; ela pode ser compreendida como uma forma de linguagem expressiva que contribui significativamente para a prática pedagógica e para o crescimento integral das crianças, inclusive das mais novas. Nesse sentido, Cunha (2019) ressalta que os bebês e as crianças bem pequenas constroem seu aprendizado a partir de experiências sensoriais mediadas pelos cinco sentidos. A autora destaca que, no contexto do ensino de arte, os(as) educadores(as) devem considerar essa característica e utilizar recursos artístico-expressivos que estimulem a visão, o tato, o paladar e a audição das crianças, ampliando, assim, suas possibilidades de percepção e expressão.

Galian (2016), ao refletir sobre o ensino de arte e ciências naturais como áreas do saber relevantes para o Ensino Fundamental, apresenta conceitos que, embora não direcionados especificamente à Educação Infantil, dialogam com os objetivos desta pesquisa. A autora afirma que os campos de conhecimento são a base para o desenvolvimento do conhecimento especializado que deve integrar o currículo escolar, configurando-se como disciplinas. Segundo Galian (2016), organizar o ensino a partir desses campos reconhecidos como disciplinas escolares continua sendo, atualmente, uma das formas mais eficazes de comunicar aos estudantes, explicações sobre a realidade social e natural. No entanto, ela ressalta que essa organização deve evitar abordagens tradicionais e engessadas, pois os conteúdos presentes nas instituições escolares estão inseridos em processos de construção do saber e são marcados por disputas e interesses diversos.

Referente a Educação Básica, consta na Legislação Brasileira que uma das matérias obrigatórias dentro do currículo escolar é o ensino de Arte, incluído nos Campos de Experiência na Educação Infantil. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o componente curricular de Arte centraliza-se em expressões artísticas ou tipos de linguagens. Essas linguagens, separadas em: Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro (BRASIL, 2018, p.2), "são essenciais para o desenvolvimento pleno do indivíduo e sua formação acadêmica e pessoal". O contato com tais elementos acarretará no surgimento e afloramento de diversas habilidades e competências, além de auxiliar sua capacidade de

compreensão de mundo, expressividade, criatividade, imaginação e seu contato com a cultura e história de sua comunidade por meio da arte.

Observa-se durante o processo de ensino e de aprendizagem das crianças aulas práticas e métodos pedagógicos envolvendo músicas educativas, culturais ou festivas, parlendas, poemas e contos, juntamente com as danças, as apresentações escolares e a realização de pinturas, colagens e teatros para expressar ideias, apresentar histórias e demais finalidades que dependem do planejamento pedagógico e temática. A prática educacional está fortemente vinculada às expressões artísticas e a ludicidade, que prevalece, sobretudo na infância, durante o curso da Creche, da Pré-Escola e a fase transicional para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, como determina a BNCC ao descrever os Campos de Experiências e os Eixos estruturados nas Interações e Brincadeiras (BRASIL, 2018).

De acordo com o DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009, Art. 4º, a criança é um sujeito cultural, histórico e social, detentor de direitos e deveres, que construirá diariamente sua identidade coletiva, dentro da comunidade, e individual, a partir de suas preferências, vivências e expressividade, e que aprende; imagina; cria; pensa; observa; questiona e brinca, produzindo e parte da cultura e história (BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 5, de 17 de dezembro de 2009). É direito da criança e do adolescente, independente de sua idade, religião, escolaridade, gênero, etnia e condição, ter acesso à educação e a permanecer na escola, sendo dever do Estado e da família garanti-lo como parte do exercício da cidadania e da cultura. Desta forma, as representações artísticas devem ser valorizadas no âmbito escolar como importantes manifestações capazes de construir novas visões de mundo e gerar o desenvolvimento da identidade das pessoas. Como salienta Faria (2014, p. 18) a escola infantil deve garantir o contato da criança com os tipos de linguagem e expressões artísticas, favorecendo o desenvolvimento de ideias, pensamentos e sentimentos garantindo a "alfabetização estética".

No contexto da Educação Infantil, e considerando as reflexões de Vieira (2011) sobre o ensino de arte, observa-se que esta área tem passado por transformações ao longo das reformas educacionais, mas continua sendo marginalizada nos ambientes escolares. Um dos principais desafios atuais é fazer com que a Arte seja reconhecida como uma disciplina legítima por estudantes e docentes

de outras áreas, já que ainda carrega o estigma de ser apenas um complemento às demais disciplinas do currículo da Educação Básica. Desta forma, o presente estudo teve como pergunta norteadora: Qual é a abrangência e relevância do ensino de Arte na Educação Infantil?

Sendo assim, o artigo tem por objetivo analisar o papel do ensino de artes no processo de desenvolvimento dos alunos da Educação Infantil a partir de uma revisão sistemática da literatura no Brasil.

MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com o objetivo de identificar, analisar e sintetizar publicações que abordam o ensino de arte em suas diversas linguagens e sua influência no desenvolvimento infantil, na criatividade e imaginação, e seu papel na construção da identidade e cultura dentro de abordagens pedagógicas. A escolha por esse método visou garantir a abrangência, a confiabilidade e a replicabilidade da pesquisa. A metodologia seguiu um protocolo em quatro etapas principais:

Planejamento da Revisão

Foram definidos os critérios de inclusão e exclusão, as palavras-chave e as bases de dados que seriam utilizadas. O recorte temporal considerou publicações dos últimos onze anos (2014–2025), com foco em estudos realizados no Brasil ou que abordassem diretamente a realidade brasileira, com foco em estudos realizados no Brasil ou que abordassem diretamente a realidade brasileira.

Identificação e Seleção dos Estudos

A busca foi realizada nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Scielo e Periódicos CAPES. Foram utilizadas palavras-chave como: desenvolvimento infantil, artes, atuação docente, interdisciplinaridade, arte e educação. No Google Acadêmico, a busca resultou em 13.785 artigos, nos periódicos CAPES foram encontradas 2.452, no Scielo foram encontrados 6 artigos, entretanto excluídos da seleção durante a fase de identificação. No total

foram encontrados 16.237 artigos relacionados ao tema abordado, deste total apenas 20 foram utilizados. Ocorreu também a leitura de livros físicos para o enriquecimento da pesquisa Extração, Análise e Síntese dos Dados

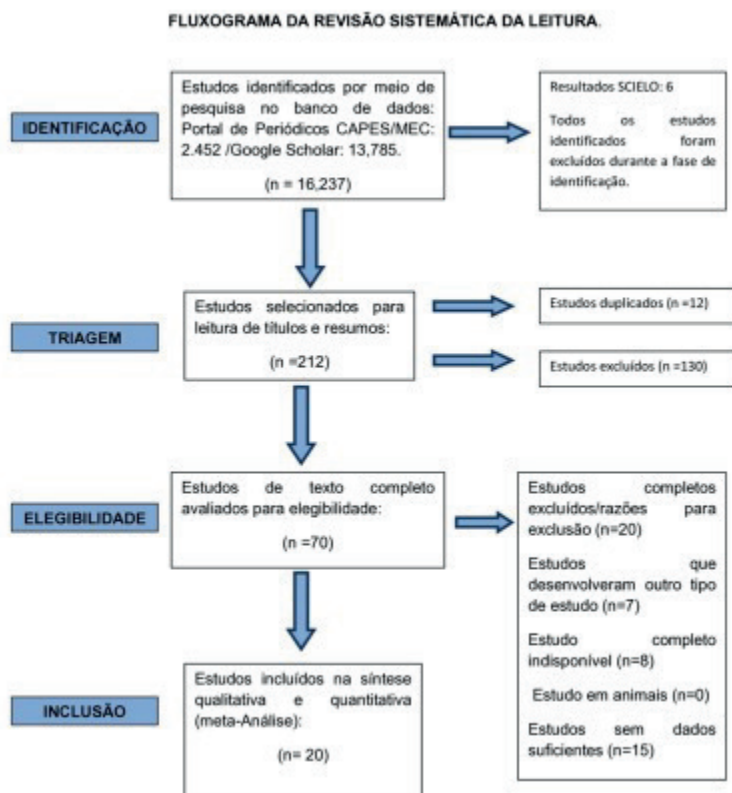
Os artigos foram avaliados em duas etapas: leitura de títulos e resumos para triagem inicial, seguida pela leitura completa dos textos para confirmação da relevância. Os estudos selecionados foram organizados em um quadro-síntese com os seguintes critérios: autor, ano, objetivos, metodologia e principais resultados. Essa sistematização permitiu comparar abordagens, identificar padrões, contradições e lacunas no campo. A análise foi conduzida de forma qualitativa, destacando as principais tendências nos achados e a diversidade metodológica utilizada pelos autores. Observou-se, ainda, a predominância de estudos com abordagem qualitativa, embora também tenham sido encontrados modelos estatísticos e análises documentais e discursivas.

Critérios de Inclusão e Exclusão

Inclusão: artigos publicados entre 2014 e 2024; estudos sobre o papel do ensino de arte no desenvolvimento infantil e a prática pedagógica e legislação envolvendo a educação. Exclusão: Artigos duplicados, fora do recorte temporal ou que não tratassem diretamente da temática central, estudos que não apresentavam metodologia definida.

A Figura 1 (Fluxograma) ilustra de forma resumida o processo de seleção, triagem e análise dos estudos que compuseram o corpo da revisão:

Figura 1 - Fluxograma da RSL.



RESULTADOS

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais estudos analisados na Revisão Sistemática da Literatura sobre a importância do ensino de arte no desenvolvimento infantil, organizando-os conforme seus autores, objetivos, metodologias empregadas e principais resultados. Essa sistematização permitiu visualizar os enfoques diversos adotados nas pesquisas, revelando tanto a complexidade do fenômeno quanto os avanços e limitações das políticas públicas existentes.

Quadro 1 - Resultados da pesquisa dos autores.

REFERÊNCIAS	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADO
ANDRADE DE JESUS LELIS, Diego; GURESKI RODRIGUES, Daniela; SAHEB PEDROSO, Daniele. Brasil, 2022.	Observar o que as pesquisas apontam sobre a relação entre ensino, arte e sensibilidade, na educação infantil, a partir da produção acadêmica brasileira.	Abordagem de pesquisa reflexiva, mapeando e discutindo a relação e entre ensino, arte e sensibilidade, na educação infantil, a partir da produção acadêmica brasileira de teses e dissertações existentes na BDTD, desde o primeiro documento disponibilizado nessa biblioteca com bases nos de escritores de 1982 até 2019.	É necessário a valorizar temáticas como: pluralidade cultural no cotidiano, arte como contribuição para o despertar da criança e do professor para a compreensão de mundo, das artes e brincadeiras como forma de linguagem, o significado da arte para a educação na infância e etc., pois são importantes na formação de professores, garantindo seu desenvolvimento pleno..
LUZ, A. A.; ANDRADE, R. C.; SILVA, J. R. Brasil, 2023.	Discutir como os professores podem propor a manifestação cultural de modo a contribuir para o desenvolvimento infantil e a importância dela, sobretudo das cantigas de roda, para as crianças.	Com uma abordagem qualitativo, foi realizado o levantamento de trabalhos, buscas de artigos, teses e dissertações sobre o tema publicados nos últimos vinte anos (2002-2022)..	As brincadeiras cantadas são manifestações históricas e culturais, portanto, parte da identidade dos indivíduos. A herança popular cultural contribui para o desenvolvimento social da criança, na descoberta individual, gerando a percepção das linguagens verbais e não verbais,
PARENTE, N. P. O.; NOVAIS, J. S. de. Brasil, 2017.	Questionar sobre professores conhecem sobre os conceitos de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade e sua relação com as diferentes áreas de conhecimento e como atualizar estes conhecimentos.	Pesquisa de caráter qualitativo, providos da coleta e análise de material descritivo e dos dados obtidos por meio de questionários com questões abertas e fechadas, analisados segundo a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).	A maioria dos professores declarou compreender os conceitos de interdisciplinaridade e termos correlatos e as diferenças existentes entre estes. Porém, conceituar esses termos ou diferenciá-los, devido sua natureza ampla, é um desafio.
MANDOLINI, Sara; SERRANO, Eliane Patricia Grandini. Brasil, 2022.	Analisar as concepções e ações docentes que proporcionam o desenvolvimento da criatividade ,com foco em estudantes da Educação Infantil, e responder a questão; "o que pensam e fazemos professores sobre a criatividade dos estudantes?"	Estudo de campo realizado por observação indireta e entrevista (face a face, gravadas e transferidas posteriormente) das professoras da Educação Infantil, com perguntas previamente formuladas partindo dos estudos teóricos executados ao longo do levantamento bibliográfico.	Os resultados reafirmam a arte como o componente que possui maior possibilidade de desenvolvimento da criatividade e destacam a necessidade da formação inicial do professor ser direcionada para possibilitar a atuação criativa de sua profissão,

REFERÊNCIAS	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADO
SLAVIERO, M. Brasil, 2014.	Investigar qual é o papel da arte no desenvolvimento da criatividade dos alunos diante dos conteúdos abordados em sala de aula.	Pesquisa bibliográfica descritiva, utilizando bibliografias originais como livros, revista, artigos e dissertações publicados em congressos para o estudo da legislação, utilizando os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental – PCNs,	A arte proporciona aos indivíduos acesso e conhecimento de sua própria cultura e de outras culturas, traz desenvolvimento da criatividade, das capacidades cognitivas, sensitivas, afetivas, imaginativas, estéticas e artísticas.
NILDA, N. Brasil, 2024.	Relacionar a prática do desenho como recurso para a alfabetização na Educação Infantil, observando se ela possibilita que a criança analise e referencie as atividades cotidianas para a construção da aprendizagem.	Metodologia qualitativa de revisão de literatura, buscando-se artigos e estudos no Google Acadêmico e na SciELO com descritores, análise aprofundada das práticas e teorias relacionadas ao uso do desenho na educação infantil.	O desenho é fundamental para o desenvolvimento da criança na escrita e, assim, na alfabetização, a linguagem gráfica permite à criança valorizar o seu próprio eu e a dimensão de um reconhecimento para a prática de aprendizagem e o conhecimento.
DE CHAVEIRO, SABRINA.	Refletir sobre as seguintes questões: Qual deve ser a compreensão das práticas de arte no processo educativo? De que forma as práticas de arte, através da percepção, da expressividade e da criatividade, podem levar à uma ação pedagógica	Pesquisa bibliográfica e análise histórica da relação entre arte e educação no Brasil.	As práticas de arte são uma possibilidade de despertar as habilidades perceptivas dos alunos. É preciso considerar que uma coisa é a ação do professor que, através da experiência, precisa instigar o aluno a chegar às suas próprias conclusões, pedagógicas propostas.
Faria, Alessandra De Carvalho. Brasil, 2018.	Investigar como o docente da Educação Infantil atua e compreende artes visuais com crianças cuja faixa etária envolve os menores de seis anos da educação infantil, suas dificuldades e formação.	Abordagem qualitativa através de questionário estruturado fechado e semiestruturado com 10 perguntas, realizada com 10 professores convidados da rede municipal de Ribeirão Preto – SP não identificados, atuantes na educação infantil com crianças da faixa etária de 6 meses a 5 anos de idade (creche e pré-escola).	Os sujeitos da pesquisa entendem as artes visuais com uma área de conhecimento ou, como chamamos na educação infantil, uma linguagem necessária de um conhecimento de mundo para a apropriação, aprendizagem e desenvolvimento da criança.

REFERÊNCIAS	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADO
PERA, Luana Pavesi; ROCHA, Stéfani Rafaela Pin-tos da; DE ALVARENGA, Valéria Metroski. Brasil, 2016.	Constatar sobre qual a visão dos professores de Artes Visuais tem sobre as tecnologias contemporâneas, tanto no que diz respeito a sua formação docente quanto sobre o ensino de arte.	Metodologia qualitativa, coleta de dados relevantes obtida por meio de entrevista com educadores, utilizando questões abertas e fechadas e o uso de gráfico para exemplificar os resultados.	As tecnologias no ensino de arte podem servir como meio de ampliação da formação estética dos estudantes, pois facilitam o acesso à informação e a expansão do repertório imagético, contextual, onde se compõem novas possibilidades de produção e fruição.
LEMONS, S. V.; LERRO, L. D.; BOTONI, E. I.; LEANDRO, C. N. Brasil, 2024.	Analisar sobre o papel fundamental da Arte/Educação no processo de alfabetização de estudantes do Ensino Fundamental e os impactos positivos a compreensão das diferentes formas de expressão artística e da diversidade cultural entre os alunos.	Metodologia bibliográfica, fundamentada na revisão e análise crítica sobre o tema. Para coleta dos textos, utilizou-se o portal de teses a plataforma Scientific Electronic Library Online(SciELO), revistas científicas artigos e publicações no Google Acadêmico.	Concluiu-se que deve-se reconhecer a necessidade de uma abordagem holística e inclusiva na docência em Artes, implicando na necessidade de criar um ambiente que valorize a diversidade cultural, estimule a criatividade e promova a expressão individual de cada estudante expressão.
Brasil, 2022	Compreender o quanto a arte pode contribuir para a comunicação pessoal e interpessoal no processo do desenvolvimento humano, e o específico, a atuação na aprendizagem e na sua construção histórica.	Pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico de autores como Vigotsky, Read, Araújo e Rogers, além do depoimento em vídeo de Ana Mae Barbosa, no Seminário Arte, Cultura e Educação na América Latina em 2018.	Através da arte é possível comunicar, explorar culturas antigas, atuais e de outros continentes, ampliando horizontes e possibilitando aprendizagens efetivas na construção de um ser humano mais completo e consciente.
Brasil, 2005.	Analisar a produção artística gráfica de escolares e verificar a relação professor/aluno no processo de motivação no ensino da Arte em escolares do Ensino Fundamental.	Pesquisa de Campo de caráter qualitativo, entrevistas realizadas em duas instituições escolares com professores e crianças de 7 anos de idade para coleta de dados e estudo do currículo e metodologia das escolas.	A arte pode contribuir imensamente para o desenvolvimento da criança, seja nos primeiros anos de vida, seja na idade escolar.
MOREIRA, Geraldo Eustáquio. Brasil, 2014.	Investigar como os professores de Arte concebem a importância desse componente curricular e como identificam seu locus em relação às demais disciplinas, e, por fim, verificar se conhecem e utilizam a Proposta Triangular.	Pesquisa, investigação sobre a prática em uma escola de rede pública de ensino da SEEDF, levantamento de dados de participantes das entrevistas a partir de gênero, idade, tempo de experiência profissional e outros, utilizando questões abertas sobre o tema.	Esclarece a importância da disciplina de arte, da formação adequadas e a relação dos indivíduos com as diferentes artes como parte do processo emancipatório da liberdade e desenvolvimento artístico.

As análises dos artigos reunidos no quadro da revisão sistemática sobre ensino de arte mostram a importância do acesso as diferentes linguagens artísticas para o desenvolvimento pleno das crianças revelam que a temática vêm sendo discutidas há décadas, entretanto observa-se um aumento significativo no número de pesquisas publicadas entre os anos de 2010-2024, desenvolvimento discussões sobre o papel da arte no desenvolvimento pleno dos alunos e sua formação, identidade e criatividade.

A maioria dos trabalhos tem como autores pesquisadores vinculados a instituições brasileiras, embora haja colaborações e produções internacionais relevantes, como nos Estados Unidos e países da América latina, o que permite uma visão mais ampla dessa questão.

Em relação a formação do professor, Andrade *et al.* (2022), Slaviero (2014), Silva (2022) e Martins (2005) destacam a importância da arte para o desenvolvimento infantil e a importância de uma formação adequada, conhecimentos e valorização da prática pedagógica para benefício dos alunos, acentuando o papel do educador e das metodologias para o processo de ensino e aprendizagem.

Relacionando a formação de professores e as práticas pedagógicas, Pera *et al.* (2016), Góes e Soares (2022) e Faria (2018) apontam no cenário atual do país a necessidade de uma capacitação profissional e acadêmica inicial e continuada para uma prática eficaz em sala de aula.

A partir dessas observações, conclui-se que arte não se qualifica apenas como um objeto de admiração ou observação, alheio de seu âmbito social, histórico e cultural. Os diversos setores da arte, como Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro (BRASIL, 2018, p.2), definidos pela BNCC, são parte do cotidiano e do mundo do trabalho, sendo parte do desenvolvimento profissional, emocional, social, intelectual, motor e cognitivo dos indivíduos. Tudo que é criado em sociedade necessita de arte, criados por humanos, indivíduos ativos e críticos desta sociedade. Apesar desta importância, ao analisarmos a história da educação no Brasil, observamos que o ensino é regrado ainda hoje por bases elitistas que visam privilegiar certa parcela da população, reprimindo qualquer possibilidade de mudança ou ascensão econômica, social ou intelectual dos grupos marginalizados e demais classes sociais (BARBOSA, 1981.).

A educação artística deve incentivar o desenvolvimento, o pensamento, a inovação e expressividade do indivíduo, visto que a arte, em suas diferentes

esferas, não se limitando apenas ao desenho e pintura, é uma forma de expressão e comunicação humana, existindo desde a pré-história com a arte rupestre. O ser humano, por toda sua existência, utilizou a arte como algo além da beleza; é maneira de interpretar e se comunicar com o mundo, com o eu e o outro, Competência presente dentro da BNCC, e por meio dessa capacidade inerentemente humana cria-se, descobre-se, inventa-se e conhece. Uma educação que não incentiva a criatividade e subjetividade dos indivíduos forma-os “ALIENADOS, SUBMISSOS”, insatisfeitos e incapazes de lidar com desafios de uma sociedade em constante transformação, vivendo de forma automática e sem resignificação de propósitos próprios (MANDOLINI, 2022.).

A educação artística desenvolve desde a primeira infância a participação, a construção e o desenvolvimento de noções de espaço, estética, desejo e capacidade de manifestar-se criativamente e artisticamente, expressando-se e atingindo suas potencialidades, além de aplicar repertórios, sensibilidade e interpretando de diversas formas. Constrói-se assim vivências, que são fundamentais para o aprendizado e desenvolvimento humano (BRASIL, 2017).

As lacunas no ensino de arte, a desvalorização do docente e das práticas artísticas e a falta de recursos e materiais são apontadas pelos trabalhos de Paula e Paula (2023) e Freitas e Vidal (2022). Buscando um aprofundamento e resignificação do ensino, a prática da interdisciplinaridade, como destaca Parente *et al.* (2017), é essencial para a integração e conexão significativa de conhecimentos e afloramento de competências e habilidades, correlacionando-as entre componentes curriculares, criando um conjunto sólido de informações bem contextualizadas. A arte, presente em toda a sociedade, também pode e está presente em outros espaços além da disciplina.

CONCLUSÃO

A partir da revisão sistemática realizada, conclui-se que o ensino de arte na Educação Infantil possui papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, atuando como catalisador para a criatividade, expressão emocional, cognição e construção da identidade cultural. A literatura analisada confirma que as linguagens artísticas como a música, a dança, o teatro e as artes visuais

contribuem de maneira significativa para a formação do sujeito desde os primeiros anos escolares, possibilitando experiências significativas e formativas.

Apesar disso, observa-se que a arte ainda é marginalizada dentro dos currículos escolares e pouco reconhecida como disciplina essencial por muitos profissionais da educação e gestores escolares. As lacunas identificadas nos estudos apontam para a urgência de se investir na formação inicial e continuada dos professores, no fornecimento de materiais adequados, e na valorização das práticas pedagógicas que utilizam a arte como meio de ensino e aprendizagem.

A interdisciplinaridade emerge como um caminho necessário para integrar a arte a outras áreas do conhecimento, promovendo uma aprendizagem mais contextualizada e significativa. Assim, é indispensável que a escola reconheça a arte não apenas como conteúdo curricular, mas como uma linguagem que favorece o desenvolvimento pleno da criança e fortalece seu vínculo com a cultura, a história e a sociedade.

Portanto, para que a arte cumpra seu verdadeiro papel na Educação Infantil, é imprescindível que haja um esforço coletivo entre instituições, docentes, gestores e políticas públicas voltado à sua valorização, garantindo o direito das crianças de vivenciarem experiências artísticas enriquecedoras, que respeitem sua individualidade e potencial criativo.

Agradecimentos

A FACLEPP- Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação de Presidente Prudente-SP, Unoeste *Campus* de Presidente Prudente -SP pelo apoio financeiro e incentivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE DE JESUS LELIS, Diego; GURESKI RODRIGUES, Daniela; SAHEB PEDROSO, Daniele. Estado Da Arte: Arte, Sensibilidade E Educação Infantil. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 133-149, 2022. DOI: 10.7867/1981-9943.2022v16n1p133-149. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/9451>

BARBOSA, Mae Ana. **A imagem no ensino de arte: Anos 1980 e novos tempos**. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva S.A , 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 30 de mar. De 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de mar. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, Resolução n. 5/2009, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf> . Acesso em: 30 de mar. De 2024.

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. Como vai a Arte na Educação Infantil? Revista Apotheke, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 10-24, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/24471267532019010>. Acesso em: 12 maio. 2025

DA SILVA, S. S. O papel da arte-educação no desenvolvimento da subjetividade nas relações socioemocionais / The role of art education in the development of subjectivity in social and emotional relationships. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1160–1170, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n1-074. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/42351>

DE CHAVEIRO, SABRINA. As Práticas De Arte Como Indutoras De Ações Pedagógicas. Instituto Federal de Goiás - Página inicial. 2018. Disponível em: <http://ifg.edu.br/attachments/article/8268/SabrinaChaveiro.pdf>

FARIA, Alessandra De Carvalho . A Atuação Docente Em Artes Visuais Na Educação Infantil. 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/227293862.pdf>

FREITAS, Ana Cláudia de Oliveira; VIDAL, Fabiana Souto Lima. Artes visuais na educação infantil: um olhar para as práticas docentes a partir da revisão bibliográfica sistemática na BDTD. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 107–127, 2022. DOI: 10.5965/198431781822022107. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/20919>

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção. A seleção do conhecimento em documentos curriculares: ciências naturais e arte. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 989–1007, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216750>. Acesso em: 05 abril de 2025

GÓES, Margarete Sacht; SOARES, Maria Angélica Vago. Fricções e aproximações do ensino da arte na educação infantil: formação docente e arte contemporânea. **Palíndromo**, Florianópolis, v. 14, n. 32, p. 238–255, 2022. DOI: 10.5965/2175234614322022238. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/20935>

LEMO, S. V.; LERRO, L. D.; BOTONI, E. I.; LEANDRO, C. N. Arte/Educação, conhecimento e cultura para uma educação inclusiva e interativa. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 6, p. e4582, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n6-153. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/4582>

LIMA, J. dos S.; SANTOS, G. L. dos. Valores, educação infantil e desenvolvimento moral: concepções dos professores. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 3, n. 8, p. 153–170, 2018. DOI: 10.25053/redufor.v3i8.275. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/275>

LUZ, Alessandro Abreu; ANDRADE, Ricardo Cristaldo; SILVA, José Ricardo. As brincadeiras cantadas na Educação Infantil: aproximações de um estado da arte. **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 7, n. 3, p. 48–59, 2023. DOI: 10.47236/2594-7036.2023.v7i3.48-59p. Disponível em: <https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/1332>

MANDOLINI, Sara; SERRANO, Eliane Patricia Grandini. O papel da arte no desenvolvimento da criatividade em crianças da educação infantil: o que pensam e fazem os professores. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 110–135, 2022. DOI: 10.5965/198431781722021110. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/17220>.

MANDOLINI, Sara; SERRANO, Eliane Patricia Grandini. O papel da arte no desenvolvimento da criatividade em crianças da educação infantil: o que pensam e fazem os professores. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 110–135, 2022. DOI: 10.5965/198431781722021110. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/17220>

MATOS, S. P. C.; COELHO, A. S. P.; SILVA, S. de S. C. MOVIMENTO NA INFÂNCIA: desenvolvimento e Educação Infantil com enfoque teórico-prático. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e023073, 2023. DOI: 10.24065/re.v13i1.2527. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2527>

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. Tendências e concepções de professores sobre Arte e Educação no Brasil. **Dialogia**, [S. l.], n. 20, p. 191–209, 2014. DOI: 10.5585/dialogia.N20.4982. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/4982>

NILDA, N. O Papel do Desenho na Alfabetização e Desenvolvimento Infantil: Uma Revisão de Literatura. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA(FINOM)**, v. 39, n. 1, p. 412–421, 2024. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/5408

OLIVEIRA, K. A.; T BERSCH, Â. A. S. OLHAR BIOECOLÓGICO COM/PARA AS ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Revista Contrapontos**, v. 23, n. 1, p. 191–204, 8 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v23n1.p191-204>. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/19757>

PARENTE, N. P. O.; NOVAIS, J. S. de. Conceitos de interdisciplinaridade segundo professoras(es) de Ciências em Santarém – Pará. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 217–236, 2017. DOI: 10.24065/2237-9460.2017v7n2ID308. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/308>

PAULA, Regina Ridão Ribeiron de; PAULA, Ercilia Maria Angeli Teixeira de. Prospecções do ensino de arte na Educação Infantil: currículo, políticas públicas e suas aproximações com as práticas pedagógicas. **Dialogia**, [S. l.], n. 43, p. e23787, 2023. DOI: 10.5585/43.2023.23787. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23787>

PERA, Luana Pavesi; ROCHA, Stéfani Rafaela Pintos da; DE ALVARENGA, Valéria Metroski. Formação/Atuação Docente e Ensino de Arte: visão dos professores de Artes Visuais a respeito das Tecnologias Contemporâneas. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 183–201, 2016. DOI: 10.5965/1984317812032016183. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/8367>

QUADROS, Cerli Terezinha; SANTOS, Leandra Ines Seganfredo. Ensino de arte na educação infantil: múltiplas dimensões da prática pedagógica. **Eventos Pedagógicos**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 24–32, 2012. DOI: 10.30681/rep.v3i3.9302. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/9302>

SLAVIERO, M. O papel da arte no desenvolvimento da criança do ensino fundamental. *Utfpr.edu.br*, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/20988>

ZANIN, Vilma Pereira Martins Arte E Educação: Um Encontro Possível. *Colloquium Humanarum*. ISSN: 1809-8207, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 57–66, 2005. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/195>

O USO DA GAMIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Antonia de Oliveira Ferreira

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação- FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação- FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

RESUMO

Objetivo: Verificar como as estratégias de gamificação e utilização dos jogos em sala de aula aprimora a aprendizagem dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental. **Métodos:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com busca em bases de dados como Google Acadêmico, Scopus e Periódicos CAPES, considerando artigos publicados nos últimos dez anos. Foram selecionados 31 estudos relevantes que abordavam o uso da gamificação como ferramenta pedagógica dos anos iniciais do ensino fundamental I, analisando como impacta questões cognitivas, acadêmicas e sócio emocionais. **Resultados:** Os resultados indicam que a gamificação precisa fazer parte do processo de desenvolvimento e de aprendizagem dos alunos, para que assim a forma como a educação em sala de aula é vista pelos estudantes e pelos docentes, as formas de avaliação e de absorção conteúdo podem ser feitas de maneira interativas e que através do uso da gamificação as aulas podem auxiliar no fortalecimento do senso crítico e no lúdico dos alunos do Ensino fundamental 1, as escolas por sua vez sejam suporte para os professores e os alunos no uso de tecnologias em sala de aula e no dia a dia das escolas.

Palavras-chave: gamificação, tecnologia; games; educação; jogos analógicos.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a utilização de jogos como metodologia educacional tem ganhado destaque por sua eficácia no processo de ensino. A gamificação, por sua vez, vem sendo aplicada em diversos setores, como no ambiente corporativo, em treinamentos, processos de recrutamento e em diferentes plataformas, além de seu uso significativo na área educacional. Especificamente na educação infantil, a gamificação se mostra uma ferramenta valiosa para estimular o interesse dos alunos, elevar sua motivação e facilitar a assimilação de conhecimentos (SILVA; SALES; CASTRO, 2018).

O termo gamificação começou a ganhar visibilidade no mundo com o início do avanço tecnológico, mesmo já existindo o termo gamificação, ganhou notoriedade no Brasil somente em alguns anos depois da tecnologia ter avançado nos outros países, com a sua aparição em vários lugares como livros, palestras, fazendo assim o tema e o uso dos jogos em sala de aula estarem entre as opções de materiais a serem usados.

Para definir a gamificação, parafraseando Bursellos (2018) o ato de jogar pode desenvolver habilidades na área cognitiva do aluno e o orientando com as tarefas por etapas menores, essas que são desenvolvidas em ciclos específicos em que se espera a conclusão dessas tarefas.

Para França (2016), a gamificação na educação incorpora elementos dos jogos eletrônicos à Pedagogia, tornando as aulas mais atrativas e lúdicas, além de integrar teoria e tecnologia em diferentes modalidades de ensino. O Ludospro (2021) destaca que a gamificação estimula a socialização por meio de dinâmicas em grupo, promovendo colaboração e fortalecimento de laços entre os estudantes, além de mencionar o uso de plataformas gamificadas para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

Ramos, Leão e Schneider (2020) afirmam que a educação gamificada visa motivar os alunos por meio de desafios estimulantes e criativos, incentivando a investigação e a construção do conhecimento. Além disso, os jogos em sala de aula devem ter finalidade educativa, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à aprendizagem.

Lara (2005) ressalta que os jogos devem auxiliar o aluno a pensar com clareza, desenvolvendo criatividade e raciocínio lógico. A autora classifica os

jogos em quatro tipos: Jogos de construção: introduzem novos conteúdos; Jogos de treinamento: reforçam conhecimentos já adquiridos; Jogos de aprofundamento: consolidam aprendizagens; Jogos estratégicos: desenvolvem habilidades de planejamento e estratégia.

A gamificação quando aplicada de maneira correta e que esteja ligada ao conteúdo visto em sala de aula juntamente com o professor contribui diretamente para o desenvolvimento do conhecimento do aluno, melhorando o seu pensamento crítico e seu raciocínio lógico, segundo Bursellos (2016), quando os jogos são aplicados em correlação com o conteúdo ministrado em sala de aula, possuindo assim um papel de melhorar o engajamento do aluno em relação ao seu ensino e aprendizado.

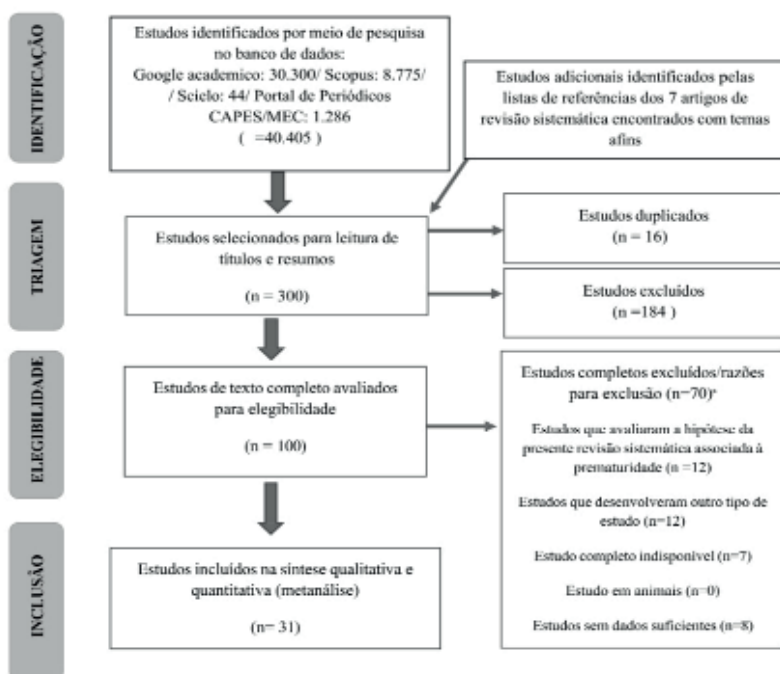
As escolas possuindo papel ativo e participativo, por sua vez, necessitam compreender que a tecnologia e os jogos estão cada vez mais presentes no dia a dia das crianças e da vida escolar, com isso o professor precisa se adaptar as mudanças e saber utilizar a gamificação como uma ferramenta complementar nas salas de aula, para que essa ferramenta possa ser aplicada em sala de aula, o professor precisa compreender as motivações e os questionamentos dos alunos para que assim a gamificação e o uso dos jogos tecnológicos e analíticos seja mais bem aproveitados. Desta forma, o artigo tem como objetivo verificar como as estratégias de gamificação e utilização dos jogos em sala de aula aprimoram a aprendizagem dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental.

MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com o objetivo de identificar, analisar e sintetizar publicações que abordam o uso da gamificação como ferramenta pedagógica nos anos iniciais do Ensino fundamental 1. A escolha por esse método visou garantir a abrangência, a confiabilidade e a replicabilidade da pesquisa. A metodologia seguiu um protocolo em três etapas principais, conforme o fluxograma apresentado na Figura 1:

Figura 1 - Fluxograma da RSL.

Fluxograma da revisão sistemática da literatura.



A Figura 1 (Fluxograma) ilustra de forma resumida o processo de seleção, triagem e análise dos estudos que compuseram o corpo da revisão.

Planejamento da Revisão

Foram definidos os critérios de inclusão e exclusão, as palavras-chave e as bases de dados que seriam utilizadas. O recorte temporal considerou publicações dos últimos dez anos (2013–2023), com foco em estudos realizados no Brasil ou que abordassem diretamente a realidade brasileira.

Identificação e Seleção dos Estudos

A busca foi realizada nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Scilit e Periódicos CAPES. Foram utilizadas palavras-chave como: Gamificação, educação, aprendizado, tecnologias, games, jogos analíticos.

No Google Acadêmico foram encontrados 30.300 artigos, periódicos CAPES foram encontrados 1.286 artigos, No SCOPUS foram encontrados 8.775 artigos, e no total foram encontrados 40.361 artigos relacionados ao tema abordado, deste total apenas 31 foram utilizados e são de extrema importância para o desenvolvimento deste artigo.

Extração, Análise e Síntese dos Dados

Os artigos foram avaliados em duas etapas: leitura de títulos e resumos para triagem inicial, seguida pela leitura completa dos textos para confirmação da relevância. Os estudos selecionados foram organizados em um quadro-síntese com os seguintes critérios: autor, ano, objetivos, metodologia e principais resultados. Essa sistematização permitiu comparar abordagens, identificar padrões, contradições e lacunas no campo.

A análise foi conduzida de forma qualitativa, destacando as principais tendências nos achados e a diversidade metodológica utilizada pelos autores. Observou-se, ainda, a predominância de estudos com abordagem qualitativa, embora também tenham sido encontrados modelos estatísticos e análises documentais e discursivas.

Crítérios de Inclusão e Exclusão

Inclusão: artigos publicados entre 2014 e 2024; estudos sobre o uso de tecnologias em sala de aula com foco no uso da gamificação e do seu uso como ferramenta pedagógica por parte dos professores.

Exclusão: artigos duplicados, fora do recorte temporal ou que não tratassem diretamente da temática central; estudos que não apresentavam metodologia definida.

RESULTADOS

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais estudos analisados na Revisão Sistemática da Literatura sobre o uso da gamificação como ferramenta pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental 1, organizando-os conforme seus autores, objetivos, metodologias empregadas e principais resultados. Essa sistematização permitiu visualizar os enfoques diversos adotados nas pesquisas, revelando tanto a complexidade do fenômeno quanto os avanços e limitações das políticas públicas existentes.

Quadro 1 - Resultados da pesquisa dos autores.

Autor/país	Objetivos	Metodologias	Resultados
Lima; (2017); Brasil	Implementar um modelo Gamificado de ensino para auxiliar no desenvolvimento de habilidades utilizadas em sala de aula.	Processo de pesquisa-ação vivenciado em uma escola-campo, com turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio.	Auxiliou no processo de implementação do modelo gamificado na sala de aula para o desenvolvimento de habilidades lógicas que são utilizadas em sala de aula.
Souza; Souza,; (2013); Brasil	Resolver o problema dos docentes para o uso da tecnologia nas escola	Um estudo sistemático e reflexivo de apoio aos professores.	Resolução dos docentes no uso das no uso de ferramentas tecnológicas na educação.
Piedade,, 2014, Portugal	A utilização das tecnologias digitais (TD) nas práticas de gestão escolar e de autoeficácia nas escolas	Uma investigação de cariz descritivo, desenvolvida junto de 133 diretores de escolas e agrupamentos de escolas do ensino público de Portugal.	Os diretores escolares apresentaram scores médios favoráveis de autoeficácia e de utilização das TD nas suas práticas profissionais.
Quinaud; Baldessar; (2017) Brasil	Representar uma possibilidade criativa e interdisciplinar para motivar e engajar os alunos.	Através da revisão da literatura, constatou-se que gamificação na educação	Mostrou aos alunos a possibilidade de uma aprendizagem mais criativa e interdisciplinar, ajudando o estudante no aumento da motivação e no desenvolvimento de habilidades.
Santos Costa; . Zeni Marchiori; (2015); Brasil	Aplicar um modelo de gamificação destacando os diferentes elementos de jogos, e apresentar um potencial de combinações de aprendizagem.	Além da pesquisa bibliográfica exploraram-se técnicas da Teoria Fundamentada nos Dados (Grounded Theory) para coleta, preparação e análise de dados.	Aplicou um modelo de gamificação que estimulava diferentes elementos e habilidades cognitivas aos estudantes, desta forma engajando no processo de ensino/aprendizagem do aluno.

Autor/país	Objetivos	Metodologias	Resultados
Goulart Braga; Oregon, M.A.; Rosane de Fátima, 2015, Brasil.	Identificar e analisar as principais etapas para uma estratégia de aplicação da gamificação em ambientes E-learning e M-learning	Na identificação e análise das principais etapas para a aplicação da gamificação	Identificou uma nova aplicação de uma estratégia gamificada em ambientes de aprendizagem virtuais.
Pereira da Silva, Wellington, 2020, Brasil	Analisar como os professores incorporam a gamificação como estratégia de elaboração de seus planos de aula.	De caráter qualitativo, utilizou como abordagem o estudo de caso sobre a incorporação da gamificação como estratégia didática, com a intencionalidade de investigar como os professores da educação básica usam a tecnologia.	Analisou que os professores incorporam a gamificação como uma estratégia para a elaboração em sala de aula, para que as aulas fiquem mais atrativas e interessantes.
Alessandra Barboza Barros Almeida,	Implementar uma plataforma, ao integrar elementos lúdicos e design de quizzes ao processo de aprendizado.	Uma abordagem qualitativa e descritiva, com foco no uso da plataforma Kahoot! no ensino fundamental I.	Implementou os elementos lúdicos, como quizzes, ao processo de aprendizagem dos alunos.
Monique Bolonha das Neves Meroto, 2024, Brasil	Avaliar o impacto da gamificação no aprendizado dos alunos em escolas..	Uma pesquisa qualitativa de levantamento bibliográfico, explora a gamificação no aprendizado.	Avaliou o impacto da gamificação como uma ferramenta pedagógica inovadora no contexto educacional contemporâneo.
Souza; Cirilo; Silva; Moraes Ricci; Rodrigues, 2020, Brasil	Investigar a importância das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) como ferramenta pedagógica no processo ensino aprendizagem.	Realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico, baseada em renomados autores no assunto.	Investigou a importância para a prática docente com o auxílio das TIC, possibilitando ao professor trabalhar com diversos tipos de ferramentas e aplicativos tecnológicos.
Antunes, Eduardo Santos Junqueira Rodrigues, 2020, Brasil	Descrever as relações dos campos envolvidos na construção do conhecimento de alto impacto sobre games na educação	De pesquisas teóricas, e principalmente empíricas, que tentam compreender, para além do game como entretenimento, sua inter-relação com a educação.	Descreveu as relações entre a construção do conhecimento e o uso, e o impacto dos jogos no ambiente escolar.
Tolomel, B. V. A; (2017); Brasil	Demonstrar que os elementos da gamificação aplicados em atividades de aprendizagem podem proporcionar o aumento do engajamento e da motivação em atividades educacionais.	Trabalhos de cunho bibliográfico e exemplos de experiências reais que exploram o tema e que fazem uma análise crítica pertinente ao assunto.	Aplicou a gamificação em atividades de aprimoramento de aprendizagem, desta forma aumentando o engajamento dos alunos no ensino aprendizagem na sala de aula.

Autor/país	Objetivos	Metodologias	Resultados
TODA, A.; SILVA, A.; ISO-TANI, S.; (2017) Brasil.	Aplicar a gamificação no contexto educacional, explorando os desafios do planejamento e implementação dessa abordagem.	Uma análise de estudos secundários (revisões sistemáticas e da literatura), visando a identificação destes problemas referentes às fases de implantação da gamificação.	Aplicou a gamificação no ambiente escolar, para assim ser usada como objeto de exploração educacional. Mostrando também os desafios da implementação da abordagem.
Klock, a.; Farias de Carvalho, m.; rosa, b.; Gasparini, l.; (2014); Brasil	Investigar as técnicas de gamificação existentes e analisar quais técnicas são utilizadas nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem.	O cadastro nos ambientes, passando pela inspeção por todas as áreas do ambiente, sendo estas gerais ou de um curso cadastrado.	Investigou as novas técnicas de gamificação existentes em ambiente escolar e quais podem ser utilizadas da melhor forma em ambientes virtuais de aprendizagem(AVA)
Schlemmer, E., (2014), Brasil	Compreender e discutir a relação design-cognição na docência, num contexto de configuração de Espaços de Convivência Híbridos e Multimodais, na perspectiva da Gamificação.	A pesquisa, de natureza exploratória e abordagem qualitativa, usa como metodologia Design Research e cartografia.	Compreendeu a relação do design-cognição na docência como configuração de aprendizagem de espaços de convivência híbridos
Plmentel, F. S. C. Nunes, A. K. F. Sales Júnior, V. B. D., 2020, Brasil	Analisar como a formação docente utilizando a estratégia da gamificação possibilita a compreensão do fazer docente.	Uma investigação empírica, de cunho qualitativa e na perspectiva da intervenção pedagógica	Analisou a formação docente com a gamificação como estratégia de compreensão do ensino e formação dos docentes.
Fardo, M. L.; (2013); Brasil	Oferecer um conceito para o fenômeno da gamificação, que vem ganhando visibilidade de por sua capacidade de criar experiências significativas.	O estudo utiliza uma abordagem baseada em pesquisa bibliográfica e análise qualitativa, explorando diferentes referenciais teóricos sobre gamificação na educação.	O oferecimento de um conceito para a gamificação e a sua visibilidade por sua capacidade de criar experiências
De Avila Dos Santos, J.; Freitas. ;(2017); Brasil	Aplicar o não-jogo na área da educação tornando-se uma área com elevado potencial de aproveitamento.	Um mapeamento sistemático da literatura, analisando artigos que abordaram a gamificação aplicada à educação.	Aplicou o não-jogo na área da educação e melhorou a compreensão das dificuldades em sala de aula e de promover o engajamento e a motivação dos alunos.
Peixotol; Araújo, (2012); Brasil.	Analisar os fundamentos do discurso predominante sobre as relações entre as tecnologias e a educação, tomando um estado da arte sobre os usos do computador na educação escolar, no período de 1997 a 2007 no Brasil.	A análise destes trabalhos conduz à reflexão que busca apoio teórico em um descolamento dos discursos habituais sobre o uso das tecnologias em educação	Analisou os fundamentos do discurso entre tecnologia e educação, e analisou o uso dos computadores nas escolas nos anos de 1997 a 2007.

Autor/país	Objetivos	Metodologias	Resultados
Rubin; Machado; (2019), Brasil.	Conhecer as implicações que a noção de inovação, manifestada no uso das tecnologias digitais na educação, produzem na aprendizagem	Uma pesquisa documental, pautada na teorização dos estudos foucaultianos e que terá como ferramentas analíticas os conceitos de discurso.	Conhecer as noções de inovação e o uso das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem nas escolas.
BRUZI (2016), Brasil.	Apresentar um percurso histórico contemplando a evolução da tecnologia disponível a educação desde os idos de 1850 até os dias atuais.	A metodologia usada neste artigo foi uma pesquisa bibliográfica, e quantitativa.	A apresentação de um percurso com a evolução da tecnologia que está disponível na educação e apontando, de forma evidente, o caminho evolutivo das tecnologias.
Conte; Martini, (2015); Brasil.	Investigar as questões da área de tecnologias na educação, como um modelo de formação para a prevenção da incorporação das tecnologias na educação.	O estudo revisa concepções para reconhecer a pluralidade e a objetividade que têm alicerçado as práticas pedagógicas	Investigou os elementos tecnológicos empregados na educação como modelo de formação sensível de ensino-aprendizagem.
AXT, M, 2008, Brasil	Criar deslocamentos de sentido em termos de paradigma, de modo a remeter o leitor às idéias de complexidade, interdependência, auto-organização, autocriação.	A metodologia usada neste artigo foi uma pesquisa bibliográfica, e quantitativa.	Criou uma concepção do uso da tecnologia na educação, como modo de remeter as ideias de complexidade do ensino com a tecnologia.
Falcão; Mill, Daniel.; (2019); Brasil.	Identificar seus conhecimentos sobre tais tecnologias e sobre a necessidade de utilizar a tecnologia na educação.	O artigo foi desenvolvido no método de pesquisa e no estudo bibliográfico.	Identificou os conhecimentos específicos das tecnologias e a sua necessidade de utilização na educação.
Pereira; Bispo; (2024); Brasil.	Analisar as concepções de professores de Geografia no município de São Lourenço da Mata – PE, sobre os jogos didáticos e o ensino-aprendizagem.	Uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, fomentada por pesquisa bibliográfica e complementada com um questionário aplicado aos professores do ensino fundamental do município de São Lourenço da Mata - PE.	Analisou a concepção dos professores de Geografia sobre o uso de jogos didáticos e com foco no ensino e aprendizagem dos alunos.
Chinaglia; (2023) Brasil.	Criar um novo modelo de material didático as teorias de letramentos, gamificação e Aprendizagem baseada em jogos para a aplicação em sala de aula.	Foi usado a pesquisa-ação e os seguintes instrumentos de geração de dados: questionário, videogravação das aulas, captura de imagens no computador, diário de pesquisa e entrevistas.	A criação de um novo modelo de material didático e sobre o uso da gamificação como teoria de letramento e sua aplicação na sala de aula.

Autor/país	Objetivos	Metodologias	Resultados
Antunes; Rodrigues, (2022), Brasil.	Analisar a produção científica de alto impacto relacionada aos games na educação.	São frutos de pesquisas teóricas, e principalmente empíricas, que tentam compreender, para além do game como entretenimento, sua inter-relação com a educação.	Analizou o impacto do uso dos videogames nos ambientes educacionais e com o foco na sua interdisciplinaridade.
Rodrigues,. Soares. Lopes, Oliveira, Lopes, 2021, Portugal.	Usar ferramentas digitais é uma realidade no cotidiano de grande parte da população mundial, seja no trabalho ou na vida social.	Uma metodologia qualitativa, foram realizadas sete entrevistas com diferentes empresas a atuar no setor dos serviços, localizadas em Portugal.	A utilização de ferramentas digitais no cotidiano da população mundial e em relação a ferramenta metodologia nas escolas.
Pimentel, Nunes; Sales Junior, 2020, Brasil	Analisar como a formação docente utilizando a estratégia da gamificação possibilita a compreensão do fazer docente.	O artigo tem metodologia de uma investigação empírica, de cunho qualitativa e na perspectiva da intervenção pedagógica	Analizou a indicação da gamificação como ferramenta de compreensão do docente em sala de aula.
Ferreira; Silva Pinto; 2021, Brasil	Apresentar uma metodologia educacional utilizando as premissas da aprendizagem criativa e uso de Jogos Digitais Educacionais.	O artigo possui metodologia quantitativa e pesquisa-ação, a participação de uma escola particular do Distrito Federal.	Apresentou uma metodologia ativa com a utilização de jogos digitais educacionais, como foco no desenvolvimento de habilidades
Ichiba, Bonzanini, 2022, Brasil.	Apresentar um jogo didático digital, voltado à Educação Infantil, com o tema vermicompostagem, discutindo os limites e possibilidades de uso à promoção da Educação Ambiental.	O material é produto de uma dissertação de mestrado profissional em Ensino de Ciências Ambientais, produzido no decorrer dos anos de 2020/2021	Apresentou um jogo didático digital, discutindo assim as possibilidades do uso de jogos digitais na educação ambiental.

A análise cronológica dos estudos revela uma evolução no interesse pelo tema da gamificação educacional. Os primeiros estudos remontam a 2008, com Axt, e ganham consistência a partir de 2013. Observa-se um aumento expressivo na produção científica nos anos mais recentes, sobretudo entre 2019 e 2024, o que reflete o amadurecimento do campo e sua relevância crescente no cenário educacional contemporâneo. Em relação à distribuição geográfica, há predominância absoluta de autores brasileiros. Apenas alguns estudos são provenientes de Portugal, como os de Piedade (2014) e Rodrigues *et al.* (2021), o que confirma o foco da revisão na realidade educacional brasileira, conforme os critérios de inclusão da pesquisa.

A maioria dos trabalhos tem como autores pesquisadores vinculados a instituições brasileiras, embora haja colaborações e produções internacionais

relevantes, como nos Estados Unidos, e Espanha o que permite uma visão mais ampla do fenômeno que vem se destacando no território brasileiro.

A separação de trabalhos para a elaboração deste tem como foco o uso das tecnologias e dos jogos, digitais e analíticos, diretamente na educação brasileira e como a modernidade tecnológica pode fazer parte do processo de ensino e aprendizagem dos alunos em sala de aula. Os objetivos mais frequentes envolvem a aplicação da gamificação como estratégia didática (LIMA, 2017; SILVA, 2020; PEREIRA DA SILVA, 2020), a promoção do engajamento e da motivação (TOLOMEI, 2017; QUINAUD & BALDESSAR, 2017; MEROTO, 2024), o uso de plataformas digitais como ferramentas lúdicas (ALMEIDA, 2023), e a formação docente (PIMENTEL *et al.*, 2020; FERREIRA & SILVA PINTO, 2021). Alguns autores ampliam o foco, tratando de aspectos de gestão escolar (PIEADADE, 2014) ou do impacto de games na construção do conhecimento (ANTUNES & RODRIGUES, 2020). Os objetivos, de forma geral, são complementares e articulam práticas, reflexões e intervenções pedagógicas baseadas em tecnologias educacionais. Busarello (2014), Arnaldo Niskier (2014), Kapp (2013) definem com gamificação como o uso de jogos em experiências de situação problema onde incentivam e motivam o aluno de maneira externa, para que assim os alunos desenvolvam habilidades lúdicas e de criatividade dentro da sala de aula, tornando assim o aprendizado leve e divertido para o docente e para o aluno em questão.

Grande parte dos estudos utiliza abordagens qualitativas, como pesquisa-ação (LIMA, 2017; CHINAGLIA, 2023; FERREIRA & SILVA PINTO, 2021), estudos de caso (PEREIRA DA SILVA, 2020) e investigação empírica com base qualitativa (Pimentel *et al.*, 2020). Também são significativas as revisões sistemáticas e de literatura (TODA *et al.*, 2017; DE AVILA DOS SANTOS & FREITAS, 2017). Pesquisas com métodos mistos são raras, sendo um exemplo o estudo exploratório com abordagem quali-quantitativa de Pereira e Bispo (2024). Há ainda estudos descritivos com base em questionários (PIEADADE, 2014) e análise de ambientes virtuais (KLOCK *et al.*, 2014). Observa-se que estudos qualitativos tendem a relatar experiências positivas, enquanto as revisões indicam desafios estruturais e teóricos para a implementação da gamificação.

Jasper Juul (2011) e Busarello (2018) mostram que o uso da gamificação no processo de aprendizagem do indivíduo podem potencializar habilidades cognitivas e a maneira como absorvem os conhecimentos de maneira mais

lúdica e em curtos períodos de tempo, mostrando também que através do jogo o aluno se sente motivado para enfrentar e superar os desafios propostos pelos docentes que usam a gamificação em sala de aula.

Com tudo, para Azevedo (2014) o professor precisa aprender a usar a tecnologia e os jogos em sala de aula de maneira ética e com os devidos fins educativos precisam estar aptos para utilizá-los com sabedoria e com prudência, fazendo com que a gamificação seja usada para o processo de ensino-aprendizagem. E a escola como papel ativo e participativos neste processo precisa se apresentar a disposição dos docentes para auxiliá-los na utilização deste material gamificado.

Para Alves (2014) e McGonigal (2011) para que o uso dos jogos e das tecnologias em sala de aula possuem um valor de aprendizagem para o aluno, é papel do professor agir de maneira ética para que os jogos não sejam confundidos com momentos de lazer, mas que sejam entendidos como ferramentas uteis em seus devidos processos de aprendizagem e de ensino.

Para Brull e Finlayson, (2016), a gamificação permite que os alunos participem e criem de forma colaborativa uma comunidade de aprendizagem, desfrutando da liberdade de experimentar e falhar em um ambiente controlado.

Já para Gee (2013), a vivência que os alunos possuem com a presença dos jogos em sala de aula como ferramenta pedagógica e de avaliação para o professor permite que ela aprenda através de vivências e de imersão de um mundo simulado, desta forma o professor consegue entender melhor o processo de pensamento lógico do aluno e como ele pode aprender da sua própria maneira. Para que depois consiga aplicar esses conhecimentos de maneira prática saindo do ensino tradicional. Com a gamificação a maneira como o professor avalia a sua turma se torna cada vez mais dinâmica e interativa, fazendo com que o processo de avaliação seja de maneira interativa e imersiva para com os alunos que estão sendo expostos a atividade.

As conclusões são convergentes em apontar que a gamificação aumenta a participação, o engajamento e a aprendizagem dos alunos (QUINAUD & BALDESSAR, 2017; TOLOMEI, 2017; ALMEIDA, 2023). Professores identificam nos jogos digitais uma estratégia eficaz de ensino (SILVA, 2020; PEREIRA & BISPO, 2024), enquanto diretores relatam uso satisfatório das tecnologias (PIEDADE, 2014). Estudos como os de Toda *et al.* (2017) e Antunes & Rodrigues (2022), no

entanto, apontam para os desafios da implantação da gamificação, especialmente no que se refere ao planejamento pedagógico e à resistência institucional.

Há consenso entre os autores quanto ao potencial da gamificação como ferramenta pedagógica, desde que seja utilizada de forma planejada e contextualizada (LIMA, 2017; SILVA, 2020; MEROTO, 2024). Os estudos de Pimentel *et al.* (2020) e Ferreira & Silva Pinto (2021) reforçam que a formação docente é essencial para o uso efetivo da gamificação, corroborando com Souza *et al.* (2020), que destacam a importância das TICs no processo de ensino-aprendizagem. Os trabalhos de Braga *et al.* (2015) e Almeida (2023) mostram que ambientes digitais gamificados como Kahoot têm efeito direto na motivação dos alunos.

Apesar da maioria dos estudos apontar impactos positivos, algumas divergências surgem quanto à viabilidade e aos desafios da aplicação prática. Toda *et al.* (2017) e Rodrigues *et al.* (2021) destacam problemas estruturais e dificuldades na adesão por parte das instituições e docentes. Já Schlemmer (2014) e Axt (2008) abordam o tema por uma perspectiva teórica mais complexa, discutindo a cognição e o design em ambientes híbridos, o que os distancia de abordagens mais aplicadas como as de Almeida (2023) e Chinaglia (2023). As diferenças podem ser atribuídas ao contexto (educação básica x gestão escolar) e ao método adotado.

A revisão revela uma lacuna em estudos voltados à educação inclusiva, populações vulneráveis ou contextos rurais. Também são raras as investigações de longo prazo ou com amostragens representativas em larga escala. Outra carência está na avaliação do impacto da gamificação sobre indicadores formais de aprendizagem, como notas ou desempenho em avaliações externas.

Os estudos mais recentes evidenciam o uso de plataformas digitais (ALMEIDA, 2023), a integração com metodologias ativas e criativas (FERREIRA & SILVA PINTO, 2021), e o desenvolvimento de novos materiais didáticos (CHINAGLIA, 2023). A formação docente voltada à cultura digital (PIMENTEL *et al.*, 2020) e a análise das relações entre games e conhecimento interdisciplinar (ANTUNES & RODRIGUES, 2020) também ganham destaque, mostrando um amadurecimento da área.

Três grandes contribuições emergem da literatura analisada: (1) a gamificação aumenta o engajamento e o interesse dos alunos (QUINAUD & BALDESAR, 2017; TOLOMEI, 2017; MEROTO, 2024); (2) a capacitação dos professores

é decisiva para a eficácia da prática (PIMENTEL *et al.*, 2020; SILVA, 2020); (3) as tecnologias, quando bem integradas ao currículo, contribuem para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais (FERREIRA & SILVA PINTO, 2021; KLOCK *et al.*, 2014).

As lacunas identificadas indicam caminhos para novas investigações: estudos em contextos de vulnerabilidade social, com metodologias experimentais, maior diversidade amostral e análises quantitativas robustas. Também é recomendada a ampliação do uso de métodos mistos para cruzar dados empíricos com interpretações qualitativas, como propõem Chinaglia (2023) e Pereira & Bispo (2024).

CONCLUSÃO

A atual pesquisa mostrou que o uso da gamificação em sala de aula para que seja aplicada de maneira correta e que seja aproveitada por todos que estão envolvidos, precisa ser usada com sabedoria e com ética por parte dos docentes e também ser aplicada a partir de regras e de um ambiente controlado. A escola, por sua vez, precisa ter papel ativo e participativo neste processo e ser e oferecer o apoio que seja necessário ao professor.

No Brasil a gamificação ainda está sendo implementada e estudada como uma ferramenta pedagógica, a modernidade e a tecnologia está aos poucos sendo utilizadas pelos meios educacionais e desta forma se tornando útil e prestativa para os docentes e aos alunos.

A gamificação, implementada de maneira correta nas escolas, auxilia no desenvolvimento do senso crítico, no aprimoramento da visão de mundo e na facilidade do ensino e aprendizagem dos alunos que estão contextualizados na escola em questão.

Agradecimentos

A FACLEPP- Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação de Presidente Prudente-SP, Unoeste *Campus* de Presidente Prudente -SP pelo apoio financeiro e incentivo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. B. B.; POLIZELLO, Ângela A. de A.; COSTA, J. W. M.; GOMES, L. F.; MELO, M. C. R. C.; MEROTO, M. B. das N.; NARCISO, R.; SANTOS, S. M. A. V. Gamificação com o uso do kahoot! - utilização de quizzes em sala de aula no ensino fundamental I. **Revista Foco**, [S. l.], v. 16, n. 11, p. e3782, 2023.
- ANTUNES, J.; RODRIGUES, E. S. J.. Análise do desenvolvimento temático dos estudos sobre games na educação. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e240020, 2022.
- ANTUNES, J.; RODRIGUES, E. S. J.. Análise do desenvolvimento temático dos estudos sobre games na educação. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e240020, 2022.
- AXT, M. Tecnologia Na Educação, Tecnologia Para A Educação: Um Texto Em Construção. **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, 2000. DOI: 10.22456/1982-1654.6392.
- BRAGA, Marta Cristina Goulart; OBREGON, Rosane de Fátima Antunes. Gamificação: estratégia para processos de aprendizagem. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 1-9, 2015.
- BRULL, Stacey; FINLAYSON, Susan. Importance of Gamification in Increasing Learning. **The Journal of Continuing Education in Nursing**, Madrid, v. 47, n. 8, p. 372-375, 2016. Disponível em: <http://www.healio.com/doiresolver?doi=10.3928/00220124-20160715-09> Acesso em: 16 mai. 2025
- CAROLINA TOMÉ KLOCK, A.; FARIAS DE CARVALHO, M.; EDUARDO ROSA, B.; GASPARINI, I. Análise das técnicas de Gamificação em Ambientes Virtuais de Aprendizagem. **Renote**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, 2014. DOI: 10.22456/1679-1916.53496.
- CHINAGLIA, J. V.. O Percurso Gamer Como Novo Modelo De Material Didático Para O Ensino De Escrita. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 62, n. 1, p. 74-89, jan. 2023.
- CONTE, E.; MARTINI, R. M. F.. As Tecnologias na Educação: uma questão somente técnica?. **Educação & Realidade**, v. 40, n. 4, p. 1191-1207, out. 2015.
- COSTA, Amanda Cristina Santos; MARCHIORI, Patrícia Zeni. Gamificação, elementos de jogos e estratégia: uma matriz de referência. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 6, n. 2, p. 44-65, 2015.
- DE AVILA DOS SANTOS, J.; LUIS CASTRO DE FREITAS, A. Gamificação Aplicada a Educação: Um Mapeamento Sistemático da Literatura. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2017. DOI: 10.22456/1679-1916.75127.
- DE FREITAS, S. (2006). Learning in immersive worlds: A review of game-based learning. **JISC e-Learning Programme**, v. 3, p 1-73.
- FALCÃO, Patricia Mirella de Paulo; MILL, Daniel. O Docente Em Formação E O Docente Formador: Uma Visão Sobre A Tecnologia Digital Na Grade Curricular. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S. l.], v. 14, n. 2s1, p. 745-771, 2019.
- FARDO, M. L. A Gamificação Aplicada Em Ambientes De Aprendizagem. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 2013. DOI: 10.22456/1679-1916.41629.

FERREIRA GUARDA, G.; CRESPO COELHO DA SILVA PINTO, S. O uso dos jogos digitais educacionais no processo no ensino-aprendizagem com ênfase nas habilidades do pensamento computacional: experiências no ensino fundamental. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 1–35, 2021. DOI: 10.21713/rbpg.v17i37.1750.

FRANÇA, A. S. **Game, Web 2.0 e mundos virtuais em educação** [recurso eletrônico]. São Paulo, SP: Cengage, 2016

GEE, J. P. (2003). What video games have to teach us about learning and literacy New York: **Palgrave Macmillan**, 2014. [e-book].

ICHIBA, R. B.; BONZANINI, T. K.. Aprendendo vermicompostagem: o uso de jogos digitais na educação infantil. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 28, p. e22031, 2022.

LARA, Isabel Cristina Machado. Jogando com a matemática. São Paulo: Rêspel, 2005. p. 13-30.

LIMA, Yvonne Costa Carvalho de Araujo. Gamificação na Educação Básica: a construção de um modelo. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LUDOSPRO. 4 Maneiras para aplicar a gamificação na educação infantil. 2021. Disponível em: <https://www.ludospro.com.br/blog/gamificacao-na-educacao-infantil>. Acesso em: 20 fev. 2023

MACIEL TODA, A.; PEDRO DA SILVA, A.; ISOTANI, S. Desafios para o Planejamento e Implantação da Gamificação no Contexto Educacional. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 2017. DOI: 10.22456/1679-1916.79263.

MEROTO, Monique Bolonha das Neves *et al.* Jogando para aprender: como a gamificação está mudando a educação. **Revista Foco**, Curitiba, v. 17, n. 1, p. 1–18, 2024.

PEIXOTO, J.; ARAÚJO, C. H. DOS S.. Tecnologia e educação: algumas considerações sobre o discurso pedagógico contemporâneo. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 253–268, jan. 2012.

PEREIRA, J. G.; BISPO, C. DE O.. Jogos didáticos e o ensino-aprendizagem: concepções de professores de Geografia no município de São Lourenço da Mata – PE. **Geopauta**, v. 8, p. e14287, 2024.

Piedade, J., & Pedro, N. (2014). Tecnologias digitais na gestão escolar: Práticas, proficiência e necessidades de formação dos diretores escolares em Portugal. **Revista Portuguesa de Educação**, 27(2), 109-133.

PIMENTEL, F. S. C.; NUNES, A. K. F.; SALES JÚNIOR, V. B. D.. Formação de professores na cultura digital por meio da gamificação. **Educar em Revista**, v. 36, p. e76125, 2020.

QUINAUD, Landim Adriana. A educação no século XXI: gamificação aprendizagem com criatividade. **Revista Temática**. Periódicos UFPB, v. 20 n. 3 (2024): março. Exemplar n.11. p.217

RAMOS, Elaine Goncalves; LEÃO, Gabriel Augustus de Aquino Dias; SCHNEIDER, Henrique Nou. Gamificação na educação: desafio e ludicidade com os jogos digitais. *Anais Educon*, v. 14, n. 8, p. 2-15, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13730/12/11>. Acesso em: 21 fev. 2023

RODRIGUES, I. M. F. M. *et al.*. Gamification As A New Trend In The Co-Creation Process. *RAM*. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 22, n. 4, p. e RAMR210132, 2021.

RUZZI, D. G. Uso da tecnologia na educação, da história à realidade atual. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 475–483, 2016. DOI: 10.5216/rp.v27i1.42325.

SANTOS, Vanice dos. *Ágora Digital: o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente virtual de aprendizagem*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SCHLEMMER, E. Gamificação Em Espaços De Convivência Híbridos E Multimodais: Design E Cognição Em Discussão. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 23, n. 42, p. 73–89, 2014. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2014.v23.n42.p73-89.

SILVA, Josimeire da; SANTOS, Luciana. A importância das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) como ferramenta pedagógica na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 1–14, 2021.

SILVA, Wellington Pereira da. A gamificação como estratégia didática de professores na educação básica. 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SILVA, J. B. da; SALES, G. L; CASTRO, J. B. de. Gamificação de uma sequência didática como estratégia para motivar a atitude potencialmente significativa dos alunos no ensino de óptica geométrica. *Anais dos Workshops do VII Congresso Brasileiro de Informática na Educação*, 2018.

SOUZA, Isabel Maria Amorim de; SOUZA, Luciana Virgília Amorim de. O Uso Da Tecnologia Como Facilitadora Da Aprendizagem Do Aluno Na Escola. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana-SE, 2013.

TOLOMEI, B. V. A Gamificação como Estratégia de Engajamento e Motivação na Educação. **EaD em Foco**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2017. DOI: 10.18264/eadf.v7i2.440.

OS DESAFIOS DA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TOD NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Susy Darlyn de Lima Santos Silva
Universidade do Oeste Paulista (Unoeste)

Alba Regina Azevedo Arana
Universidade do Oeste Paulista (Unoeste)

Janiele de Souza Santos Uchelli
Universidade do Oeste Paulista (Unoeste)

RESUMO

Objetivo investigar estratégias pedagógicas eficazes para enfrentar os desafios de aprendizagem de alunos com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) no Ensino Fundamental I. Para isso, nos **Métodos**, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, selecionando 21 artigos de um universo inicial de 35.577. **Resultados**, a pesquisa revelou uma evolução temporal na abordagem do TOD na educação, partindo do diagnóstico para práticas pedagógicas e mediação comportamental, com destaque para estratégias ativas, socioemocionais, lúdicas e participativas, além da importância da formação docente, suporte multidisciplinar e colaboração escola-família; identificou-se, ainda, a necessidade de personalização de estratégias, intervenções de longo prazo e modelos eficazes de formação continuada para educadores. Em **Conclusão**, uso de estratégia para os desafios de aprendizagem do aluno com TOD exige um esforço, com investimento em capacitação de professores, adaptação do ambiente escolar e implementação de estratégias inclusivas que respeitem a neurodiversidade, promovendo o direito à aprendizagem.

Palavras-chave: transtorno opositivo desafiador; ensino fundamental; inclusão escolar; estratégias pedagógicas; desafios da aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O TOD (Transtorno Opositivo Desafiador) é uma distância de conduta marcada por padrões persistentes de desobediência e comportamento negativista, que impactam diretamente na aprendizagem e na confiança do aluno na escola (Galdini, 2023). Entender como o ambiente escolar pode acolher e promover a inclusão dos alunos, considerando não apenas os aspectos cognitivos, mas também suas necessidades socio emocionais, é fundamental.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de ampliar o conhecimento dos professores sobre a transição e pela formação insuficiente que eles possuem para atuar efetivamente com este público no ambiente escolar (Ferreira, 2022). De acordo com Mendes (2022), muitos educadores ainda enfrentam grandes dificuldades ao trabalhar com alunos com TOD, seja pela falta de preparo, seja pela ausência de suporte pedagógico e emocional.

A relevância da pesquisa se sustenta no reconhecimento de que o processo educativo precisa ser inclusivo e adaptado à diversidade dos alunos. Fernandes (2023) ressalta que a colaboração entre escola e família é indispensável para que o aluno com TOD obtenha avanços significativos em seu processo de ensino-aprendizagem, Carvalho *et al.* (2021), ao utilizar os pressupostos de Paulo Freire, defendem uma abordagem pedagógica dialógica, acolhedora e libertadora, capaz de transformar realidades e favorecer a inclusão.

O trabalho tem como questionamento: quais estratégias pedagógicas podem ser adotadas pelos educadores do Ensino Fundamental I para superar os desafios de aprendizagem de alunos com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD)? São vários os desafios enfrentados pelos docentes na aprendizagem de alunos com Transtorno Opositivo Desafiador tais como: examinar práticas inclusivas, o uso de rotinas organizadas, incentivos positivos e abordagens pedagógicas interativas, além de debater a importância da família, da equipe escolar e de outros especialistas no suporte ao desenvolvimento educacional (Lobo; Mamedes, 2020; Utzig, 2022; Manso; Farias, 2024; Ribeiro *et al.*, 2024).

Dessa forma, o objetivo do artigo é investigar, as estratégias pedagógicas mais eficazes para enfrentar os desafios de aprendizagem de alunos diagnosticados com TOD no Ensino Fundamental I. Por meio desta pesquisa, pretende-se contribuir com a prática pedagógica inclusiva, fortalecendo ações que garantam

o direito à aprendizagem e respeitem a singularidade dos alunos, especialmente daqueles que enfrentam comportamentos desafiadores em sala de aula.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) é caracterizado por um padrão persistente de comportamento negativista, desafiador e desobediente, com a frequência direcionado a figuras de autoridade, como professores e gestores escolares. No ambiente escolar, algumas dessas atitudes interfere diretamente no processo de ensino e aprendizagem, especialmente nos primeiros anos da vida escolar. Para Ribeiro *et al.* (2024), o essencial é pensar em práticas educativas inclusivas, identificando os fatores impactam o desempenho acadêmico e o desenvolvimento das crianças (Ribeiro *et al.*, 2024,p.3).

A inclusão de alunos com TOD representa um desafio que exige preparo pedagógico, estrutura institucional e comprometimento coletivo. Sgarretta-Cardoso, Alencar e Yaegashi (2023) ressaltam que a escola precisa rever suas práticas para garantir a inserção desses estudantes, promovendo adaptações pedagógicas, suporte emocional e acompanhamento contínuo. Segundo as autoras, a resistência institucional e a falta de políticas claras contribuem para a manutenção de ambientes escolares excludentes. Dentre as dificuldades apontadas pelos educadores está a falta de formação específica para lidar com comportamentos disruptivos. Ao analisar a prática docente com estudantes que apresentam Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD), constatou-se que muitos educadores não se consideram capacitados para atuar de maneira eficiente, prejudicando a formação de relações positivas e a implementação de métodos pedagógicos adequados. Essa realidade evidencia a demanda imediata por formação especializada e suporte aos professores (Galdini, 2024).

A proposta de uma prática pedagógica sensível e transformadora também aparece como uma possibilidade de enfrentamento dos desafios impostos pelo TOD. Monteiro e Melo (2018) defendem a valorização do trabalho lúdico como recurso pedagógico eficiente para a inclusão. Esses autores observam com o uso de jogos, histórias e brincadeiras potencializa o engajamento dos alunos e está contribuído com a melhoria das relações interpessoais, diminuindo os episódios de conflito em sala de aula.

Nesse mesmo sentido, Utzig (2022) destaca que ações colaborativas, reforço positivo e adaptação do ambiente de aprendizagem são estratégias promissoras para estimular o comportamento cooperativo dos alunos com TOD. Segundo a autora, essas práticas fortalecem a interação social e permitem que os estudantes participem de dinâmicas escolares, respeitando seus limites e potencialidades.

O uso de jogos pedagógicos como estratégia de mediação também é enfatizado por Maciel e França (2020), que apontam o brincar como uma ferramenta terapêutica e didática. As autoras observam que atividades lúdicas em grupo favorecem o desenvolvimento da autoestima, que ajuda a promover maior interação entre os colegas e contribuem para a construção de uma rotina escolar mais agradável e produtiva para crianças com comportamentos desafiadores.

Para a formação desses docentes um dos pontos centrais para o sucesso da inclusão escolar de alunos com TOD. Mendes (2022), por meio de entrevistas com professores, demonstrou que a ausência de preparo técnico e emocional acarreta insegurança e limita a atuação dos educadores. O autor fala bastante da importância do desenvolver de competências socioemocionais além do conhecimento teórico para ajudar os professores a enfrentar os desafios comportamentais na prática.

Alguns elementos decisivos para o desenvolvimento dos alunos é o envolvimento da família no processo educativo. Fernandes (2023) afirma que a relação entre escola e família amplia as chances de sucesso da criança com TOD, tanto na acadêmica quanto na sociedade. A autora ressalta a importância da comunicação constante entre professores e responsáveis para alinhar estratégias de intervenção e fortalecer o apoio prestado aos alunos. Segundo Launé, Rodrigues e Ottoni (2025), a inclusão de estudantes com Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD) precisa ser abordada de forma integral, considerando ações governamentais, capacitação permanente dos educadores e a participação ativa de todos os membros da escola. Os autores destacam que ações integradas podem garantir acesso, permanência e sucesso dos alunos no ambiente escolar, respeitando sua neurodiversidade e particularidades.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura (RSL) com base em estudos acadêmicos que abordam os comportamentos desafiadores dos alunos

com TOD e as práticas pedagógicas recomendadas para mitigar esses desafios no ambiente escolar.

A pergunta de pesquisa foi: Quais estratégias pedagógicas podem ser adotadas pelos educadores do Ensino Fundamental I para superar os desafios de aprendizagem de alunos com Transtorno Opositor Desafiador (TOD)? A pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa. Para garantir a relevância e qualidade dos artigos selecionados, foram aplicados os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

CrITÉRIOS de Inclusão: Artigos publicados nos últimos dez anos, de 2015 a 2025 (para garantir que as informações contidas nos artigos selecionados sejam atualizadas e relevantes), publicações em português, que abordem o Transtorno Opositivo Desafiador no contexto escolar, apresentando estratégias pedagógicas para alunos com TOD. Foram incluídas publicações de revisão de leitura, pesquisas de campo e análises combinadas de estudos, com foco na inclusão escolar e nas práticas pedagógicas para TOD.

CrITÉRIOS de Exclusão: Artigos com metodologias pouco descritas ou que não apresentem análise detalhada das estratégias pedagógicas, assim como artigos que tratem apenas do TOD sob uma perspectiva clínica, sem conexão com o ambiente escolar. Trabalhos fora do recorte temporal ou que não possuam texto completo também foram excluídos.

A busca foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico e Periódicos CAPES, utilizando as seguintes palavras-chave: “Transtorno Opositivo Desafiador” AND “Ensino Fundamental”; “Transtorno Opositivo Desafiador” AND “Inclusão Escolar”; “Transtorno Opositivo Desafiador” AND “Estratégias Pedagógicas”; “Desafios da Aprendizagem em Crianças com TOD”. A busca foi refinada usando operadores booleanos (AND, OR) para obter resultados mais precisos.

A triagem dos artigos foi realizada em três fases, com o objetivo de garantir que os estudos selecionados atendam aos critérios de relevância e qualidade:

A primeira fase foi a leitura dos títulos e resumos onde foram excluídos os artigos que não atendem ao critério de relevância para a pesquisa. Essa fase visa eliminar publicações que não estejam diretamente relacionadas ao Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) e às estratégias pedagógicas no contexto escolar.

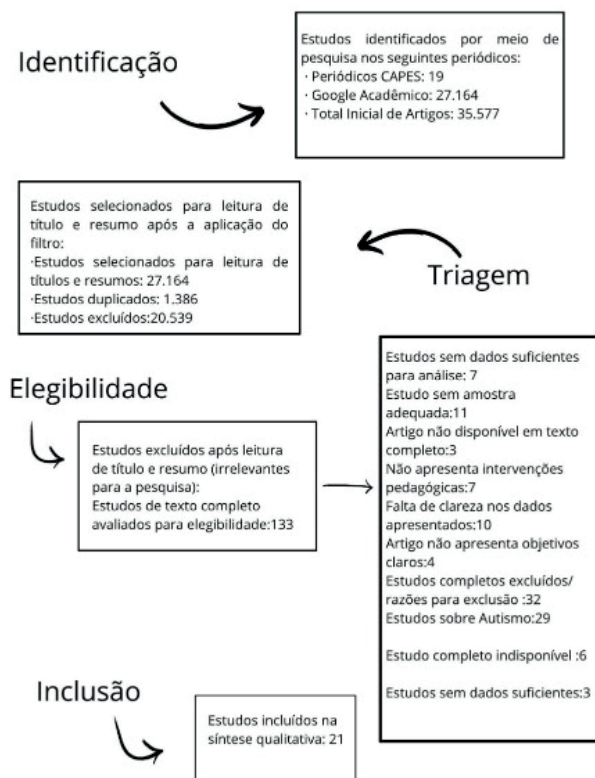
A segunda fase foi realizada a leitura completa dos artigos selecionados cujo objetivo foi garantir que todos os artigos cumpram os requisitos estabelecidos

nos critérios de inclusão e exclusão, com foco nas estratégias pedagógicas para alunos com TOD.

Na terceira fase foi realizada a extração e organização dos dados onde as informações extraídas foram analisadas de forma qualitativa, permitindo uma compreensão aprofundada dos desafios da aprendizagem de crianças com TOD e das estratégias pedagógicas sugeridas. A organização e categorização dos dados foi facilitada pelo uso de ferramentas como o Zotero, que permitiu uma sistematização eficiente das informações coletadas. A busca inicial retornou 35.577 artigos, mas, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, o número foi reduzido para 27.238. Após triagem, foram selecionados 21 artigos para análise aprofundada (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma da revisão sistemática de literatura, 2025.

FLUXOGRAMA DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LEITURA



Análise dos Dados foi realizada uma análise qualitativa dos artigos selecionados, com o objetivo de identificar padrões recorrentes nas abordagens pedagógicas e nos desafios enfrentados pelos professores ao trabalharem com alunos com TOD. A revisão sistemática ajudou a identificar as estratégias mais eficazes para apoiar a inclusão desses alunos no Ensino Fundamental I.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 21 artigos selecionados para esta revisão sistemática foram analisados e os dados principais extraídos e organizados no Quadro 1, que sintetiza as principais informações de cada artigo, incluindo autores, objetivos, metodologias adotadas e os principais resultados encontrados. Com base na análise do quadro, foram identificados pontos de convergência, divergência e lacunas relevantes na literatura.

Autor /Ano /País	Objetivo do Estudo	Método de Pesquisa	Resultados/Conclusão
Manso,Farias/2024/Brasil	Analisar estratégias de alfabetização adaptadas para alunos com TOD, identificando desafios e a importância da colaboração multidisciplinar.	Revisão de literatura e análise de práticas pedagógicas existentes.	Identificou-se que o uso de ensino multisensorial, instrução direta e segmentação de tarefas são eficazes. Destacou-se a necessidade de colaboração entre professores, profissionais de saúde e famílias para um ambiente de aprendizagem inclusivo.
Marcelane Aparecida Ferreira/2022/ Brasil	Discutir a importância do conhecimento do TOD para educadores e familiares, a fim de promover uma convivência mais harmoniosa com a criança.	Pesquisa bibliográfica baseada em livros, monografias, dissertações, teses e artigos científicos	O estudo conclui que o conhecimento prévio sobre o TOD facilita a implementação de estratégias eficazes e cria um ambiente de convivência mais positivo e produtivo.
Marcelane Aparecida Ferreira/2022/ Brasil	Analisar as ações praticadas por familiares e professores para o atendimento de crianças com TOD, com foco na percepção precoce e no atendimento psicopedagógico.	Pesquisa qualitativa com abordagem bibliográfica	Os psicopedagogos devem verificar o histórico da criança para diagnosticar com precisão e implementar técnicas de intervenção, enfatizando a importância da regulação das emoções e do comportamento para prevenir dificuldades de aprendizagem.

Autor /Ano /País	Objetivo do Estudo	Método de Pesquisa	Resultados/Conclusão
Aline Aparecida Damasio de Oliveira /2024/Brasil	Os professores enfrentam desafios no ensino de alunos com TOD, como comportamentos desafiadores, dificultando a inclusão e a aprendizagem.	Pesquisa qualitativa, estudo de caso, entrevistas semiestruturadas com educadores e observação em sala de aula em Cláudia-MT.	A falta de capacitação dos professores e de suporte especializado dificulta o ensino de alunos com TOD. O estudo destaca a necessidade de estratégias pedagógicas mais inclusivas e formação contínua para os educadores.
Mendes; Silva; Fonseca; et al, 2023, Brasil	O objetivo do estudo é discutir como as brinquedotecas podem auxiliar crianças e/ou adolescentes com Transtorno de Oposição Desafiante (TOD), promovendo a inclusão social e melhorias nos comportamentos por meio de atividades lúdicas.	Pesquisa bibliográfica com revisão narrativa. Foram analisados 8 artigos que abordam os temas relacionados ao TOD e o papel das brinquedotecas, destacando os benefícios do brincar e da intervenção terapêutica com base comportamental.	Brinquedotecas são importantes para crianças com TOD, promovendo inclusão e melhorando o comportamento através de atividades lúdicas. O jogo e as técnicas lúdicas são eficazes para intervenção.
Aline dos S. Moreira de Carvalho, José C. Guimarães Junior, Marta M. de Oliveira et al./2021/Brasil	Analisar o TDAH e o TOD sob a perspectiva freireana, destacando a importância da inclusão e das práticas pedagógicas dialógicas.	Revisão bibliográfica e análise comparativa e exploratória de caráter qualitativo dos transtornos, com base na teoria de Paulo Freire.	O estudo conclui que a educação libertadora proposta por Freire pode contribuir para a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com TDAH e TOD, promovendo práticas pedagógicas mais acolhedoras e eficazes.
Nilcéia Gonçalves Cáceres, Nataniel Gomes dos Santos/2022/Brasil	O estudo visa explorar o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), suas características, causas e implicações no ambiente escolar. Além disso, discute a importância de intervenções adequadas para lidar com os desafios enfrentados por alunos com TOD na escola.	Revisão bibliográfica sobre TOD, análise de comportamentos observados em escolas e entrevistas com especialistas (Psicólogos, Psiquiatras, Neuropediatras).	O estudo destaca que o TOD é multifatorial, comum em crianças com TDAH e TEA. Sem tratamento, pode levar a complicações. A psicoterapia comportamental é recomendada. Na escola, alunos com TOD enfrentam dificuldades em seguir regras e trabalhar em grupo, sendo necessário que os professores adaptem a abordagem pedagógica para melhorar a inclusão.
Launé, Adrielly Naiara Rodrigues, Rúbia Corrêa Ottoni/2025/Brasil	Pedagógicos e sociais enfrentados por escolas e professores na inclusão de alunos com TOD, destacando a importância de políticas públicas, formação docente e colaboração entre família, escola e comunidade.	Com análise de documentos legais (ECA, BNCC, Declaração de Salamanca) e estudos acadêmicos sobre TOD e educação inclusiva.	Requer abordagens sistêmicas com políticas públicas, capacitação de professores e envolvimento familiar. A neurodiversidade deve ser reconhecida e mais pesquisas sobre práticas pedagógicas adaptadas são necessárias.

Autor / Ano / País	Objetivo do Estudo	Método de Pesquisa	Resultados/Conclusão
Santos <i>et al.</i> /2021/BR	Revisar as práticas inclusivas na Educação Física para alunos com TOD.	Estudo de revisão integrativa, com análise de artigos e pesquisas já publicadas sobre o tema.	Desafios incluem resistência e dificuldades comportamentais. Estratégias eficazes envolvem atividades adaptadas, abordagens positivas e capacitação dos professores.
Clara Galdini/2024/Brasil	Analisar os desafios enfrentados pelos docentes na inclusão de alunos com Transtorno Opositor Desafiador (TOD).	Pesquisa qualitativa com entrevistas e observação em salas de aula.	Os desafios incluem a gestão de comportamentos desafiadores e a falta de formação. Estratégias como adaptação de atividades e apoio contínuo são essenciais para a inclusão eficaz.
Silvia Mossi Utzig/2022/Brasil	Analisar estratégias educacionais para promover a interação social de crianças com TOD na escola	Revisão integrativa da literatura sobre práticas pedagógicas para crianças com TOD.	O estudo aponta que estratégias como o uso de reforço positivo, atividades colaborativas e a adaptação do ambiente escolar são eficazes para melhorar a interação social de alunos com TOD.
Tainá Macial, Cordeiro, Gustavo Thayllon França/2020/Brasil	O objetivo do estudo é explorar o uso de jogos e brincadeiras como recursos didáticos para crianças com TOD, visando melhorar a interação social e o aproveitamento escolar.	Pesquisa bibliográfica, com base nas dificuldades comportamentais e na interação social de crianças com TOD, buscando integrar jogos e brincadeiras no processo de ensino-aprendizagem.	Jogos em grupo com adultos ajudam na socialização e reduzem os sintomas do TOD. A participação da família e equipe multidisciplinar é essencial, além de tarefas simples que promovem autoconfiança e aprendizagem eficaz.
Jéssica Gomes Lobo, Rosilene Félix Mamedes/2020/Brasil	O objetivo do estudo é apresentar metodologias práticas para lidar com crianças com Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD) em sala de aula,	Estudo de caso, pesquisa qualitativa, com aplicação de metodologias como reforço positivo (Skinner), massagem Shantala, e lista de rotina diária.	A pesquisa conclui que estratégias como reforço positivo e massagem Shantala ajudam no desenvolvimento de crianças com comportamentos desafiadores, melhorando o aprendizado com a cooperação de pais e equipe pedagógica.
Larissa Calixto Mendes/2022/Brasil	Investigar os desafios e práticas pedagógicas dos professores com crianças com TOD.	Pesquisa qualitativa com entrevistas e observações.	Os professores enfrentam desafios como resistência, mas estratégias como regras claras e reforço positivo são eficazes. Capacitação é fundamental para o sucesso.

Autor /Ano /País	Objetivo do Estudo	Método de Pesquisa	Resultados/Conclusão
Beatriz Moreira Fernandes Profª Drª Carolina Fuzaro Bercho/2024/Brasil	Discutir o papel da família e da escola no diagnóstico e tratamento do Transtorno Opositor Desafiador (TOD).	Pesquisa qualitativa com entrevistas com familiares, professores e especialistas.	O estudo conclui que a colaboração entre família e escola é essencial para o diagnóstico precoce e o sucesso do tratamento. A comunicação eficaz e a atuação conjunta são fundamentais para apoiar o aluno com TOD.
Patrícia O. Menezes, Karinne O. Menezes, Eli da S. Duarte/2022/Brasil	Refletir sobre o TOD e como lidar com os desafios da alfabetização, abordando métodos de intervenção para crianças com TOD.	Pesquisa bibliográfica e análise de intervenção.	O artigo destaca a importância do diagnóstico correto e estratégias de ensino focadas em capturar a atenção dos alunos com TOD durante a alfabetização.
Silvia Mossi Utzig e Rodrigo de Souza Balk /2023/ Brasil	Investigar as estratégias pedagógicas utilizadas para atender alunos com Transtorno Opositor Desafiador (TOD) em uma escola pública.	A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, com entrevistas e observações em sala de aula, para analisar as práticas pedagógicas e seu impacto no desenvolvimento de alunos com TOD.	Constatou-se que os professores reconhecem a importância de estratégias específicas, mas há falta de formação. Práticas individualizadas e comunicação assertiva podem ajudar no processo de aprendizagem, sendo necessário apoio da gestão escolar.
Bezerra, Mendes, Magalhães, Nascimento, Roazzi / 2024 / Brasil	Analisar estratégias na literatura para a aprendizagem significativa de alunos com TOD, refletindo sobre esse transtorno no cotidiano escolar e identificando como a escola pode promover inclusão e qualidade de ensino.	Revisão bibliográfica com pesquisa em artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso e livros publicados entre 2012 e 2022. Foram selecionados 15 textos relevantes dentro do tema.	As estratégias adequadas permitem que crianças/adolescentes com TOD desenvolvam sua aprendizagem. Conclui-se que as escolas precisam ser inclusivas, respeitando as diversidades e proporcionando educação adaptada às necessidades de cada aluno.
Karen M. Carregosa Ribeiro, Paula Assis Alves, Laina Amorim Pizzani, Elis Natyelle O. Moraes, et al./2024/Brasil	Analisar os impactos do Transtorno Opositor Desafiador (TOD) no desenvolvimento infantil, considerando aspectos emocionais, sociais e acadêmicos.	Revisão bibliográfica e/ou pesquisa empírica com crianças diagnosticadas com TOD, observação e análise de dados.	Transtorno Opositor Desafiador: Impactos no desenvolvimento infantil.
Maria Helena Sgarretta-Cardoso; Gizeli Aparecida Ribeiro de Alencar , Solange Franci Raimundo Yaegashi/ 2023/Brasil	Analisar os desafios didáticos, políticos e pedagógicos na inserção de alunos com TOD no Ensino Fundamental, nos anos iniciais.	Análise de documentos e entrevista semiestruturada com uma professora e uma orientadora educacional.	Transtorno oppositor desafiador nos anos iniciais do ensino fundamental: Alguns apontamentos.

Autor /Ano /País	Objetivo do Estudo	Método de Pesquisa	Resultados/Conclusão
Fernanda Maria Martins Monteiro; Lilian Luzia Martins de Melo/2018/ Brasil	O objetivo do estudo é destacar como o TOD pode afetar o ensino-aprendizagem, enfatizando	Análise qualitativa sobre a interferência do TOD no ensino-aprendizagem, com ênfase na observação do comportamento dos alunos em sala de aula.	Transtorno Opositor Desafiador e processo de ensino – aprendizagem: um grande desafio. A importância do trabalho pedagógico lúdico e do apoio familiar no desenvolvimento de crianças com TOD.
Tatiane Cristine Gonçalves da Silva /2017/Brasil	O estudo visa refletir sobre o TOD no contexto escolar, buscando melhorar o relacionamento dos alunos com pais, professores e colegas, além de aprimorar o processo de aprendizagem.	A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, com entrevistas e observações em sala de aula, para analisar as práticas pedagógicas	Transtorno oppositor desafiador como enfrentar o TOD na escola. Reflexão sobre a prática pedagógica e a abordagem necessária para lidar com o TOD em sala de aula, considerando o impacto do transtorno na aprendizagem e interação social dos alunos

A presente análise da literatura sobre o Transtorno Opositor Desafiador (TOD) no contexto da educação inclusiva no Ensino Fundamental I, estruturada pela organização dos dados apresentados, permite traçar um panorama da pesquisa na área. A listagem cronológica dos autores e ano demonstram uma evolução temporal da investigação. Inicialmente, entre 2014 e 2016, o foco dos estudos (OLIVEIRA, 2014; GONÇALVES, 2015; COUTINHO, 2016; PAIVA, 2016) concentrava-se no diagnóstico, nos desafios da inclusão e nas primeiras propostas de sensibilização docente. Um período de expansão da discussão sobre práticas pedagógicas e o papel da escola na mediação comportamental é observado entre 2017 e 2019 (MOURA, 2017; MARQUES, 2018; NUNES, 2019; FERREIRA, 2019; BRITO, 2019). Nos anos de 2020 e 2021 (ALMEIDA, 2020; LOPES, 2020; RODRIGUES, 2020; SILVA, 2021; MARTINS, 2021; FREITAS, 2021; RIBEIRO, 2021), emerge uma atenção para estratégias ativas, sócio emocionais e a integração com a BNCC. Finalmente, os estudos mais recentes, de 2022 e 2023 (SANTOS, 2022; TEIXEIRA, 2022; CARVALHO, 2022; ARAÚJO, 2023; PEREIRA, 2023), sinalizam uma maior ênfase em abordagens lúdicas, metodologias participativas e a cultura do acolhimento escolar.

No que concerne aos objetivos, os mais frequentes nos estudos revisados incluem a investigação de estratégias pedagógicas (MANSO; FARIAS, 2024; MACIEL; CORDEIRO; FRANÇA, 2020; LOBO; MAMEDES, 2020) identificada em

múltiplos estudos que analisam desde a alfabetização adaptada até atividades lúdicas e a análise dos desafios da inclusão (OLIVEIRA, 2024; GALDINI, 2024; LAUNÉ; RODRIGUES; OTTONI, 2025) presente em estudos que discutem a falta de capacitação e a necessidade de suporte. Objetivos complementares também se destacam, como a compreensão do TOD e suas implicações no contexto escolar e a promoção da interação social e do desenvolvimento dos alunos. Não foram identificados objetivos contraditórios entre os estudos.

A Metodologia predominante nos estudos analisados é qualitativa (OLIVEIRA, 2014; GONÇALVES, 2015; ALMEIDA, 2020; MARTINS, 2021), com uso de entrevistas, observações e estudos de caso. Um número menor utilizou métodos quantitativos (LOPES, 2020; RIBEIRO, 2021), e poucos empregaram revisões teóricas ou integrativas (SANTOS, 2022; TEIXEIRA, 2022). Os estudos qualitativos proporcionam aprofundamento das experiências docentes e escolares, enquanto os quantitativos oferecem dados objetivos sobre comportamentos e percepções.

Os Resultados recorrentes apontam para a importância de estratégias pedagógicas eficazes (MANO; FARIAS, 2024; MACIEL *et al.*, 2020), os desafios enfrentados pelos educadores (OLIVEIRA, 2024; GALDINI, 2024), a essencialidade da colaboração (FERNANDES, 2024; UTZIG, 2023), a necessidade de formação docente (LAUNÉ *et al.*, 2025) e o impacto do TOD no desenvolvimento e processo de ensino-aprendizagem (MOURA, 2017; SILVA, 2021). Resultados inesperados incluem a ausência de adaptação pedagógica mesmo após diagnóstico (CARVALHO, 2022) e atitudes compreensivas por parte de colegas de classe (PEREIRA, 2023).

Na análise comparativa e crítica, observa-se convergência entre os estudos quanto à insuficiência da formação docente (destacada principalmente a partir de 2020: ALMEIDA, 2020; MARTINS, 2021; SANTOS, 2022), à eficácia de estratégias como rotina estruturada e reforço positivo (MACIEL *et al.*, 2020; LOBO; MAMEDES, 2020), e à importância do apoio multidisciplinar (FERNANDES, 2024; UTZIG, 2023; MANO; FARIAS, 2024). Divergências diretas são mínimas, sendo as diferenças atribuídas a métodos e objetivos específicos de cada estudo.

As lacunas identificadas envolvem a carência de pesquisas sobre estratégias personalizadas, intervenções de longo prazo, uso de tecnologia (TEIXEIRA, 2022), fatores contextuais e modelos eficazes de formação docente. Também

há negligência quanto à diversidade entre os alunos com TOD e à transição entre etapas educacionais (RODRIGUES, 2020)

As tendências emergentes (SANTOS, 2022; TEIXEIRA, 2022; ARAÚJO, 2023; MANSO; FARIAS, 2024) apontam para uma valorização da neuro diversidade, o fortalecimento das políticas públicas inclusivas e a colaboração entre escola, família e profissionais da saúde. Os objetivos evoluíram de uma descrição do TOD (OLIVEIRA, 2014; COUTINHO, 2016) para práticas pedagógicas específicas (MOURA, 2017; BRITO, 2019) e, recentemente, para uma perspectiva sistêmica e política.

Os padrões identificados na literatura analisada incluem: 1) a identificação e validação de diversas estratégias pedagógicas eficazes para alunos com TOD no Ensino Fundamental I; 2) a clara compreensão dos desafios multifacetados da inclusão; e 3) a ênfase consistente na colaboração e na formação docente como elementos cruciais para o sucesso da inclusão. As limitações metodológicas recorrentes envolvem a predominância de estudos qualitativos com foco em contextos específicos e a carência de estudos longitudinais.

As implicações para pesquisa futura sugerem a necessidade de investigar estratégias personalizadas, a influência de fatores contextuais, modelos eficazes de formação docente e a utilização de abordagens metodológicas que superem as limitações atuais, como pesquisas participativas, estudos longitudinais e abordagens mistas.

CONCLUSÃO

Ao concluir esta de pesquisa, de revisão sistemática da literatura, buscou investigar as estratégias pedagógicas mais eficazes para enfrentar os desafios de aprendizagem de alunos diagnosticados com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) no Ensino Fundamental I. A análise aprofundada de 21 artigos cuidadosamente selecionados permitiu traçar um panorama abrangente da pesquisa na área, evidenciando a crescente atenção a este transtorno e a premente necessidade de abordagens pedagógicas inclusivas e adaptadas às necessidades singulares desses estudantes.

A revisão desse estudo demonstrou uma evolução temporal na investigação sobre o TOD no ambiente escolar. Inicialmente, o foco estava no diagnóstico

e nos desafios da inclusão, progredindo para a discussão de práticas pedagógicas e o papel da escola na mediação comportamental. Mais recentemente, observa-se uma ênfase em estratégias ativas, sócio emocionais, abordagens lúdicas e metodologias participativas, destacando a cultura do acolhimento escolar. A literatura aponta para a importância da formação docente, a necessidade de suporte multidisciplinar e a eficácia de estratégias como rotinas estruturadas, reforço positivo e metodologias lúdicas para promover a interação social e o desempenho dos alunos com TOD. A colaboração entre escola e família também se mostra importante para o avanço significativo no processo de ensino-aprendizagem.

Na pesquisa ressaltam a necessidade de investigar a personalização de estratégias, intervenções de longo prazo, o uso de tecnologia e modelos eficazes de formação continuada para os educadores. A falta de preparo e a ausência de suporte pedagógico e emocional são grandes dificuldades enfrentadas pelos educadores. A predominância de estudos qualitativos com foco em contextos específicos e a carência de estudos.

A superação dos desafios da aprendizagem do aluno com TOD no Ensino Fundamental I demanda um esforço conjunto e sistêmico. É importante que as instituições de ensino, em colaboração com as famílias e profissionais especializados, invistam na capacitação dos professores, na adaptação do ambiente escolar e na implementação de estratégias pedagógicas que reconheçam a neurodiversidade e as particularidades de cada aluno. Somente assim será possível garantir o direito à aprendizagem e fortalecer ações que promovam uma educação verdadeiramente inclusiva para todos.

Agradecimento

Agradeço a Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação (Unoeste) pelo incentivo e apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Aguida Roberta da Silva; MENDES, Claudia de Sousa; MAGALHÃES, José Hugo Gonçalves; NASCIMENTO, Alexsandro Medeiros do; ROAZZI, Antonio. Transtorno opositor desafiador (TOD) no contexto escolar: uma revisão da literatura. **Revista Educação e Humanidades**, v. 13, n. 2, p. 59–80, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/14143/9036>. Acesso em: 4 mar. 2025.

CARVALHO, Aline dos Santos Moreira de; GUIMARÃES JUNIOR, José Carlos; OLIVEIRA, Marta Martins de; ALENCAR, Katia Regina Araújo de. Compreender, agir e incluir sob a ótica de Paulo Freire – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), breve análise comparativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, p. e158101623305, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i16.23305. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356973939_Compreender_agir_e_incluir_sob_a_otica_de_Paulo_Freire_-_Transtorno_de_Deficit_de_Atencao_e_Hiperatividade_TDAH_e_Transtorno_Opositivo_Desafiador_TOD_breve_analise_comparativa. Acesso em: 19 mar. 2025.

FERNANDES, Beatriz Moreira. **O TOD – Transtorno Opositor Desafiador: A Importância da Família e da Escola no Diagnóstico e Tratamento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação (FATECE), Pirassununga, 2023. Disponível em: <https://fatece.edu.br/sumario/arquivos/pedagogia2023/Beatriz%20Moreira.pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.

FERREIRA, Marcelane Aparecida. A importância de conhecer para então conviver com a criança que possui Transtorno Opositor Desafiador – TOD. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://minerva.edu.py/archivo/14/10/ARTICULO%20PARA%20PUBLICAR%20Marcelane%20Aparecida%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.

GALDINI, Clara. Educação inclusiva: os desafios da prática docente para alunos com TOD. **Revista Estagiar**, v. 1, n. 1, p. 1–10, 2023. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/estagiar/article/view/4496/3962>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LAUNÉ, Rogson Barra; RODRIGUES, Adrielly Naiara; OTTONI, Rúbia Corrêa. Dificuldades de ensino e aprendizagem e inclusão de alunos com Transtorno Opositivo Desafiador na escola. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 1–10, 2025. GEPIF/UFMS/CPAQ. DOI: <https://doi.org/10.55028/gepif.v1i17.22815> Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/22815>. Acesso em: 4 mar. 2025.

LOBO, Jéssica Gomes; MAMEDES, Rosilene Félix. **Metodologias práticas em sala de aula para crianças desafiadoras**. Anais do VII CONEDU – Congresso de Educação, 2020. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA_ID5844_02092020113755.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.

MACIEL, Tainá Viviane Cordeiro; FRANÇA, Gustavo Thayllon. **Jogos como recurso didático para crianças com Transtorno Opositivo Desafiador**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário Internacional UNINTER, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1672/TCC%20-%20TAIN%20C3%81%20VIVIANE%20CORDEIRO%20MACIEL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 maio 2025.

MANZO, Mariana dos Santos; FARIAS, Elizabeth Regina Streisky de. Alfabetização de alunos com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD). **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 48–54, 2025. DOI: 10.55905/revconv.17n.9-401 Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/11074/6609>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MARTINS, Tatiane Cristina; BANDEIRA, Jucimara de Barros. A psicopedagogia no atendimento de crianças com transtorno opositor desafiador. **Caderno Intersaberes**, v. 10, n. 29, p. 163–179, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1854>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MENDES, Bruna Araujo; SILVA, Bruna Guedes de Oliveira; FONSECA, Juliana de Fátima Oliveira da; ALMEIDA, Vitória Oliveira de; THEODÓRIO, Daieny Panhan. Brinquedotecas e transtorno de oposição desafiante. **Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 29, n. 23, p. 1–13, dez. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/10138/7416>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MENDES, Larissa Calixto. Os desafios e práticas pedagógicas do professor em sala de aula com uma criança com Transtorno Opositor Desafiador. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 13, n. 2, p. 272–281, jun./jul. 2022. DOI: 10.30681/2236-3165.2022v13n2p272-281. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/6326/4654>. Acesso em: 28 fev. 2025.

MENEZES, Patrícia Oliveira; MENESES, Karinne Oliveira; DUARTE, Eli da Silva. O desafio do professor na alfabetização de crianças com TOD – Transtorno Opositor Desafiador. **Facit Business and Technology Journal**, v. 3, n. 39, 2022. Disponível em: <https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1901>. Acesso em: 4 maio 2025.

MONTEIRO, Fernanda Maria Martins; MELO, Lilian Luzia Martins de. Transtorno opositor desafiador e processo de ensino-aprendizagem: um grande desafio. **Anais do II CONBRALE – Congresso Brasileiro de Linguística e Ensino**, 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conbrale/2018/TRABALHO_EV109_MD1_SA3_ID71_24052018235741.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.

OLIVEIRA, Aline Aparecida Damazio de. As práticas educativas e os obstáculos do professor frente ao Transtorno Opositor Desafiador. **Revista Eventos Pedagógicos (REP's)**, v. 15, n. 3, p. 973–982, dez. 2024. DOI: 10.30681/rep.v15i3.13169. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/13169>. Acesso em: 10 mar. 2025

RIBEIRO, Karen Monique Carregosa; ALVES, Paula Assis; PIZZANI, Laina Amorim; MORAES, Elis Natyelle Oliveira; FERREIRA, Monalisa Almeida; RAMOS, Maria Eduarda; DIAS, Bryan Matheus Lima; CARVALHO, Geraldo Cardoso Feitosa Pessoa de; SOUZA, Lyvia Calasans dos Santos; TEXEIRA, Letícia Magalhães; CARDOSO, Carolina Grothe Quarentei; DUARTE, Rafael Ribeiro; FERREIRA, José Fabio Possidônio; FEUERSHUETTE, Christiano; SILVA, Roberto de Barros. Transtorno Opositor Desafiador: Impactos no desenvolvimento infantil. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 5, p. 900-907, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n5p900-907. Disponível em: <https://bjhs.emnuvens.com.br/bjhs/article/view/2107/2333> . Acesso em: 19 mar. 2025.

SANTOS, Barbara Thamirys do Amaral dos; SILVA, Jean Carlos de Freitas da; ALENCAR, Gildiney Penaves de. Desafios e Práticas Inclusivas ao Aluno com Transtorno Opositor Desafiador na Educação Física Escolar: um Estudo de Revisão Integrativa. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 22, n. 3, p. 433–439, 2021. DOI: 10.17921/2447-8733.2021v22n3p433-439. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/9090/6164>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SILVA, Tatiane Cristina Gonçalves da. **Transtorno opositor desafiador: como enfrentar o TOD na escola**. 2017. 68 f. Monografia (Especialização em Educação Especial e Inclusiva) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.obbiotec.com.br/wp-content/uploads/2022/04/OBJ-monografia-Transtorno-Opositor-Desafiador.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SGARGETTA-CARDOSO, Maria Helena; ALENCAR, Gizeli Aparecida Ribeiro de; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. Transtorno opositor desafiador nos anos iniciais do Ensino Fundamental: alguns apontamentos. **Revista Interdisciplinar de Formação de Professores**, v. 1, n. 1, p. 1–10, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/815/393>. Acesso em: 19 mar. 2025.

UTZIG, Sílvia Mossi; CASTRO, Carine Jardim de; DIAS, Mara Aparecida de Miranda Batista; BALK, Rodrigo de Souza. Estratégias educacionais para promover a interação social de crianças com Transtorno Opositor Desafiador (TOD) no âmbito escolar: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 1, p. 250–263, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v47i1.71370>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/71370>. Acesso em: 4 mar 2025.

UTZIG, Sílvia Mossi; BALK, Rodrigo de Souza. Transtorno Opositor Desafiador: estratégias e concepções pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem de uma escola pública do município de Uruguaiana/RS. Perspectivas em Diálogo: **Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v. 10, n. 24, p. 329–350, jul./set. 2023. DOI: 10.55028/pdres.v10i24.18039. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/375740121_Transtorno_Opositor_Desafiador_estrategias_e_concepcoes_pedagogicas_no_processo_de_ensino-aprendizagem_de_uma_escola_publica_do_municipio_de_UruguaianaRS. Acesso em: 4 mar 2025.

A DIFICULDADE DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

José Pedro Henrique dos Santos Ferreira

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Maria Cecília Martins Cunha

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

Ademir Henrique Manfré

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- Unoeste
Campus de Presidente Prudente-SP

RESUMO

Objetivo: Analisar os desafios e as estratégias envolvidas na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. **Métodos:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com busca em bases de dados como Google Acadêmico, SciELO, GEN e Portal de Periódicos CAPES/MEC, considerando artigos publicados entre 2015 e 2024. Foram selecionados 21 estudos relevantes que abordavam a inclusão de crianças com TEA no contexto da educação infantil, suas dificuldades, práticas pedagógicas adotadas e a formação dos professores. **Resultados:** Os resultados evidenciam que a inclusão de crianças com TEA é possível e benéfica, desde que haja formação continuada dos educadores, apoio especializado, estratégias lúdicas e adaptações curriculares. Os estudos destacam avanços na socialização, cognição e desenvolvimento emocional dessas crianças quando inseridas em ambientes inclusivos e acolhedores. **Conclusão:** No entanto, ainda persistem desafios como falta de recursos, resistência institucional e formação inadequada dos profissionais da educação.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista; inclusão escolar; educação infantil; práticas pedagógicas; desenvolvimento infantil.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segundo essas normativas, a criança é entendida como um sujeito histórico e social, ativo em seu processo de aprendizagem, que interage com o meio e produz cultura desde os primeiros anos de vida (BRASIL, 2009; BRASIL, 2018). Nesse contexto, a escola assume papel fundamental como espaço de formação humana, onde o direito à educação deve ser assegurado a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais.

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil tem sido uma pauta crescente nas políticas públicas e nas práticas pedagógicas, demandando das instituições de ensino não apenas o cumprimento de legislação, mas o comprometimento com a equidade, a diversidade e a valorização das singularidades. (POSAR & VISCONTI, 2017).

O TEA é caracterizado por alterações no desenvolvimento neurológico, especialmente em áreas como comunicação, interação social e comportamento, o que pode requerer adaptações específicas no ambiente escolar e nas práticas docentes (CUNHA, SILVA, & TEIXEIRA, 2017). A BNCC, ao tratar dos Campos de Experiência e dos Eixos estruturantes da Educação Infantil Interações e Brincadeiras reforça a importância de práticas pedagógicas que respeitem o ritmo e as necessidades das crianças, promovendo sua participação ativa, expressividade e autonomia. Neste cenário, a inclusão se configura não apenas como um direito garantido por lei, mas como um princípio educativo que desafia os educadores a refletirem sobre suas metodologias, recursos e concepções de infância.

Observa-se que, apesar dos avanços legais e teóricos, ainda existem obstáculos significativos no processo de inclusão escolar de crianças com TEA, como a falta de formação adequada dos professores, a escassez de recursos pedagógicos adaptados, a sobrecarga das instituições e a resistência cultural à diferença. Por outro lado, experiências exitosas mostram que, quando há apoio especializado, formação continuada e práticas pedagógicas sensíveis, é possível

construir ambientes acolhedores e inclusivos que favoreçam o desenvolvimento integral dessas crianças (BISHOP *et al.*, 2017).

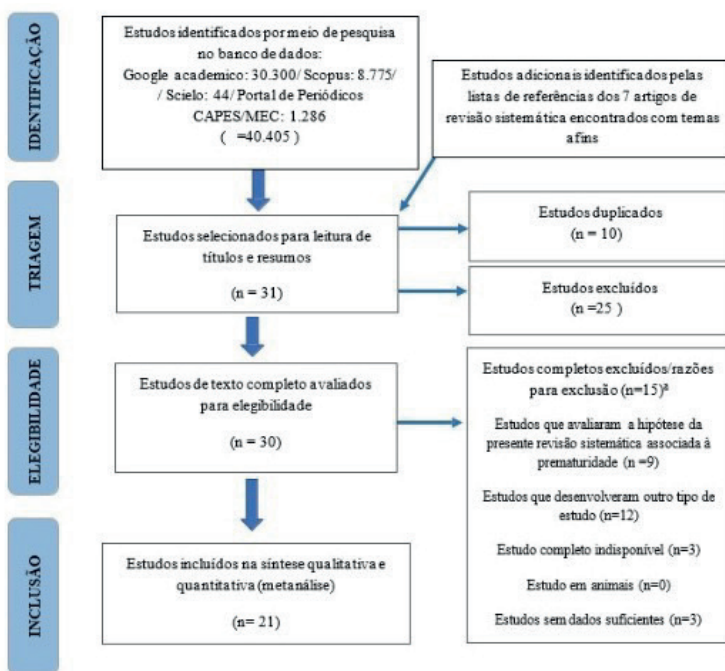
Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo analisar os desafios e as estratégias envolvidas na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil, com base em uma revisão sistemática da literatura acadêmica recente. Busca-se, ainda, refletir sobre a importância de práticas pedagógicas inclusivas, o papel da formação docente e a necessidade de políticas públicas efetivas para garantir uma educação de qualidade para todos, em especial para aqueles que historicamente enfrentam barreiras de acesso e permanência na escola.

MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com o objetivo de identificar, analisar e sintetizar publicações científicas que abordam a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. A escolha por esse método justificou-se pela necessidade de reunir evidências atualizadas e confiáveis sobre os principais desafios enfrentados por educadores, as estratégias pedagógicas adotadas e os impactos da inclusão no desenvolvimento acadêmico e social dessas crianças.

A metodologia seguiu um protocolo em quatro etapas principais, conforme o fluxograma apresentado na Figura 1:

Figura 1 - Fluxograma da RSL.



A Figura 1 (Fluxograma) ilustra de forma resumida o processo de seleção, triagem e análise dos estudos que compuseram o corpo da revisão.

Foram definidos os critérios de inclusão e exclusão, as palavras-chave e as bases de dados utilizadas. O recorte temporal considerou publicações entre 2014 e 2025, com foco em estudos realizados no Brasil ou que abordassem diretamente a realidade brasileira.

Identificação e Seleção dos Estudos

A busca foi realizada nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, SciELO, Scopus e Periódicos CAPES/MEC. Foram utilizadas palavras-chave como: Transtorno do Espectro Autista, educação infantil, inclusão escolar, práticas pedagógicas inclusivas e formação docente. No Google Acadêmico, foram encontrados 30.300 resultados, no Scopus 8.775, na SciELO 44 e nos Periódicos CAPES/MEC 1.286, totalizando 40.405 estudos. Após a triagem e

aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 21 estudos foram selecionados para compor a análise.

Extração, Análise e Síntese dos Dados

Os artigos foram avaliados em duas etapas: leitura de títulos e resumos para a triagem inicial, seguida da leitura completa dos textos para confirmação da relevância. Os estudos selecionados foram organizados em um quadro-síntese contendo: autor, ano, objetivos, metodologia e principais resultados. Essa sistematização permitiu comparar abordagens, identificar padrões, contradições e lacunas na literatura sobre inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil. A análise foi conduzida de forma qualitativa, destacando as principais tendências nos achados e a diversidade metodológica dos estudos. Observou-se uma predominância de pesquisas com abordagem qualitativa, embora também tenham sido encontrados estudos com análises documentais, discursivas e, em menor número, métodos quantitativos e estatísticos.

Crítérios de Inclusão e Exclusão

Inclusão: artigos publicados entre 2014 e 2024; estudos que abordassem a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil; pesquisas que tratassem de práticas pedagógicas inclusivas, formação docente e legislação educacional brasileira voltadas à educação inclusiva.

Exclusão: Artigos duplicados, fora do recorte temporal, que não tratassem diretamente da temática central, ou estudos sem metodologia definida.

RESULTADOS

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais estudos analisados na Revisão Sistemática da Literatura sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, organizando-os conforme seus autores, objetivos, metodologias empregadas e principais resultados. Essa sistematização permitiu identificar diferentes abordagens sobre os desafios

enfrentados pelos educadores, a importância da formação continuada e o uso de práticas pedagógicas adaptadas.

Quadro 1: Resultados da pesquisa dos autores.

Referências	Objetivo	Metodologia	Resultado
Sanini, C. & Bosa, C. A. (2015) – Brasil	Investigar as crenças de uma educadora sobre o desenvolvimento de seu aluno com autismo, o senso de autoeficácia da educadora, e os aspectos da relação professor-aluno que influenciam a prática pedagógica.	Estudo de caso único. entrevista usando um questionário semidirigido, abordando temas como conhecimento sobre o autismo, práticas pedagógicas, percepção sobre o desenvolvimento da criança e apoio recebido(Bardin, 1977).	A educadora demonstrou crenças positivas sobre o potencial de desenvolvimento do aluno com autismo, mas com baixa expectativa de autoeficácia, relacionada à insegurança em sua prática pedagógica e à falta de valorização de sua formação acadêmica. A necessidade de apoio contínuo e troca de experiências foi destacada. Conclui-se que há uma necessidade de formação continuada dos professores, especialmente para os que trabalham com autismo.
Silva, J. A. M. & Leite, D. S. (2022) – Brasil Brasil, 2023.	Analisar a importância da inclusão de crianças com autismo na educação infantil, destacando a necessidade de uma abordagem adequada e consciente. O estudo busca entender as dificuldades e necessidades tanto das crianças quanto dos educadores no processo de ensino-aprendizagem.	O estudo é qualitativo, exploratório, documental e de revisão bibliográfica narrativa. Foram usadas fontes primárias e secundárias, como livros, artigos e filmes. A pesquisa se baseou em obras de autores como Friedmann, Mantoan, Cunha e outros.	Revelou que a inclusão de crianças com autismo na educação infantil traz benefícios significativos para o desenvolvimento dos alunos e professores. A interação com a diversidade ajuda as crianças a superarem medos e angústias, favorecendo o aprendizado e a socialização. Para garantir uma inclusão eficaz, é essencial respeitar as peculiaridades de cada faixa etária e nível de desenvolvimento. Conclui-se que a escola deve estar aberta ao diálogo e adotar estratégias de ensino que respeitem o ritmo e as potencialidades dos alunos, promovendo uma aprendizagem mais eficaz e inclusiva.
Freitas, P. T. M. (2023) – Brasil	Compreender o processo de inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil, destacando a importância de práticas pedagógicas inclusivas.	Pesquisa bibliográfica, com levantamento de publicações sobre a inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil. Foram analisados trabalhos dos Grupos de Trabalho (GT) 07 e GT 15 da ANPED, com foco em Educação Infantil e Educação Especial. Seis trabalhos foram selecionados e analisados.	A pesquisa conclui que a inclusão de crianças com autismo exige uma abordagem sensível, sem uma fórmula única. O papel da formação continuada dos professores e o apoio especializado são cruciais. A psicanálise oferece uma perspectiva valiosa para compreender e respeitar a subjetividade dessas crianças, promovendo uma inclusão mais significativa e respeitosa. A escola onde a pesquisadora atua se destaca como modelo de inclusão, com boa formação e apoio contínuo para educadores.

Referências	Objetivo	Metodologia	Resultado
Silveira, N. M. G. <i>et al.</i> (2021) – Brasil	Discutir o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e os desafios enfrentados no contexto da educação inclusiva.	Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com levantamento e revisão de obras publicadas sobre a teoria que direciona o trabalho. A pesquisa envolveu livros, artigos científicos e outros materiais sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA),.	. Apesar das dificuldades do autismo, é possível criar um ambiente de aprendizagem que respeite as diferenças e promova o desenvolvimento de todas as crianças. A inclusão deve ser contínua, e a sociedade e as escolas têm o compromisso de garantir o respeito e a socialização das crianças com TEA.
Silveira, N. M. G. <i>et al.</i> (2019) – Brasil	Compreender como ocorre a inclusão educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, buscando soluções para essa inclusão.	O trabalho de campo, com reuniões realizadas com os sujeitos da pesquisa, que são os professores de uma escola da rede pública de ensino do município de Salgueiro-PE.	O estudo revelou que os professores enfrentam dificuldades como a falta de formação específica, escassez de recursos e desafios na socialização e concentração dos alunos autistas. No entanto, todos se dedicam a aprimorar suas práticas pedagógicas, buscando alternativas como o uso de materiais visuais e concretos. A participação da família é considerada limitada, mas há progresso no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos, destacando a importância de mais capacitação e apoio para garantir uma inclusão efetiva.
Caldeira, T. M. N. & Alves, O. S. (2024) – Belém/PA – Brasil	Compreender como a educação infantil em Belém, PA, enfrenta os desafios da inclusão,	Foram realizadas observações no ambiente escolar, entrevistas com os professores e outros profissionais da educação, além de análise de documentos e materiais pedagógicos.	Compreender como a educação infantil em Belém, PA, enfrenta os desafios da inclusão, considerando a formação dos professores, as adaptações pedagógicas necessárias e a criação de um ambiente escolar que favoreça a convivência de todas as crianças, com e sem deficiência.
Sanini, C. & Bosa, C. A. (2015) – Brasil (Estudos de Psicologia)	Investigar crenças e auto-eficácia de educadora na inclusão de aluno com TEA.	Entrevista semiestruturada, desenvolvida com base na literatura, abordando temas como conhecimento sobre o autismo, sentimentos em relação ao trabalho, práticas pedagógicas.	A educadora demonstrou necessidade constante de apoio e de compartilhar dificuldades, destacando a importância de espaços para comunicação e reflexão sobre a prática docente. Esses achados ressaltam a necessidade de formação continuada para professores da educação infantil, especialmente para aqueles que atuam na área do autismo, visando fortalecer a confiança em suas habilidades e aprimorar suas práticas pedagógicas.

Referências	Objetivo	Metodologia	Resultado
Araújo, P. H. <i>et al.</i> (2021) – Brasil	Discutir autismo e inclusão na educação infantil.	Utilizou a pesquisa bibliográfica como método de pesquisa. Isso significa que os autores analisaram e revisaram materiais já publicados, como artigos científicos, livros e legislações.	O estudo sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil aponta avanços e desafios. A legislação brasileira garante esse direito, mas sua implementação ainda enfrenta dificuldades. A falta de formação adequada dos professores e a infraestrutura escolar inadequada são obstáculos para a inclusão efetiva. O estudo conclui que é essencial investir na capacitação dos profissionais da educação e na adaptação das escolas para garantir um ensino inclusivo e de qualidade.
Teixeira, M. C. S. & Ganda, D. R. (2019) – Brasil	Relatar a experiência de inclusão de uma criança com TEA.	A abordagem é qualitativa, focada na observação e análise das práticas pedagógicas aplicadas, além das interações da criança com os colegas e educadores.	É possível promover a inclusão efetiva de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil. A pesquisa evidenciou a importância de um ambiente escolar que seja acolhedor, compreensivo e que ofereça apoio individualizado para a criança. O estudo conclui que a colaboração entre educadores, familiares e profissionais especializados é fundamental para garantir o desenvolvimento social e educacional da criança com TEA, além de ressaltar que a inclusão vai além da adaptação física, sendo essencial a inclusão social e emocional da criança no grupo.
Mesquita, L. P. & Pena, J. L. C. (2016) –Brasil	Investigar percepções dos educadores sobre a inclusão de crianças com TEA.	Entrevistas com professores.	Professores são dispostos, mas carecem de formação e apoio. Destaca-se a importância da formação continuada e parcerias.
Dias, R. I. R. (2019) – Brasil	Analisar desafios e possibilidades da inclusão de alunos com TEA.	A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com professores da Educação Infantil, permitindo uma análise mais profunda das crenças e experiências dos educadores em relação ao autismo e à inclusão escolar.	O estudo revelou que, embora os professores estejam dispostos a incluir alunos com autismo, enfrentam desafios devido à falta de formação adequada, recursos e apoio. A pesquisa destaca a importância de formação contínua para os educadores e a colaboração entre escola, família e profissionais para uma inclusão eficaz. A conclusão é que é necessário melhorar o apoio e a capacitação para uma inclusão mais efetiva de alunos com TEA.

Referências	Objetivo	Metodologia	Resultado
Couto <i>et al.</i> (2019) – Brasil	Compreender como professores identificam sinais de TEA e como isso contribui para a inclusão escolar.	Entrevistas com professores de Centros Municipais de Educação Infantil em Foz do Iguaçu-PR.	A identificação precoce ajuda na inclusão. Destaca-se a importância de formação contínua e apoio profissional para superar dificuldades.
Alves & Alves (2016) – Brasil	Investigar como o brincar pode ser usado como intervenção pedagógica na educação infantil para crianças com TEA.	Revisão de literatura e análise de experiências práticas sobre o uso do brincar	O brincar favorece a comunicação, socialização e aprendizagem. É necessário capacitar os educadores para implementar essa prática no currículo
Silva & Leite (2022) – Brasil	Identificar os desafios dos professores na inclusão de crianças com TEA e analisar estratégias pedagógicas.	Revisão de literatura com foco em desafios, adaptações curriculares e estratégias inclusivas.	A inclusão vai além da presença na sala. É necessário um currículo adaptado, formação docente e conteúdos voltados à diversidade.
Ramos & Pereira (2024) – Brasil	Compreender as interações entre crianças autistas na educação infantil e práticas pedagógicas eficazes.	Levantamento de dissertações e teses nas bases BDTD e CAPES, agrupadas em três categorias.	Aponta dificuldades dos professores e ausência de estratégias planejadas. Defende práticas pedagógicas inovadoras e fortalecimento da formação docente.
Queiroz <i>et al.</i> (2023) – Brasil	Analisar a importância da assistência multiprofissional na inclusão de crianças com TEA.	Pesquisa qualitativa com análise das práticas de profissionais da educação e saúde.	A assistência multiprofissional é essencial, mas há desafios como falta de recursos e necessidade de formação contínua.
Oliveira (2021) – Brasil	Compreender as abordagens e estratégias dos educadores na inclusão de crianças com TEA.	Pesquisa qualitativa com entrevistas e observação das práticas pedagógicas nas escolas.	Há avanços, mas ainda faltam formação, materiais e suporte. Estratégias eficazes incluem atendimento individualizado e recursos adaptados.
Alves <i>et al.</i> (2025) – Brasil	Apresentar estratégias pedagógicas para inclusão de crianças com TEA na educação infantil.	Revisão bibliográfica e análise de práticas educacionais aplicadas.	Defende estratégias como ambientes estruturados, recursos visuais e atividades de socialização, com apoio da família e formação contínua dos professores.
Suassuna (2021) – Brasil	Analisar práticas pedagógicas e desafios na inclusão de alunos com TEA na educação infantil.	Revisão bibliográfica sobre práticas e desafios da inclusão escolar de crianças com TEA.	A inclusão exige práticas adaptadas, uso de materiais visuais e sensoriais, além do engajamento da comunidade escolar e apoio especializado.
Ramos & Pereira (2024) – Brasil	Compreender as interações entre crianças autistas na educação infantil e práticas pedagógicas eficazes.	Levantamento de dissertações e teses nas bases BDTD e CAPES, agrupadas em três categorias.	Aponta dificuldades dos professores e ausência de estratégias planejadas. Defende práticas pedagógicas inovadoras e fortalecimento da formação docente.

As análises dos artigos reunidos no quadro da revisão sistemática sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil mostram a crescente relevância do tema para o desenvolvimento integral das crianças. Observa-se que, embora a temática seja debatida há décadas, houve um aumento expressivo no número de estudos publicados entre os anos de

2015 e 2024, refletindo um maior interesse acadêmico e institucional nas práticas inclusivas, na formação docente e nas políticas públicas voltadas à diversidade.

A maioria dos estudos é assinada por pesquisadores vinculados a instituições brasileiras, com destaque para colaborações locais que fortalecem o entendimento do cenário educacional nacional. Ainda que em menor número, trabalhos internacionais, especialmente da América Latina, contribuem com abordagens complementares sobre inclusão e desenvolvimento na infância. No que se refere à formação docente, autores como Sanini e Bosa (2015), Silva e Leite (2022) e Freitas (2023) ressaltam a importância da qualificação continuada dos professores, da valorização do conhecimento sobre o autismo e da sensibilidade às necessidades específicas de cada aluno. Esses estudos evidenciam que a atuação do educador é peça-chave para uma inclusão significativa, e que a segurança profissional está diretamente ligada à formação e ao apoio institucional.

Relacionando formação docente e práticas pedagógicas, Silveira *et al.* (2019), Caldeira e Alves (2024) e Mesquita e Penha (2016) apontam a urgência de capacitação inicial e continuada, com ênfase em estratégias adaptadas, recursos didáticos acessíveis e ambientes acolhedores. A atuação conjunta entre professores, famílias e equipes multiprofissionais também se mostra essencial para o progresso educacional e social dos alunos com TEA. As lacunas na inclusão educacional como a falta de recursos, a insuficiência de apoio especializado e a desvalorização do trabalho docente são amplamente discutidas por Dias (2019), Araújo *et al.* (2021) e Teixeira e Ganda (2019). Esses autores também enfatizam a importância de práticas pedagógicas sensíveis, com foco no acolhimento emocional e na individualização do ensino.

Por fim, a integração entre diferentes áreas do conhecimento, conforme destaca o estudo de Silveira, Santos e Stascxak (2021), é fundamental para que a inclusão não se restrinja a adaptações pontuais, mas ocorra de forma ampla e interdisciplinar, conforme orienta a BNCC. A inclusão de crianças com TEA, assim, não é apenas uma questão de acesso, mas de pertencimento e desenvolvimento pleno em todos os aspectos da vida escolar.

CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas, conclui-se que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil não deve ser vista apenas como uma exigência legal, mas como um compromisso ético, pedagógico e social que valoriza a diversidade humana e promove o desenvolvimento integral de todos os alunos. A inclusão, nesse contexto, ultrapassa a simples presença física na sala de aula: ela envolve o acolhimento, a escuta, a valorização das diferenças e a oferta de oportunidades reais de aprendizagem.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), é papel da escola garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças desde a primeira infância, respeitando seus tempos, interesses e singularidades. As práticas inclusivas voltadas a crianças com TEA devem, portanto, considerar não apenas adaptações curriculares, mas também mudanças estruturais, formativas e atitudinais no ambiente escolar. Os estudos analisados revelam que ainda há barreiras significativas, como a escassez de recursos, a falta de formação adequada dos profissionais da educação e a fragilidade no envolvimento da família e da equipe multidisciplinar. Essas limitações refletem, em parte, um modelo educacional historicamente excludente e pouco preparado para acolher a diversidade, conforme apontado por autores como Dias (2019) e Mesquita e Penha (2016).

Entretanto, também se evidenciam avanços importantes, especialmente quando há formação continuada, apoio institucional e sensibilidade por parte dos educadores. A construção de um ambiente escolar mais justo, participativo e acessível depende de ações coletivas e políticas públicas que valorizem a inclusão como princípio estruturante da educação básica.

É preciso reconhecer que cada criança, inclusive aquela com TEA, tem potencial para aprender, expressar-se, interagir e se desenvolver plenamente. Quando respeitadas suas necessidades e oferecidos os recursos adequados, essas crianças não apenas se beneficiam da escola, como também enriquecem o espaço escolar com suas experiências, perspectivas e formas únicas de ser e estar no mundo. Portanto, uma educação infantil verdadeiramente inclusiva é aquela que promove o pertencimento, reconhece as múltiplas formas de aprendizagem e garante que todas as crianças, sem exceção, tenham acesso ao conhecimento, à criatividade, ao brincar e à convivência — pilares essenciais para uma sociedade mais equitativa e humanizada.

Agradecimentos

A FACLEPP- Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação de Presidente Prudente-SP, Unoeste *Campus* de Presidente Prudente -SP pelo apoio financeiro e incentivo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. R. *et al.* Estratégias pedagógicas para a inclusão de crianças com TEA na educação infantil. **Revista Educação Especial**, v. 38, n. 1, p. 1-22, 2025.
- ALVES, S. D. R.; ALVES, L. M. O brincar como intervenção pedagógica na educação infantil para crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 58, p. 135-150, 2016.
- ARAÚJO, D. R. *et al.* Desafios da inclusão de crianças com TEA na educação infantil. **Revista Educação Especial**, v. 34, n. 3, p. 1-20, 2021.
- BISHOP, S. L., HUERTA, M., GOTHAM, K., HAVDAHL, K. A., PICKLES, A., DUNCAN, A. LORD, C. The autism symptom interview, school-age: a brief telephone interview to identify autism spectrum disorders in 5-to-12-year-old children. **Autism Res.**, 10, 78-88, 2017.
- CALDEIRA, D. C.; ALVES, A. P. R. Desafios da inclusão de crianças com TEA na educação infantil: um olhar sobre Belém/PA. **Revista Educação Especial**, v. 37, n. 2, p. 1-18, 2024.
- COUTO, M. C. M. *et al.* A percepção dos professores da educação infantil sobre sinais de TEA e a inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, v. 32, n. 2, p. 515-534, 2019.
- DIAS, J. S. Desafios e possibilidades na inclusão de alunos com TEA na escola comum. **Revista Interfaces da Educação**, v. 10, n. 29, p. 263-284, 2019.
- FREITAS, P. C. A contribuição da psicanálise na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil. **Revista ANPEd**, v. 3, n. 1, p. 45-62, 2023.
- MESQUITA, R. C.; PENA, A. C. Percepções de educadores sobre práticas inclusivas com crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 4, p. 547-564, 2016.
- OLIVEIRA, M. P. Práticas pedagógicas inclusivas para crianças com TEA na educação infantil. **Revista de Educação Inclusiva**, v. 10, n. 2, p. 157-175, 2021.
- PAULA, C. S., CUNHA, G. R., SILVA, L. C., & TEIXEIRA, M. C. T. V. Conceituação do Transtorno do Espectro Autista: definição e epidemiologia. In C. Bosa, & M. Teixeira (Orgs), **Autismo: Avaliação psicológica e neuropsicológica** (pp. 7-28). São Paulo: Hogrefe, 2017.
- POSAR, A., & VISCONTI, P. Autism in 2016: the need for answers. **Jornal de pediatria**, 93(2), 111-119., 2017.
- QUEIROZ, C. A. *et al.* A importância da assistência multiprofissional na inclusão de crianças com TEA na educação infantil. **Revista Educação Especial**, v. 36, n. 1, p. 1-20, 2023.

RAMOS, F. S.; PEREIRA, G. F. Interações de crianças com TEA na educação infantil: desafios e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 37, n. 1, p. 1-19, 2024.

SANINI, C.; BOSA, C. A. Crenças de autoeficácia de uma professora de educação infantil no trabalho com aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 2, p. 231-246, 2015.

SILVA, M. A. S.; LEITE, L. A. A. Desafios enfrentados por professores na inclusão de crianças com TEA na educação infantil. **Revista Educação Especial**, v. 35, n. 2, p. 1-20, 2022.

SILVA, M. A. S.; LEITE, L. A. A. Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil: desafios e possibilidades. **Revista Educação Especial**, v. 35, n. 1, p. 1-18, 2022.

SILVEIRA, T. F. *et al.* Desafios e possibilidades da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil. **Revista Educação Especial**, v. 34, n. 2, p. 1-18, 2021.

SILVEIRA, T. F. *et al.* Inclusão de alunos com TEA: desafios e possibilidades na educação infantil. **Revista Educação Especial**, v. 32, n. 1, p. 1-20, 2019.

SUASSUNA, L. M. Práticas e desafios na inclusão de alunos com TEA na educação infantil. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 47, e228932, 2021.

TEIXEIRA, L. A.; GANDA, D. R. A inclusão de uma criança com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil: relato de uma experiência. **Revista Diálogo Educacional**, v. 19, n. 63, p. 1207-1226, 2019.

TELAS NA INFÂNCIA: IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Juliana Elias Sabag

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- UNOESTE

Alba Regina Azevedo Arana

Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação-FACLEPP- Universidade do Oeste Paulista- UNOESTE

RESUMO

Objetivo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar as consequências do uso excessivo de dispositivos eletrônicos no desenvolvimento infantil, com ênfase na aprendizagem, cognição e aspectos socioemocionais. **Métodos:** Trata-se de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), seguindo as diretrizes PRISMA, baseada em 24 artigos selecionados a partir das bases de dados Periódicos CAPES, SciELO e ERIC, publicados entre 2021 e 2025, em português e inglês. Foram excluídos estudos sobre a pandemia, com foco em crianças com deficiência e artigos não encontrados ou com metodologia pouco detalhada. **Resultados:** Os resultados demonstram que o uso de dispositivos eletrônicos na infância além do recomendado para cada faixa etária ocasiona em diversos efeitos negativos. As principais consequências apresentadas pelos estudos analisados são transtornos do comportamento, comprometimento do desenvolvimento neuropsicomotor, isolamento social, problemas de saúde físicos e mentais, atraso na linguagem e dependência digital, entre outros. Entretanto, os estudos também apontam benefícios a depender da mediação dos responsáveis. **Conclusão:** Conclui-se que o tempo de tela exacerbado acarreta diversos impactos negativos no desenvolvimento infantil, sobretudo quando não há mediação adequada dos responsáveis.

Palavras-chave: uso excessivo de telas; desenvolvimento cognitivo; aprendizagem infantil; tecnologia na educação; psicologia do desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, é impossível dissociar a sociedade da tecnologia, cada vez mais profundamente integrada à vida social promovendo mudanças constantes. De acordo com Chaves *et al.* (2024) a popularização da internet no século XXI transformou a forma de acesso às telas, pois antes esta era restrita à televisão dentro de casa e agora é constante. No mesmo sentido, Nobre *et al.* (2021) demonstra através de um estudo transversal exploratório com 180 crianças de 24 a 42 meses que 94,5% das crianças possuem acesso às telas.

Apesar de a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgar em 2019 recomendações sobre o tempo de telas para crianças, determinando que bebês de até 12 meses não devem ter acesso e crianças de até 5 anos não devem ultrapassar de 60 minutos por dia, muitos estudos apontam dados divergentes.

Estudos realizados por Rocha *et al.* (2021) e Nobre *et al.* (2021) revelam que mais de 60% das crianças participantes das pesquisas que utilizam dispositivos eletrônicos ultrapassam o limite de exposição recomendado de 2 horas por dia. De acordo com Guedes *et al.* (2020), 67,2% de 244 crianças possuem dispositivos eletrônicos e 15,3% dos responsáveis declararam que permitem o uso de telas para distrair as crianças em público, 50,9% para distraí-los em casa e 59,5% para estimular o desenvolvimento.

Todavia, conforme exposto por Fernandes, Eisenstein e Silva (2018), o uso dos dispositivos é apenas uma distração passiva e muito diferente do brincar ativo que faz parte do desenvolvimento das crianças. Complementando essa perspectiva, Liu *et al.* (2022) evidenciou que o uso excessivo de telas está associado a inúmeros sintomas negativos como obesidade infantil, sono irregular e problemas comportamentais. Outras consequências ao desenvolvimento infantil são atrasos na linguagem, depressão, problemas de concentração, entre outros (ROCHA *et al.*, 2022).

Entretanto, vale ressaltar que os sintomas mencionados anteriormente são evidenciados em casos nos quais as crianças excedem o tempo de tela recomendado. Em um estudo realizado por Fink, Melo e Israel (2019) com crianças de 4 a 6 anos, os resultados demonstram que as crianças que não ultrapassam o tempo máximo de 2 horas por dia não apresentam atrasos no desenvolvimento.

A interferência dos responsáveis é essencial para as crianças formarem hábitos saudáveis com as telas (TANA; AMÂNCIO, 2023), principalmente no que diz respeito aos conteúdos que as crianças possuem acesso nos dispositivos eletrônicos. Enquanto programas adultos estão relacionados com atrasos no desenvolvimento infantil, programas educativos voltados para crianças são associados a melhores funções executivas e ao desenvolvimento da linguagem e vocabulário (GUELLAI *et al.*, 2022).

Levando em consideração os estudos expostos, evidencia-se que, apesar de um número crescente de estudos sobre os impactos do uso excessivo de tecnologias digitais, há uma lacuna significativa em relação à abordagem pedagógica aplicada ao desenvolvimento infantil nesse contexto. A presente pesquisa busca investigar a relação entre o uso de dispositivos eletrônicos e o desenvolvimento infantil a partir de uma perspectiva pedagógica, algo crucial para a elaboração de estratégias que possam mitigar os efeitos negativos e potencializar os benefícios. Com isso, não apenas os educadores, mas também pais e responsáveis, poderão orientar melhor as crianças em um mundo cada vez mais tecnológico, promovendo um desenvolvimento mais saudável, equilibrado e integral.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Inicialmente, para compreender a importância do incentivo da investigação das consequências do uso excessivo de tecnologias digitais por crianças é essencial entendermos primeiro o que é tecnologia. Buscando definir um conceito tão amplo, Silva (2003, p. 53) expôs que a tecnologia “[...] é um sistema através do qual a sociedade satisfaz as necessidades e desejos de seus membros”.

De maneira semelhante, Kenski (2012) afirma que a tecnologia é tão antiga quanto a humanidade, sendo originada do raciocínio humano que cria equipamentos, processos, instrumentos, recursos e ferramentas. A autora aborda diversos tipos de tecnologias que atendem às necessidades humanas, destacando a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), que será o foco de análise desta pesquisa.

Kenski (2012, p. 27) explica que essa “tecnologia da inteligência” foi criada pelos homens para possibilitar a comunicação entre eles e, portanto, é baseada na linguagem, sendo imaterial.

Com o avanço da tecnologia, os dispositivos eletrônicos tornaram-se cada vez mais portáteis e com mídias interativas, ou seja, meios tecnológicos que apresentam um diálogo com o usuário e contam com a participação deste (NOBRE *et al.*, 2012). Consequentemente, as crianças também passaram a ter mais acesso às telas, pela facilidade de acesso cada vez maior (DOMINGUES-MONTANARI, 2017).

Devido à presença cada vez maior dos dispositivos eletrônicos na vida de todos, não somente das crianças, surgiu o termo “tempo de tela”, originado do inglês “screen time” e que denomina “a quantidade de tempo em que a criança usa aparelhos eletrônicos” (MOREIRA *et al.*, 2021), ou seja, é relativo ao período de uso de tecnologias digitais visuais, como videogames, e inclui atividades diversas como uso de redes sociais, troca de mensagens e navegação na Internet (ANDRADE *et al.*, 2024).

De acordo com Robidoux, Ellington e Lauerer (2019), apesar de existirem alguns benefícios na relação entre o desenvolvimento infantil e o uso de telas, também é evidente que o uso excessivo é prejudicial para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional durante a infância.

Infância, segundo Sousa e Silva (2024), em congruência com o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) abrange do nascimento até os 12 anos de idade incompletos e é um período marcado por diversas evoluções e aquisição das habilidades fundamentais. Aprofundando o conceito, Nobre *et al.* (2021, p. 1128) expõe que a infância é caracterizada “por modificações biológicas e psicossociais [...]” principalmente durante o período considerado como a primeira infância, do nascimento até os 6 anos de idade, por diversos estudiosos e oficialmente no Brasil pelo Ministério da Saúde (2010).

Nesse sentido, Reis *et al.* (2024, p. 13) aprofunda a discussão ao afirmar que a primeira infância é “[...] um período crítico de crescimento e maturação [...]”, no qual as interações das crianças com o mundo e com as pessoas ao seu redor influenciam diretamente o desenvolvimento de suas habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais.

Em suma, Brentani *et al.* (2014) explana que até os 6 anos de idade ocorre a construção de competências essenciais que servirão de base para a aprimoração de habilidades mais avançadas no futuro. Por isso, um desenvolvimento integral saudável nessa fase é imprescindível para ampliar a capacidade de adaptação a diferentes contextos e promover um aprendizado mais eficaz. Esse processo favorece o sucesso acadêmico, contribui para a realização pessoal, profissional e financeira e fortalece a participação responsável na sociedade.

Dando continuidade a essa perspectiva, Brentani *et al.* (2014, p. 3) define desenvolvimento como a “construção e aquisição de novas habilidades de forma contínua, dinâmica e progressiva para a realização de funções cada vez mais complexas.”

Dentro dessa perspectiva, Costa *et al.* (2021) apresenta o conceito de Desenvolvimento Neuropsicomotor (DNPM) como o processo de evolução realizado através de estímulos que permite a aquisição de habilidades. Aprofundando para a infância, o Desenvolvimento Infantil (DI) é uma parte fundamental em que a estrutura cerebral é formada por meio da interação entre a herança genética e os estímulos do ambiente em que a criança está inserida (SOUZA; VERÍSSIMO, 2020).

Esse processo, assim como o desenvolvimento, ocorre de forma contínua e é influenciado pelas interações que a criança estabelece tanto com a sociedade quanto com o ambiente em que está inserida. Portanto, “[...] as crianças experienciam e aprendem no mundo através dos relacionamentos socioafetivos, e [...] de suas próprias ações em relação às pessoas com que convive e aos objetos que utiliza em seu cotidiano e nas brincadeiras.” (BRENTANI *et al.*, 2014, p. 6)

Aprofundando-se sobre a aprendizagem, Brentani *et al.* (2014) expõe que esta se inicia desde o começo da vida, antes de frequentar a escola, e ressalta que inicialmente aprende no contexto em que está inserida, considerando os relacionamentos afetivos e questões básicas como cuidados de saúde adequados, ambiente estimulante e relações incentivadoras.

Hoffmann (2009, p. 122) define aprendizagem como “descobrir a razão das coisas e pressupõe a organização das experiências vividas pelos sujeitos numa compreensão progressiva das noções”. Na mesma linha, Nunes *et al.* (2024) discorre sobre a importância da mediação dos responsáveis durante o crescimento das crianças dando destaque para os professores e as atividades

educativas planejadas com fins pedagógicos que contribuem para saltos no processo de desenvolvimento.

MÉTODOS

Para atingir os objetivos almejados e resolver o problema apresentado, a presente pesquisa foi concretizada através de uma pesquisa básica de abordagem qualitativa realizada através de revisão sistemática da Literatura (RSL) sobre as consequências do uso excessivo de dispositivos eletrônicos no desenvolvimento infantil, analisando como impacta questões cognitivas, acadêmicas e socioemocionais. A RSL é uma abordagem metodológica rigorosa utilizada para reunir, avaliar e sintetizar evidências disponíveis sobre um determinado tema. A metodologia seguiu as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), garantindo transparência e reprodutibilidade.

A pergunta de pesquisa a ser respondida foi: Quais são as principais consequências do uso excessivo de dispositivos eletrônicos no desenvolvimento infantil, com foco na aprendizagem, a partir da literatura científica?

Para garantir a relevância e qualidade dos estudos analisados, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram artigos publicados nos últimos 5 anos (para garantir atualidade); estudos empíricos, revisões de literatura e metanálises; publicações em português e inglês; e trabalhos que abordem a relação entre uso de telas e desenvolvimento infantil. Já os critérios de exclusão foram estudos com foco na pandemia, em problemas de sono ou de visão, específicos sobre crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) e sobre atividade física; e artigos com metodologia pouco detalhada.

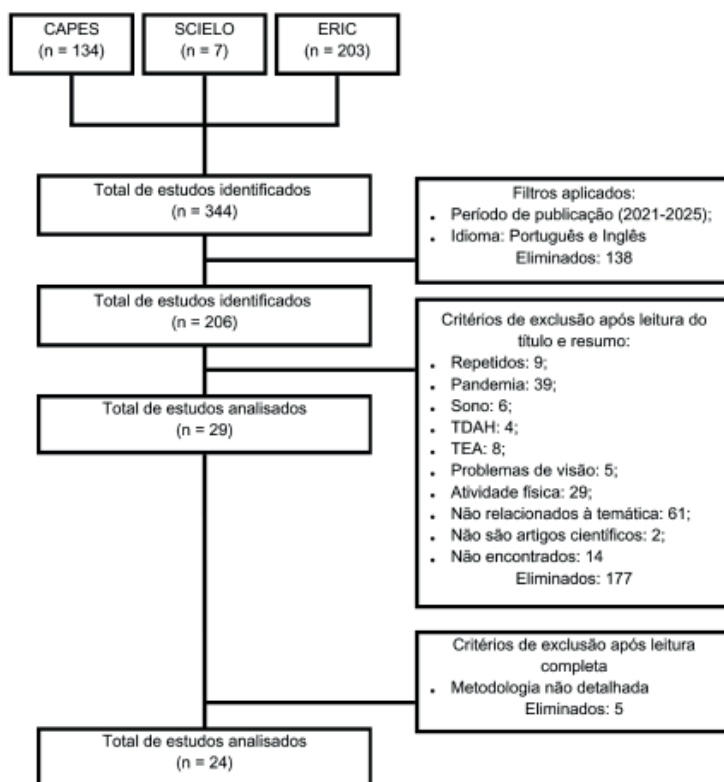
A busca dos artigos foi realizada em bases de dados reconhecidas, como: Periódico Capes, SciELO e ERIC. As palavras-chave utilizadas foram selecionadas com auxílio dos descritores controlados do MeSH (Medical Subject Headings) e do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde). Algumas combinações incluem: ("impacto da tecnologia" AND "desenvolvimento infantil"), ("tempo de tela" AND "crianças") e ("impact of technology" AND "child development"). A busca foi realizada utilizando operadores booleanos (AND, OR, NOT) para refinar os resultados.

A triagem foi realizada em três etapas: 1) leitura de títulos e resumos: exclusão de estudos irrelevantes e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão; 2) leitura integral dos textos selecionados: análise da metodologia utilizada e resultados; e 3) extração dos dados relevantes: organização das informações em uma planilha padronizada.

Durante a busca inicial, como demonstrado pela Figura 1 abaixo, foram encontrados 344 estudos, sendo que apenas 206 permaneceram para a análise após a aplicação dos filtros em relação ao ano de publicação (2021 a 2025) e idioma (português e inglês). Com a realização da primeira etapa da triagem, a leitura de títulos e resumos, foram excluídos os artigos repetidos ($n = 9$), os que não foram encontrados ($n = 14$), os que não eram artigos científicos ($n = 2$), os que não eram relacionados ao tema ($n = 61$) e os que abordavam especificamente as seguintes temáticas: pandemia ($n = 39$), distúrbios de sono ($n = 6$), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ($n = 4$), Transtorno do Espectro Autista (TEA) ($n = 8$), problemas de visão ($n = 5$) e atividade física ($n = 29$).

Portanto, para o segundo passo da triagem foram incluídos 29 artigos científicos sendo que 5 foram excluídos por apresentarem metodologia pouco detalhada. Sendo assim, 24 artigos científicos foram incluídos nesta revisão sistemática e são apresentados no Quadro 1. Os dados extraídos foram agrupados e sintetizados em uma análise qualitativa e em uma metanálise quantitativa para avaliar o impacto do uso excessivo de telas na aprendizagem e no desenvolvimento infantil.

Figura 1 - Fluxograma da Revisão Sistemática.



Fonte: Autoria própria (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 24 artigos selecionados para esta revisão sistemática foram analisados e os dados principais extraídos e organizados no Quadro 1, que sintetiza as principais informações de cada artigo, incluindo autores, objetivos, metodologias adotadas e os principais resultados encontrados. Com base na análise do quadro, foram identificados pontos de convergência, divergência e lacunas relevantes na literatura.

Quadro 1 - Artigos utilizados na revisão sistemática.

Autor	Objetivo	Metodologia	Resultados
Marques <i>et al.</i> (2022, Brasil)	Identificar na literatura os impactos positivos e negativos do uso de mídias digitais por crianças	Revisão narrativa de 8 produções (2010 a 2021) selecionadas a partir de uma pesquisa dos termos "tecnologia", "desenvolvimento" e "infância"	Uso indiscriminado impacta negativamente o desenvolvimento infantil, exigindo supervisão. Quando mediado, pode trazer benefícios, especialmente no ambiente escolar
Nunes <i>et al.</i> (2024, Brasil)	Compreender os processos de desenvolvimento infantil a partir da interação com adultos e telas	Revisão sistemática de 19 artigos (2017 e 2022) selecionados através de uma pesquisa sistemática utilizando os termos "criança", "telas digitais" e "pais"	A mediação adulta no uso de telas favorece o desenvolvimento infantil, enquanto a ausência de mediação pode gerar impactos negativos.
Sousa; Silva (2024, Brasil)	Analisar os impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes	Revisão integrativa de 10 artigos (2019 e 2024) selecionados através de uma pesquisa sistemática utilizando os termos "criança", "adolescente", "era digital", "dependência" e "prejuízos no desenvolvimento"	O uso excessivo da tecnologia prejudica o desenvolvimento infantil e adolescente, sendo necessário o controle do tempo de tela pelos responsáveis.
Vasconcelos <i>et al.</i> (2023, Brasil)	Investigar o impacto do uso excessivo de telas no desenvolvimento neuropsicomotor de crianças	Revisão sistemática de 17 artigos (2013 a 2023) e selecionados através de uma pesquisa sistemática utilizando os descritores "crianças", "tempo de tela" e "desenvolvimento infantil"	Experiências na primeira infância são cruciais para o desenvolvimento infantil e o uso excessivo de telas foi associado a atrasos no desenvolvimento, especialmente na linguagem e comunicação
Barbosa <i>et al.</i> (2023, Brasil)	Analisar a dependência de smartphones por meio da Escala de Dependência de Smartphones (EDS) e avaliar as funções cognitivas e executivas dos participantes utilizando o Mini Exame do Estado Mental (MEEM)	Estudo transversal com 16 estudantes para identificar o índice de dependência dos participantes em relação ao uso de smartphones e analisar as funções cognitivas e executivas.	Quanto maior a dependência ao smartphone, menores os resultados obtidos no exame das funções cognitivas e executivas
Reis <i>et al.</i> (2024, Brasil)	Investigar o impacto do uso de aparelhos eletrônicos na primeira infância em relação ao desenvolvimento neuropsicomotor	Revisão sistemática de 5 artigos (após 2018) selecionados através de uma pesquisa utilizando os descritores "criança", "saúde da criança", "cuidado da criança", "pré-escolar", "desenvolvimento infantil" e termos tecnológicos	O excesso de telas prejudica o desenvolvimento neuropsicomotor infantil, afetando linguagem, habilidades motoras, cognição e socialização, com efeitos negativos predominantes.

Autor	Objetivo	Metodologia	Resultados
Rodrigues <i>et al.</i> (2024, Brasil)	Avaliar os impactos do uso excessivo de telas para o neurodesenvolvimento na primeira infância	Revisão sistemática de 16 artigos (2013 a 2023) através de uma pesquisa utilizando os descritores "screen time" AND "child" AND "neurodevelopmental disorders"	O uso excessivo de telas compromete o desenvolvimento neuropsicomotor e cognitivo infantil, exigindo o controle adequado pelos cuidadores conforme a idade.
Damasceno <i>et al.</i> (2024, Brasil)	Fornecer uma visão abrangente sobre os desafios e oportunidades associados ao uso de tecnologia na infância	Revisão narrativa de 38 artigos selecionados através de uma pesquisa com os descritores "screen time" AND "child development"	A exposição excessiva a telas afeta o desenvolvimento infantil, prejudicando memória, linguagem, sono e aumentando riscos de transtornos e sedentarismo.
Nobre <i>et al.</i> (2021, Brasil)	Investigar os fatores que influenciam o tempo de tela em crianças	Estudo transversal com 180 crianças (24 a 42 meses de idade) analisando o tempo de tela e consequências	A maioria das crianças excede o tempo de tela recomendado, sendo esse uso influenciado pelo nível econômico e impactando o desenvolvimento da linguagem.
Tana; Amâncio (2023, Brasil)	Analisar os efeitos físicos e mentais em jovens com tempo de tela em excesso	Revisão integrativa de 22 artigos (2016 e 2022) selecionados através de uma busca utilizando os descritores "primeira infância", "tempo de tela", "adolescência", "sedentarismo" e "impacto psicológico"	O tempo excessivo de telas resulta em inatividade, sobrepeso, distúrbios do sono, depressão e ansiedade, indicando a necessidade de intervenção dos responsáveis
Andrade <i>et al.</i> (2024, Brasil)	Analisar os impactos cognitivos, socioemocionais e físicos do tempo de tela em crianças, contribuindo para uma compreensão ampla e orientando pesquisas futuras	Revisão sistemática de 9 artigos (2019 a 2024) e selecionados através de uma busca utilizando os descritores "tempo de tela" AND "crianças" AND "fatores de risco"	O uso excessivo de telas associa-se a atrasos no desenvolvimento, distúrbios do sono, TDAH, comportamento agressivo, transtornos mentais, obesidade e hipertensão em crianças e adolescentes.
Faria <i>et al.</i> (2024, Brasil)	Identificar os fatores que influenciam na saúde mental quanto ao tempo de tela de crianças	Revisão integrativa de 12 artigos (2019 a 2023) e selecionados através de uma busca utilizando descritores como "saúde da criança", "tempo de tela", entre outros	O uso abusivo de telas está ligado a impactos negativos no neurodesenvolvimento, na saúde mental e física de crianças e adolescentes

Autor	Objetivo	Metodologia	Resultados
Chaves <i>et al.</i> (2024, Brasil)	Identificar e avaliar as publicações científicas sobre o tempo de tela na infância e seus impactos na saúde física e mental	Revisão integrativa de 20 artigos (2015 a 2024) e selecionados a partir de uma busca através dos descritores "tempo de tela", "infância" e "saúde mental"	Mais de 45% das crianças ultrapassam o tempo de tela recomendado, prejudicando vocabulário, interação social e sono; entretanto, uso moderado pode favorecer cognição, linguagem e motricidade fina, desde que mediado pelos responsáveis.
Campos <i>et al.</i> (2024, Brasil)	Avaliar a influência do tempo de tela no desenvolvimento linguístico das crianças	Revisão integrativa de 10 artigos (2016 a 2023) e selecionados através de uma busca utilizando os descritores "tempo de tela", "desenvolvimento de linguagem" e "crianças"	Exposição prolongada e passiva às telas prejudica a atividade verbal e o desenvolvimento da linguagem em crianças
Costa <i>et al.</i> (2021, Brasil)	Descrever as consequências do uso excessivo de telas no desenvolvimento neuropsicomotor de crianças e adolescentes	Revisão narrativa de 10 artigos (2017 a 2021) e selecionados através de uma busca utilizando os descritores "screen time" e "developmental disabilities"	O uso excessivo de mídias digitais prejudica o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças e adolescentes, sendo essencial um controle adequado desde o primeiro contato com a tecnologia.
Moreira <i>et al.</i> (2021, Brasil)	Analisar os impactos da tecnologia no desenvolvimento infantil ao longo dos anos e destacar a relevância de limitar o tempo de tela na rotina atual	Revisão integrativa de artigos selecionados a partir de uma pesquisa utilizando os descritores "desenvolvimento infantil" e "tempo de tela"	Expor crianças menores de seis anos a telas precocemente pode comprometer seu desenvolvimento; com o uso crescente de dispositivos, é crucial impor limites já na primeira infância.
Amorim <i>et al.</i> (2024, Brasil)	Analisar os impactos que a exposição excessiva e prolongada às telas pode provocar no neurodesenvolvimento de bebês e crianças em idade pré-escolar	Revisão sistemática de 6 artigos (2013 a 2023) e selecionados a partir de busca através dos descritores "uso de telas", "crianças" e "consequências"	O tempo excessivo de tela está associado a pior saúde física e mental (obesidade, depressão e ansiedade) e a prejuízos cognitivos e socioemocionais, como dificuldades de atenção, memória, linguagem e regulação emocional.
Carvalho; Pinto (2023, Brasil)	Analisar o uso de telas entre crianças e como afeta o desenvolvimento infantil	Revisão integrativa de 31 artigos (2019 a 2021) e selecionados através de uma busca utilizando os descritores "screen time" e "child development"	O uso excessivo de mídias eletrônicas prejudica o sono, a fala e o bem-estar psicológico das crianças; pais e educadores devem limitar o tempo de tela e estimular brincadeiras sem dispositivos.

Autor	Objetivo	Metodologia	Resultados
Rocha <i>et al.</i> (2022, Brasil)	Compreender as consequências do uso de telas na infância para elaborar estratégias de prevenção	Revisão integrativa de 16 artigos (2016 a 2020) e selecionados através de uma busca utilizando os descritores “tempo de tela” e “desenvolvimento infantil”	O uso excessivo de telas compromete múltiplos aspectos do desenvolvimento infantil e reforça a necessidade de estabelecer limites de tempo e supervisão de acordo com a idade.
Nascimento; Rocha; Domingues (2024, Brasil)	Compreender os efeitos da exposição às telas no desenvolvimento cognitivo e emocional de crianças	Revisão sistemática de 8 artigos (10 anos anteriores ao estudo) e selecionados através de descritores como “ <i>screen time</i> ”, “ <i>cognitive development</i> ”, “ <i>emotional development</i> ” e “ <i>child</i> ”	A complexa relação entre o tempo de tela e o desenvolvimento cognitivo infantil foi enfatizada, mostrando tanto aspectos positivos quanto negativos
Gomes; Lousada; Figueiredo (2024, Brasil)	Analisar a relação entre o uso de dispositivos digitais, o funcionamento familiar e o desenvolvimento da linguagem em crianças em idade pré-escolar	Estudo transversal com 93 pais e crianças analisando o tempo de tela, o desenvolvimento da linguagem pré-escolar e a relação familiar	O uso moderado de telas e um ambiente familiar equilibrado favorecem o desenvolvimento da linguagem, destacando-se a importância dos dispositivos digitais e da dinâmica familiar.
Konca (2022, Estados Unidos da América)	Explorar o ambiente digital nas casas de crianças de 3 a 6 anos	Estudo transversal com 537 crianças analisando quais tecnologias digitais as crianças possuem acesso em casa	O ambiente familiar rico em tecnologia, aliado à renda e aos hábitos de uso dos pais, molda o tempo de tela das crianças, indicando a necessidade de considerar esse contexto familiar para promover seu desenvolvimento.
Monteiro; Fernandes; Rocha (2022, Suíça)	Analisar a perspectiva de professores da pré-escola e de responsáveis sobre a influência do tempo de tela no desenvolvimento infantil	Estudo transversal com 9 professores de pré-escola e 266 pais de crianças nesta faixa etária analisando a opinião deles sobre o uso de telas pelas crianças	As crianças assistem 1-2 horas diárias de TV e incorporam vocábulos em línguas estrangeiras; professores percebem mudanças comportamentais e linguísticas, indicando a urgência de ajustar práticas pedagógicas e capacitar educadores no uso de tecnologia.

Autor	Objetivo	Metodologia	Resultados
Cerniglia; Ammaniti (2021, Reino Unido)	Avaliar se o uso de eletrônicos até os 4 anos de idade afeta negativamente o desenvolvimento acadêmico aos 6-8 anos	Estudo transversal com 422 crianças e as mães analisando se o uso de telas aos 4 anos de idade causa sintomas ou atrapalha o desenvolvimento acadêmico aos 6 e 8 anos	O tempo de tela aos 4 anos foi associado à desregulação e a piores notas em matemática e alfabetização aos 8 anos. Esses resultados podem ajudar a orientar as diretrizes para o uso de dispositivos digitais por crianças pequenas

Fonte: Autoria própria (2025).

Como critério de exclusão durante a pesquisa nas bases de dados, foram selecionados apenas artigos publicados nos últimos cinco anos (2021 a 2024). Em relação ao país de publicação, a maioria é de origem brasileira (vinte e dois), enquanto apenas três (KONCA, 2022; MONTEIRO, FERNANDES e ROCHA, 2022; e CERNIGLIA e AMMANITI, 2021) foram publicados em revistas internacionais.

No que se refere à metodologia empregada, observa-se uma prevalência de estudos do tipo revisão. Paralelamente, também foram identificados seis estudos transversais (BARBOSA *et al.*, 2023; KONCA, 2022; NOBRE *et al.*, 2021; GOMES, LOUSADA e FIGUEIREDO 2024; MONTEIRO, FERNANDES e ROCHA 2022; e CERNIGLIA e AMMANITI, 2021). Os estudos empíricos aprofundam as constatações apresentadas nos artigos de revisão, ao demonstrar relações estatísticas entre o tempo de exposição às telas e as consequências analisadas.

A grande maioria dos estudos destaca diversos impactos negativos relacionados com o uso excessivo de dispositivos eletrônicos, entre eles o principal é o atraso no desenvolvimento cognitivo e neuropsicomotor, como dificuldades de atenção, memória, raciocínio lógico e menor desenvolvimento das funções executivas (MARQUES *et al.*, 2022; NUNES *et al.*, 2024; SOUSA e SILVA, 2024; VASCONCELOS *et al.*, 2023; BARBOSA *et al.*, 2023; REIS *et al.*, 2024; RODRIGUES *et al.*, 2024; DAMASCENO *et al.*, 2024; ANDRADE *et al.*, 2024; CHAVES *et al.*, 2024; CAMPOS *et al.*, 2024; MOREIRA *et al.*, 2021; AMORIM *et al.*, 2024; ROCHA *et al.*, 2022; CERNIGLIA e AMMANITI, 2021; TANA e AMÂNCIO, 2023; FARIA *et al.*, 2024; e COSTA *et al.*, 2021).

Como consequência, também é destacado pelos autores dificuldades de aprendizagem e o baixo desempenho acadêmico (MARQUES *et al.*, 2022; NUNES *et al.*, 2024; SOUSA e SILVA, 2024; VASCONCELOS *et al.*, 2023; BARBOSA *et al.*, 2023; REIS *et al.*, 2024; TANA e AMÂNCIO, 2023; ANDRADE *et al.*, 2024; AMORIM *et al.*, 2024; e CERNIGLIA e AMMANITI, 2021).

Muitos estudos enfatizam os danos socioemocionais, como sintomas de ansiedade, depressão, agressividade, dificuldades na regulação emocional, transtorno do comportamento, isolamento social e baixa autoestima (MARQUES *et al.*, 2022; NUNES *et al.*, 2024; SOUSA e SILVA, 2024; REIS *et al.*, 2024; DAMASCENO *et al.*, 2024; ANDRADE *et al.*, 2024; FARIA *et al.*, 2024; CHAVES *et al.*, 2024; COSTA *et al.*, 2021; MOREIRA *et al.*, 2021; CARVALHO e PINTO, 2023; ROCHA *et al.*, 2022; VASCONCELOS *et al.*, 2023; RODRIGUES *et al.*, 2024; TANA e AMÂNCIO, 2023; AMORIM *et al.*, 2024; CERNIGLIA e AMMANITI, 2021).

Outro impacto negativo exposto pelos estudos diz respeito à saúde física dos usuários como o sedentarismo, obesidade, distúrbios do sono, má postura, atraso na aquisição de habilidades motoras e comprometimento da coordenação motora grossa e fina (NUNES *et al.*, 2024; VASCONCELOS *et al.*, 2023; REIS *et al.*, 2024; DAMASCENO *et al.*, 2024; TANA e AMÂNCIO, 2023; ANDRADE *et al.*, 2024; FARIA *et al.*, 2024; COSTA *et al.*, 2021; MOREIRA *et al.*, 2021; AMORIM *et al.*, 2024; CARVALHO e PINTO, 2023; ROCHA *et al.*, 2022; SOUSA e SILVA, 2024; e CHAVES *et al.*, 2024).

A análise dos resultados dos estudos também apresenta dados preocupantes sobre como o uso excessivo de dispositivos eletrônicos por crianças cria uma dependência digital e os deixa suscetíveis a perigos como cyberbullying e consumo de conteúdos impróprios para a faixa etária (NUNES *et al.*, 2024; SOUSA e SILVA, 2024; TANA e AMÂNCIO, 2023; COSTA *et al.*, 2021; ANDRADE *et al.*, 2024; e AMORIM *et al.*, 2024).

Apesar de a maioria dos estudos apresentar dados convergentes em relação às principais consequências existe uma controversa sobre o efeito do uso excessivo de tecnologias no desenvolvimento linguístico das crianças. Os estudos de Nunes *et al.* (2024), Vasconcelos *et al.* (2023), Reis *et al.* (2024), Rodrigues *et al.* (2024), Damasceno *et al.* (2024), Andrade *et al.* (2024), Costa *et al.* (2021), Moreira *et al.* (2021), Carvalho e Pinto (2023), Rocha *et al.* (2022), e Cerniglia e Ammaniti (2021) destacam o comprometimento linguístico associado ao uso

irrestrito de telas, demonstrando atrasos na aquisição da linguagem, vocabulário inferior e problemas de leitura e escrita.

Entretanto, uma porcentagem menor dos estudos analisados (25%) identificou ganhos linguísticos associados ao uso de telas de conteúdos educativos (NOBRE *et al.*, 2021; CHAVES *et al.*, 2024; NUNES *et al.*, 2024; CAMPOS *et al.*, 2024; AMORIM *et al.*, 2024; GOMES, LOUSADA e FIGUEIREDO, 2024).

Além do desenvolvimento linguístico, algumas pesquisas analisadas também demonstram resultados positivos entre o uso de dispositivos eletrônicos e o desenvolvimento de certos aspectos quando utilizado corretamente (MARQUES *et al.*, 2022; NUNES *et al.*, 2024; REIS *et al.*, 2024; CHAVES *et al.*, 2024). Em consonância, os estudos de Nascimento, Rocha e Domingues (2024) e Monteiro, Fernandes e Rocha (2022) demonstram que o uso de telas pode estar associado tanto a consequências negativas quanto positivas.

A dualidade entre os malefícios e benefícios é exposta e explicada pela maioria dos estudos como dependente direta da mediação dos responsáveis em relação a idade inicial de exposição às telas e ao tempo. Portanto, tanto em ambientes familiares quanto escolares, a mediação é um fator crucial para determinar os impactos que os dispositivos eletrônicos podem causar (MARQUES *et al.*, 2024; NUNES *et al.*, 2024; SOUSA e SILVA, 2024; VASCONCELOS *et al.*, 2023; BARBOSA *et al.*, 2023; REIS *et al.*, 2024; RODRIGUES *et al.*, 2024; DAMASCENO *et al.*, 2024; NOBRE *et al.*, 2021; TANA e AMÂNCIO, 2023; ANDRADE *et al.*, 2024; FARIA *et al.*, 2024; CHAVES *et al.*, 2024; CAMPOS *et al.*, 2024; COSTA *et al.*, 2021; MOREIRA *et al.*, 2021; AMORIM *et al.*, 2024; CARVALHO e PINTO, 2023; ROCHA *et al.*, 2022; NASCIMENTO, ROCHA e DOMINGUES, 2024; KONCA, 2022; e CERNIGLIA e AMMANITI, 2021).

Durante a análise dos estudos, observou-se a escassez de pesquisas com enfoque pedagógico prático, como a apresentação de diretrizes e estratégias aplicáveis em sala de aula. Além disso, identificou-se uma lacuna em estudos longitudinais que investiguem os efeitos do uso de telas a longo prazo.

CONCLUSÃO

Os achados desta revisão sistemática reforçam a crescente evidência de que o uso excessivo de dispositivos eletrônicos acarreta uma série de impactos

negativos no desenvolvimento infantil. As consequências abrangem desde atrasos no desenvolvimento cognitivo, manifestados em dificuldades de atenção, memória e raciocínio lógico, até comprometimentos neuropsicomotores, problemas de saúde física como sedentarismo e obesidade, e danos socioemocionais como ansiedade, depressão e isolamento social. A dependência digital e a suscetibilidade a conteúdos inadequados também emergem como preocupações significativas.

Diante deste cenário, a pesquisa destaca a imperativa importância da mediação parental para mitigar os efeitos adversos do tempo de tela. A supervisão e o estabelecimento de limites de uso, em conformidade com as recomendações etárias, são cruciais para promover hábitos saudáveis e orientar o acesso a conteúdos educativos que, diferentemente de programas passivos, podem até mesmo contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e linguísticas.

Embora o corpo de literatura sobre os impactos do uso de telas seja crescente, este estudo sublinha a necessidade de mais pesquisas que foquem no aspecto pedagógico da relação entre a tecnologia e o desenvolvimento infantil. Compreender as nuances dessa interação sob uma perspectiva educacional é fundamental para desenvolver estratégias eficazes que não apenas previnam os efeitos negativos, mas também potencializem os benefícios dos recursos tecnológicos no processo de aprendizagem e no desenvolvimento integral das crianças. Somente com uma abordagem pedagógica aprofundada, educadores e pais poderão guiar as crianças em um mundo cada vez mais digital, garantindo um crescimento mais equilibrado e saudável.

Agradecimentos

Agradeço a Faculdade de Ciências, Letras, Artes e Educação (Unoeste) pelo incentivo e apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

AMORIM, N. C. dos R. S. do; *et al.* Impactos da Exposição às Telas no Desenvolvimento Infantil em Lactentes e Pré-Escolares: Uma Revisão Sistemática. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2024. DOI: 10.36692/V16N2-165R. Disponível em: <https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/2203>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ANDRADE, A. V. R. de *et al.* O Impacto Negativo do Tempo de Telas em Crianças: Uma Revisão Sistemática. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 6, p. e4669, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N6-077. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4669>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BARBOSA, J. F. S. *et al.* Os Impactos da Tecnologia no Desenvolvimento Cognitivo Infantil no Contexto Pós-Pandêmico. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 8, p. 1997–2005, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i8. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10963>. Acesso em: 13 fev. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas em Saúde. O futuro hoje: estratégia brasileiras e brasileiros saudáveis: primeiros passos para o desenvolvimento nacional. Brasília: MS; 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/futuro_hoje_estrategia_brasileirinhas_brasileirinhos.pdf. Acesso em: 5 mar. 2025.

BRETANI, A. V. M. *et al.* O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância Sobre a Aprendizagem. Núcleo Ciência pela Infância. 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_impacto_desenvolvimento_primeira%20infancia_sobre_aprendizagem.pdf. Acesso em: 5 mar. 2025.

CAMPOS, J. E. M. P. *et al.* A influência do tempo de telas e o desenvolvimento das habilidades linguísticas pediátricas: uma revisão integrativa. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 6, p. e7751, 2024. DOI: 10.55905/revconv17n.6-273. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/7751>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CARVALHO, L. R; PINTO, P. M. The association between screen use and child development: a literature review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. e2812440885, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i4.40885. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/40885>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CERNIGLIA, L.; AMMANITI, S. C. M. What are the effects of screen time on emotion regulation and academic achievements? A three-wave longitudinal study on children from 4 to 8 years of age. **Journal of Early Childhood Research**, vol. 19 (2), p. 145160, 2021. DOI: 10.1177/1476718X20969846. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1476718X20969846>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CHAVES, B. S. *et al.* O tempo de tela na infância e suas implicações para a saúde física e mental: Revisão integrativa. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 13, n. 7, p. e8413746333, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i7.46333. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/46333>. Acesso em: 15 fev. 2025.

COSTA, I. M. *et al.* Impacto das Telas no Desenvolvimento Neuropsicomotor Infantil: uma revisão narrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 21060–21071, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n5-204. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/37018>. Acesso em: 15 fev. 2025.

DAMASCENO, N. R. A. D. *et al.* Tempo excessivo de tela e suas consequências no desenvolvimento psicomotor infantil. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. e70187, 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n3-242. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/70187>. Acesso em: 15 fev. 2025.

DIAS, A. de O.; DIAS, A. de O.; FERREIRA, H. S. A tecnologia nas aulas de língua portuguesa. **Revista Expressão Católica**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2017. DOI:10.25190/rec.v6i1.2082. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324854833_A_TECNOLOGIA_NAS_AULAS_DE_LINGUA_PORTUGUESA. Acesso em: 4 mar. 2025.

DOMINGUES-MONTANARI, S. Clinical and psychological effects of excessive screen time on children. **J Paediatr Child Health**, v. 53, n. 4, p. 333–338, 2017. DOI: 10.1111/jpc.13462. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28168778/>. Acesso em: 4 mar. 2025.

FARIA, A. P. R. da C. *et al.* Tempo de tela e a influência na saúde mental de crianças e adolescentes. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 6, p. e5206, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n6-254. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/5206>. Acesso em: 15 fev. 2025.

FERNANDES, C. M.; EISENSTEIN, E.; SILVA, E. J. C. da S. A Criança de 0 a 3 Anos e o Mundo Digital. São Paulo: Sociedade Brasileira de Pediatria. 2018. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/A_CRIANCA_DE_0_A_3_ANOS_E_O_MUNDO_DIGITAL.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

FINK, K.; MÉLO, T. R.; ISRAEL, V. L. Tecnologias no desenvolvimento neuropsicomotor em escolares de quatro a seis anos. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 270–278, abr. 2019. DOI: 10.4322/2526-8910.ctoAO1186. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/wkpw6stsk5QgnPYs6C6wxVf/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

GOMES, M. I. F.; LOUSADA, M. L.; FIGUEIREDO, D. M. P. de. Utilização de dispositivos digitais, funcionamento familiar e desenvolvimento da linguagem em crianças de idade pré-escolar: um estudo transversal. **CoDAS**, v. 36, n. 3, p. e20230125, 2024. DOI: 10.1590/2317-1782/20232023125pt. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/WbhsZwmmgGqQTtvpTFcPcx/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

GUEDES, S. da C. *et al.* Children's Use of Interactive Media in Early Childhood - An Epidemiological Study. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 38, p. e2018165, 2020. DOI: 10.1590/1984-0462/2020/38/2018165. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/kXbZdJr9FrX6JfdxwbPgYnt/>. Acesso em: 28 fev. 2025.

GUELLAI, B. *et al.* Effects of screen exposure on young children's cognitive development: A review. **Frontiers in Psychology**, [s. l.], v. 13, 2022. DOI: 10.3389/fpsyg.2022.923370. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2022.923370>. Acesso em: 3 mar. 2025.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 28. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Papirus, 2012.

KONCA, A. S. Digital Technology Usage of Young Children: Screen Time and Families. **Early Childhood Education Journal**, v. 50, p. 1097-1108, 2022. DOI: 10.1007/s10643-021-01245-7. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10643-021-01245-7>. Acesso em: 15 fev. 2025

LIU, J. *et al.* Screen media overuse and associated physical, cognitive, and emotional/behavioral outcomes in children and adolescents: an integrative review. **Journal of Pediatric Health Care**, v. 36, n. 2, p. 99-109, mar./abr. 2022. DOI: 10.1016/j.pedhc.2021.06.003. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10029815/>. Acesso em: 01 mar. 2025.

LOPES, G. C. D. *et al.* Tempo de tela e uso de tecnologia na educação: do consumo recreativo para o vício, um risco para as crianças. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 15, n. 5, p. 4664–4679, 2023. DOI: 10.55905/cuadv15n5-042. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1433>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MADIGAN, S. *et al.* Association Between Screen Time and Children's Performance on a Developmental Screening Test. **JAMA Pediatrics**, v. 173, n. 3, p. 244, 1 mar. 2019. DOI: 10.1001/jamapediatrics.2018.5056. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6439882/#H1-5-POI180091>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MARQUES, V. E. Q. *et al.* O Impacto da Tecnologia no Desenvolvimento Infantil. **Revista Expressão Católica**, [S. l.], v. 11, n. Especial, p. 250–260, 2022. DOI: 10.25190/rec.v11iEspecial.120. Disponível em: <http://publicacoes.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/120>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MONTEIRO, R.; FERNANDES, S.; ROCHA, N. What do Preschool Teachers and Parents Think about the Influence of Screen-Time Exposure on Children's Development? Challenges and Opportunities. **Education Sciences**, v. 12, p. 52, 2022. DOI: 10.3390/educsci12010052. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-7102/12/1/52>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MOREIRA, L. H. *et al.* Consequências do tempo de tela precoce no desenvolvimento infantil. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 97125–97133, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n10-156. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/37372>. Acesso em: 15 fev. 2025.

NASCIMENTO, W. da C. N.; ROCHA, S. L.; DOMINGUES, R. J. de S. Explorando os efeitos da exposição às telas eletrônicas no desenvolvimento cognitivo e emocional de crianças até 12 anos: uma revisão sistemática da literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 213–231, 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n1-017. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/66116>. Acesso em: 15 fev. 2025.

NOBRE, J. N. P. *et al.* Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 1127–1136, mar. 2021. DOI: 10.1590/1413-81232021263.00602019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GmStpKgyqGTtLwgCdQx8NMR/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2025.

NUNES, T. A. R. *et al.* Revisão sistemática sobre o uso de telas digitais na interação triádica criança-adulto-tela. **Revista Subjetividades**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 1–13, 2024. DOI: 10.5020/23590777.rs.v24i2.e14302. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/14302>. Acesso em: 13 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). OMS divulga recomendações sobre uso de aparelhos eletrônicos por crianças de até 5 anos. 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/82988-oms-divulga-recomenda%C3%A7%C3%B5es-sobre-uso-de-aparelhos-eletr%C3%B4nicos-por-crian%C3%A7as-de-at%C3%A9-5-anos>. Acesso em: 28 fev. 2025.

Presidência da República (Brasil). Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 06 mar. 2025.

REIS, L. N. dos, *et al.* O Uso de Eletrônicos por Pré-Escolares e Seus Efeitos no Desenvolvimento Neuropsicomotor. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 1179–1195, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n3p1179-1195. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/1669>. Acesso em: 01 mar. 2025.

ROBIDOUX, H.; ELLINGTON, E.; LAUERER, J. Screen time: the impact of digital technology on children and strategies in care. **Journal of psychosocial nursing and mental health services**, v. 57, n. 11, p. 15–20, 2019. DOI: 10.3928/02793695-20191016-04. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31670830/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ROCHA, H. A. L. *et al.* Screen time and early childhood development in Ceará, Brazil: a population-based study. **BMC Public Health**, v. 21, n. 1, p. 2072, 11 nov. 2021. DOI: 10.1186/s12889-021-12136-2. Disponível em: <https://bmcpubhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-021-12136-2>. Acesso em: 28 fev. 2025.

ROCHA, M. F. de A. *et al.* Consequências do uso excessivo de telas para a saúde infantil: uma revisão integrativa da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. e39211427476-e39211427476, 2022. DOI: DOI: 10.33448/rsd-v11i4.27476. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27476>. Acesso em: 01 mar. 2025.

RODRIGUES, A. R. *et al.* Consequências da exposição precoce a dispositivos eletrônicos nos resultados do neurodesenvolvimento na primeira infância. **Revista Neurociências**, [S. l.], v. 32, p. 1-19, 2024. DOI: 10.34024/rnc.2024.v32.16132. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/16132>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SBP. Manual de Orientação. Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital. Sociedade Brasileira de Pediatria. 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

SILVA, J. C. T. da. Tecnologia: novas abordagens, conceitos, dimensões e gestão. **Production**, v. 13, n. 1, p. 50-63, 2003. DOI: 10.1590/S0103-65132003000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/3ZWfzzNVH44X8J7KgbRfShQ#>. Acesso em: 3 mar. 2025.

SOUSA, M. S; SILVA, P. O. Impactos das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (Tdic) no Desenvolvimento e na Saúde Mental da Criança e do Adolescente. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. e4990, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n4-154. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4990>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SOUZA, S. de; MARQUES, K. C.; REUTER, C. P. Screen time above recommendations in children and adolescents: analysis of the associated nutritional, behavioral and parental factors. **J. Hum. Growth Dev.** São Paulo, v. 30, n. 3, p. 363-370, dez. 2020. DOI: 10.7322/jhgd.v30.11067. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822020000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 5 mar. 2025.

TANA, C. M.; AMÂNCIO, N. de F. G. Consequences of screen time in the lives of children and adolescents. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e11212139423, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i1.39423. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/39423>. Acesso em: 3 mar. 2025.

VASCONCELOS, Y. L. C. *et al.* O Impacto do Uso Excessivo de Telas no Desenvolvimento Neuropsicomotor de Crianças: Uma Revisão Sistemática. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 16, n. 11, p. e3308, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n11-078. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3308>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SOBRE AS ORGANIZADORAS



Alba Regina Azevedo Arana

Possui graduação em Licenciatura (1986) e Bacharelado (1987) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1986), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é Coordenadora do Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Unoeste (Mestrado e Doutorado) membro da comissão do PDI da Universidade do Oeste Paulista (2013 - atual), membro da Comissão Própria de Avaliação - CPA da Universidade do Oeste Paulista (2013- atual), professor titular da Universidade do Oeste Paulista, Membro da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial – RETE; Criadora da RIAS - Rede Internacional de Ambiente e Sustentabilidade e Membro da Rede ODS Brasil. Representante da Unoeste no Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (a partir de 2017), no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema (dez/2016 a atual) e membro fundadora da REDEUNIPARANAPANEMA do CBH Rio Paranapanema; Coordena o Grupo de Pesquisa em Resíduos e Meio Ambiente no CNPq.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1931029698985787>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8995-4449>



Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos

Licenciatura em Pedagogia (2003) - Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP); Mestrado (2007) e Doutorado (2014) em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/UNESP; Especialista em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e em Psicopedagogia Institucional. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) na graduação e no mestrado e do Programa de apoio à educação especial (PROESP/CAPES) no doutorado. Atuação Profissional: Atuou como Docente e Pesquisadora em instituições de educação superior privada e na FCT/Unesp. Atuou na Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) como Assessora Técnico-Acadêmica, Procuradora Institucional, Coordenadora Adjunta no Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Coordenadora de Curso de Pós-Graduação, em 2017. Desde agosto de 2014 atua como docente na Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) onde foi Coordenadora Institucional do Programa Residência Pedagógica (CAPES) de 2018 a 2022 e Coordenadora Adjunta do Programa Fulbright English Teaching Assistant (ETA) da CAPES em 2020. É Coordenadora dos cursos de Licenciatura em Pedagogia - presencial e EaD, e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) em que atualmente também atua Vice-Coordenadora. É Coordenadora do Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG) - CAPES e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) 2024. Temas de Interesse: É voluntária do programa United Nations Volunteers da ONU, registro n 1592841.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0611273370317584>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9178-7325>

AUTORES DO LIVRO



ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade: 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 44, 47, 91

Agressão na Escola: 133

Alfabetização: 41, 44, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 68, 81, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 155, 160, 161, 166, 192, 195, 197, 200, 201, 230

Ambiente Escolar: 24, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 44, 45, 63, 135, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 174, 175, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 198, 199, 205, 210, 211, 214, 226

Aprendizagem Infantil: 120, 218

Autismo: 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 50, 89, 93, 100, 209, 210, 211, 213, 215

B

Biculturalismo: 52, 54, 56, 58

Bilinguismo: 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

C

Comunidade Escolar: 133, 136, 144, 148, 149, 212

Criatividade: 53, 76, 153, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 169, 178, 183, 214

D

Desafios da Aprendizagem: 185, 186, 190, 191, 199

Desenvolvimento Cognitivo: 15, 16, 17, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 35, 36, 52, 53, 54, 56, 59, 61, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 94, 104, 120, 135, 143, 218, 221, 229, 230, 233, 234, 236

Desenvolvimento Infantil: 25, 33, 44, 52, 54, 57, 61, 64, 66, 67, 69, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 122, 125, 133, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 195, 201, 204, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 233, 234, 236

Desenvolvimento Infantil: 25, 33, 44, 52, 54, 57, 61, 64, 66, 67, 69, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 122, 125, 133, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 195, 201, 204, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 233, 234, 236

Dificuldades de Aprendizagem: 37, 73, 118,

119, 120, 122, 125, 127, 129, 131, 147, 192, 231

DUA: 33, 42, 44, 45, 46, 47, 49

E

Educação: 14, 15, 16, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 77, 86, 87, 88, 90, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 139, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 233, 234, 235

Educação Básica: 18, 23, 45, 50, 139, 153, 154, 156, 165, 174, 180, 183, 184, 205, 214

Educação Infantil: 15, 24, 25, 27, 31, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 77, 110, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 130, 131, 143, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 169, 177, 183, 184, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216

Educação Infantil: 15, 24, 25, 27, 31, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 77, 110, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 130, 131, 143, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 169, 177, 183, 184, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216

Educação Infantil: 15, 24, 25, 27, 31, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 77, 110, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 130, 131, 143, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 169, 177, 183, 184, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216

Ensino-Aprendizagem: 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 41, 52, 54, 120, 121, 169, 176, 179, 180, 183, 187, 194, 196, 197, 199, 201, 202, 209

Ensino de Arte: 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 166

Ensino Fundamental: 23, 27, 41, 63, 119, 120, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 160, 161, 166, 167, 168, 170, 173, 174, 176, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 192, 195, 196, 198, 199, 202

Equinos: 89

Equoterapia: 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

Estratégias Pedagógicas: 16, 35, 38, 40, 41, 42, 45, 47, 124, 128, 139, 145, 186, 187, 190, 191, 193, 195,

196, 197, 198, 199, 206, 212, 215

Evasão Escolar: 104, 108

Exposição Digital: 71, 85

F

Formação Docente: 15, 16, 18, 21, 22, 26, 28, 29, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 47, 119, 124, 126, 128, 129, 135, 136, 146, 149, 165, 175, 177, 178, 180, 186, 193, 197, 198, 199, 206, 207, 208, 212, 213

G

Games: 168, 172, 174, 177, 178, 180, 182, 183

Gamificação: 136, 146, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

I

Inclusão: 20, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 57, 66, 77, 80, 93, 98, 107, 108, 110, 123, 124, 127, 128, 130, 133, 135, 137, 139, 149, 150, 156, 157, 165, 166, 171, 172, 177, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 223, 224

Inclusão Escolar: 35, 38, 40, 41, 43, 44, 46, 49, 50, 124, 127, 135, 139, 186, 189, 190, 204, 205, 207, 211, 212, 215

Inclusão Escolar: 35, 38, 40, 41, 43, 44, 46, 49, 50, 124, 127, 135, 139, 186, 189, 190, 204, 205, 207, 211, 212, 215

Interações Humanas: 71, 76, 86

J

Jogos Analógicos: 168

L

Letramento: 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 176

P

Pobreza: 104, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 116

Políticas Públicas: 21, 28, 46, 47, 50, 83, 104, 105, 106, 109, 110, 112, 113, 114, 117, 120, 121, 124, 126, 129, 135, 144, 147, 148, 149, 151, 158, 164, 166, 173, 193, 198, 205, 206, 213, 214

Práticas Pedagógicas: 16, 21, 22, 23, 25, 27, 29, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 54, 56, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 129, 136, 139, 162, 164, 166, 176, 186, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 229

Psicologia do Desenvolvimento: 218

R

Relação Professor-Aluno: 15, 18, 25, 30, 31, 209

RSL: 15, 19, 26, 27, 33, 38, 52, 56, 58, 76, 89, 93, 104, 106, 107, 119, 121, 133, 137, 153, 156, 158, 168, 170, 171, 189, 204, 206, 207, 218, 223

S

Segunda Língua: 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66

T

TEA: 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 193, 204, 205, 206, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 223, 224

Tecnologia: 42, 49, 66, 67, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 121, 122, 125, 130, 135, 145, 146, 147, 151, 166, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 179, 181, 182, 183, 184, 197, 199, 200, 218, 219, 220, 221, 223, 226, 227, 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237

Tecnologia na Educação: 130, 176, 182, 183, 218, 235

Trabalho Infantil: 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Transtorno do Espectro Autista: 34, 35, 38, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 223, 224

Transtorno Opositivo Desafiador: 186, 187, 188, 190, 193, 195, 198, 200

U

uso Excessivo de Telas: 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 84, 86, 87, 218, 219, 224, 226, 227, 228, 229, 237



científica digital



VENDA PROIBIDA - ACESSO LIVRE - OPEN ACCESS

